

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

UM ESTUDO SOBRE LENIN
E AS DEFESAS DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

(Tese de Doutorado)

Paulo de Tarso Presgrave Leite Soares

Orientador: Prof.Dr. José Roberto Mendonça de Barros

São Paulo

1992

REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Roberto Leal e Silva Filho

DIRETOR DA FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Prof. Dr. Eduardo Pinheiro Gondim de Vasconcellos

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Prof. Dr. Luiz Augusto de Queiroz Ablas

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. José Roberto Mendonça de Barros (FEA/USP)

Prof. Dr. Álvaro Manoel (Depto. De Ciência Política/UNB)

Prof. Dr. Cláudio Afonso Vieira (FEA/USP)

Prof. Dr. Guilherme Leite da Silva Dias (FEA/USP)

Prof. Dr. José Paulo Neto (Fac. Serviço Social/UFRJ)

Para LUÍSA e PAULITO,
que constituem a razão
última desse esforço.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não teria sido concluído sem alguns apoios que são referidos a seguir.

O primeiro deles foi encontrado na disciplina Economia Agrícola II, do Doutorado em Economia do Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (IPE/FEA/USP), ministrada em 1985 pelo Prof. Dr. José Juliano de Carvalho Filho ("JUCA"). Ali aconteceu o primeiro encontro com Lenin sobre o tema questão agrária.

O estímulo do professor, que tem uma postura teórica e política absolutamente distinta da que é tratada aqui, foi importantíssimo para a continuidade do estudo. Afinal, seriam trilhados caminhos que fugiam da tradição da Instituição onde desenvolvia minha carreira acadêmica e o apoio do "Juca" deu credibilidade ao estudo.

Posteriormente surgiu a oportunidade de continuar o trabalho tendo o apoio financeiro concedido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) com recursos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), da Secretaria Nacional de Planejamento.

Na equipe do IPEA não poderia deixar de mencionar algumas pessoas que debateram uma primeira e inicial versão do que acabaria sendo esta Tese. Beneficiei-me, principalmente, dos comentários de Guilherme Delgado e de Adelina Paiva.

Nessa época, os comentários, o apoio e o estímulo do Prof. Dr. Guilherme Leite da Silva Dias, então, Diretor da Comissão de Financiamento da Produção, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, permitiram o surgimento da hipótese de transformar o trabalho em Tese de Doutorado. Guilherme constituiu uma referência acadêmica indispensável.

O Prof. Dr. José Roberto Mendonça de Barros, uma referência fundamental nos meus estudos sobre a economia brasileira, não só achou interessante o estudo, como estimulou e deu credibilidade a ele quando aceitou ser o orientador. O trabalho não foi concluído antes por absoluta responsabilidade e teimosia minha e não por falta de cobrança do orientador. Assumo que várias vezes desobedei a ele e que sua profecia foi cumprida: Paulinho, você só vai acabar isso quando o prazo se esgotar.

Os apoios do Juca, do Guilherme e do Mendonça, serviam de escudo contra os que consideravam o presente trabalho como algo meramente exótico.

Décio Kadota teve que receber várias "aulas" sobre Lenin e sobre a reforma agrária. Até hoje não sei se foi por amizade ou por interesse sobre o tema. De qualquer forma, ao longo dos últimos dezoito anos tenho me beneficiado da convivência com esse grande irmão, grande economista e grande professor.

No Seminário para Discussão Interna, da FIPE, uma versão embrionária deste trabalho causou muita discussão com a ala da "Igreja" e com a ala "Petista". As críticas muito me ajudaram. Cabe, no entanto, destacar a participação de José Diniz de Araújo, um schumpeteriano, colega desde o tempo do Mestrado, então cursando o Doutorado e ministrando aulas na FEA/USP e, hoje, na EMBRAPA.

A Profa. Dra. Regina Gadelha, amiga e professora da disciplina Questão Agrária, no curso de pós-graduação da FEA/PUC-SP, deu-me a oportunidade de

debater, com seus alunos, uma versão mais avançada deste trabalho. Os debates ali realizados, muito ajudaram na redação deste trabalho.

Norma Casseb, amiga que tem preocupações semelhantes às minhas, teve o trabalho de ler a versão elaborada para o exame de qualificação. Agradeço, e muito, pelas observações e pelo estímulo para a conclusão deste trabalho.

A banca do exame de qualificação ao doutorado, constituída pelos Profs. Drs. Guilherme Leite da Silva Dias, José Juliano de Carvalho Filho e Cláudio Afonso Vieira, perceberá o quanto contribuiu para esta versão atual do trabalho.

O Prof. Dr. José Paulo Neto leu previamente dois capítulos fundamentais, um sobre o marxismo de Lenin e outro sobre a proposta de Lenin para a solução da questão agrária. Sua aprovação ajudou, e muito, na obtenção da tranquilidade necessária para escrever o capítulo final da Tese.

Beth Keiko digitou uma parte do texto recheada de citações em espanhol, livrando meu tempo para ser utilizado em algo mais agradável.

Evidentemente, nenhum dos citados acima tem qualquer responsabilidade sobre os erros e omissões que estiverem presentes neste trabalho.

Vovó Acydália que, infelizmente, já não existe mais, não pode viver a alegria de ver o neto Doutor pela USP. Sem ela, possivelmente, não teria havido a carreira acadêmica que abracei.

Bebeth suportou todas as vicissitudes de quem vive ao lado dos que fizeram a opção pela academia. Nunca deixou de dar aquele tipo de suporte que os que estão escrevendo a Tese tanto necessitam. Até quando já não vivíamos juntos, ela nunca deixou de ficar com as crianças e estimular e cobrar a conclusão do trabalho. Provavelmente, essa versão final não teria existido sem a colaboração dela. É impossível olhar para esse trabalho sem lembrar da ex-companheira e mãe dos meus filhos.

Major Leite e Da. Dirce, meus pais, Maria Fernanda e Elie, meus irmãos, e tia Julinha, minha outra mãe, apesar de acharem que esse trabalho é coisa de "sonhador", nunca recusaram o estímulo indispensável para que a empreitada chegasse ao fim.

Ana Paula também deixou sua marca neste trabalho. Agüentou os maus-humores, as inseguranças e as euforias típicas de quem está terminando uma de Tese de Doutorado. Foi uma grande companheira, agüentando essas e outras. O mínimo que espero é que, por muito tempo ainda, ela continue a encantar os meus dias.

SUMÁRIO

Baseado nas obras escritas por Lenin antes de chegar ao poder em 1917, o presente trabalho é um estudo sobre a capacidade da Reforma Agrária alcançar os objetivos tão enfaticamente divulgados na literatura especializada: expandir o mercado interno, aumentar a produção e a produtividade agrícola e conter o êxodo rural.

As conclusões do estudo, ou melhor, as teses defendidas, são as de que:

- 1) a Reforma Agrária não é um instrumento eficaz para alcançar aqueles objetivos;
- 2) ela não é uma proposta compatível com o marxismo-leninismo;
- 3) do ponto de vista Leninista, a proposta correta é a nacionalização das terras;
- 4) mas ela só deve ser defendida antes da revolução burguesa no campo;
- 5) a abolição total da propriedade privada da terra é uma medida de luta política, visando a destruição do latifúndio como classe, para acelerar a penetração do capitalismo no campo;
- 6) o objetivo da nacionalização das terras é acelerar a vitória da grande sobre a pequena produção e não o de praticar assistências sociais, de dar terra para quem não tem onde trabalhar;
- 7) como a burguesia já está territorializada, nem a nacionalização das terras nem a reforma agrária, constituem legítimas propostas leninistas para o Brasil atual.

ABSTRACT

This text, well-grounded on Lenin's early writings, before 1917 revolution, is a study about Agrarian Reform like an instrument to reach so publicized targets in agricultural economic literature: to widen the market, to expand production and to avoid rural exodus.

This study's conclusion, the main thesis, is the following:

- 1) the Agrarian Reform is not an effective instrument to reach those targets;
- 2) is not an orthodox marxist-leninist proposal;
- 3) on Leninist perspective, the sound proposal is the land nationalization;
- 4) but it ought to be defended before the bourgeois revolution in the rural sector;
- 5) the radical suppression of private property of land is an instrument of political struggle, extinction of latifundium class, to hasten capital penetration in the rural sector;
- 6) the land nationalization target is to improve the triumph of large production, rather than social work;
- 7) on Leninist perspective, neither land nationalization nor land reform are sound proposals to Brazil in nowadays.

ÍNDICE

<u>APRESENTAÇÃO À VERSÃO PARA A BIBLIOTECA DIGITAL DA USP</u>	<u>10</u>
<u>APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>12</u>
<u>PARTE I: AS DEFESAS DA REFORMA AGRÁRIA</u>	<u>17</u>
CAPÍTULO ÚNICO - REFORMA AGRÁRIA: PRINCIPAIS ARGUMENTOS PRÓ	18
A) PRINCIPAIS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS	18
<u>PARTE II: VIAGEM NAS OBRAS DE LENIN</u>	<u>39</u>
CAPÍTULO 1 - O MARXISMO DO JOVEM LENIN: ASPECTOS METODOLÓGICOS	40
A) MATERIALISMO CIENTÍFICO	40
B) DIALÉTICA	45
C) A EXPROPRIAÇÃO DOS EXPROPRIADORES	48
D) DETERMINISMO.....	51
E) UNIDADE ENTRE CIÊNCIA E COMPROMISSO COM A REVOLUÇÃO DO PROLETARIADO	52
F) PREPARAÇÃO DAS BASES MATERIAIS, SOCIAIS E POLÍTICAS PARA O SOCIALISMO	54
G) SOBRE AS LEIS GERAIS DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO.....	57
CAPÍTULO 2 - REFORMA AGRÁRIA PARA EXPANDIR A OFERTA AGRÍCOLA: PEQUENA X GRANDE PRODUÇÃO AGRÍCOLA.....	61
A) SUPERIORIDADE DA GRANDE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	61
B) SOBREVIVÊNCIA DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	63
C) INTERPRETAÇÃO CORRETA DAS ESTATÍSTICAS.....	68
D) EMBELEZAMENTO DA SITUAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	69
CAPÍTULO 3 -REFORMA AGRÁRIA PARA AMPLIAR O MERCADO INTERNO: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MERCADO PARA O CAPITALISMO	77
A) FORMAÇÃO DO MERCADO PARA O CAPITALISMO.	77
B) DESENVOLVIMENTO DO MERCADO NO CAPITALISMO.....	83
C) NEGAÇÃO DA TEORIA APOLOGÉTICA DO CAPITALISMO	84
D) NEGAÇÃO DA CRÍTICA PEQUENO-BURGUESA (POPULISTA) AO CAPITALISMO	86
E) COMENTÁRIOS SOBRE AS CRISES	88
F) COMENTÁRIOS SOBRE A NECESSIDADE DE UM MERCADO EXTERNO PARA O CAPITALISMO ...	92
CAPÍTULO 4 - REFORMA AGRÁRIA PARA FIXAR O HOMEM NO CAMPO: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO INDUSTRIAL ÀS EXPENSAS DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA E SUPERPOPULAÇÃO LATENTE	97
A) CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO INDUSTRIAL ÀS EXPENSAS DA POPULAÇÃO AGRÍCOLA.....	97
B) SUPERPOPULAÇÃO LATENTE	99
C) NOTA SOBRE O PAPEL DA GRANDE INDÚSTRIA.....	101
D) EMPREGO TEMPORÁRIO NA AGRICULTURA.....	102
E) MISÉRIA DO POVO: SUPERPOPULAÇÃO X CONTROLE DA NATALIDADE	105
F) CARÁTER PROGRESSISTA DA SUPERPOPULAÇÃO CAPITALISTA	107
CAPÍTULO 5 - REFORMA AGRÁRIA PARA IMPEDIR O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO: AGRICULTURA FUNDADA NO TRABALHO FAMILIAR E AGRICULTURA FUNDADA NA TERRA DE TRABALHO.....	113
A) AGRICULTURA FUNDADA NO TRABALHO FAMILIAR.....	113
B) AGRICULTURA FUNDADA NA TERRA DE TRABALHO.....	119
CAPÍTULO 6 - REFORMA AGRÁRIA PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO:PARCELAMENTO X NACIONALIZAÇÃO DAS TERRAS. 125	125
A) ESTILOS DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO.....	125

B) RELAÇÃO ENTRE OS ESTILOS DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A FORMA COMO O CAPITAL SUBMETE A PROPRIEDADE DA TERRA	126
C) NECESSIDADE DE LIMPAR AS TERRAS: A PROPOSTA DE NACIONALIZAÇÃO DAS TERRAS ..	128
D) MOMENTO ADEQUADO PARA A NACIONALIZAÇÃO.....	131
E) NACIONALIZAÇÃO NO PROGRAMA DA SOCIAL-DEMOCRACIA	133

PARTE III: CONCLUSÃO..... 140

CAPÍTULO ÚNICO –REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL, SOB A ÓTICA DE LENIN..... 141

A) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO ESTUDO APRESENTADO NA PARTE II.....	141
B) GRAU ATUAL DE SUBMISSÃO DO CAMPO AO CAPITAL NO BRASIL.....	145
C) CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS: LINHAS DE DESENVOLVIMENTO FUTURO DO TRABALHO...	154
D) FINAL	162

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 165

Apresentação à versão para a biblioteca digital da USP

O presente trabalho é um estudo do relacionamento entre a cidade e o campo, no processo de desenvolvimento do capitalismo, na ótica de Lênin, aplicado ao caso brasileiro. O mote para tal foi analisar as defesas da reforma agrária como instrumento da promoção do desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, ainda que, a certa altura do texto, trate-se da alegada possibilidade dela constituir-se num instrumento de negação daquele tipo de desenvolvimento.

O título original, portanto, não é a melhor expressão do esforço desenvolvido. Ele reflete preocupações conjunturais, o tipo de debate que se estava travando na época e não o conteúdo que é o seu ponto principal. Hoje, se fosse possível renomear a tese, ela se chamaria “*Um estudo da relação cidade-campo no desenvolvimento do capitalismo, sob a ótica de Lênin: análise das defesas da reforma agrária no Brasil*”.

No mais, o conteúdo da presente versão é idêntico ao que foi defendido em 1992, na FEA/USP. Faltou-me ânimo para uma revisão editorial, por menor que ela fosse. Estou colocando esta cópia na biblioteca eletrônica da USP a pedido dos alunos. Isso, além do mais, facilita o meu trabalho pois, mesmo passados quase quinze anos que a tese foi defendida, de vez em quando, ainda aparecem colegas pedindo uma cópia.

O leitor que comparar a paginação desta versão com a da que está disponível na biblioteca da FEA/USP perceberá que elas não são as mesmas. Nesta última o espaço entre linhas é obrigatoriamente duplo. Na presente versão o espaço entre linhas é menor. O tipo de letra usado nas duas versões também é diferente. É necessário economizar papel e espaço nas memórias dos computadores.

O leitor, provavelmente, sentirá falta da revisão editorial, no mínimo para tornar sua leitura mais agradável e livrá-lo do incômodo de certos erros ortográficos e gramaticais. Mais ainda, não poucos alunos e colegas reclamaram do excesso de citações. Explico, então, que o trabalho não se destinava ao público em geral, mas a uma banca examinadora de uma tese de doutorado. As citações explicitam a intenção de rigorosa fidelidade aos textos tratados. As citações, ademais, facilitam o trabalho da banca examinadora, simplificando a tarefa de verificar se as referências estão no contexto adequado, se elas foram adequadamente extraídas dos originais ou se elas deturpam a intenção dos autores em tela.. Apenas na conclusão deixei de recorrer abundantemente às citações. A explicação para tal é simples. Nas primeira e segunda partes “falam” os autores citados, na terceira parte quem está “falando” é o autor da tese.

A defesa, realizada no dia 29/09/92, na mesma tarde em que o Congresso Nacional aprovava o impedimento do Presidente Collor, está marcada para sempre na minha memória. Em primeiro lugar, porque fiquei surpreso com a lotação da sala da Congregação da FEA/USP. Fiquei surpreso com o número de “barbudos” presentes na platéia, atraídos, provavelmente, pelo título da tese. Muita gente de fora da FEA/USP veio assistir a defesa que durou cerca de cinco horas. O que não me deixou surpreso foi a perplexidade de quase todos eles e, até mesmo, a ira de alguns deles, com o conteúdo do trabalho. Não fiquei surpreso com a aprovação mas fiquei muito surpreso com a nota dada pela banca: dez, com distinção e louvor. Levei alguns dias “me beliscando” para ter certeza que tinha conseguido aquela nota com aquela banca.

Não foram poucos os colegas que leram esta tese. A reação de todos eles, no entanto, é de absoluto silêncio. Ninguém contestou as colocações nela contidas. Ninguém apontou um erro. Todos, apenas, comportaram-se como se ela não tivesse sido escrita, como se não tivessem lido-a. Ninguém voltou para comentá-la. Tampouco citam-na em suas listas bibliográficas. A razão para tal é óbvia: seu conteúdo não agradou a ninguém, não agradou à esquerda nem à direita do espectro político brasileiro. Que corrente (partido) política(o) envolvida(o) na luta eleitoral, afinal, se beneficia da conclusão de que é preciso reivindicar direitos trabalhistas e sociais para acelerar a quebra da pequena produção e liberar caminho para o triunfo da grande produção, que prepara as bases materiais, sociais e políticas para o socialismo?

Lembro que, após a defesa, o Jornal da USP ligou-me solicitando uma entrevista para fazer uma matéria sobre a tese. Quando o repórter chegou entreguei-lhe um texto com duas páginas resumindo o conteúdo da tese e solicitei que ele rubricasse uma cópia acusando ter recebido tal texto resumo. Ele “tomou um susto”. Dias depois apareceu outro repórter para repetir a entrevista e eu repeti o procedimento. Quando a matéria saiu no Jornal da USP a “vedete” era um trabalho defendido na UNICAMP, com uma tese oposta à que eu havia defendido. Minha tese foi citada num pequeno quadro em separado, que não ocupava 10% do espaço total da reportagem.

Tempos depois enviei para a Revista Brasileira de Ciências Sociais um artigo, fundamentado na minha tese de doutorado, em que criticava a tese objeto principal da matéria publicada naquele Jornal da USP e que havia sido premiada pela Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). Ele foi recusado com o argumento de que não estava em linguagem acadêmica e não interessava à linha editorial da Revista.

Confesso que, apesar disso tudo ou por talvez causa disso tudo, tive enorme prazer em realizar esse trabalho que me afastou da “mesmice” que escreveram e disseram e continuam escrevendo e dizendo sobre o tema. Esse trabalho, além do mais, permitiu-me nunca mais confundir marxismo com religião, marxismo com radicalismo pequeno-burguês, compromisso político com o proletariado com opção preferencial pelos pobres, militância política com penitência.

Mais ainda, esse trabalho foi um passo importante para que hoje eu esteja estudando outras coisas no âmbito do marxismo. Não diminuiu nem negou a relevância e a correção (acerto) do que aqui está contido, mas analiso-o numa perspectiva mais próxima dos colegas da filosofia e mais distante dos colegas economistas. Hoje, por exemplo, enfatizo que a elevação da composição orgânica do capital, fruto do triunfo da grande produção, antes de ser uma lei “econômica”, se é que ela assim pode ser qualificada, é uma expressão da dominação do trabalho morto sobre o trabalho vivo, da inversão sujeito-predicado que caracteriza a sociedade moderna. Esse refinamento na maneira de entender o marxismo, obviamente, em nada altera a relevância e as conclusões econômicas do estudo cujo melhor produto, para mim, foi o de distanciar-me mais ainda da “esquerda” que tem tanta influência na imprensa, nos partidos políticos e mesmo na academia.

Paulo de Tarso Soares

maio de 2007

APRESENTAÇÃO

Na literatura de economia brasileira, as teorias mais em voga sobre o desenvolvimento da economia brasileira, deixavam e continuam deixando no autor deste trabalho, uma insatisfação em relação ao que é apontado como causa dos problemas de pobreza e miséria que persistem no país.

No modelo de "substituição de importações", o impulso para as inversões substituidoras de importação é o estrangulamento externo, mas este é gerado endogenamente no processo. As ondas de inversões substituidoras de importação expandem a renda, a demanda agregada e a oferta agregada e, conseqüentemente, a demanda por divisas para importar bens de consumo, máquinas, equipamentos e insumos. Frente a uma pauta de exportações sem dinamismo, porque constituída principalmente por produtos primários, aquelas inversões substituidoras de importações acabam gerando novo estrangulamento externo.

Na raiz desse forte viés pelas importações está a ausência de um setor de bens de capital desenvolvido nacionalmente, de forma a atender a constelação de recursos naturais e a dotação de fatores vigente no país - abundância de mão-de-obra e escassez de capital. Assim, as inversões são feitas com tecnologia importada, desenvolvida para solucionar problemas diferentes - abundância de capital e escassez de mão-de-obra - que usam recursos de uma constelação diferente daquela do país que está substituindo importações.

Como os países latino-americanos entraram atrasados na industrialização, a relação capital produto dos investimentos industriais é muito alta em relação à taxa histórica de poupança desses países. Daí que as inversões substituidoras de importações precisam ser apoiadas por subsídios para os investidores privados. Isto produz uma incompatibilidade entre os preços relativos e a dotação dos fatores de produção existentes no país.

Técnicas tradicionais de produção, com baixa produtividade, e um mercado internacional, fortemente competitivo e com baixas elasticidades preço e renda, resultam numa oferta inelástica de divisas para o país. O mercado interno caracteriza-se pela comercialização do excedente do autoconsumo das pequenas propriedades agrícolas, o que resulta numa oferta inelástica de alimentos. A agricultura não consegue gerar as divisas, os produtos e os empregos que fomentariam o desenvolvimento industrial.

Tem-se, então, uma distorção importante na alocação de recursos na economia e uma incapacidade para incorporar ao mercado uma parcela significativa da população. O resultado disso é uma industrialização dependente da concentração de renda e dos mercados sofisticados gerados por essa concentração.

No modelo que ficou conhecido como "capitalismo tardio", a dinâmica da economia brasileira é determinada internamente desde a época da economia cafeeira. Quando, em função da dinâmica dessa economia mercantil-escravista-nacional, o modo de produção capitalista se tornou dominante, não foi possível constituir, plenamente, forças produtivas capitalistas.

A dificuldade de superação, pelo capital nacional, dos problemas de salto tecnológico, acesso à tecnologia, mobilização e centralização de capitais, e as restrições às exportações de capitais, numa época em que o capitalismo já era monopolista a nível mundial e tinha acabado de passar por uma segunda revolução industrial, resultaram em que não fosse constituído um departamento de bens de produção capaz de libertar a acumulação da fragilidade da estrutura técnica do capital.

Quando esse departamento pode ser constituído, em função da atuação governamental e da concorrência entre as empresas europeias e as norte-americanas, o seu baixo peso relativo na estrutura produtiva do país resultou numa incapacidade para solucionar os problemas de miséria e pobreza, de emprego etc.

Num país com dimensões continentais, uma das principais hipóteses teóricas a respeito do seu desenvolvimento nem considera o papel do campo. A outra hipótese teórica famosa limita-se a constatar um atraso no desenvolvimento do campo e assinalar que isto não beneficia a indústria.

A insatisfação com essas explicações motivou a procura de hipóteses teóricas alternativas nas disciplinas de economia agrícola do Doutorado do IPE/FEA/USP. Ali foi feita a descoberta que, à semelhança da literatura de economia brasileira, enfocava-se a contribuição da agricultura para a promoção do desenvolvimento limitando-a ao papel de fornecedora de mão-de-obra, de divisas estrangeiras, de matérias-primas e de mercado para os produtos industriais.

Fora a unanimidade a respeito da ausência de uma "verdadeira" política agrícola, a respeito da necessidade de uma política que não signifique a submissão da agricultura aos interesses da indústria e que, portanto, não prejudique os "tão sofridos produtores agrícolas", os debates concentravam-se em saber se aqueles papéis tinham sido adequadamente cumpridos ou se, de fato, eram realmente necessários no caso da economia brasileira.

Em Economia Agrícola II, no entanto, onde se discutiu o tema questão agrária, três encontros foram particularmente marcantes. O primeiro deles, evidentemente, foi com a abrangente defesa da reforma agrária como solução para uma enorme gama de problemas. O segundo foi com as obras de Lenin sobre a penetração do capitalismo no campo. A partir daí aconteceu o encontro com compreensão mais adequada dos trabalhos do grande mestre Ignácio Mourão Rangel.

A procura de uma teoria que explicasse desenvolvimento da economia brasileira a partir da integração da cidade com o campo, propiciou o encontro com o que acabou sendo uma Tese de Doutorado.

A pergunta que norteia este estudo sobre Lenin e as defesas da reforma agrária no Brasil, refere-se ao legítimo posicionamento de um leninista ortodoxo frente a bandeira da reforma agrária.

Para respondê-la, foi preciso fazer uma análise das defesas da reforma agrária. Esta tem sido apresentada como solução para os exageros do que alguns afirmam ser a contradição básica do capital - necessitar da força de trabalho e, simultaneamente, torná-la supérflua - assume nos países subdesenvolvidos, solução para os problemas urbanos, energéticos, ecológicos, indígenas, solução para a falta de democracia e de falta de justiça social e solução para os problemas distributivos. A análise, no entanto, mostrou que essas defesas podiam ser reduzidas a quatro tipos de argumentos.

Dois deles constituem simples repetição de velhas teses: reforma agrária como instrumento de expansão da oferta agrícola e de aumento do mercado interno. Um outro tipo de argumento, reforma agrária para conter o êxodo rural, não é independente dessas velhas teses mas, a frequência com que tem sido usado justificou um tratamento em separado. A novidade ficou com o argumento da reforma agrária como uma forma de negar o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Registre-se que, a parte dedicada a apresentação desses argumentos não deve ser entendida como uma tentativa de fazer uma resenha exaustiva dos inúmeros autores que tratam do tema reforma agrária no Brasil. No capítulo único dessa parte inicial, estão listados os autores cujos trabalhos eram de mais fácil acesso e/ou apresentavam mais claramente os argumentos em tela.

Em seguida, na segunda parte deste trabalho, mostra-se o resultado da "viagem" às obras de Lenin, procurando encontrar referências úteis para a análise dos temas acima citados. Não é demais lembrar que Lenin nunca tratou de temas relacionando a reforma agrária com a expansão da oferta agrícola, com o aumento do mercado interno, com a fixação do homem no campo e com a negação do desenvolvimento do capitalismo no campo. A tarefa nessa "viagem" foi garimpar o Lenin "economista"

O tratamento desses temas foi feito pesquisando-se, nos textos de Lenin, referências sobre os seguintes pontos: superioridade da grande em relação à pequena produção agrícola; formação e desenvolvimento do mercado interno; crescimento da população industrial relativamente à população agrícola e superpopulação latente; discussão com os populistas sobre as tendências centralizadoras da economia mercantil. O resultado dessa pesquisa sobre o "economista" Lenin está exposto nos capítulos de numero 2 a 5 da segunda parte do trabalho. O Lenin "economista" e "político/revolucionário" está no sexto e último capítulo dessa parte.

O interesse ficou centralizado na questão teórica. Não houve preocupação com a parte empírica dos textos defensores da reforma agrária no Brasil. O questionamento foi dirigido para a lógica da argumentação. Não interessou, portanto, se um particular autor mudou de posicionamento teórico e, hoje, já não defende a reforma agrária com os mesmos argumentos.

A discussão refere-se às teses e não ao posicionamento desse ou daquele autor. Registre-se, no entanto, que as mudanças de certos autores, foram por eles justificadas não como fruto de revisões na lógica dos argumentos mas, como resultado deles terem sido negados pelos fatos.

Para facilitar a compreensão dos argumentos de Lenin, o primeiro capítulo da segunda parte apresenta a concepção geral desse autor sobre o marxismo. Concepção essa que norteia seus trabalhos teóricos e políticos até a tomada do poder em 1917. O interesse do presente trabalho centra-se no Lenin fomentador da revolução socialista.

A capacitação teórica para definir o legítimo posicionamento de um leninista frente às defesas da reforma agrária no Brasil, hoje, complementa-se com o que consta do último capítulo da segunda parte. Ali, trata-se do tema penetração do capitalismo e a atuação política do leninista.

Os resultados da capacitação teórica obtida ao longo deste trabalho são apresentados em um único capítulo na parte final desta tese. A estratégia de exposição foi a de, primeiro mostrar o questionamento da eficácia da reforma agrária para alcançar os objetivos pretendidos por seus defensores e, depois, apresentar o enfoque correto do ponto de vista leninista.

A terceira e última parte do presente texto contém os principais pontos que devem nortear o posicionamento de um leninista e que o levam a posicionar-se frente a bandeira da reforma agrária no Brasil. Adicionalmente, apresentam-se as linhas de desenvolvimento futuro deste trabalho.

Antes de terminar esta apresentação, é preciso comentar alguns pontos provocados por um trabalho como o que aqui foi desenvolvido.

Ninguém lida impunemente com um autor que desperta tantas reações, seja de raiva, seja de admiração. Em momento algum do trabalho esteve presente a ilusão de que um tema como esse, não seria objeto de questionamentos.

Assim, como em qualquer trabalho acadêmico, o primeiro questionamento que pode vir refere-se à validade da pergunta norteadora do esforço intelectual realizado. Uma forma de fazer isto é dizer que, para saber o posicionamento correto de um leninista ortodoxo frente a bandeira da reforma agrária, basta ler os textos escritos pelo referido autor.

A defesa do trabalho começa apontando o equívoco da afirmativa que, para conhecer-se uma teoria, basta sua leitura. Afinal, não existe leitura sem interpretação. Um mesmo texto comporta "leituras" e leituras que, podem ser, e comumente o são, significativamente distintas. O próprio Lenin, para muitos, constitui uma particular interpretação do marxismo. Se assim não fosse, não existiriam tantas correntes marxistas, tantas correntes keynesianas etc. Diferenças sutis produzem intervenções radicalmente distintas na realidade.

Um outro questionamento refere-se à possibilidade de transposição, para o Brasil recente, de teses leninistas voltadas para a realidade russa do final do século passado. O marxismo não seria uma ciência mas, um método de análise e, portanto, é preciso reconstruí-lo cada vez que for utilizado.

Nesse tipo de crítica costuma-se recorrer ao grande mestre e renomado marxista, Caio Prado Junior, no seu famoso texto intitulado A Revolução Brasileira, aqui referido como Prado Jr. (53). Recorre-se, especificamente, à parte onde o autor critica o procedimento de admitir-se aprioristicamente uma teoria e nela tentar encaixar os fatos.

A resposta a esse tipo de questionamento pode começar pelo que consta do primeiro capítulo da segunda parte deste trabalho. Mostra-se, ali, que, o marxismo, para Lenin, é uma ciência que trata das leis gerais de desenvolvimento do capitalismo. O marxismo está sujeito ao critério científico da repetição, no entanto, como trata de leis "gerais", não se invalida seu caráter científico quando se encontram exemplos onde elas não se realizam. Não bastasse isso, conforme apresentado no capítulo único da terceira parte do trabalho, a denominada "modernização conservadora" da agricultura brasileira é uma evidência que, aqui, o capitalismo vem penetrando no campo de acordo com suas leis de desenvolvimento (e.g. elevação da composição orgânica do capital, que é a expressão da superioridade da grande produção capitalista).

Quanto à parte da crítica que procura fundamentar-se em Caio Prado Junior, cabe mostrar a discordância com o uso que é feito das palavras desse autor. É preciso entender o contexto em que aquelas palavras foram usadas.

O grande mestre estava usando-as contra os que, olhando para a realidade brasileira, insistiam na existência de traços feudais no Brasil. Segundo o modo de ver de Prado Junior, isto constituía uma deformação da realidade, significava "forçar a barra". É preciso ter presente, no entanto, que Caio Prado não estava construindo uma teoria a

partir da realidade. O renomado marxista tinha bem clara a diferença entre os conceitos de assalariamento e de corvéia, daí que, analisando a realidade brasileira, concluiu que as relações de trabalho eram mais próximas do assalariamento (do capitalismo) do que da corvéia (do feudalismo).

Além do mais, como mostrado no quinto capítulo da segunda parte deste trabalho, Lenin não concordaria com as afirmativas de Caio Prado sobre as diferenças entre as reminiscências econômicas do feudalismo e do escravismo.

Para Lenin, capitalismo e feudalismo constituem modelos paradigmáticos. No seu trabalho clássico sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, analisando a realidade russa de sua época, Lenin observou que algumas relações de trabalho eram características, ou estavam mais próximas, do feudalismo, outras, eram características, ou estavam mais próximas, do capitalismo, outras ainda, eram impossíveis de serem classificadas num ou noutro modelo. A preocupação fundamental do autor era investigar se o modo de produção capitalista estava tornando-se dominante, era com o que estava por vir.

Uma outra forma de questionar o recurso aos textos de Lenin, com o objetivo de analisar a realidade brasileira, é dizer que os textos desse autor eram meramente "políticos", atendendo exclusivamente às circunstâncias. Em outras palavras, os textos eram simplesmente "oportunistas" e não científicos.

Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que, a junção da dimensão científica com a dimensão revolucionária, era vista por Lenin como uma grande vantagem do marxismo em relação às teorias concorrentes. Lenin não teorizava pelo simples objetivo de conhecer mas, exclusivamente, para interferir na realidade, fomentando a luta de classes. A teoria constituía a sua principal arma, era seu "farol" para a atuação política. Nada há de "oportunista" nesse tipo de comportamento. Há, sim, um inabalável compromisso com a classe operária.

Essa característica revela uma dificuldade considerável para os que se dispõem a realizar um trabalho como o que foi desenvolvido nesta tese. A "viagem" nos textos de Lenin precisa ser feita com enorme cuidado para que a teorização não seja separada do contexto em que foi escrita originalmente e, assim, produza-se uma deformação teórica.

Esforço como o que foi realizado nesta tese, vai contra a corrente. Atualmente, com bastante freqüência, elogia-se a heterodoxia, as leituras "livres" etc. O presente trabalho reivindica exatamente o contrário dessa postura. Este texto pretende estar na mais legítima ortodoxia leninista. Ortodoxia, não entendida como dogmatismo mas, compreendida como rigor absoluto às premissas teóricas.

O presente esforço pretende, também, mostrar que Lenin continua útil no processo de análise do campo no Brasil. Os textos desse autor, no mínimo, ajudam a separar o joio do trigo e colocar em ordem as discussões sobre a reforma agrária.

Finalmente, ao mostrar que o compromisso de Lenin é com o triunfo da grande produção capitalista, para agudizar a luta de classes entre a burguesia e o proletariado e, assim, acelerar a superação do modo de produção capitalista pelo modo de produção socialista, esta tese pretende ser uma contribuição ao esforço de desvinculação entre igualitarismo e marxismo. Quem sabe se, depois de passada a perplexidade com a queda da União Soviética, os textos marxistas possam ser lidos com outros "óculos" e se possa compreender melhor a sociedade moderna.

PARTE I: AS DEFESAS DA REFORMA AGRÁRIA

CAPÍTULO ÚNICO - REFORMA AGRÁRIA: Principais Argumentos Pró

a) Principais Argumentos Favoráveis

O discurso justificando a necessidade/vantagem de uma alteração distributiva na estrutura fundiária do Brasil, hoje, parece ser diferente do discurso comum de trinta anos atrás. Uma leitura atenta, no entanto, revela que a essência, ou seja, os objetivos da reforma agrária, continuam os mesmos, só que apresentados com matizes diferentes ou com atributos adicionais.

Nos anos 1950/1960, a reforma agrária, a distribuição de terras aos que a ela não têm acesso como produtores (proprietários rurais), em geral, era vista como um instrumento para aumentar a produção agrícola e expandir o mercado interno.

Para os autores politicamente situados no campo da "esquerda", a permanência de traços feudais no campo gerava a inelasticidade da oferta agrícola e o reduzido mercado para os produtos industriais e, conseqüentemente, a limitação do desenvolvimento da economia brasileira. Sendo assim, a reforma agrária era necessária para eliminar os resquícios feudais do campo brasileiro e, conseqüentemente, tornar elástica a oferta de produtos agrícolas, ampliar o mercado para os produtos industriais e, dessa forma, promover o desenvolvimento da economia brasileira.

Paulo Schilling (60) alinhava como objetivos fundamentais da reforma agrária:

- 1) Eliminação do latifúndio como instituição, e do latifundiário como classe;*
- 2) Extinção das relações de produção semifeudais ainda existentes no campo - trabalho gratuito, parceria e arrendamento;*
- 3) Democratização da propriedade rural, pela difusão das pequenas e médias propriedades e, numa segunda fase, pela instituição da propriedade coletiva;*
- 4) Extensão aos assalariados do campo dos direitos que a legislação do trabalho assegura ao proletariado urbano;*
- 5) Aumento da produtividade e da produção agrícolas, objetivando maiores e mais baratos suprimentos às populações urbanas;*
- 6) Incorporação à economia nacional da imensa massa campesina, atualmente quase sem capacidade aquisitiva, multiplicando assim os mercados necessários ao desenvolvimento da indústria nacional". (p.109)*

Rui Facó (18) também fazia a ligação entre os traços feudais, a inelasticidade da oferta agrícola, o reduzido mercado para produtos industriais, a limitação do desenvolvimento e a reforma agrária como solução. Isto fica evidente quando o autor lista as forças que se uniram em defesa da reforma agrária:

"A revolução agrária no Brasil de nossos dias é um imperativo. Forças sociais diversas tendem a unir-se para a

derrocada final e radical da de há muito ultrapassada estrutura agrária que herdamos do Império e que a República Feudal-Burguesa timbrou em conservar. Estas forças são: a) as massas dos sem-terras e os proprietários aparentes; b) os operários das cidades vítimas diretas de uma agricultura atrasada que entrava o desenvolvimento da indústria e mantém preços artificialmente elevados para gêneros essenciais de consumo; c) os industriais, interessados particularmente na elevação do poder aquisitivo de mais de 40 milhões de brasileiros que vivem no campo e que não podem comprar não somente rádios, televisores, máquinas de costura, mas nem mesmo roupas e sapatos; d) os agricultores capitalistas, que reclamam terra barata para cultivar". (p.54)

Mário Alves (03) considerava "válida a idéia de que a reforma agrária, na atual etapa da revolução brasileira, tem como objetivo eliminar o latifúndio atrasado, de tipo semi-feudal" (p.63) e enfatizava a inelasticidade da oferta agrícola e o reduzido mercado rural como uma das ordens de fatores que convergiam "para dar à reforma agrária a força de uma necessidade histórica irreprimível" (p.65). Dizia esse autor:

"... o desenvolvimento econômico do país contribui para agravar, em escala considerável, a contradição entre as forças produtivas e o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários. O crescimento da indústria, dos serviços e da população urbana exige um aumento rápido da produção de alimentos e matérias-primas, reclamando imperiosamente a exploração das terras dos latifúndios e a elevação da produtividade do trabalho agrícola. Enquanto, no período de 1949 a 1958, o produto industrial cresceu de 135% em termos reais, o produto agrícola aumentou de apenas 42%. A expansão da indústria impõe, paralelamente, a ampliação do mercado interno mediante a elevação do poder aquisitivo da população rural". (p.65)

Alberto Passos Guimarães (23) também não foge ao esquema que vem sendo apresentado. De acordo com esse autor, o desenvolvimento brasileiro estava sendo limitado:

"Em primeiro lugar, porque o sistema latifundiário feudal-colonial está constituído para exportar toda a sua produção e ao fazê-lo, por definição, exporta também parte da renda e dos lucros produzidos, cedendo-se aos trustes internacionais. Para que tal mecanismo de sucção funcione sem prejuízo da parte que cabe à classe latifundiária, esta transfere, para seus trabalhadores e para a população do país onde se situa, os ônus decorrentes desse processo de espoliação. Em segundo lugar, porque o sistema latifundiário feudal-colonial exige, como peça inseparável de seu mecanismo, a organização de uma rede de intermediários-compradores e intermediários-usuários que atuam no sentido de facilitar a transferência da parte dos lucros especulativos para as mãos dos trustes internacionais, como no sentido de ainda mais reduzir a remuneração dos trabalhadores agrícolas ... E em terceiro

lugar, porque todo esse aparelho pré-capitalista de produção e distribuição, à medida que promove a evasão de parte da renda gerada para o exterior, descapitaliza o país e limita o desenvolvimento industrial; e, à medida que comprime o poder aquisitivo das massas rurais, limita a expansão do mercado interno". (p.36 e 37);

e, sendo assim, era necessário uma reforma agrária "democrática" para:

"... romper e extirpar, simultaneamente, as relações semi-coloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semi-feudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e 'jurídico' da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país". (p.38)

Em suma, para esses autores que reivindicavam a herança teórica e política do marxismo, a reforma agrária para eliminar os traços feudais prevaletentes na agricultura brasileira e, com isto, aumentar a produtividade do setor rural e ampliar o mercado interno, era um imperativo do desenvolvimento da economia brasileira.

A reforma agrária não era defendida apenas pelos marxistas. Autores não marxistas como Celso Furtado (21) também entendiam que a estrutura agrária gerava problemas de elasticidade de oferta agrícola, de tamanho de mercado para os produtos industriais e, dessa forma, limitava o desenvolvimento da economia brasileira:

"Desfalcado de parcela substancial do seu excedente de produção, que o coloca em contato com a economia de mercado, monetária, o camponês sem terras não consegue elevar o seu padrão de vida e o seu horizonte cultural, não pode contribuir significativamente para a expansão do mercado de produtos industriais, nem tampouco melhorar a eficiência de seu trabalho, através de investimentos ou da adoção de técnicas mais elaboradas de exploração da terra. Esta condição dificulta, por outro lado, seu acesso às fontes de crédito oficial, às organizações de assistência técnica e sua própria organização em cooperativas de produtores" (p.146)

Até mesmo correntes políticas de direita relacionavam a estrutura agrária com a inelasticidade de oferta, com o reduzido tamanho do mercado rural e, conseqüentemente, com a limitação ao desenvolvimento brasileiro. Num documento (ver ref. bibliog. 50) elaborado para explicar o relacionamento entre o Programa de Ação do Governo do Marechal Castelo Branco e as Reformas de Base do Governo João Goulart está escrito:

"O quadro se completa pela precariedade das condições do meio agrário: uma elevada percentagem da população dependente da atividade agrícola; níveis de tecnologia e de mecanização bastante reduzidos; pequena área cultivada por trabalhador ocupado; condições de vida das mais precárias, no que se refere a habitações, educação e nível sanitário. Por isso mesmo, é reduzidíssima a produtividade per capita no meio rural brasileiro, bastando que se atente para a seguinte relação: no Brasil, um indivíduo ativo na agricultura provê alimentos para cinco outros, enquanto que na França, Canadá

e Estados Unidos, a mesma relação é de um para dez, um para vinte e um para trinta, respectivamente.

"O problema vem se agravando agudamente com a crescente industrialização do país e com a concentração populacional nos grandes centros urbanos. Toda essa população, absorvida no trabalho urbano, cria exigências cada vez maiores de suprimento de alimentos, demandando uma organização mais sistematizada de sua produção, transporte e distribuição. Em contraposição, o crescimento da produção industrial gera a necessidade de alargamento do mercado consumidor, ou seja, a incorporação de novas áreas da população no consumo de produtos industriais, que se pode obter pela elevação dos padrões econômicos da população rural, facultando-lhe poder aquisitivo para acesso aos produtos manufaturados". (pp. 124 e 125)

O PAEG (51), elaborado sob a responsabilidade de Roberto de Oliveira Campos, chegava a afirmar que:

"... não há dúvida de que a distribuição emergente do Censo Agrícola sugere, de imediato, dois tipos de mal formação na estrutura agrária: a grande propriedade, na qual o uso da terra como fator de produção é, em larga medida, desperdiçado, e a exploração demasiado pequena, incapaz de gerar economias de escala e permitir o uso de certos implementos agrícolas";

e que:

"A existência de monopólio institucional em certas áreas de latifúndio deriva do fato de que, pela falta de mobilidade geográfica da mão-de-obra rural - ausência de poupanças para financiar empreendimento próprio em área agrícola nova ou falta de alternativa de emprego na própria região considerada - o proprietário da terra é, em verdade, um monopolista com relação ao fator trabalho. Controlando mais o uso da terra do que propriamente o preço desta, o proprietário pode lançar mão do seu poder monopsonico para manter os salários em baixo nível e, dessa forma, postergar mudanças tecnológicas que aumentem a relação capital/trabalho". (p.105)

Tanto a "esquerda" quanto a "direita" propunham uma intervenção no campo como forma de solucionar os problemas de estreiteza do mercado para os produtos industriais e de insuficiente produção agrícola. A "esquerda", diagnosticando traços coloniais/feudais ainda presentes no campo brasileiro, defendia uma intervenção direta na estrutura agrária. A "direita", concentrando a atenção na contradição entre a indivisibilidade de fatores de produção e a dotação desses fatores e na eliminação do monopsonio no mercado de mão-de-obra, ambos impeditivos da modernização da agricultura, defendia a intervenção indireta na estrutura agrária, via legislação social e tributação.

O sucesso econômico alcançado pelo país após 1964 deixou claro que a ausência da reforma agrária, que alargaria o mercado interno para os produtos industriais e expandiria a oferta agrícola, não constituía impeditivo, ou mesmo simples redutor da

velocidade, do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Em outras palavras, do ponto de vista do desempenho econômico, a reforma agrária não fez qualquer falta pois, não só o capitalismo expandiu-se com uma velocidade antes não alcançada, como o próprio setor rural passou por um vigoroso processo de modernização.

Por essa razão, o argumento do tipo "necessidade do desenvolvimento" perde força na defesa da reforma agrária.

Esse vigoroso crescimento econômico foi acompanhado por um, igualmente vigoroso, crescimento das cidades. O desmesurado "inchaço" das cidades, como afirmam uns, ou a "metropolização", como afirmam outros, passou a constituir um problema que atinge a maior parte da população brasileira. Apesar de muito acelerado, o sucesso econômico não foi suficiente para alcançar e incorporar expressivas parcelas da população à economia de mercado. Assim, desemprego, criminalidade, violência, escassez de habitações, "favelização" etc. passaram a assustar um enorme contingente de pessoas.

A defesa da reforma agrária, evidentemente, não podia ficar imune a essas significativas transformações na vida dos residentes no Brasil. Passa-se, então, a enfatizar a reforma agrária como uma solução para os problemas da cidade. Reduz-se a importância da reforma agrária como instrumento de expansão da oferta agrícola e aumento do mercado para os produtos industriais e passa-se a enfatizá-la como instrumento para contenção do êxodo rural e, conseqüentemente, do "inchaço" das grandes cidades.

A constatação da convivência entre acelerada modernização, na cidade e no campo, e a agudização dos problemas sociais, repercutiu na forma de enxergar o papel da modernização da agricultura. Antes, ela era vista como solução para os problemas de insuficiência de desenvolvimento. Depois, ela passou a ser vista como causadora de miséria na cidade e no campo.

O resultado é que a reforma agrária deixa de ser enfatizada como um instrumento do desenvolvimento do capitalismo e passa a ser enfatizada como um instrumento de justiça social. A reforma agrária, desde então, passa a ter um papel "social", torna-se um instrumento de justiça social.

Um excelente exemplo do que acabou de ser exposto, encontra-se no trabalho de Ricardo Abramovay (01). Após expor a tese "*do conjunto da esquerda (do PCB à CEPAL)*", tão difundida nos anos 1960, sobre a inevitabilidade da estagnação da economia brasileira caso não fosse realizada uma reforma agrária, o autor reconhece que:

"O golpe de 64 encarregou-se tragicamente de mostrar a inconsistência histórica dessa bela construção lógica. Durante a década de 1960 surgiram trabalhos que demonstraram que a estrutura agrária nunca foi um obstáculo ao desenvolvimento econômico. De fato, depois de 1964, o capitalismo no Brasil se desenvolveu como nunca anteriormente, e este desenvolvimento, na própria agricultura, foi mais acelerado do que em qualquer outro momento da história, sem reforma agrária." (p.14)

Abramovay, no entanto, sublinha que o que foi negado pelos fatos econômicos após 1964 foi a tese da impossibilidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, sem a realização de uma reforma agrária. A reforma agrária ainda teria importantes

tarefas a cumprir no desenvolvimento brasileiro - aumentar a produção de alimentos e prender o homem no campo, contendo o êxodo rural e contribuindo para a solução da questão urbana:

"Existe uma vertente do pensamento econômico sobre os problemas sociais brasileiros hoje, que atribui o problema alimentar brasileiro, exclusivamente ao problema de escassez de renda da população. {...} Pois bem, eu acho que as correntes de pensamento que acreditam na reforma agrária, não compartilham dessa idéia, elas acreditam que além de um problema de renda, de mercado para a agricultura, existe um outro problema de oferta de alimentos. Por um lado, temos uma retração na demanda em função do arrocho salarial, da concentração da renda etc. Mas, temos também uma estrutura agrária, que é incapaz de resolver o problema agrícola brasileiro, ou seja, é incapaz de responder de maneira ágil e eficaz às demandas do mercado, ainda que essas demandas existissem. Nesse sentido, esse problema de oferta de produtos agrícolas poderia ser atenuado via reforma agrária, na medida que nós sabemos que a pequena produção seria instalada num processo reformista, é uma pequena produção que se dedica prioritariamente a produzir alimentos. Isso sem falar, para voltar à questão urbana, que a reforma agrária, se não reverteria, pelo menos interromperia o processo de êxodo rural." (p.16)

Em suma, conclui Abramovay:

"... eu não quero dizer que a reforma agrária seja imprescindível ao desenvolvimento capitalista. Acho que é perfeitamente possível o desenvolvimento capitalista no Brasil continuar sem reforma agrária. O que quero assinalar é que, como veremos a seguir, embora o mais importante na reforma agrária seja seu aspecto político, do ponto de vista social e econômico, um processo de reforma agrária não é uma picuinha, não é algo inexpressivo para a sociedade brasileira. É algo que resolveria questões importantes". (p.17)

Uma reforma agrária para, simultaneamente, gerar oportunidade de sobrevivência do homem no campo, para permitir que a oferta de alimentos responda de maneira "ágil e eficaz" às demandas do mercado, é defendida por Abramovay com base na hipótese de que a pequena produção é competitiva em termos de produtividade com a grande produção:

É claro que na maioria dos casos a sobrevivência do campesinato na sociedade capitalista, como bem mostra Kautsky em A Questão Agrária, deve-se à miséria do camponês. Mas, por outro lado, também, hoje em dia está mais que evidente de que a tão propalada superioridade técnica da grande propriedade sobre a pequena, é contestada por inúmeros estudos, ou seja, é perfeitamente viável, possível e concebível que se tenha a criação de um setor baseado em pequenas unidades de produção e que entretanto seja

competitivo com relação ao setor capitalista da economia."
(p.17)

Hipótese essa, que foi reiterada na sua Tese de Doutorado (02), com o argumento de que existem limites para o avanço da divisão do trabalho no campo e, por isso, a grande produção, muitas vezes, não conseguia superar a pequena produção agrícola. Assim, na base da sustentação do papel social da reforma agrária, está o velho argumento da reforma agrária como instrumento de aumento da oferta agrícola.

Uma outra forma de atribuir um papel social à reforma agrária é dizer que a modernização acelerada, fomentada a partir do Estado, amparada em subsídios para a grande produção, produz um desenvolvimento com maior ônus para a população. Isto foi claramente defendido por Jacob Gorender (22) numa conferência proferida em 1979.

O autor chamou a atenção que duas linhas de desenvolvimento haviam sido definidas, historicamente, no campo brasileiro: a linha do latifúndio e a linha da pequena exploração camponesa familiar. Sendo esta última, claramente, superior à primeira.

A linha do latifúndio não sobrevivia sem uma bateria de subsídios creditícios, isenções de impostos, concessão gratuita de desenvolvimento tecnológico etc. Esse tipo de política estatal vinha de longa data, beneficiava os grandes proprietários, os produtos de exportação e a pecuária bovina de corte e as regiões política e economicamente mais forte e estava *"conjugada com o interesse da indústria de equipamentos e de insumos agrícolas e com a indústria transformadora das matérias-primas agrícolas, setores nos quais predominam amplamente as grandes multinacionais imperialistas"* (p.53).

Duas ordens de motivos faziam com que essa linha de desenvolvimento rural brasileiro fosse mais onerosa que a sua alternativa camponesa-familiar. Uma delas era a inadequação da tecnologia e o uso excessivo de equipamentos:

"Não se pode dizer que é o exclusivo interesse dessas multinacionais que está tecnificando algumas regiões da agricultura brasileira, mas tal interesse explora e torna muito mais oneroso o desenvolvimento das forças produtivas na agropecuária nacional. Os exemplos mais flagrantes são os da tecnologia inapropriada (pois não foi criada para o Brasil) e da superequipamentação, ou seja, da aquisição de equipamentos acima do necessário. O que não pode deixar de se refletir no crescimento exorbitante dos custos de produção, absorvendo parte da vantagem do aumento da produtividade do trabalho." (p.53)

A outra ordem de motivos para a onerosidade da linha latifundiária estava na impossibilidade de abdicar da renda da terra e do lucro, o que não ocorria com a linha camponesa-familiar:

"Além disso, apesar de dispor de sistemas favoráveis de comercialização, a grande propriedade não pode prescindir da renda da terra e do lucro. O preço de mercado dos seus produtos deve incorporar esses itens, donde, em não poucos casos, serem tais produtos viáveis no mercado somente se auferirem de uma elevada renda da terra diferencial ou se tiverem a subvenção do Estado." (p.53)

Quem arcava com o ônus dessa linha latifundiária de desenvolvimento rural era a grande massa da população, seja via produtos mais caros, seja via inflação:

"Por tudo isso, a agricultura brasileira via grande propriedade ainda é relativamente pouco rentável e precisa andar constantemente amparada nas muletas do Estado. O ônus é sofrido pelas grandes massas da população sob a forma de produtos agrícolas mais caros e sob a forma, também por causa disso, de uma inflação recrudescente." (p.53)

Diferente era o caso da linha de desenvolvimento rural baseada na pequena exploração camponesa-familiar. Uma via de desenvolvimento com extraordinária vitalidade e que era responsável pela maior parte do abastecimento alimentar das populações urbanas.

Apesar das enormes dificuldades com que se defrontava, a linha da pequena propriedade camponesa-familiar havia conseguido impor-se. Um dos obstáculos para o seu desenvolvimento estava no fato dessas propriedades localizarem-se nas piores terras. Outro obstáculo era a falta de apoio do Estado. Um terceiro obstáculo vinha do açambarcamento que sofriam por parte do capital mercantil, por parte do sistema de intermediação da produção agrícola.

É certo que essas dificuldades transformavam a pequena exploração camponesa familiar num viveiro de mão-de-obra assalariada. Algo que ocorria tanto na forma do trabalho temporário:

"Na sua modalidade minifundiária mais pobre, a exploração camponesa constitui um viveiro de mão-de-obra assalariada temporária para pequenos e grandes proprietários. Até do Piauí se deslocam minifundiários para trabalhar nas safras de cana de São Paulo. Podem ser chamados de semiproletários, se já têm no salário sua principal fonte de receita e se sua condição camponesa está em via de desagregação total. Mas também podem ser chamados de semicamponeses, se sua receita salarial for secundária e ainda puder servir ao fortalecimento de sua condição camponesa;" (p.55)

quanto na forma de assalariamento disfarçado:

"Em alguns casos, o relacionamento do capital industrial com a exploração camponesa recria formas de trabalho a domicílio características da fase mais inicial do capitalismo na Europa. Os camponeses são providos de financiamento, de matérias-primas e ajuda técnica, mas produzem o que interessa ao capital industrial a preços por ele pré-fixados. Há aí uma subordinação dos camponeses ao capital industrial que se manterá enquanto for vantajosa a este, porém poderá ser substituída adiante pelo puro e simples assalariamento. Tais formas de 'trabalho a domicílio' se verificam, por exemplo, no relacionamento de avicultores catarinenses com a Sadia e de lavradores de fumo do Rio Grande do Sul com a Souza Cruz." (p.55)

O segredo da resistência e da vitalidade da pequena exploração camponesa-familiar, segundo Gorender, está em que ela abre mão da renda e do lucro e contenta-se com um reduzidíssimo nível de sobrevivência:

"Pode resistir e proliferar porque o camponês abre mão da renda da terra e do excedente que equivaleria ao seu lucro, porque se contenta com o que equivale a um salário. Um salário que, muitas vezes, permite estrita sobrevivência a nível baixíssimo, reconhecidamente subumano;" (p.55)

e, por essa razão:

"O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em seu conjunto, não pode dispensar o setor da pequena agropecuária familiar. Sem ele os alimentos se tornariam mais caros e a força de trabalho urbana teria de ser paga com salários monetários mais altos, comprometendo a acumulação capitalista industrial." (p.55)

A importância da pequena exploração camponesa-familiar para a acumulação capitalista urbana fazia da reforma agrária uma "questão fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, do ponto de vista das grandes massas trabalhadoras do campo e da cidade" (p.55).

Além do mais, a distribuição de terras do latifúndio sob a forma familiar, para exploração familiar, atenderia a uma aspiração de ampla camada da população rural. Não dever-se-ia frustrar essa aspiração pois, correr-se-ia o risco de jogar os pequenos proprietários nos braços políticos do latifúndio:

"Responder a essa aspiração com propostas de cunho prematuramente coletivistas é propor-se a frustrar qualquer possibilidade de reforma agrária, é imobilizar o potencial de luta de milhões de sem-terra e de minifundiários, e, enfim, jogar os pequenos proprietários em geral para o lado dos latifundiários." (p.55)

Em suma, por diferentes caminhos, Abramovay e Gorender estão dizendo que haveria mais elasticidade na oferta se a pequena produção agrícola fosse a base da oferta agrícola. Com nova roupagem, esses autores retomam o argumento da reforma agrária para expandir a oferta agrícola.

Assim como a antiga tese da reforma agrária para expandir a oferta agrícola está presente, de maneira renovada, nos argumentos de Abramovay, a antiga tese da reforma agrária para expandir o mercado interno também está presente, de forma renovada, no trabalho de José Graziano da Silva.

Num trabalho escrito para a Revista Exame, José Graziano da Silva (63) diz que, no caso da reforma agrária, o benefício mais importante não está no aumento da produção de alimentos e sim na ampliação do mercado interno para os produtos industriais:

"A maior contribuição da reforma agrária, hoje, não seria o aumento da produção, principalmente na área de alimentos. No caso brasileiro, o mais importante é incorporar ao processo de produção parte da população que está marginalizada.

"Grande parte da população rural, hoje está fora do mercado consumidor, seja pelo desemprego, seja porque o seu nível salarial é muito baixo. Do ponto de vista da economia capitalista não interessa que o indivíduo tenha fome, mas sim

que ele tenha dinheiro para comprar e tornar-se um consumidor.

"Não há dúvida de que a população urbana (também em grande parte ausente do mercado consumidor) será uma das beneficiadas com a solução dos problemas do campo. Na medida em que a reforma agrária crie novos empregos no campo e propicie um aumento de renda para seus beneficiados, eles passarão a comprar não só alimentos mas também tratores, adubos, tecidos, eletrodomésticos, sapatos etc." (p.104)

A antiga tese da reforma agrária para ampliar o mercado interno para produtos industriais, aparece, agora, revestida por um novo atributo. Esse novo atributo enfatizado por Graziano é a democracia:

"A reforma agrária de que necessitamos hoje é aquela que chamamos de democrática: ela visa dar aos elementos da população rural, marginalizados pelo desenvolvimento econômico capitalista, a oportunidade de voltarem a ser produtivos - e, como consequência, consumidores - incorporando-os à sua condição de cidadãos. O que queremos é transformar o trabalhador rural, expulso do campo, num agente econômico e não num desempregado, num bóia-fria ou num marginal urbano". (p.104)

Em suma, a justificativa da reforma agrária é "social", instrumento de democratização da sociedade, que é obtido com a incorporação de milhares de brasileiros ao mercado de produtos industriais. Ou seja, a velha bandeira da reforma agrária para aumentar o mercado para os produtos industriais aparece com nova roupagem.

Na defesa da reforma agrária, José Graziano da Silva, em trabalho posterior (64), incorpora o argumento de que a distribuição igualitária da terra e a contenção do êxodo rural são os instrumentos, por excelência, para alcançar-se justiça social:

"A Reforma Agrária brasileira nos anos 80 se justifica como uma política social, independentemente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que, antes de resolver o problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais desse País têm direito ou não de ser cidadãos brasileiros. Ademais, não se pode esquecer a importância que tem a reforma agrária como redistribuição do poder político. Afinal, é um processo que altera o peso relativo entre os possuidores e os despossuídos do meio de produção fundamental no campo - a terra. Não fosse por mais nada, só isso justificaria a necessidade da redistribuição da propriedade no Brasil: uma sociedade menos desigual." (p.46)

O autor ressalta que, em 1950, o problema era insuficiência de alimentos e matérias-primas e excesso de gente no campo. O problema é o oposto em 1980: sobra de alimentos e matérias-primas e de falta de gente no campo, ainda que muita gente continuasse a passar fome pois, *"acontece que, como o poder aquisitivo da maioria da população é muito baixo, aos níveis de preços atuais, a produção é mais do que suficiente para satisfazer a demanda, embora seja pequena frente à sua capacidade potencial"* (p.46).

A solução está num programa de gastos de tipo keynesiano, visando a geração de empregos e a distribuição de rendas. O campo é forte candidato a receber este tipo de apoio porque "o custo de geração de um emprego na agricultura é bastante inferior ao da indústria, especialmente dos setores capital-intensivos" e ademais disso, grande parte da população urbana marginalizada era constituída por migrantes do campo e, sendo assim, *"a solução é evitar a sua vinda para a cidade, segurando o trabalhador rural no campo num trabalho produtivo, se possível"* (p.46).

Em suma, a justiça social, a distribuição igualitária dos meios de produção, a alteração na correlação de forças entre os habitantes do meio rural, serão conseguidas via uma redistribuição na propriedade das terras que prenderá o homem no campo.

As velhas teses da reforma agrária como instrumento da ampliação do mercado interno e da expansão da oferta agrícola continuam presentes nas defesas modernas da reforma agrária. Antes, elas eram apresentadas como importantes para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Agora, elas são apresentadas como importantes para a justiça social. A "urbanização" da defesa da reforma agrária não significou o abandono de velhas teses mas, a sua apresentação, numa forma renovada, junto com a tese da capacidade de contenção do êxodo rural.

Nesse processo de "urbanização" das defesas da reforma agrária, paradoxalmente, ela deixa de ser vista como instrumento da modernização do país e passa a ser encarada como solução para os males oriundos dessa modernização. Esta, talvez, seja a única mudança significativa nos argumentos a favor da reforma agrária no Brasil mas, mesmo assim, isto não constitui algo de absolutamente novo na discussão.

A origem desta linha de argumentação está nos trabalhos de Ignácio Mourão Rangel, escritos até o início dos anos 1960. O que é novo é a frequência com que passou a ser utilizada e o uso na direção contrária à que era usada pelo seu autor original.

Num trabalho (55) sobre o tema "inflação brasileira", o autor desenvolveu o seguinte argumento: a penetração do capitalismo no campo brasileiro se fazia de forma acelerada produzindo um grande aumento de produtividade na agricultura; isto levava a um rompimento no equilíbrio do relacionamento entre o campo e a cidade (entre a agricultura e a indústria); esta crise, que o autor chamou de crise agrária, se manifestava num excedente de produtos agrícolas (sem mercado) e num excedente de mão-de-obra (sem colocação produtiva); o excedente de produto gerava problemas de comércio exterior e o excedente de mão-de-obra, via o êxodo rural, gerava um enorme exército de reserva de mão-de-obra na cidade e achatava os salários.

Ignácio Rangel, no entanto, não extraía daí um argumento para a reforma agrária. É certo que o autor afirmava que, com ela, Poder-se-ia conter o êxodo rural, reduzir o exército de reserva de mão-de-obra e elevar os salários. Mas, o momento histórico, a rápida transformação do latifúndio semi-feudal em latifúndio capitalista, o fato da estrutura agrária não ter entravado o desenvolvimento brasileiro e a falta de apoio político, levaram Rangel (56) a propor uma intervenção na estrutura fundiária que constituía-se numa simples *"ação sobre a oferta de mão-de-obra"*, buscando *"assegurar ao trabalhador temporário da monocultura a ocupação estável de um pequeno lote de terra, próximo ao local de trabalho mas fora da fazenda monoculturista"*. (p.73)

Diferentemente de Ignácio Rangel, a rápida penetração do capitalismo no campo passou a servir para justificar a proposta de reforma agrária.

Wilson Cano (09) chama a atenção que é preciso entender o urbano *"não apenas como fruto de sua própria evolução mas como resultante, também, do processo rural"*

(p.10). Diz ainda o autor que tal entendimento passa pela "*questão basilar da heterogeneidade estrutural*" da economia brasileira, uma heterogeneidade decorrente da forma retardatária com que foi feita a nossa transição para o capitalismo industrial.

— Essa transição retardatária, em primeiro lugar porque foi feita "*após os países 'centrais' terem atingido processos avançados de industrialização*" e, em segundo e principal lugar, porque foi feita "*após o capitalismo superar a etapa do capitalismo concorrencial e com crescente internacionalização*", resultou numa heterogeneidade estrutural para os países latino-americanos.

Estes países praticavam agricultura atrasada e, mesmo no segmento exportador-generador básico de sua transição para o capitalismo, a agricultura não guardava identidade de nível tecnológico com a dos países desenvolvidos. Contrariamente, a indústria mecanizada que vem sendo implantada no mundo subdesenvolvido desde fins do século XIX, tinha a mesma tecnologia imperante naquele momento nos países centrais.

Vale dizer: "*desenvolvia-se o capitalismo periférico e retardatário, com modernidade na indústria e atraso na agricultura*" (p.10 e 11), seguindo-se daí que os países latino-americanos não puderam seguir os passos dos países centrais, qual seja, o de desenvolver mais cedo e mais lentamente a agricultura, ajustando sua modernização à sua industrialização:

"Enquanto os países que primeiro se desenvolveram puderam promover mais cedo e mais lentamente a transformação da sua agricultura, 'ajustando' sua modernização à industrialização por que então passavam, os latino-americanos sofreram processo diverso". (p.10)

Tal descompasso entre a transformação da agricultura e a industrialização nos países latino-americanos, torna mais "doloroso" e menos "rápido" o enxugamento (a absorção) do "excedente virtual de mão-de-obra agrícola que ela expulsa pela modernização".

Assim, à expulsão do homem do campo causada pelo atraso da agricultura, se soma a expulsão do homem do campo causada pela redução do atraso da agricultura.

A manutenção do atraso dessa agricultura piorava cada vez mais as condições de sobrevivência do imenso contingente de sua população rural. No caso brasileiro, pelo menos desde a década de 1930, isto engendrou um grande afluxo de emigração, o chamado êxodo rural, em direção não só às zonas urbanas mais densamente povoadas como o Rio de Janeiro e, notadamente, São Paulo, mas também para áreas rurais mais distantes e de mais fácil acesso à terra como eram o Paraná e Mato Grosso.

Contudo, a partir da década de 1960, essa agricultura notadamente voltada para o segmento exportador ou para a produção de insumos para transformação industrial (cana-de-açúcar, cítricos, soja etc.) acelera seu processo de modernização. Agora, por razões diferentes, ou seja, por elevar sobremodo a produtividade do trabalho, gerava um acréscimo àquele fluxo migratório, engrossando as fileiras do êxodo rural em direção às cidades.

Dado que a industrialização que aqui se manifesta, e seus serviços urbanos complementares introjetam tecnologias modernas, o emprego urbano de mão-de-obra é incapaz de dar vazão àquele excedente estrutural. Resumidamente, a industrialização e urbanização que vão se processando são incapazes de absorver aquele excedente que está sendo liberado tanto pela manutenção do atraso quanto pela modernização da agricultura". (p.11)

Por causa disso, Wilson Cano propõe uma:

"Política de reforma agrária, que persiga os seguintes objetivos principais:

a) expandir a produção alimentar;

b) retenção de parte do êxodo rural-urbano, pelo aumento da ocupação rural;

c) melhoria do padrão de vida da mão-de-obra rural;

d) aumentar o uso de terras ociosas e dar-lhes eficiência produtiva" (p.12)

Em suma, Wilson Cano está propondo a reforma agrária para atingir os velhos objetivos de ampliação do mercado interno (melhoria do padrão de vida do homem do campo) e de aumento de elasticidade da oferta agrícola (expansão da produção alimentar) e, a eles agrega o objetivo enfatizado modernamente, qual seja, o de prender o homem no campo.

Nessa linha de argumentação, ligando a modernização do campo com os problemas da cidade, a reforma agrária passa a ser apresentada como uma contestação à forma que o desenvolvimento do capitalismo assumiu no Brasil.

Num artigo publicado na revista Reforma Agrária (28), Mauro Koury diz que "*se nunca foi uma aspiração apenas do trabalhador rural e do camponês, hoje, mais do que antes, a reforma agrária é aspiração de todos os trabalhadores. Aqueles que labutam no campo ou na cidade*". A razão para essa afirmativa está em que a reforma agrária "*se coloca para a nação brasileira como o elemento de intersecção básico para o entendimento e resolução de outras questões, como a urbana, a sindical, a ecológica, a regional*" (p.3).

Koury argumenta que a modernização do latifúndio transformou o trabalhador rural permanente e os camponeses (pequenos proprietários, posseiros, colonos, foreiros, meeiros etc.) em trabalhadores volantes (clandestinos, bóias-frias etc). Grande parte dessa mão-de-obra tornou-se ociosa no campo e teve que migrar para as cidades, onde passou a viver na marginalidade da violência ou na marginalidade do setor informal:

"O modelo político-econômico que orientou o desenvolvimento brasileiro no pós-64, ampliou as esferas de exclusão do trabalhador enquanto cidadão. A modernização capitalista no campo e na cidade se deu mediante um alto grau de exploração da força de trabalho, ocasionando uma queda na qualidade de vida dos trabalhadores. No meio rural ampliou-se o quadro de expulsão do trabalhador rural permanente e dos camponeses (pequenos proprietários, posseiros, colonos, foreiros, meeiros, entre outros), como conseqüência dessa expansão e modernização.

A modernização capitalista no campo se fez através da expansão dos latifúndios, agora transformados em pastagens, canaviais, ou outro tipo de monocultura, como o algodão e o café, incentivados pelo Estado. Transformados em trabalhadores volantes (clandestinos, bóias-frias, e outras designações pelo Brasil afora), grande parte desta mão-de-obra torna-se ociosa, migrando para as cidades em busca de um novo trabalho, e se depara com um mercado de trabalho fechado e em crise. O que os leva, por um lado, a optarem por práticas violentas para sobreviver, como último recurso, ou, por outro lado, a ampliarem o já esgotado e repressivo setor informal da economia, isto é, viram camelôs, comercializando todo o tipo de bugigangas no interior das grandes cidades brasileiras." (p.4)

A expulsão do homem do campo, decorrente da modernização capitalista do latifúndio, não se constitui um problema apenas para aqueles que tiveram que migrar para as cidades. A expulsão do homem do campo tem repercussões negativas sobre os trabalhadores urbanos:

"A pressão deste imenso exército-de-reserva de mão-de-obra, ampliado cotidianamente por levas de trabalhadores expulsos da produção (rural) ocasiona no interior do mercado de trabalho: 1) uma desvalorização da força de trabalho, reduzindo o já ínfimo salário realmente pago ao trabalhador, que se submete às empresas sem direito algum. {...}; 2) uma rotatividade de mão-de-obra que no nordeste chega a mais de 100% ao ano.

O que significa que, ao encontrar um trabalho, não implica na garantia sobre este trabalho. Hoje se está empregado como também pode-se estar desempregado, um novo emprego cada vez mais difícil e sempre com um salário inferior ao antes percebido". (p.5)

Sendo assim, a acelerada modernização capitalista do latifúndio, característica dos últimos vinte anos, produziu uma deterioração nas condições de vida de toda a classe trabalhadora:

"O alto grau de exploração e de exclusão da força de trabalho, base do modelo político-econômico que influenciou a modernização capitalista no Brasil, acelerou, no decurso destes vinte anos, a queda da qualidade de vida da classe trabalhadora. A fome, ocasionando gerações de desnutridos e elevadas taxas de mortalidade infantil, a miséria física e moral, formam o cotidiano dos trabalhadores". (p.5)

A modernização acelerada pela qual o país estava passando, exacerbava o problema do exagero que a contradição básica do capital assumia nos países subdesenvolvidos e levava a força de trabalho ao extermínio:

"Aqui, a exclusão dos trabalhadores (da força de trabalho) se dá em sua forma mais bruta, formando hordas de misérias que perambulam pelo Brasil afora sem perspectiva alguma de trabalho e de vida, cujo único destino é o extermínio.

"Por mais exagerado que aparente ser, o termo extermínio foi colocado com toda força que ele possa significar. Embora concordando na contradição básica do capital, em necessitar da força de trabalho ao mesmo tempo que busca torná-la supérflua, tem-se que entender este conceito de supérfluo de formas diferenciadas. Nos países do primeiro mundo a força de trabalho supérflua é paga para ficar à margem da produção e se organizar pode requerer condições de sobrevivência mais digna" (p.6)

{...} O que se quer afirmar, enfim, com o termo extermínio, é que esta contradição básica do capital assume, atualmente, a forma de delírio (da automação, sem saber para que, nem para onde), cujos reflexos, principalmente nos países do terceiro mundo, são de conseqüências dramáticas, senão absurdas." (p.7)

Em vista disso, a questão da terra não se esgotava no mundo rural, mas transbordava para o mundo urbano:

"A habitação sub-humana nas periferias dos grandes centros, ou das cidades circunvizinhas às monoculturas, colocam a questão da terra, também, no urbano, associada à depauperação dos equipamentos e serviços básicos". (p.5)

Frente a isso, as elites, os tecnocratas e a polícia bradam contra o "*crescimento desordenado das cidades*" e propõem mais repressão contra os trabalhadores:

"A favelização, além da composição de 'guetos' onde são submetidos a grande maioria dos trabalhadores, além da inexistência de qualquer equipamento ou serviço urbano, transformam-se em discursos indignados das elites, dos tecnocratas, da polícia, pelo crescimento desordenado das cidades, ocasionando transtornos aos 'cidadãos', tanto econômico e estético, quanto de conforto e segurança. A ordem das cidades necessitando ser restabelecida pelo extermínio das favelas (e dos favelados): a repressão policial ou para-policial vindo a representar um componente importante no dia-a-dia do trabalhador." (p.5)

A fuga ao problema central, a questão da terra, torna "*explosiva*" a questão urbana:

"A questão do urbano torna-se, deste modo, uma questão explosiva. Os trabalhadores ao tentarem sobreviver ao processo de exclusão a que estão sujeitos tornam-se nocivos, ao ferirem o código de valor e segurança dos 'cidadãos', cabendo ao Estado agir como elemento disciplinador e impositor da ordem. Os conflitos surgem em seqüências de ameaças de despejo e expulsão das comunidades faveladas, mais a ação policial repressiva." (p.5)

Para Mauro Koury, a solução verdadeira para esses problemas está na reforma agrária. Uma reforma agrária que prendesse o homem no campo, contivesse o êxodo rural, teria como resultados a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, o direito a que ele se apropriasse do fruto do seu trabalho, a conquista da cidadania e fortaleceria a luta pela derrubada do autoritarismo e pelo fortalecimento da democracia:

"Reforma agrária para o Brasil, e com especial ênfase para o nordeste, é luta pela democratização do país. É luta pelo fortalecimento da participação dos trabalhadores nas esferas de decisão política da nação. É um dos elementos imprescindíveis à conquista da cidadania.

Reforma agrária, como reivindicação dos trabalhadores, tem o sentido explícito de reorganização da economia e da sociedade como forma de garantia de uma política de desenvolvimento voltada aos interesses legítimos dos trabalhadores, para um aumento da qualidade de vida e da conquista do direito de poder apropriar-se dos frutos do seu trabalho. De acabar, enfim, com a fome e a miséria imposta aos trabalhadores do campo e da cidade pelo autoritarismo no Brasil, a partir do modelo econômico implantado, assentado na exclusão e extermínio sem limites da força de trabalho." (p.7)

A ligação entre a modernização do campo e os problemas distributivos presentes na sociedade brasileira e a democracia também aparece num trabalho de José Juliano de Carvalho Filho (10), escrito para a Revista Exame:

"A estrutura fundiária nacional mantém clara relação com a questão distributiva. Nestas últimas duas décadas, as tendências à concentração, que caracterizam a história do Brasil, foram reforçadas. A política de desenvolvimento adotada aumentou as disparidades de renda inter-pessoais e inter-regionais. A ação do governo no campo manteve a mesma lógica: o processo de modernização agrícola, induzido pela política governamental (preços mínimos, crédito agrícola, colonização etc.) aguçou a problemática agrícola, expandindo os níveis de concentração de terras e de rendas. Como consequência, acentuou-se o fenômeno do bóia-fria, ao mesmo tempo que os fluxos migratórios rural-urbano e rural-rural se acentuaram de forma alarmante". (p.102)

Esse autor chama a atenção que, se hoje os problemas já são graves, maior será a gravidade que eles terão no futuro. Isto posto, indaga como é possível ter um Estado democrático, ter instituições estáveis, convivendo com disparidades sociais tão fortes como as que se anunciam, caso seja mantido o quadro atual da distribuição de renda no país?

Dado que isso não é viável, Carvalho Filho sugere a reforma agrária como uma forma de solução do conflito distributivo e de viabilização de um Estado democrático, de instituições estáveis etc.:

"A reforma agrária está e continuará em pauta. Os conflitos aí estão, evidenciando o lado rural da questão distributiva que penaliza a sociedade brasileira e que precisa ser solucionada. Como já alertou o Relatório Hélio Jaguaribe - só para citar um documento oficial -, o Brasil corre o risco de chegar ao terceiro milênio com uma imensa massa de miseráveis, de sub-cidadãos. A resolução da questão distributiva é fundamental para tornar possível o Estado democrático, a estabilidade das instituições. Como construir uma sociedade que apresenta um

quadro de disparidades tão fortes? É necessário gerar empregos, distribuir riquezas e aumentar a produção. A reforma agrária tem esses objetivos." (p.102)

Para finalizar esta parte do trabalho mostrando a essência das defesas da reforma agrária, no Brasil, cumpre fazer referência a três posturas que se destacam das apresentadas anteriormente. Uma delas, defendida por Ivan Ribeiro, destaca-se por apresentar a reforma agrária como alternativa ao esgotamento do processo de modernização do campo brasileiro. A outra, defendida por José Eli da Veiga, destaca-se por enxergar, na reforma agrária, uma via socialmente mais eficaz para o desenvolvimento da economia brasileira. A terceira, defendida por José de Souza Martins, destaca-se por apresentar a reforma agrária como uma via de desenvolvimento alternativa ao desenvolvimento capitalista.

Ivan Ribeiro (57) enfatiza a necessidade de conhecer-se a forma através da qual o capitalismo surge do sistema social que o precedeu. Nessa linha, o autor chama a atenção para dois caminhos possíveis, apontados por Marx, para esse surgimento. Um deles, o verdadeiramente revolucionário porque significa a superação absoluta do antigo modo de produção, onde o produtor torna-se comerciante e capitalista. O outro, conserva o antigo modo de produção como uma pré-condição para o estabelecimento, pelo comerciante, do controle direto sobre a produção.

Fundamentado num historiador japonês de nome Takahashi, Ribeiro exemplifica esses caminhos com os casos da Inglaterra e da França, que enveredaram pelo primeiro caminho, e com o caso do Japão, que enveredou pelo segundo caminho. Em seguida, o autor associa esses caminhos com o que Lenin denominou "via americana" e "via prussiana" e conclui que:

"Os aspectos fundamentais da história econômica brasileira parecem indicar que o modelo de transição para o capitalismo no Brasil aproxima-se mais da 'via prussiano-japonesa'. A partir das capitâncias hereditárias, nas quais os donatários tinham poderes comparáveis aos de um mini-soberano, passando pelas relações híbridas feudais-escravistas do latifúndio açucareiro e cafeeiro (no contexto da dominação do capital mercantil), até chegar ao latifúndio capitalista de hoje (exportador de soja, açúcar e carne, em contato permanente com a bolsa de Chicago), pode-se constatar que o processo histórico jamais levou à necessidade de uma revolução burguesa que tivesse como objetivo suprimir o latifúndio e empreender a 'via americana' de evolução agrária. Quando os setores comerciais e industriais urbanos surgiram e se fortaleceram, o peso do latifúndio já era dominante na vida política e econômica do país. O desenvolvimento do capitalismo já seguia - e continuaria a seguir no futuro - um modelo mais próximo da 'via prussiano-japonesa'. (p.59)

Se for assim, pergunta o autor, ainda dever-se-ia falar em reforma agrária no Brasil? Em outras palavras:

"seria ainda justo reivindicar uma reforma agrária do tipo 'a terra para quem trabalha' como um dos elementos da plataforma da revolução brasileira em sua atual etapa? Uma reforma agrária desse tipo seria ainda progressista e revolucionária, ou já estaria ultrapassada?" (p.61)

A resposta de Ivan Ribeiro é afirmativa e, para tanto, recorre a vários argumentos. No texto em tela, a justificativa apresentada é a de limparem-se os vestígios do passado e, assim, eliminar uma das fontes da miséria do povo:

"A resposta a tais questões poderia começar com a citação de uma passagem de "O Capital" sobre a Alemanha de 1867: 'Além das misérias modernas, somos afligidos por toda uma série de misérias herdadas, fruto da sobrevivência dos modos de produção antigos e caducos, com seu séqüito de relações políticas e sociais anacrônicas - Prefácio à primeira edição inglesa - ... Consideramos que uma reforma agrária poderia desempenhar ainda um papel fundamental na liquidação de todos esses anacronismos. Isso não significa, contudo, que a não-realização dessa reforma agrária levaria o desenvolvimento do capitalismo no Brasil a um impasse." (p.61)

Uma segunda justificativa para uma reforma agrária no Brasil, hoje, está em outro texto (20) desse autor. O argumento utilizado é o esgotamento dos instrumentos que propiciaram o surto recente de modernização no campo e, por essa razão, a reforma agrária poderia constituir-se numa alternativa para o desenvolvimento rural.

No presente, não haveria condições para a reprodução de uma característica dos anos 1970, a abundante oferta de crédito subsidiado, que foi tão importante para a modernização do setor rural. Além do mais, os produtores rurais que restavam passar pelo processo de modernização eram do Norte e do Nordeste, em geral, minifundistas e pequenos proprietários secularmente pauperizados, avessos ao crédito e a mudanças nos hábitos e no perfil produtivo.

Adicionalmente, como toda defesa moderna da reforma agrária costuma fazer, o autor enfatiza um aspecto importante para a solução de um problema que afete as cidades. No caso presente, é ressaltada a contribuição para a contenção do êxodo rural.

Sendo assim, conclui Ivan Ribeiro:

"Tudo parece indicar que o caminho mais eficaz para gerar novo dinamismo no setor agrícola seja através de uma reforma agrária que afetaria essencialmente as áreas de grandes propriedades improdutivas. Apesar de uma dinamização relativamente menor por produtos industriais, este modelo permitiria manter grandes contingentes de população no campo, produzindo seus próprios bens de subsistência e criando até um excedente, contribuindo assim, de forma significativa, para a solução da atual crise, pelo menos no seu aspecto mais crucial - o subemprego e desemprego urbano, com todas suas implicações econômicas e sociais." (p.106)

José Eli da Veiga (69) faz, da ênfase nos efeitos distributivos uma capa para a apresentação da tese da "agricultura familiar". O que o autor enfatiza, realmente, é que, do ponto de vista do desenvolvimento, o caminho "farmer" é mais eficaz que o caminho "prussiano". O fundamento apresentado, por Veiga, para essa eficácia é que, na via "farmer", a expansão da oferta agrícola e do mercado para os bens de consumo duráveis é maior que na via "prussiana".

Para José Eli da Veiga, a reforma agrária tem dois tipos de impactos: o impacto distributivo, que é o principal, e o impacto produtivo. A relevância do impacto distributivo está no fato de ser o causador do impacto produtivo.

O impacto distributivo da reforma agrária decorre da transferência de ativos que ela significa. Esse impacto distributivo transforma-se em impacto produtivo porque esses ativos passam a ser utilizados mais produtivamente pelas famílias dos agricultores.

O primeiro impacto produtivo apontado por Veiga está na constatação empírica de que, após as reformas agrárias, ocorre a expansão da produção agrícola, particularmente, a de alimentos:

"O aumento da produção agrícola - e, principalmente, da produção de alimentos - tem sido uma característica constante. Até a reforma boliviana, sempre usada pro anti-reformistas como exemplo de desastre econômico, teve, na verdade, impacto positivo na expansão da oferta agrícola, conforme indicam avaliações realizadas pelo Banco Mundial no final dos anos 1970. (p. 1)

O segundo impacto produtivo é uma decorrência direta do impacto produtivo anterior. Trata-se do alargamento do mercado para produtos industriais, especialmente para os bens duráveis de consumo, consequência da redução dos gastos com alimentação:

"O barateamento da comida contribuiu decisivamente para a elevação do salário real, permitindo que uma parte crescente da renda dos assalariados pudesse ser consagrada ao consumo de bens duráveis, exatamente os produtos que estavam associados aos rápidos incrementos de produtividade. Assim, a expansão do mercado passou a estar cada vez mais centrada na dinâmica do consumo das camadas populares, característica da acumulação 'socialmente articulada' - de Janvry, 1981 - ou do 'regime intensivo de acumulação', como dizem os regulacionistas." (p. 06)

Em suma, as velhas teses de expansão da oferta agrícola e aumento do mercado interno também aparecem, numa forma renovada, na argumentação de José Eli da Veiga a favor da reforma agrária.

José de Souza Martins (46) afirma que, apenas uma visão fruto de um colonialismo teórico de origem socialista, permite enxergar as transformações no campo brasileiro como a expressão da expansão ou da culminação das relações capitalistas de produção. Tal postura significa, de acordo com esse autor, mera reprodução dos padrões de transição encontrados nas sociedades que se tornaram socialistas.

A postura teórica correta e, conseqüentemente, o entendimento correto dessas transformações no campo brasileiro, estaria em prestar atenção às contradições do capital numa sociedade com um passado colonial e escravista e com um presente de dependência dos países desenvolvidos. Isto faz com que as lutas das categorias sociais cuja existência não está baseada no trabalho assalariado deixem de ser consideradas reacionárias e com que se dissipe a ambigüidade de certos grupos políticos em relação às lutas populares no campo e às formas de organização não-sindicais ou não-partidárias.

Se o colonialismo teórico de origem socialista impede a compreensão do caráter das lutas populares no campo brasileiro, em contrapartida, a igreja, que é o espaço mais adequado para agasalhar relações sociais comunitárias, desempenha um papel importantíssimo no meio rural.

Num outro trabalho, Martins (47) chama a atenção que o problema chave do campo brasileiro é a expropriação, levada a cabo pela grande empresa capitalista. Esta, expropria o trabalhador rural, diretamente, quando, apoiada nos incentivos fiscais, vai em busca de grandes negócios com a propriedade da terra, e expropria indiretamente quando estrangula economicamente os pequenos lavradores que lhes fornecem matérias-primas, impedindo-os de terem recursos para fazer frente ao exorbitante preço da terra necessária para comportar o aumento da família.

A expropriação do trabalhador rural, no Brasil, não constitui uma reprodução do quadro clássico da expansão do capitalismo no campo. O caso brasileiro, em função do seu passado colonial e escravista e do seu presente de dependência dos países desenvolvidos, tem uma especificidade que constitui uma verdadeira traição às leis do capital: os expropriados não necessariamente convertem-se em proletários; muitos deles migram para outros locais em busca da independência do seu trabalho.

Conseqüentemente, tem-se um conflito entre a "*terra de negócio*" e a "*terra de trabalho*":

"Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro." (p.60)

Terra de negócio, quando o capital se apropria da terra para explorar o trabalho ou para vendê-la a um alto preço para quem precisa dela para trabalhar. Terra de trabalho, quando o trabalhador se apropria da terra, quando a propriedade direta dos instrumentos de trabalho é de quem trabalha e a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital.

A luta da terra de trabalho contra a terra de negócio é a luta da propriedade não-capitalista contra a propriedade capitalista e, portanto, é uma luta anticapitalista. A reforma agrária deve preservar esse traço das lutas populares no campo, consolidando uma via não-capitalista de desenvolvimento rural.

Nesse sentido, a reforma agrária não deve ser aquela reivindicada pelas esquerdas antes de 1964, pelo governo trabalhista de João Goulart e pelo imperialismo americano. Ela não deve ter o caráter distributivista, não deve ser uma simples fragmentação das grandes propriedades para aumentar o número de pequenos lavradores:

"Um esquema cooperativista que não esteja baseado em ganhos sociais, mas que se volte unicamente para assegurar maiores rendimentos individuais para lavradores isolados, sem afetar o seu modo de produzir, sem introduzir o cooperativismo na própria produção em geral, mantendo-se como empreendimento grupal e isolado, na verdade redundante em benefício e reforço do próprio capitalismo." (p.64)

A reforma agrária correta, a reforma coletivista:

"... é aquela que altera o regime de propriedade, para impedir que a concentração da terra em poucas mãos venha ocorrer novamente. Os índios brasileiros, neste momento, estão claramente lutando pelo reconhecimento do regime comunitário de propriedade que fundamenta sua existência tribal, a restauração de sua identidade social violentada e a afirmação de sua visão de mundo anti-capitalista ... O milhão de posseiros espalhados por todo o Brasil, mas concentrados sobretudo no norte, também está travando sua luta neste momento pelo reconhecimento de que a terra é um bem coletivo, sujeito ao trabalho privado, mas não a propriedade privada." (p.42)

Em suma, mesmo que o ponto dominante nas modernas defesas da reforma agrária seja conter o êxodo rural para a cidade, isto não significa que essa "nova" tese abandone as "velhas" teses. Afinal, para reter conter o êxodo rural é preciso propiciar melhores condições de vida para o homem no campo, o que exige aumentar o seu nível de renda. Assim, aumenta-se o mercado interno para produtos industriais. Para aumentar a renda do homem do campo é preciso expandir a produção e a produtividade agrícola.

A fixação do homem no campo, com expansão da oferta agrícola e aumento do mercado interno, repercutir-se-ão, por diferentes caminhos, em vários objetivos complementares. A reforma agrária alcançará, também, a solução para a questão urbana, a questão democrática, a questão da cidadania, a questão sindical etc..

Enfim, as velhas teses continuam fundamentais para os defensores da reforma agrária. Por essa razão, a parte seguinte do presente trabalho tratará de analisar, baseada nos escritos de Lenin, a reforma agrária como instrumento para alcançar-se os seguintes objetivos: expandir a oferta agrícola, aumentar o mercado interno, fixar o homem no campo e promover uma via não-capitalista de desenvolvimento da agricultura.

PARTE II: VIAGEM NAS OBRAS DE LENIN

CAPÍTULO 1 - O MARXISMO DO JOVEM LENIN: Aspectos Metodológicos

a) Materialismo Científico

Para os populistas (*), Marx havia criado uma concepção completamente nova do processo histórico, explicado todo o passado da humanidade sob um novo ponto de vista e feito um balanço de todas as teorias filosófico-históricas que existiam, mas não tinha exposto em uma obra sequer a concepção materialista da história (**). Num texto escrito para defender o marxismo contra os ataques dos populistas, intitulado "Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' Y Como Luchan Contra Los Socialdemócratas?: Respuesta A Los Artículos De Russkoie Bogatstvo Contra Los Marxistas" (29), Lenin diz que aquelas afirmativas apenas expressavam o quanto era mal compreendida a obra de Marx:

"Todo este pasaje es sumamente característico para darse cuenta hasta qué punto son poco comprendidos por el público el Capital y Marx"(Lenin-29; p.8);

aliás, tratando da incompreensão geral sobre o marxismo, Lenin repete a epígrafe que Kautsky havia escolhido para seu livro sobre a doutrina de Marx:

"Quién dejará de alabar a klopstok? Pero habrá muchos que lo lean? No, nosotros preferimos que nos ensalcen menos, pero que nos lean mas!" (Lenin-29; p.9);

Lenin diz que, no Prólogo de "O Capital", Marx deixou claro que considerava o desenvolvimento das formações sociais e econômicas como um processo histórico e natural:

" Mi punto de vista - dice Marx - consiste en que considero el desarrollo de la formación económico-social como un proceso histórico-natural' (Ed. Cartago, Buenos Aires, 1956, t. I, p.7)"(Lenin-29; p.11);

e que Marx havia estudado as leis de desenvolvimento de uma única formação econômico-social, a capitalista:

"Notemos al respecto, ante todo, dos circunstancias: Marx se refiere a una sola 'formación económica-social', a la formación capitalista, es decir, que afirma haber investigado la ley del desarrollo solamente de ésta y de ninguna otra formación. Esto, en primer lugar. Y en segundo, notemos los métodos con que elabora Marx sus conclusiones " (Lenin-29; p.11);

A concepção materialista de Marx estava explícita na famosa Introdução à Contribuição à Crítica da Economia Política, que consta da edição de 1859.

Entre as várias relações sociais, há um tipo delas, as relações de produção, que é o fundamental, que é o determinante das demais relações sociais. As relações jurídicas,

por exemplo, e a própria forma do Estado, não podem ser explicadas por si mesmo, ou pelo desenvolvimento do "espírito" humano mas a partir das relações materiais de produção da vida.

O modo de produção da vida material condiciona o modo de produção da vida social, política e espiritual. O modo de ser dos homens na sociedade, que é imposto pelo modo de produzir materialmente a vida, não é determinado pela sua consciência mas, ao contrário, é o determinante dessa consciência.

À cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas materiais corresponde um conjunto de relações de produção que é adequado para aquele estágio. Como as forças produtivas estão em permanente desenvolvimento, chega-se a um momento em que as relações de produção deixam de ser adequadas, ou seja, as relações de produção entram em conflito com as forças produtivas. Abre-se, então, um período de transformação nessas relações, de adequação às novas exigências das forças produtivas.

Nesses períodos de "revolução", as mudanças nas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, que nada mais são do que as formas ideológicas através das quais os homens tomam consciência das mudanças materiais nas condições de produção, do conflito entre forças produtivas e relações de produção:

"Es evidente que la idea fundamental de Marx sobre el proceso histórico-natural de desarrollo de las formaciones económico-sociales socava hasta las raíces ese moralismo infantil que pretende llamarse sociología. Pero como llegó Marx a esta idea fundamental? Lo hizo separando de los diversos campos de la vida social el de la economía, separando de todas las relaciones sociales, las relaciones de producción, como relaciones fundamentales, primarias, que determinan todas las demás. El mismo Marx describe el proceso de su razonamiento sobre esta cuestión de la siguiente manera:

'Mi primer trabajo emprendido para resolver las dudas que me asaltarán fue una revisión crítica de la filosofía hegeliana del derecho. Este trabajo me llevó a la conclusión de que tanto las relaciones jurídicas como las formas de Estado no pueden ser explicadas por sí mismas, ni por el llamado desarrollo general del espíritu humano, sino que radican, por el contrario, en las relaciones materiales de vida, cuyo conjunto resume Hegel, siguiendo el precedente de los escritores ingleses y franceses del siglo XVIII, bajo el nombre de 'sociedad civil', y que la autonomía de la sociedad civil hay que buscarla en la economía política. El resultado general a que llegué (por el estudio de la economía política) puede resumirse así: en la producción social de su vida, los hombres contraen determinadas relaciones {...}, relaciones de producción que corresponden a una determinada fase de desarrollo de sus fuerzas productivas materiales. El conjunto de estas relaciones de producción forma la estructura económica de la sociedad, la base real sobre la que se levanta la superestructura jurídica y política y a la que corresponden determinadas formas de conciencia social. El modo de producción de la vida material condiciona el proceso de la vida social, política y espiritual. No es la conciencia del

hombre la que determina su ser, sino, por el contrario, el ser social el que determina su conciencia. Al llegar a una determinada fase de desarrollo, las fuerzas productivas materiales de la sociedad chocan con las relaciones de producción existentes, o, lo que no es más que la expresión jurídica de esto, con las relaciones de propiedad dentro de las cuales se han desenvuelto hasta allí. De formas de desarrollo de las fuerzas productivas, estas relaciones se convierten en trabas suyas. Y se abre así una época de revolución social. Al cambiar la base económica, se revoluciona más o menos rápidamente toda la inmensa superestructura erigida sobre ella. Cuando se estudian estas transformaciones, hay que distinguir siempre entre los cambios materiales ocurridos en las condiciones económicas de producción y que pueden apreciarse con la exactitud propia de las ciencias naturales, y las formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas o filosóficas, en una palabra, las formas ideológicas en que los hombres adquieren conciencia de este conflicto y luchan por resolverlo. Y del mismo modo que no podemos juzgar a un individuo por lo que piensa de sí, no podemos juzgar tampoco estas épocas de transformación por su conciencia, sino que, por el contrario, hay que explicarse esta conciencia por las contradicciones de la vida material, por el conflicto existente entre las fuerzas productivas sociales y las relaciones de producción {...} Examinados en sus rasgos generales, los sistemas de producción asiático, antiguo, feudal, y el actual sistema burgués, pueden ser considerados como épocas progresistas en la formación económica de la sociedad' (prólogo a Contribución a la Crítica de la Economía Política, ver Obras Escogidas de Marx Y Engels, Ed. Progreso, Moscú, 1966. t.I, p.347-348)". (Lenin-29; pp. 12 a 14)

O trabalho de Marx constitui um marco na história da sociologia.

Para os que falavam da "sociedade em geral", os que estavam preocupados com "os fins e a essência da sociedade em geral", os que procuravam uma sociedade que "satisfizesse a natureza humana", não fazia sentido falar-se em desenvolvimento da sociedade como um processo histórico-natural. Para eles não fazia sentido nem mesmo falar-se em desenvolvimento mas, apenas o moralismo infantil sobre os "distintos desvios do que era desejável", ou sobre os "defeitos que haviam sido produzidos na história como consequência de que os homens não haviam sido inteligentes, não haviam sabido compreender direito o que a natureza humana exigia, não haviam sabido gerar as condições para ter um regime racional".

O trabalho de Marx constitui um rompimento total com os métodos de investigação sociológica. Até então, os estudos dos sociólogos sobre a sociedade moderna começavam e se esgotavam nas considerações sobre as formas político-jurídicas, surgidas dessa ou daquela idéia da humanidade nesse ou naquele momento. Foi Marx quem conseguiu chegar às relações de produção como relação fundamental para o trabalho sociológico científico:

"Hasta entonces, los sociólogos, no sabiendo descender hasta relaciones tan elementales y primarias como las de

producción, empezaban directamente por la investigación y el estudio de las formas político-jurídicas, tropezaban con el hecho de que estas formas surgían de estas o las otras ideas de la humanidad en un momento dado, y no pasaban de ahí; resultaba como si las relaciones sociales se estableciesen conscientemente por los hombres. Pero esta conclusión que halló su expresión acabada en la idea del Contrato Social (cuyos vestigios se notan mucho en todos los sistemas del socialismo utópico), estaba completamente en pugna con todas las observaciones históricas" (Lenin-29; p.14).

Até então, frente à complicada rede de fenômenos sociais, os sociólogos limitavam-se a, subjetivamente, separar os mais importantes dos menos importantes. Os subjetivistas negavam que o critério científico de repetição pudesse ser aplicado à sociologia.

A sociologia só atendeu ao critério científico da necessidade de repetição dos fenômenos quando o materialismo deu um salto de qualidade e reduziu as relações sociais às relações de produção e, estas, às forças produtivas e o desenvolvimento das formações sociais pode ser apresentado como um processo histórico-natural:

"Hasta ahora, los sociólogos distinguían con dificultad en la complicada red de fenómenos sociales, los fenómenos menos importantes de los que no lo eran (ésta es la raíz del subjetivismo en sociología) y no sabían encontrar un criterio objetivo para esta diferenciación. El materialismo ha proporcionado un criterio completamente objetivo, al destacar las 'relaciones de producción' como la estructura de la sociedad, y al permitir que se aplique a estas relaciones el criterio científico general de la repetición, cuya aplicación a la sociología negaban los subjetivistas". (Lenin-01; p.15)

"Por ultimo, en tercer lugar, esta hipótesis ha creado, además, por primera vez, la posibilidad de una sociología científica. Porque sólo reduciendo las relaciones sociales a las de producción, y estas ultimas al nivel de las fuerzas productivas, se ha obtenido una base firme para representarse el desarrollo de las formaciones sociales como un proceso histórico-natural". (Lenin-29; p.16).

A aplicação mais desenvolvida do materialismo está no "Capital". Ali, sem recorrer uma única vez a fatores estranhos às relações de produção, Marx mostra o desenvolvimento da organização social mercantil, até sua transformação em organização capitalista. Mostra como esse processo cria classes antagônicas (burguesia e proletariado) e como ele desenvolve a produtividade do trabalho social (de forma a criar um elemento inconciliável com os fundamentos da organização capitalista). Nesse trabalho, Marx:

"Toma una de las formaciones económico-sociales - el sistema de la economía mercantil - y proporciona, sobre la base de una gigantesca cantidad de datos (que ha estudiado durante no menos de veinticinco años), un análisis sumamente minucioso de las leyes del funcionamiento de esta formación y de su desarrollo. Este análisis no se sale de las relaciones de producción existentes entre los miembros de la sociedad: sin

recorrir ni una sola vez, para explicar las cosas, a los factores que se hallan fuera de estas relaciones de producción, Marx permite ver cómo se desarrolla la organización mercantil de la economía social, cómo ésta se transforma en economía capitalista, creando clases antagónicas (ya dentro del marco de las relaciones de producción): la burguesía y el proletariado; como esta economía desarrolla la productividad del trabajo social, aportando con ello un elemento que entra en contradicción irreconciliable con los fundamentos de esta misma organización capitalista" (Lenin-29; p.16).

O trabalho de Marx pode ser adequadamente comparado ao de Darwin.

Ambos mostraram que seus objetos de estudo não tinham existências casuais, aleatórias, imutáveis. Ao contrário, ambos mostraram que seus objetos de estudo tinham uma existência determinada por leis de desenvolvimento da espécie. Darwin mostrou as leis de desenvolvimento dos animais e das plantas. Marx mostrou as leis de desenvolvimento das formações econômico-sociais (como um processo histórico-natural).

Além do mais, Lenin lembra que esse "esqueleto" do "Capital" foi "coberto de carne e injetado de sangue" pois, o autor apresenta uma análise da superestrutura correspondente as relações de produção. Dessa maneira, a formação social capitalista é apresentada ao leitor como um organismo vivo, tornando mais adequada a comparação de Marx com Darwin:

"Del mismo modo que Darwin puso fin a la idea de que las diversas especies de animales y plantas no están ligadas entre si, son casuales, 'creadas por Dios' e invariables, y colocó por primera vez la biología sobre una base completamente científica, estableciendo la variabilidad y la continuidad de las especies, así Marx puso fin al modo de concebir la sociedad como un agregado mecánico de individuos sujetos a toda clase de cambios por voluntad de las autoridades (o lo mismo da, por la voluntad de la sociedad y los gobiernos), agregado que surge y cambia casualmente, y colocó por primera vez la sociología sobre una base científica, al formular el concepto de la formación económico-social, como conjunto de determinadas relaciones de producción, al establecer que el desarrollo de estas formaciones constituye un proceso histórico-natural". (Lenin-29; p.17)

Em suma, complementa, Lenin:

"desde que apareció El Capital, la concepción materialista de la historia no es ya una hipótesis, sin una tesis científicamente demostrada". (Lenin-29; p.18)

A transformação de materialismo numa tese cientificamente comprovada e sua aplicação ao estudo da organização social capitalista produziram modificações radicais no campo dos socialistas.

Os socialistas anteriores a Marx demonstravam a opressão a que as massas estavam submetidas, proclamavam a superioridade de um regime onde cada um recebia de acordo com o que tinha contribuído para a produção e que, por isso, era um regime mais adequado à natureza humana, ao conceito de vida racional e moral etc. Para eles, a

mudança do regime para o socialismo consistia numa forma de adequação do regime social à natureza dos homens.

A mudança para o socialismo, de acordo com Marx, não era uma questão de adequação à natureza dos homens mas, uma necessidade do desenvolvimento do regime capitalista:

"La novedad consiste en que los socialistas anteriores, para fundamentar sus concepciones, consideraban suficiente demostrar la opresión de las masas en el régimen contemporáneo, la superioridad de un régimen en el que cada uno reciba lo que hay elaborado, demostrar que tal régimen ideal corresponde a la 'naturaleza humana', al concepto de una vida racional y moral, etc. Marx entendía que era imposible conformarse con semejante socialismo. No limitándose a caracterizar el régimen contemporáneo, a aquilatarlo en su valor y condenarlo. Marx le dio una explicación científica, reduciendo este régimen contemporáneo diferente en los distintos Estados de Europa y fuera de Europa, a una base común: a la formación social capitalista, cuyas leyes de funcionamiento y desarrollo analizó objetivamente (demostró la necesidad de la explotación en semejante régimen). Tampoco creía posible Marx conformarse con la afirmación de que sólo el régimen socialista corresponde a la naturaleza humana, como sostenían los grandes socialistas utópicos y sus pobres epígonos, los sociólogos subjetivistas. Con el mismo análisis objetivo del régimen capitalista demostró la necesidad de su transformación en régimen socialista". (Lenin-29; p.36).

b) Dialética

A transformação da economia capitalista em economia socialista nada tem há ver com a dialética Hegeliana.

No já referido "Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' Y Como Luchan Contra Los Socialdemócratas?: Respuesta A Los Artículos De Russkoie Bogatstvo Contra Los Marxistas" (29), Lenin nega que o marxismo apóie-se na dialética desenvolvida por Hegel. Esta era usada, por Marx, apenas como uma forma de expressar-se e não como um método de análise:

"Estamos ante la vulgar acusación de que el marxismo acepta la dialéctica hegeliana, acusación que parecía ya bastante desgastada por los críticos burgueses de Marx. Incapaces de oponer algo substancial a la doctrina, aquellos señores se agarraban a la manera de expresarse de Marx, atacaban la procedencia de su teoría, creyendo poder socavar así su esencia". (Lenin-29; p.43)

A obra de Engels contra Dühring é uma evidência de que Marx não concordava com a dialética hegeliana.

A preocupação de Marx era com o processo real e o único critério para avaliar uma teoria é a sua conformidade com a realidade. A coincidência entre o desenvolvimento de algum fenômeno social e o esquema Hegeliano, de "tese-negação da tese- negação da negação da tese", era um fato corriqueiro que não tinha qualquer relevância para o marxismo. A exposição desse fenômeno ao modo da tríade Hegeliana, nada mais era do que vestígios de um modo de expressão:

"Al refutar los ataques de DÜhring contra la dialéctica de Marx, Engels dice que Marx jamás pensó ni remotamente en 'demostrar' algo con las triadas de Hegel; que Marx sólo estudiaba e indagaba el proceso real, y el único criterio de la verdad de una teoría era para él su conformidad con la realidad. Y si al hacerlo, dice, resultaba a veces que el desarrollo de algún fenómeno social coincidía con el esquema de Hegel: tesis-negación-negación de la negación, esto no tiene nada de extraño, porque no es raro en la naturaleza en general. Y Engels empieza a poner ejemplos del terreno de la historia natural (la evolución de los cereales) y social (el que, por ejemplo, al principio existiera el comunismo primitivo, luego la propiedad privada y más tarde la socialización capitalista del trabajo; o al principio el materialismo primitivo, luego el idealismo y finalmente el materialismo científico, etc.). Para todo el mundo es evidente que el centro de gravedad de la argumentación de Engels está en que la misión de los materialistas consiste en describir de manera certera y exacta el verdadero proceso histórico, y que el insistir en la dialéctica, el recoger ejemplos llamados a demostrar la justeza de la triade non son más que vestigios de aquel hegelianismo del que nació el socialismo científico, vestigios de su modo de expresarse". (Lenin-29; p.43)

O que Marx e Engels chamavam de dialética nada tinha a ver com as tríades de Hegel. O termo dialética era usado como forma de enfatizar a diferença com o método metafísico. Designava um método científico onde a sociedade era concebida como um organismo vivo, em permanente movimento, cujo estudo exigia uma análise objetiva das suas relações de produção, das suas leis de funcionamento e desenvolvimento.

A tríade Hegeliana nada tinha há ver com a concepção da evolução social como um processo histórico-natural de desenvolvimento das formações econômico-sociais:

"Marx y Engels llamaban método dialéctico - por oposición al metafísico - sencillamente al método científico en sociología, consistente en que la sociedad es considerada como un organismo vivo, que se halla en desarrollo continuo (y no como algo mecánicamente cohesionado y que, por ello, permite toda clase de combinaciones arbitrarias de elementos sociales aislados) y para cuyo estudio es necesario hacer un análisis objetivo de las relaciones de producción que constituyen una formación social determinada, estudiar las leyes de su funcionamiento y desarrollo ... todo el que haya leído la definición y descripción del método dialéctico que dan

Engels (en la polémica contra DÜhring: 'Del socialismo utópico al socialismo científico') o Marx (en varias notas de 'El Capital' y en el 'Epílogo' a la segunda edición, así como en la 'Miseria de la Filosofía') habrá visto que para nada se habla allí de las triadas de Hegel y que todo se reduce a considerar la evolución social como un proceso histórico-natural del desarrollo de las formaciones económico-sociales". (Lenin-29; p.45)

Como reforço para sua argumentação, Lenin reproduz a nota intitulada "El Punto De Vista De La Critica De C. Marx Sobre La Economía Política", publicada na revista Viétnik Europi, n.5, de 1872, citada por Marx no Epílogo á segunda edição de O Capital. Ali, Marx diz que o método por ele utilizado no Capital havia sido mal compreendido e que para expô-lo com mais clarividência transcreve a descrição que a referida nota fez de seu método. Apenas uma parte é aqui transcrita:

"Para Marx - se dice allí - es de importancia una sola cosa, a saber: encontrar la ley de los fenómenos que investiga, siendo para él de suma importancia la ley del cambio, del desarrollo de esos fenómenos, de su tránsito de una forma a otra, de un régimen de relaciones sociales a otro. Por lo mismo, Marx se preocupa de una sola cosa: demostrar por medio de investigaciones científicas exactas la necesidad de determinados regimenes de relaciones sociales, dejando constancia, con la mayor exactitud posible, de los hechos que le sirven de puntos de partida y de apoyo. Para este objeto basta y sobre si, al demostrar la necesidad del régimen actual, demuestra a la vez la necesidad de otro régimen, que inevitablemente debe brotar del precedente, dando lo mismo que los hombres crean o no en esto, que tengan o no conciencia de ello. Marx considera el movimiento social como un proceso histórico-natural, sujeto a leyes que no sólo no dependen de la voluntad, de la conciencia y de los propósitos de los hombres, sino que, por el contrario, determinan la voluntad, la conciencia y los propósitos de estos ... Marx niega precisamente la idea de que las leyes de la vida económica son las mismas para el pasado que para el presente. Por el contrario, cada periodo histórico tiene sus propias leyes. La vida económica es un fenómeno análogo a la historia del desarrollo en otros campos de la biología. Los economistas anteriores no comprendían la naturaleza de las leyes económicas, cuando las comparaban con las leyes químicas y físicas. Un análisis más profundo demuestra que los organismos sociales se diferencian en forma tan radical uno del otro como los organismos animales y vegetales. Proponiéndose investigar desde este punto de vista la organización económica capitalista, Marx formula con ello de un modo estrictamente científico el objetivo que debe proponerse todo estudio exacto de la vida económica. La importancia científica de semejante investigación consiste en aclarar las leyes especiales (históricas) que rigen el surgimiento, la existencia, el desarrollo y la muerte de un

organismo social determinado, y su reemplazo por otro, por un organismo superior" (Lenin-29; pp.46 e 47)

Em seguida à longa transcrição da nota onde Marx diz que seu método está acertadamente descrito, Lenin comenta que ali não se encontra qualquer referência à tríade Hegeliana. Aliás, no referido Epílogo à segunda edição do Capital, Marx afirmou textualmente que seu método era oposto ao de Hegel.

Para Hegel, o desenvolvimento da idéia em conformidade com as leis dialéticas da tríade é que determina o desenvolvimento da realidade. Para Marx, inversamente, o ideal nada mais é que o reflexo do real.

Assim, ao invés de constituir-se em carne e sangue que dão vida ao esqueleto, a tríade Hegeliana fica reduzida ao papel superficial de pele, de cobertura:

"He aquí una descripción del método dialéctico que Marx ha recogido de entre una infinidad de notas de revistas y periódicos sobre 'El Capital' y que ha traducido al alemán, porque esta característica de su método, según él mismo afirma, es completamente exacta. Cabe preguntar si hay en esta descripción aunque sólo sea una palabra sobre las triadas, las tricotomías, la ineluctabilidad del proceso dialéctico y otros absurdos semejantes contra los que caballerescamente sale a batirse el señor Mijailovski. Y Marx, a continuación de dicha descripción, dice con toda claridad que su método es 'directamente opuesto' al método de Hegel. Según Hegel, el desarrollo de la idea con arreglo a las leyes dialécticas de la triade determina el desarrollo de la realidad. Sólo en este caso, claro está, puede hablarse de la significación de las triadas, de la ineluctabilidad del proceso dialéctico. Por el contrario, a mi modo de ver - dice Marx -, 'lo ideal no es más que el reflejo de lo material'. Y todo se reduce entonces a una 'concepción positiva del presente y de su desarrollo necesario'. Las triadas quedan así reducidas al papel de la tapa y de la piel ('yo he coqueteado con el lenguaje de Hegel', dice Marx en el lugar citado), papel por el que sólo son capaces de interesarse los filisteos" (Lenin-29; pp.47 e 48).

c) A Expropriação dos Expropriadores

Conforme citado por Lenin no "Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' Y Como Luchan Contra Los Socialdemócratas?: Respuesta A Los Artículos De Russkoie Bogatstvo Contra Los Marxistas" (29), Mijailovski havia afirmado que:

- 1- as leis imanentes da sociedade eram exclusivamente dialéticas;
- 2- o argumento de Marx que, devido às leis de desenvolvimento do capitalismo, a expropriação dos expropriadores era inevitável, tinha um caráter exclusivamente dialético;
- 3- o ideal de Marx a respeito da propriedade comum da terra e do capital, como algo inevitável e indubitável, só tinha sustentação como último estágio da tricotomia Hegeliana.

Mijailovski nada mais faz do que repetir Dühring e, por isso, para destruir essas afirmativas, Lenin recorre à obra de Engels contra Dühring. Em seis páginas consecutivas, Lenin reproduz a parte que lhe interessa dessa obra de Engels. Nas duas primeiras páginas está reproduzida a parte onde Engels expõe a argumentação de Dühring. Na página e meia seguinte, está a refutação de Engels à afirmativa de que, de acordo com Marx, se chegará a uma propriedade que é simultaneamente individual e social ("*un absurdo que necesariamente tenía que resultar de la dialéctica hegeliana*"). Em seguida, Lenin reproduz a parte onde Engels refuta que a negação da negação seja a via mestra da expropriação dos expropriadores.

O fio condutor dessa exposição é a contradição entre o desenvolvimento da socialização do trabalho e a centralização dos meios de produção, que é algo absolutamente distinto da tríade Hegeliana. Quanto mais avança a divisão do trabalho, quanto maior é a produtividade do trabalho, maior tem que ser a centralização dos meios de produção e o mecanismo para tal é a expropriação dos proprietários.

Quando esse processo chegar ao limite, esgotar suas potencialidades, será preciso, necessário, passar para uma nova forma de organização da sociedade. A agudização do conflito entre o proletariado e a burguesia é a forma como a sociedade vai tomando consciência da contradição entre a socialização do trabalho e a centralização dos meios de produção.

A vitória dos primeiros sobre os segundos, com a expropriação dos que expropriavam no modo de produção anterior, constitui a forma de construir uma nova organização da sociedade, compatível com o elevadíssimo grau de desenvolvimento da socialização do trabalho.

Tal processo de transformação da organização social nada tem há ver com a tríade Hegeliana:

“Hasta la era capitalista existía, al menos en Inglaterra, la pequeña producción basada en la propiedad privada del trabajador sobre sus medios de producción. La llamada acumulación primitiva del capital consistió en este caso en la expropiación de estos productores directos, es decir, en la destrucción de la propiedad privada basada en el trabajo propio. Esta destrucción fue posible porque la pequeña producción que hemos mencionado sólo es compatible con los estrechos marcos primitivos de la producción de la sociedad, y en cierto grado de su desarrollo crea ella misma las bases materiales de su destrucción ... En cuanto los trabajadores se convirtieron en proletarios y sus medios de producción en capital; en cuanto se consolidó el modo capitalista de producción, la socialización ulterior del trabajo y la transformación de la tierra y de los otros medios de producción (en capital), y por lo tanto la ulterior expropiación de los propietarios privados, adquieren una nueva forma. 'Ahora ya no es el trabajador que gobierna su economía el que debe ser expropiado, sino el capitalista que explota a numerosos obreros. Esta expropiación se lleva a cabo por el juego de leyes inmanentes de la propia producción capitalista. Por la concentración de los capitales. Un capitalista devora a muchos otros. Paralelamente a esta concentración o expropiación de una multitud de capitalistas por unos pocos,

se desarrollo cada vez en mayor escala la forma cooperativa del proceso del trabajo, se desarrolla la aplicación tecnológica conciente de la ciencia, la metódica explotación en común de la tierra, los instrumentos de trabajo se convierten en medios que sólo pueden ser utilizados en común, y se economizan todos los medios de producción, porque se utilizan como medios de producción comunes del trabajo social combinado. A la par con la disminución constante del número de los magnates del capital, que usurpan y monopolizan todas las ventajas de este proceso de transformación, aumenta en masa la miseria, la opresión, la esclavitud, la degradación y la explotación; pero aumenta también la rebeldía de la clase obrera, que constantemente crece en número, se instruye, unifica y organiza por el propio mecanismo del proceso capitalista de producción. El capital se convierte en traba del modo de producción que ha florecido junto con él y bajo su amparo. La concentración de los medios de producción y la socialización del trabajo llegan a tal punto, que se hacen incompatibles con su envoltura capitalista. Esta se rompe. La hora de la propiedad privada capitalista ha sonado. Los expropiadores son expropiados".

"Y ahora pregunto yo al lector: dónde están los enrevesados jeroglíficos y arabescos dialécticos; donde está la mezclanza, la confusión de ideas, según las cuales todo es, en última instancia, uno y lo mismo; dónde están los milagros dialécticos para los fieles y los misterios dialécticos y malabarismos con arreglo a la doctrina de Hegel sobre logos, cosas sin las que Marx, a juicio de Dühring, no hubiera podido llevar a cabo su exposición?" (Lenin-29; pp.52 e 53).

A expropriação é o resultado da contradição entre o desenvolvimento do caráter social da produção (socialização do trabalho) e do caráter privado da apropriação. O desenvolvimento da socialização do trabalho, a ampliação da escala de produção é incompatível com a propriedade privada dos meios de produção pelo próprio produtor (o trabalhador), ele necessita da propriedade privada capitalista. A continuidade do desenvolvimento da socialização do trabalho, da ampliação da escala de produção, produz a incompatibilidade com a propriedade privada capitalista e a necessidade de propriedade coletiva (dos meios de produção e não dos produtos).

Se isto se parece com uma lei dialética, se este processo histórico se comporta como um processo dialético (propriedade privada dos meios de produção pelo trabalhador - negação da propriedade privada dos meios de produção por parte do produtor direto, que é a propriedade privada dos meios de produção por parte dos capitalista - negação da propriedade privada capitalista, que é a propriedade coletiva dos meios de produção), é preciso deixar claro que isso não ocorre como fruto do desenvolvimento da idéia, tal como é suposto na tríade, na dialética, Hegeliana:

"Marx, de un modo sencillo, demuestra históricamente y lo resume aquí en términos escuetos, que así como la pequeña producción, con su propio desarrollo, engendró necesariamente las condiciones de su destrucción, es decir, la expropiación de los pequeños propietarios, ahora la

producción capitalista ha engendrado también ella las condiciones materiales que la llevarán a su hundimiento. Tal es el proceso histórico, y si resulta al mismo tiempo dialéctico, no es ya culpa de Marx, por más fatal que esto le parezca al señor DÜhring'...

'Por lo tanto, al llamar a este proceso negación de la negación, Marx no pensaba ver en ello una demostración de su necesidad histórica. Por el contrario: después de demostrar históricamente que este proceso en parte se ha realizado ya en la práctica y en parte debe aún realizarse, sólo después de ello lo define como proceso que se realiza de acuerdo con una ley dialéctica determinada ...'" (Lenin-29; p.53)

d) Determinismo

A necessidade histórica da transformação do regime capitalista em socialista de forma alguma despreza o papel dos indivíduos (que são os personagens da história) nessa transformação.

No trabalho intitulado "Quiénes Son Los 'Amigos Del Pueblo' Y Como Luchan Contra Los Socialdemócratas?: Respuesta A Los Artículos De Russkoie Bogatstvo Contra Los Marxistas" (29), Lenin diz que a necessidade histórica da transformação do regime capitalista em socialista ressalta o papel dos indivíduos.

A necessidade da transformação não soluciona o problema a respeito das condições para assegurar-se o êxito da atuação dos indivíduos nessa transformação. Ela traz para o primeiro plano a questão sobre como garantir que os atos individuais, ainda que intencionalmente buscando o mesmo fim, não acabem perdendo-se num mar de atos opostos:

"La idea del determinismo, al establecer la necesidad de los actos del hombre, al rechazar la absurda leyenda del libre albedrío, no niega en un ápice la inteligencia ni la conciencia del hombre, como tampoco la valoración de sus acciones. Muy por el contrario, sólo la concepción determinista permite una valoración rigurosa y acertada, sin imputar todo lo imaginable al libre albedrío. Del mismo modo, tampoco la idea de la necesidad histórica menoscaba en nada el papel del individuo en la historia: toda la historia se compone precisamente de acciones de individuos que son indudablemente personalidades. El problema real que surge al valorar la actuación social del individuo consiste en saber en qué condiciones se asegura el éxito a esta actuación. Donde está la garantía de que esa actividad no resultará un acto individual que se hunde en el mar de actos opuestos?" (Lenin-29; p.38)

A resposta a essa questão constituía um ponto evidente de diferenciação entre os sociais-democratas e os demais socialistas (populistas) russos.

Os populistas acreditavam que o desenvolvimento do capitalismo na Rússia era um produto artificial, imitado do Ocidente, implantado por uma política aberrante do Estado. O capitalismo não tinha futuro na Rússia, estava condenado a desembocar num beco sem saída. Sendo assim, era possível promover, imediatamente, a transformação para o socialismo. Era possível a transformação direta do feudalismo para o socialismo e o camponês seria o agente dessa transformação.

Os sociais-democratas, ou melhor, Lenin, discordava frontalmente dos populistas, desde logo, porque o desenvolvimento do capitalismo nada tinha de estranho à realidade Russa. Ao contrário, ele tinha muitas condições para continuar desenvolvendo-se. Sendo assim, a transformação para o socialismo exigia o acirramento da luta do proletariado contra a burguesia:

"En ello consiste precisamente el problema que resuelven de modo diferente los socialdemócratas y los demás socialistas rusos: como debe arrastrar a las masas la actividad dirigida a realizar el régimen socialista, para aportar resultados serios? Es evidente que la solución de esta cuestión depende directa e inmediatamente de la idea que se tenga de la agrupación de las fuerzas sociales en Rusia, de la lucha de clases, elementos que constituyen la realidad rusa ... Como es sabido, la solución socialdemócrata de la cuestión se basa en el concepto de que el régimen económico ruso es considerado como una sociedad burguesa, de la que sólo puede haber una salida, la cual emana de manera necesaria de la esencia misma del régimen burgués: la lucha de clases del proletariado contra la burguesía". (Lenin-29; p.39).

Com o que aqui acabou de ser exposto é possível chamar a atenção para alguns pontos: 1) o caráter científico do materialismo; 2) a sua aplicação ao estudo da sociedade moderna mostra a necessidade da transformação socialista; 3) necessitando, para tanto, atuar de maneira que a ação dos indivíduos produza, de fato, essa transformação. A conclusão é uma íntima vinculação entre o trabalho teórico e o trabalho político.

e) Unidade entre Ciência e Compromisso com a Revolução do Proletariado

No já citado "Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' ", Lenin diz que a redução do marxismo a uma doutrina de como a propriedade individual, no regime capitalista, realizava seu desenvolvimento dialético, socializando-se, (como ela se transformava na sua negação e depois na negação dessa negação), redução feita pelos liberais e pelos radicais, deixava de lado as particularidades do método, a luta de classes e o objetivo do marxismo. (colocar a descoberto todas as formas de antagonismo e exploração para ajudar ao proletariado a livrar-se delas).

A essência do marxismo é ser uma teoria crítica e revolucionária. Seu objetivo é desnudar todas as formas de antagonismo e exploração na sociedade moderna, mostrar que a exploração a que o trabalhador está submetido resulta de um conjunto de relações de produção, mostrar a transitoriedade dessa sociedade e facilitar a luta do proletariado

para acabar con a exploração a que está submetido. O marxismo é uma teoria científica comprometida politicamente com o proletariado:

"Pero Marx veía todo el valor de su teoría en que 'por su misma esencia es una teoría crítica y revolucionaria'(ver Apéndice a la segunda edición del t. I de El Capital, ed. cit., p.9). Y esta última cualidad es, en efecto, inherente al marxismo por entero y sin duda de ningún género, porque esta teoría se plantea directamente como tarea la de poner al descubierto todas las formas del antagonismo y de la explotación en la sociedad moderna, seguir su evolución, demostrar su carácter transitorio, la inevitabilidad de su conversión en otra forma distinta y servir al proletariado, para que éste termine lo antes posible y con la mayor facilidad posible con toda explotación. La insuperable y sugestiva fuerza que atrae hacia esta teoría a los socialistas de todos los países consiste precisamente en que une un rígido y supremo cientificismo (siendo como es la última palabra de la ciencia social) al revolucionarismo, y los une, no por casualidad, no sólo porque él fundador de la doctrina unía en sí personalmente las cualidades del científico y del revolucionario, sino que los une en la teoría misma, con lazos internos y indisolubles. En efecto, como tarea de la teoría, como finalidad de la ciencia, se plantea directamente aquí el ayudar a la clase de los oprimidos en su lucha económica real. 'Nosotros no decimos al mundo: <deja de luchar, toda tu lucha no vale nada> Nosotros le daremos la verdadera consigna de la lucha'(de la carta de Marx a Ruge, en septiembre de 1843). Por consiguiente, la tarea directa de la ciencia, según Marx, consiste en dar la verdadera consigna de la lucha, es decir, saber presentar objetivamente esta lucha como producto de un determinado sistema de relaciones de producción, saber comprender la necesidad de esta lucha, su contenido, el curso y las condiciones de su desarrollo. No se puede dar 'la consigna de la lucha' sin estudiar en todos sus detalles cada una de las formas de esta lucha, sin seguir cada paso de la misma, en su tránsito de una forma a otra, para saber en cada momento concreto determinar la situación, sin perder de vista el carácter general de la lucha, su objetivo general: la destrucción completa y definitiva de toda explotación y de toda opresión" (Lenin-29; pp.234 e 235).

Num trabalho intitulado "Contenido Económico Del Populismo Y Su Crítica En El Libro Del Señor Struve: Reflejo Del Marxismo En La Literatura Burguesa" (30), Lenin afirma explicitamente que o marxismo é também uma ideologia da classe operária:

"El marxismo tiene como criterio principal la formulación y la explicación teórica de la lucha de las clases sociales y de los intereses económicos, de la que somos testigos. El marxismo únicamente se basa en los hechos de la realidad y de las historias rusas; es también una ideología de la clase trabajadora ." (Lenin-30; p.125)

A luta contra a exploração, não é uma reivindicação de acordo com o desenvolvimento da ciência ou dos ideais contemporâneos mas, sim, uma reivindicação de uma classe, da classe operária:

"El trabajo para otro' y la explotación engendrarán siempre, tanto en los explotados como en algunos representantes de la 'intelectualidad', ideales contrarios a ese sistema ...

"Al populista le basta con registrar el hecho que engendra tales ideales, con indicar después la legitimidad de éstos desde el punto de vista de la 'ciencia moderna y de las ideas morales contemporáneas' (sin comprender, por cierto, que esas 'ideas contemporáneas' no son sino concesiones de la 'opinión pública' de la Europa occidental a la nueva fuerza naciente) y con apelar luego a la 'sociedad' y al 'Estado'; garanticen, protejan, organicen!

"El marxista parte del mismo ideal, pero no lo contrasta ni con 'la ciencia moderna ni con las ideas morales contemporáneas', sino con las contradicciones de clase existentes, y por ello no lo formula como una reivindicación de la 'ciencia', sino como la reivindicación de una determinada clase, como una reivindicación engendrada por determinadas relaciones sociales (que deben ser estudiadas objetivamente) y que sólo puede ser alcanzada de un modo determinado, en virtud de determinadas peculiaridades de esas relaciones". (Lenin-30; p.149)

f) Preparação das Bases Materiais, Sociais e Políticas para o Socialismo

Numa obra clássica, intitulada O Desenvolvimento Do Capitalismo Na Rússia: O Processo De Formação Do Mercado Interno Para A Grande Indústria (31), Lenin afirma que o capitalismo prepara as bases materiais e as bases sociais para o socialismo.

Ao promover uma ampliação da produção sem a correspondente ampliação do consumo, ao libertar a acumulação das barreiras impostas pela limitação do consumo, desenvolve as forças produtivas e prepara as bases materiais para o socialismo:

"O desenvolvimento da produção (e, logo, do mercado interno) voltado predominantemente para os meios de produção parece paradoxal e constitui, sem dúvida, uma contradição. Trata-se de uma verdadeira 'produção pela produção', uma ampliação da produção sem uma ampliação correspondente do consumo. Mas esta não é uma contradição teórica: é uma contradição da vida real; é precisamente uma contradição que corresponde à própria natureza do capitalismo e às outras contradições desse sistema de economia social. É precisamente essa ampliação da produção sem a respectiva ampliação do consumo que corresponde à missão histórica do capitalismo e à sua estrutura social específica: a primeira consiste em desenvolver as forças produtivas da sociedade e a segunda exclui a massa

da população do usufruto das conquistas técnicas. Há uma inequívoca contradição entre a tendência ilimitada à ampliação da produção (tendência própria do capitalismo) e o consumo limitado das massas populares (limitado em razão da sua condição proletária) ... {...} Ademais, não há nada mais absurdo que das contradições do capitalismo deduzir sua impossibilidade, seu caráter não progressista etc., o que implica em procurar nas celestes regiões dos devaneios românticos refúgio contra uma realidade desagradável, porém indiscutível. A contradição que existe entre a tendência ilimitada ao crescimento da produção e o consumo limitado não é a única do capitalismo, que só pode existir e se desenvolver em meio a contradições. Elas, aliás, atestam o caráter historicamente transitório do capitalismo, iluminando as condições e as causas da sua decomposição e da sua transformação em uma forma superior ." (Lenin-31; p.25)

Essa expansão de bases materiais é, simultaneamente, socialização do trabalho e criação e desenvolvimento de duas classes sociais antagônicas: a burguesia e o proletariado, a primeira concentrando e a segunda sendo excluída dos benefícios do progresso da técnica.

A "produção pela produção" requer a especialização, a concentração da produção em unidades produtivas separadas produzindo para toda a sociedade. Juntamente com o desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento do capitalismo desenvolve, concentrando nas cidades, uma classe livre de velhas amarras, com maior capacidade de entendimento da realidade em que vive e com maior capacidade de organização. Dessa forma, o desenvolvimento do capitalismo prepara as bases sociais para o socialismo:

"A socialização do trabalho pelo capitalismo se manifesta nos seguintes processos. Em primeiro lugar o próprio crescimento da produção mercantil põe fim à dispersão das pequenas unidades econômicas, própria da economia natural, e reúne os pequenos mercados locais num grande mercado nacional (depois mundial). {...} Em segundo lugar, o capitalismo substitui a antiga dispersão da produção por uma concentração sem precedentes, quer na agricultura, quer na indústria. {...} Em terceiro lugar, o capitalismo elimina as formas de dependência pessoal que são parte inalienável dos antigos sistemas econômicos. {...} Em quarto lugar, o capitalismo cria necessariamente a mobilidade da população, que era desnecessária aos sistemas de economia social anteriores, {...}. Em quinto lugar, o capitalismo provoca uma redução constante da parte da população ocupada na agricultura (onde sempre predominam as formas mais atrasadas de relações econômicas e sociais) e um crescimento do número de grandes centros industriais. Em sexto lugar, a sociedade capitalista aumenta a necessidade de união e associação da população e dá às suas organizações um caráter peculiar, distinto em relação aos períodos anteriores. Destruindo as limitadas uniões corporativas locais da

sociedade medieval e instaurando uma concorrência impiedosa, o capitalismo fratura simultaneamente o conjunto da sociedade em grandes grupos de pessoas que ocupam diferentes posições na produção, impulsionando vigorosamente a constituição de associações no interior de cada um desses grupos. Em sétimo lugar, todas as referidas transformações do antigo regime econômico, operadas pelo capitalismo, levam inevitavelmente á mudança da estrutura moral da população" (Lenin-31; pp.374 e 375).

No já referido " Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' ", Lenin mostra como o desenvolvimento do capitalismo prepara as bases políticas para o socialismo.

Com o desenvolvimento do capitalismo torna-se mais fácil para o trabalhador compreender adequadamente a questão da exploração. Na etapa da grande indústria, a exploração está completamente desenvolvida, está com seu aspecto puro e, por isto, o trabalhador pode ver claramente que o que o oprime é o capital e que sua luta tem que ser contra uma classe, contra a burguesia:

"... La explotación del trabajador en Rusia es en todas partes capitalista por esencia, si se dejan a un lado los restos agonizantes de la economía del régimen de servidumbre; lo único que ocurre es que la explotación de la masa de productores es nimia, dispersa, no desarrollada, mientras que la explotación del proletariado fabril es grande, presenta un carácter social y está concentrada. En el primer caso esta explotación se encuentra todavía envuelta en formas medievales, recargada de diferentes apéndices, artificios y subterfugios políticos, jurídicos y consuetudinarios, que impiden al trabajador y a su ideólogo ver la esencia de esta orden de cosas que oprime al trabajador, ver dónde está la salida de el y cómo buscar esta salida. Por el contrario, en el último caso la explotación ya está completamente desarrollada y aparece en su aspecto puro, sin ninguno de los aditamentos que embrollan la cuestión. El obrero no puede ya dejar de ver que lo oprime el capital, que hay que sustentar la lucha contra la clase de la burguesía". (Lênin-29; p.201).

Na medida em que o desenvolvimento do capitalismo torna as coisas claras, mostra onde está a fonte da exploração, ele também desperta a consciência do trabalhador, converte o descontentamento surdo e vago em protesto consciente, em luta de classe pela libertação de todos os trabalhadores:

"Si se compara esta aldea real con nuestro capitalismo, se comprende entonces por qué los socialdemócratas consideran progresista la labor de nuestro capitalismo, cuando éste concentra estos pequeños mercados aislados en un mercado que abarca a toda Rusia, cuando crea, en lugar de la infinidad de pequeñas sanguijuelas leales al régimen, un puñado de grandes 'pilares de la patria'; cuando socializa el trabajo y eleva su productividad, cuando rompe esta subordinación del trabajador a las sanguijuelas locales y crea la subordinación al gran capital. Esta subordinación es progresista en comparación con aquella - a pesar de todos los horrores de la

opresión del trabajo, de la agonía lenta, del embrutecimiento, de la mutilación de los organismos femeninos e infantiles etc. - porque DESPIERTA LA CONCIENCIA DEL OBRERO, convierte el descontento sordo y vago en protesta consciente, convierte el motín aislado, pequeño, ciego, en lucha organizada de clases por la liberación de todo el pueblo trabajador, lucha que extrae su fuerza de las condiciones mismas de existencia de este gran capitalismo y por ello mismo puede contar incondicionalmente con un EXITO SEGURO" (Lenin-29; p.128).

g) Sobre as Leis Gerais de Desenvolvimento do Capitalismo

As leis do desenvolvimento do capitalismo e sua aplicação ao caso da agricultura foram abordadas por Lênin num texto, intitulado "O Capitalismo Na Agricultura: O Livro De Kautsky E O Artigo Do Senhor Bulgákov" (32), escrito para defender o livro de Kautsky sobre a questão agrária ("o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna depois do Livro Terceiro de O Capital") das críticas feitas por Bulgákov.

Essa primeira seção gira em torno de três pontos: elevação da composição orgânica do capital, caráter das leis gerais no marxismo e concepção materialista.

O aprofundamento do processo de divisão social do trabalho produz a expansão da produção voltada predominantemente para a própria produção, a produção pela produção, que liberta o desenvolvimento das forças produtivas das amarras impostas pela limitação do consumo. Junto com isso, ocorre o progresso da técnica na indústria de máquinas e a substituição dos homens pelas máquinas. Nesse sentido, a lei da elevação da composição orgânica do capital, no capitalismo, a expansão da produção ocorre com um crescimento mais rápido do capital constante relativamente ao capital variável, constitui a expressão econômica da preparação das bases materiais para o socialismo.

Negar a validade da lei de aumento da composição orgânica do capital, significa negar que o capitalismo esteja preparando as bases materiais para o socialismo. Talvez seja por essa razão que Lênin inicia seu texto refutando a afirmativa de Bulgákov dizendo que a referida lei é um conceito errôneo de Marx, já refutado pela história.

O argumento inicial de Lênin é que o crescimento intensivo da agricultura que, conduz a uma expansão do emprego dos homens, não nega a lei de aumento da composição orgânica do capital. A referida lei diz respeito a uma elevação numa razão, o que pode ser obtida com o aumento em valor absoluto do numerador e do denominador, desde que o crescimento do capital constante seja maior que o do capital variável:

"Antes mesmo de arremeter contra Kautsky, o senhor Bulgákov bate-se, de passagem, com Marx. É claro que o senhor Bulgákov destaca os enormes méritos do grande economista, mas adverte que 'por vezes' em Marx são encontrados até 'conceitos errôneos ... já suficientemente refutados pela

história'. 'Entre esses conceitos figura, por exemplo, o de que, na agricultura, o capital variável diminui relativamente ao capital constante da mesma forma que na indústria de transformação, de modo que a composição orgânica do capital agrário eleva-se continuamente'. Quem está equivocado nesse caso, Marx ou o senhor Bulgákov? O senhor Bulgákov alude ao fato de que o progresso técnico na agricultura e o cultivo cada vez mais intensivo conduzem freqüentemente a um aumento na quantidade de trabalho requerida para a exploração de determinada superfície. Não há dúvida de que assim é, mas daí a negar a teoria da diminuição do capital variável relativamente ao constante, proporcionalmente ao constante, há uma grande distância. A teoria de Marx afirma tão-somente que, em geral, a relação V/C (V= capital variável; C= capital constante) tem a tendência de diminuir, ainda que V aumente por unidade de superfície. Por acaso a teoria de Marx seria refutada se, ao mesmo tempo, C cresce mais rapidamente?" (Lenin-32; p.82)

Em seguida, Lenin refere-se aos dados apresentados por Kautsky sobre a França, a Alemanha e a Inglaterra, que mostram uma redução na população do campo e no número de trabalhadores agrícolas, simultaneamente ao aumento no número de máquinas utilizadas na agricultura:

"Vemos, pois, que em termos gerais e no que se refere aos países capitalistas modernos, a história não refutou, em absoluto, a lei de Marx, mas tem confirmado sua validade para a agricultura". (Lenin-32; p.83)

O erro de Bulgákov não se limitava ao empírico. O crítico de Marx errava também ao transformar fatos agronômicos isolados em leis gerais.

A lei da elevação da composição orgânica do capital é uma lei das tendências gerais do capitalismo e, como tal, não necessariamente é observável em todo e qualquer caso.

A observação em algum caso isolado de que esta lei não estava sendo cumprida não invalidava o seu caráter de lei. Lei das tendências gerais diz respeito ao que é predominante no curso dos acontecimentos, refere-se a fatos que, na maior parte das vezes (em geral), são observados.

Não é só na agricultura que se encontram exemplos onde a lei de elevação da composição orgânica do capital não era observada. A substituição das grandes oficinas capitalistas pelo trabalho capitalista a domicílio é um exemplo disso.

Esses casos, no entanto, não tiram o caráter de lei (geral) da teoria que prevê um aumento do capital constante relativamente ao capital variável, durante o processo de desenvolvimento do capitalismo.

Além do mais, durante o processo de desenvolvimento, os períodos de progresso com transformações técnicas alternam-se com os períodos de progresso sem transformações técnicas. Sendo assim, não é difícil encontrar observações onde a composição orgânica do capital está elevando-se e observações onde tal não ocorre:

"O erro do senhor Bulgákov consiste em ter-se apressado a elevar à categoria de leis econômicas gerais alguns fatos

agrônômicos isolados, sem ter-se aprofundado em seu significado. Sublinhamos 'gerais' porque nem Marx nem seus discípulos consideram essa lei mais que uma lei das tendências gerais do capitalismo, e não como uma lei aplicável a todos os casos isolados. Mesmo no que se refere à indústria, o próprio Marx tinha indicado que os períodos de transformações técnicas (nos quais diminui a relação V/C) alternam-se com os períodos de progresso sobre a mesma base técnica (nos quais a relação V/C permanece invariável e, em certos casos, pode até aumentar). Na história industrial dos países capitalistas, conhecemos casos em que esta lei é infringida em ramos inteiros da produção. Por exemplo, quando grandes oficinas capitalistas (impropriamente chamadas de fábricas) desaparecem para serem substituídas pelo trabalho capitalista a domicílio. Quanto à agricultura, não cabe a menor dúvida de que o processo de desenvolvimento do capitalismo é incomensuravelmente mais complicado e assume uma diversidade de formas incomparavelmente maior". (Lenin-32; p.83)

Adicionalmente, em outro trabalho, intitulado "Algo Más Sobre El Problema De La Teoría de La Realización", Lenin (33) sublinha que as leis do marxismo são leis abstratas, referem-se a um capitalismo ideal que não existe nunca na prática.

Comentando o valor científico da teoria da realização de Marx, Lenin disse:

"Su valor científico es exactamente el mismo que el de las otras tesis de la teoría abstracta de Marx. Si Struve se siente perturbado por el hecho de que 'la realización absoluta es el ideal de la producción capitalista, pero nunca la realidad de esta', le recordaremos que todas las otras leyes del capitalismo descubiertas por Marx representan también únicamente un ideal del capitalismo, pero nunca su realidad. 'Sólo nos proponemos - escribía Marx - presentar aquí la organización interna del modo del producción capitalista concebido idealmente'(in ihren idealen Durchschnitt. Das Kapital, III, 2,367, trad. rusa, p.688). La teoría del capital supone que el obrero recibe el valor total del importe de su fuerza de trabajo. Esto es el ideal del capitalismo, pero de ningún modo su realidad. La teoría de la renta del suelo supone que la población agrícola en su conjunto se encuentra dividida en propietarios terratenientes, capitalistas y obreros asalariados. Este es el ideal del capitalismo, pero de ningún modo su realidad. La teoría de la realización supone la repartición proporcional de la producción. Esto es el ideal del capitalismo, pero de ninguna manera su realidad." (Lenin-33; p.235)

Mas, se a teoria de Marx elabora leis abstratas, que referem-se a um capitalismo ideal e este não existe na prática, qual então a sua utilidade? A resposta é dada por Lenin quando comenta o procedimento adotado no seu livro sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia (Lenin-31):

"Las verdades abstractas de la teoría sólo juegan allí el papel de hilo conductor, instrumento para el análisis de los datos concretos". (Lenin-33; p.238)

(*) Na Apresentação dos “Escritos Económicos (1892-1899)”, de Lenin, Fernando Claudin descreve os populistas russos como uma corrente de pensamento que se considerava socialista e que, entendendo o desenvolvimento do capitalismo na Rússia como um produto artificial, imitado do Ocidente, implantado por uma política aberrante do Estado, como condenado a desembocar num buraco sem saída e, por isso, considerava possível a transformação imediata da Rússia em país socialista.

(**) Afirmativa feita por N. Mijailovski, que foi apresentado por Fernando Claudin como sociólogo e crítico literário que viveu entre 1842 e 1904.

CAPÍTULO 2 - REFORMA AGRÁRIA PARA EXPANDIR A OFERTA AGRÍCOLA: Pequena X Grande Produção Agrícola

a) Superioridade da Grande Produção Agrícola

No clássico O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia (31), Lenin diz que, depois do Livro Terceiro da obra intitulada O Capital, de autoria de Karl Marx, o trabalho de Kautsky (27) sobre a questão agrária era o mais notável acontecimento da literatura econômica moderna. Não bastasse isto, para defendê-lo das críticas feitas por Bulgákov (08), Lenin escreveu um texto denominado "O Capitalismo na Agricultura: O Livro de Kautsky e o Artigo do Senhor Bulgákov" (32). Esse texto é a referência inicial para a abordagem do tema deste capítulo.

Nesse trabalho, Lenin elogia o tratamento dado pelo livro ao tema agricultura moderna. O autor, Kautsky, não só classificou acertadamente a agricultura moderna como capitalista:

"No capítulo V (O Caráter Capitalista da Agricultura Moderna), Kautsky expõe a teoria de Marx sobre o valor, o lucro e a renda. 'Sem dinheiro, ou, o que é o mesmo, sem capital - diz Kautsky - é impossível a produção agrícola moderna. Com efeito, com o atual modo de produção, qualquer soma de dinheiro que não é destinado ao consumo individual pode converter-se em capital, isto é, em valor que cria mais-valia; e via de regra realmente transforma-se em capital. A produção agrícola moderna é, por conseguinte, capitalista' (p.56)" (Lenin-32; p.87);

como descreveu acertadamente a revolução na agricultura que foi promovida pelo capitalismo :

"Este capítulo nos oferece um esboço extraordinariamente claro, conciso e cabal da gigantesca revolução levada a cabo na agricultura pelo capitalismo, ao converter o rotineiro ofício de camponeses humilhados pela miséria e esmagados pela ignorância em aplicação científica da agronomia, ao interromper o marasmo secular da agricultura e ao imprimir (e continuar imprimindo) um impulso ao rápido desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. O sistema de três campos foi substituído pela rotação das culturas, melhoraram a criação de gado e o trabalho da terra, aumentaram as colheitas e tomou grande desenvolvimento a especialização da agricultura, a divisão do trabalho entre as múltiplas explorações. A uniformidade pré-capitalista foi substituída por uma diversidade cada vez maior, acompanhada pelo progresso técnico de todos os ramos da agricultura. Iniciou-se e se desenvolveu rapidamente a mecanização da agricultura, a aplicação do vapor; começa-se a utilizar a

eletricidade, que na opinião dos especialistas virá a desempenhar um papel mais importante que o vapor neste setor da produção. Desenvolveram-se a construção de caminhos de acesso, os trabalhos de melhoramento do solo e o emprego de fertilizantes em consonância com os dados proporcionados pela fisiologia vegetal; começou-se a aplicar a bacteriologia à agricultura" (Lenin-32; pp.85 e 86).

O motor dessa revolução levada a cabo na agricultura é a concorrência.

A concorrência leva à especialização que, leva ao crescimento das cidades que, expande o mercado e a demanda para a produção agrícola:

"A opinião do senhor Bulgákov de que Kautsky 'não acompanha estes dados com uma análise econômica' é totalmente infundada. Kautsky assinala com exatidão o nexo que liga esta revolução ao crescimento do mercado (em particular ao crescimento das cidades), à subordinação da agricultura à concorrência que impôs a transformação da agricultura e sua especialização" (Lenin-32; p.86).

A concorrência leva à especialização que, por sua vez, leva à grande produção. O capitalismo cria a possibilidade da grande produção agrícola, uma produção superior à pequena produção. Superior porque é mais racional do ponto de vista técnico:

"O Capitalismo cria, pela primeira vez, a possibilidade da grande produção agrícola, mais racional do ponto de vista técnico que a pequena produção. Ao referir-se às máquinas agrícolas, Kautsky (o qual, diga-se de passagem, aponta com precisão as particularidades da agricultura neste aspecto) deixa claro o caráter capitalista de seu emprego, sua influência sobre os trabalhadores, seu significado como fator de progresso, a 'utopia reacionária' dos projetos referentes à limitação do uso da maquinaria agrícola. 'As máquinas agrícolas prosseguirão seu trabalho transformador, empurrarão os operários agrícolas para as cidades, servindo assim de poderoso instrumento para elevar os salários no campo, por um lado e, por outro, para continuar estimulando a aplicação das máquinas na agricultura' (p.41). Agreguemos a isto que Kautsky explica detalhadamente, em capítulos especiais, o caráter capitalista da agricultura moderna, a relação entre a grande produção e a pequena, e a proletarianização do campesinato" (Lenin-32; pp.86 e 87).

A superioridade da grande produção é um fenômeno típico do capitalismo e torna-se tão mais evidente quanto mais desenvolvido for esse modo de produção:

"Kautsky conduz-se muito acertadamente ao investigar o problema da correlação entre a grande produção agrícola e a pequena, quando as demais condições são iguais, na economia capitalista. Na primeira frase do primeiro item do capítulo VI, Kautsky já aponta claramente esta relação entre o nível de desenvolvimento do capitalismo e o grau de aplicação geral da lei que estabelece a superioridade da grande produção agrícola: 'Quanto mais capitalista se torna a agricultura, tanto maior é a diferença qualitativa que se estabelece entre a

técnica da pequena e da grande produção'... Na agricultura pré-capitalista inexistia tal diferença qualitativa" (Lenin-32; pp.92 e 93).

Várias são as vantagens da grande produção agrícola em relação à pequena produção agrícola - menor perda de superfície, maior possibilidade de usar máquinas, maior aproveitamento dos instrumentos de trabalho, capacidade para a contratação de administradores preparados cientificamente, maior acesso ao crédito e superioridade comercial:

"A superioridade da agricultura em grande escala não apenas consiste em uma menor perda de superfícies cultiváveis, na economia de gado de trabalho e apetrechos de lavrar, no mais pleno aproveitamento de ambos, em maiores possibilidades de utilizar máquinas, num maior acesso ao crédito, mas também na superioridade comercial das grandes explorações e no emprego por elas de administradores dotados de uma preparação científica (Kautsky, p.104). A agricultura baseada em grandes fazendas recorre em medida maior à preparação agrônômica, científica da agricultura. 'A única exploração capaz de manter um administrador bem preparado cientificamente é a que tem uma extensão suficiente para ocupar toda a força de trabalho da pessoa encarregada da direção e vigilância da produção' (p.98) 'esta extensão varia de acordo com o tipo de produção', de 3 hectares para a viticultura até 500 para as explorações extensivas" (Lenin-32; p.97).

b) Sobrevivência da Pequena Produção Agrícola

Mas se a grande produção é superior à pequena, como explicar a sobrevivência desta? Como explicar que a grande produção não tenha eliminado completamente a pequena produção agrícola?

A superioridade da grande sobre a pequena produção agrícola não pode ser tratada de maneira abstrata, não levando-se em consideração a enorme variedade de relações agrárias. Como toda lei geral, a superioridade da grande produção depende da condição "coeteris paribus" (que nem sempre está presente), está sujeita à limites (que são diferentes em cada ramo da agricultura) e, portanto, sempre vão existir ramos em que ela não opera:

"A superioridade da grande produção agrícola sobre a pequena é inevitável, mas, 'como é evidente', somente 'quando as demais condições são iguais' (p.100, sublinhado por mim). Isso em primeiro lugar. Tampouco na indústria a lei da superioridade da grande produção é tão absoluta e tão simples como às vezes se pensa; também neste caso, somente a igualdade das 'demais condições' (que nem sempre, sequer quase sempre, se dão) garante a plena possibilidade de aplicar a lei. Mas na agricultura, que se distingue por uma

complexidade e uma diversidade de relações incomparavelmente maiores, a plena possibilidade de aplicar a lei da superioridade da grande produção depende de condições muito mais estritas. Por exemplo, Kautsky lembra com bastante correlação que na linha divisória entre a fazenda camponesa e a do pequeno proprietário produz-se a 'transformação da quantidade em qualidade': a grande fazenda camponesa pode ser, 'se não tecnicamente, pelo menos economicamente superior' à fazenda do pequeno proprietário. O custo de um administrador dotado de conhecimentos científicos (uma das importantes vantagens da grande produção) é demasiado oneroso para a fazenda do pequeno proprietário, e a administração pelo próprio amo costuma se dar 'à junker', mas com um caráter nada científico. Em segundo lugar, a superioridade da grande produção agrícola só é efetiva dentro de determinados limites. Mais adiante, Kautsky estuda detalhadamente esses limites. É evidente da mesma forma, que tais limites não são iguais para os diferentes ramos da agricultura e para as diferentes condições sociais e econômicas. Em terceiro lugar, Kautsky sabe perfeitamente que 'por enquanto' existem ramos da agricultura nos quais a pequena produção é, segundo os especialistas, capaz de competir com a grande, como por exemplo a horticultura, a viticultura, o cultivo de plantas comerciais etc. (p.115). Tais cultivos, porém, ocupam um lugar muito secundário frente aos principais ramos da agricultura: a produção de grãos e a pecuária. Ademais, 'também na horticultura e na viticultura existem grandes explorações que se desenvolvem com bastante êxito' (p.115). Por isso, 'se nos referimos á agricultura em seu conjunto (im Allegmienen), não devemos tomar em consideração os ramos em que a pequena produção excede a grande, podendo afirmar com todo fundamento que a grande produção apresenta uma superioridade decisiva sobre a pequena' (p.115)" (Lenin-32; pp. 90 e 91).

Uma primeira explicação, apresentada por Kautsky e ressaltada por Lenin, para a sobrevivência da pequena produção agrícola está no limite à expansão da grande produção capitalista imposto pela existência de propriedade privada da terra:

"Na indústria o capital cresce por meio da acumulação, pela conversão da mais-valia em capital; a centralização, vale dizer, a fusão de vários capitais pequenos em um grande, desempenha papel menos importante. Outra é a situação na agricultura. Toda a terra (nos países civilizados) está ocupada, e a superfície das fazendas só pode se ampliar mediante a centralização de várias parcelas e, mais ainda, de modo que constituam uma superfície contínua. Compreende-se que a ampliação de uma fazenda mediante a compra das parcelas vizinhas é muito difícil, sobretudo porque as parcelas pequenas estão ocupadas em parte por operários agrícolas (indispensáveis ao grande agricultor) e em parte por pequenos

camponeses que dominam a arte de manter-se em suas terras mediante uma redução de seu consumo até um mínimo incrível. (...) Ampliar uma fazenda comprando terras vizinhas não é tão fácil como ampliar uma fábrica construindo novos corpos de edifícios para um número adicional de máquinas etc." (Lenin-32; pp.103 e 104).

Este limite, no entanto, não é absoluto e costuma ser contornado pela concentração de várias fazendas numa mesma mão, constituindo uma unidade econômica regida por um órgão central, aproveitando-se das vantagens da grande produção:

"... o senhor Bulgákov prestou pouca atenção a uma particularidade real da agricultura no processo de concentração, particularmente assinalada por Kautsky. Trata-se dos latifúndios, da acumulação de várias fazendas numa mesma mão. A estatística costuma ter em conta somente as fazendas, e não nos oferece dados sobre o processo de concentração de distintas fazendas nas mãos de grandes latifundiários. Kautsky cita exemplos muito eloqüentes de tal concentração, na Alemanha e na Áustria, cuja consequência é uma forma peculiar e superior de grande exploração agrícola capitalista, na qual várias grandes fazendas se fusionam, constituindo uma unidade econômica regida por um órgão central. Estas gigantescas empresas agrícolas permitem combinar os mais diversos ramos da agricultura e aproveitar ao máximo as vantagens da grande produção" (Lenin-32; pp.104 e 105).

Um segundo limite à expansão da agricultura capitalista, que ajuda a sobrevivência da pequena produção agrícola, é a necessidade de dotar os operários com um pedaço de terra, para amenizar o êxodo rural que é promovido pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no campo:

"... entre as condições que limitam a agricultura capitalista, Kautsky assinala também a falta de operários em consequência do êxodo da população do campo, o que obriga os grandes proprietários a se esforçarem por dotar de terras os operários, a criarem um pequeno campesinato que lhes proporcione a mão-de-obra necessária" (Lenin-32; p.105);

e, portanto, não se deve esperar o completo desaparecimento da pequena produção agrícola no modo de produção capitalista:

"Por conseguinte, dentro dos limites do modo de produção capitalista não cabe esperar um completo desaparecimento da pequena produção na agricultura, pois os próprios capitalistas e latifundiários tendem a restabelecê-la quando a ruína dos camponeses está muito avançada. Marx assinala já em 1850, na Neue Rheinische Zeitung, este ciclo de concentração e fracionamentos na sociedade capitalista" (Lenin-32; p.105).

Além da existência desses limites à expansão da grande produção agrícola, a sobrevivência da pequena produção é obtida com a vida do pequeno produtor sob condições extremamente deterioradas - o pequeno produtor trabalha mais e consome menos:

"Depois de demonstrar a superioridade técnica da grande produção na agricultura (...), Kautsky se pergunta: 'O que pode a pequena produção contrapor às vantagens da grande?' E responde: 'Maior esmero e maior diligência do lavrador, o qual, diferentemente do assalariado, trabalha para si mesmo; e também um nível tão baixo de consumo do pequeno agricultor individual, que chega mesmo a ser inferior ao do operário agrícola' (p.106)" (Lenin-32; p.91).

Essa vantagem "às avessas", no entanto, era elogiada pelos defensores da tese da superioridade da pequena produção. Argumentavam, eles, que a pequena produção tinha como vantagem o fato de ser levada a cabo por pessoas mais diligentes, não interessadas no lucro.

É um equívoco louvar a vitalidade do camponês, louvando-se o fato dele trabalhar sem levar em conta seu trabalho, sem buscar o ganho e a renda. Ao não se levar em conta a diferença entre as condições sociais da economia natural, da produção mercantil simples e do capitalismo, louvava-se o trabalho até o esgotamento e a redução incessante do nível de consumo do produtor rural. Numa economia capitalista, elogiava-se o esforço que tinha por recompensa uma remuneração incompleta da força de trabalho.

Na economia natural, por piores que sejam as condições de vida do trabalhador, ele está livre da exploração pelos outros. Na economia mercantil simples, ele precisa comprar apetrechos de trabalho e vender seu produto mas, não precisa buscar o lucro e a renda, pode pagar um preço mais alto do que um capitalista pagaria pela terra e contentar-se com o nível de vida de um trabalhador assalariado. Já na economia capitalista, o produtor tem que relacionar-se com o proprietário da terra que ele aluga para trabalhar, com o credor da hipoteca que foi feita na época da má colheita, com o comerciante que compra sua produção etc.

Na economia capitalista, o produtor está sujeito a uma força independente que o obriga a buscar o lucro, a renda e o juros. Se ele não o faz, na prática, está entregando, gratuitamente, o seu trabalho para outrem:

"'Não levar em conta' o próprio trabalho no regime social capitalista significa entregá-lo gratuitamente (ao comerciante ou a outro capitalista), significa trabalhar por uma remuneração incompleta da força de trabalho, significa reduzir o nível do consumo abaixo do regular. Como vimos, Kautsky reconheceu plenamente e julgou com correção particularidade da pequena produção. Ao fazer objeção ao dito por Kautsky, o senhor Bulgákov recorre ao método usado comumente pelos economistas burgueses e pequeno-burgueses, e repete o erro habitual destes. Tais economistas não se cansam de louvar a 'vitalidade' do pequeno camponês que, na opinião deles, pode não levar em conta seu trabalho, não buscar o ganho e a renda etc. E estas boas pessoas apenas se esquecem que tais raciocínios confundem as 'condições sociais e econômicas' da economia natural, da produção mercantil simples e do capitalismo. Kautsky esclarece admiravelmente todos estes erros, estabelecendo uma rigorosa distinção entre os diferentes sistemas de relações sociais e econômicas. 'Se a produção agrícola do pequeno camponês - diz Kautsky - não

foi incorporada à órbita da produção mercantil, se é apenas uma parte da economia doméstica, então também permanece à margem das tendências centralizadoras do modo de produção moderno. Por irracional que seja sua economia parcelar, por maior que seja o desperdício de forças que esta implique, ele se aferra solidamente a ela, do mesmo modo que sua mulher se aferra a sua calamitosa economia doméstica, a qual, com um gasto ingente de força de trabalho, proporciona-lhe, exatamente da mesma forma, resultados misérrimos, mas que constitui a única esfera em que ela não se encontra submetida a uma vontade alheia e se acha livre de exploração' (p.165). A situação muda quando a economia natural é desalojada pela mercantil. O camponês tem que vender os produtos, adquirir petrechos, comprar terra. Enquanto o camponês continuar sendo um simples produtor de mercadorias, pode contentar-se com o nível de vida de um trabalhador assalariado; não necessita de lucros nem de rendas, e pode pagar pela terra um preço mais alto que o capitalista empresário poderia dar (p.166). Mas a produção mercantil simples é substituída pela produção capitalista. Se, por exemplo, o camponês hipotecou sua terra, deve obter também a renda que foi vendida ao credor. Nessa fase do desenvolvimento, somente de um modo formal pode-se considerar o camponês como um simples produtor de mercadorias. De facto, ele já tem que, habitualmente, tratar com o credor, com o comerciante, com o patrão industrial, ao qual deve pedir uma 'ocupação auxiliar', isto é, vender-lhe sua força de trabalho. Nesta fase - e, voltamos a repetir, Kautsky compara a grande e a pequena produção agrícola na sociedade capitalista - a possibilidade de 'não levar em conta o próprio trabalho' significa uma só coisa para o camponês: trabalhar até o esgotamento e reduzir incessantemente seu consumo" (Lenin-32; pp.94 e 95).

A enorme diligência do camponês, o trabalho sem buscar a renda, os juros e o lucro, o pagamento mais caro pela propriedade da terra que, para alguns, expressam a superioridade da pequena produção sobre a grande produção agrícola, na realidade, expressam a opressão a que estão sujeitos os camponeses, os pequenos produtores, na economia capitalista, no reino da grande produção:

"... o camponês trabalha também em sua economia doméstica, constrói e repara sua casa, os estábulos, as ferramentas etc., 'sem levar em conta' todo esse trabalho suplementar, pelo qual o trabalhador assalariado de uma grande exploração exigiria a retribuição habitual. Não fica evidente, para qualquer pessoa sem idéias preconcebidas, que o trabalho excessivo do camponês - do pequeno agricultor - tem limites incomparavelmente mais extensos que o do pequeno industrial, sempre e quando seja apenas industrial? O trabalho excessivo do pequeno agricultor, como fenômeno geral, é demonstrado com clareza pelo fato de que todos os escritores burgueses apontam em uníssono o espírito 'diligente'

e 'econômico' do camponês, ao passo que chamam os operários de 'indolentes' e 'esbanjadores' " (Lenin-04; p.99).

"Ao que Kautsky acertadamente contesta, comparando os preços da terra com os da moradia. É sabido que as casas pequenas e baratas resultam mais caras por unidade de volume (metro cúbico etc.) que as casas grandes e caras. O preço mais alto das pequenas parcelas não se deve à superioridade da pequena exploração agrícola, senão que ao particular estado de opressão em que se encontram os camponeses" (Lenin-32; p.107).

c) Interpretação Correta das Estatísticas

Os defensores da pequena produção usavam o argumento de que as estatísticas mostravam que as pequenas propriedades não eram desalojadas pelas grandes e isto seria uma prova da superioridade da pequena produção agrícola .

Este argumento, segundo Lenin, está errado porque não faz a distinção entre a agricultura pré-capitalista e a agricultura capitalista, não distingue entre produção extensiva e produção intensiva. Errado, também, porque confunde tamanho da propriedade com volume de produção.

Afirmando que o estudo de Kautsky sobre a agricultura dos EUA esclareceu que a diminuição do tamanho médio da superfície das fazendas não significa um triunfo da pequena produção sobre a produção moderna (capitalista) e que a pequena produção só predominava nos lugares onde a agricultura se encontrava em decadência ou nos lugares onde a grande produção pré-capitalista é que estava concorrendo com a pequena produção camponesa, Lenin enfatiza:

"Esta conclusão de Kautsky tem grande importância, pois mostra as condições necessárias para que o uso das estatísticas não se converta em abuso: é preciso distinguir a grande produção capitalista da pré-capitalista. (...) Diz-se que 'os números demonstram', mas é necessário saber o que demonstram. Os números só demonstram aquilo que simplesmente dizem. E não nos falam da magnitude da produção, senão da superfície das fazendas. (...) 'A estatística que só nos proporciona dados a respeito da superfície da fazenda, não nos diz absolutamente nada sobre os motivos da redução da superfície da fazenda: se ela se baseia numa redução efetiva de suas dimensões ou numa exploração mais intensiva' (p.108)" (Lenin-32; p.102).

Por dois caminhos o desenvolvimento do capitalismo no campo acarreta a diminuição do tamanho médio das propriedades.

Fazendas mais capitalistas, com produção mais intensiva, requerem menores superfícies para serem exploradas. De um lado, porque "o emprego de fertilizantes etc., implica necessariamente uma redução da superfície das fazendas" (p.102) e, de outro

lado, porque "a transição da economia baseada no cultivo dos campos à pecuária supõe da mesma maneira uma redução da superfície da fazenda" (p.103):

"Os números só demonstram aquilo que simplesmente dizem. E não nos falam da magnitude da produção, senão da superfície das fazendas. Apesar disso, pode ocorrer, e com efeito ocorre, que 'uma pequena propriedade, explorada intensivamente, apresente uma produção maior que uma fazenda grande com exploração intensiva' " (Lenin-32; p.102).

Além do mais, o desenvolvimento do capitalismo no campo gera pequenas fazendas proletárias, onde o produtor não consegue sobreviver sem arranjar outras fontes de renda além do cultivo na própria fazenda. São fazendas que fazem parte do processo de proletarização do campesinato:

"As seguintes cifras nos mostram a enorme quantidade de fazendas anãs geradas pelo capitalismo: na Alemanha (1895), dos 5 milhões e meio de empresas agrícolas, 4.250.000, vale dizer, mais de três quartas partes, têm uma superfície menor que 5 hectares (e 58 por cento, menor que 2 hectares). Na Bélgica, 78 por cento (709.500 sobre 909.000) têm menos de 2 hectares. Na Inglaterra (1855), 118.000 (sobre 520.000) têm menos de 2 hectares. Na França (1892), 2.200.000 (sobre 5.700.000) têm menos de 1 hectare; 4 milhões têm menos de 5 hectares" (p.107) (...) Kautsky, com toda razão, cataloga em termos gerais (sublinhamos 'em termos gerais' porque naturalmente não se pode negar que, em alguns casos, estas fazendas de insignificante superfície também podem dar uma produção e 'rendas grandes' - vinhedos, hortas etc. - mas que diria o leitor de um economista que pretendesse refutar a indicação de que os camponeses russos estão ficando sem cavalos, citando, por exemplo, o caso dos horticultores dos arredores de Moscou que, inclusive sem cavalo, podem às vezes explorar a terra de um modo racional e rentável?) estas fazendas entre as proletárias, como revela claramente o fato, revelado pelo censo alemão de 1895, de que uma grande massa de pequenos camponeses não pode prescindir da busca de outras fontes de renda. Das 4.700.000 pessoas que vivem exclusivamente da agricultura, 2.700.000, ou seja, 57 por cento, contam com outras rendas. Das 3.200.000 fazendas de menos de 2 hectares, somente 400.000, ou seja, 13 por cento, não contam com outras fontes de renda. Dos 5 milhões e meio de explorações agrícolas existentes na Alemanha, um milhão e meio pertencem a operários assalariados agrícolas e industriais (704.000 artesãos)" (Lenin-32; p.108).

d) Embelezamento da Situação da Pequena Produção Agrícola

Num trabalho intitulado *Capitalismo E Agricultura Nos Estados Unidos Da América: Novos Dados Sobre As Leis De Desenvolvimento Do Capitalismo Na Agricultura*, Lenin (34) analisou os dados dos Censos norte-americano relativos aos anos de 1900 e 1910. Essa análise mostrou que, quando as informações referentes aos gastos com mão-de-obra assalariada/acre de terra, aos gastos com adubos/acre de terra e os relativos ao valor do conjunto do gado/acre de terra, ao valor dos instrumentos e máquinas/acre de terra, são agrupados de acordo com o tamanho da propriedade, o resultado é um embelezamento da situação da pequena produção agrícola:

"Aparentemente chega-se à conclusão, absolutamente indiscutível, de que a 'pequena' produção agrícola é mais intensiva que a grande, que a redução de 'volume' da produção é acompanhada de um crescimento da intensidade e produtividade da agricultura, e que, 'como consequência', a produção capitalista na agricultura só se realiza pelo caráter extensivo, primitivo da exploração, etc., etc." (Lenin-34; p.56).

Como a percentagem de área cultivada varia enormemente entre culturas e entre regiões, a informação sobre a superfície da propriedade não oferece indicações valiosas sobre características importantes da produção:

"É evidente que a superfície não pode fornecer nenhuma idéia sobre a escala ou magnitude da exploração agrícola, se aí a terra não é trabalhada (não nos esqueçamos de que na América toma-se como base do agrupamento, não apenas a superfície cultivada, mas a superfície total, e que a percentagem de terra cultivada oscila entre 19 e 91% segundo os grupos de explorações, e entre 27 e 75% segundo as regiões); ela não pode fornecer nenhuma idéia justa se, num grande número de casos, existem, entre as diferentes explorações, diferenças essenciais no tocante ao processo de trabalho, intensidade da agricultura, sistemas de cultura, quantidade de adubos, emprego de máquinas, caráter da pecuária etc." (Lenin-34; pp.61 e 62).

Se é assim, porque então esse tipo de agrupamento e identificação continuam sendo feitos? Lenin responde que:

"quando os interesses estão em jogo, chega-se, como se sabe, a contestar as verdades mais indiscutíveis" (Lenin-34; p.62).

Ora, o agrupamento por superfície, ao esconder diferenças importantes no que refere-se à situação da produção, serve para embelezar a situação do pequeno produtor agrícola e atenuar as contradições de classe:

"... o agrupamento de acordo com a superfície classificou na mesma categoria explorações grandes e pequenas apenas por sua semelhança quanto à superfície da terra possuída; ele reúne explorações diversas, algumas com predomínio do trabalho familiar, e outras onde predomina o trabalho assalariado. Daí decorre o quadro radicalmente falso, que deforma por completo o estado real de coisas, mas que agrada bastante a burguesia; um quadro que atenua as contradições de classe no regime capitalista, donde um embelezamento não menos falso e não menos do agrado da burguesia, da situação

dos pequenos agricultores, e uma apologia do capitalismo"
(Lenin-34; pp.63 e 64).

O embelezamento da situação do pequeno produtor, que resulta da adoção de um agrupamento errado, e a presença das tendências centralizadoras do capitalismo na agricultura norte-americana, foram mostrados, por Lenin, com o recurso a três ferramentas.

Uma delas é o agrupamento das fazendas de acordo com o tipo de produto e sua classificação em:

- a) fracamente capitalistas - gado e algodão;
- b) medianamente capitalistas - feno e cereais e mistas;
- c) altamente capitalistas - legumes, frutas, laticínios, tabaco, arroz, açúcar, flores, produtos de estufa, colocássia e café.

A outra ferramenta é o agrupamento de acordo com a superfície da fazenda e sua classificação em:

- a) pequenas - até 100 acres;
- b) médias - de 100 a 175 acres;
- c) grandes - mais de 175 acres.

A terceira ferramenta é constituída por quatro índices relativos a produção agrícola:

a - Índice do Caráter Extensivo da Agricultura

$ICE = (\% \text{ do número de acres da superfície total}) / (\% \text{ do número de farms})$

b - Índice do Caráter Intensivo da Agricultura, em que Lenin trabalhou com dois índices.

b.1 - Um referente ao valor dos instrumentos e máquinas:

$(ICI)1 = (\% \text{ do valor dos instrumentos e máquinas}) / (\% \text{ do número de acres da superfície total})$

b.2 - Outro referente aos gastos em fertilizantes

$(ICI)2 = (\% \text{ dos gastos em fertilizantes}) / (\% \text{ do número de acres da superfície total})$

c - Índice do Caráter Capitalista da Agricultura

$ICC = (\% \text{ dos gastos na contratação de operários}) / (\% \text{ do número de acres da superfície total})$

d - Índice da Produtividade do Trabalho

$IPT = (\% \text{ do valor do produto}) / (\% \text{ do número de acres da superfície total})$

Os dados relativos às fazendas pequenas, de acordo com a superfície, mostram que elas representam 57,5% do número total das fazendas. Ocupam, no entanto, apenas 17,5% da superfície de todas as fazendas. Conseqüentemente, as *farms* pequenas não praticam uma agricultura extensiva, ou melhor, como o índice do caráter extensivo da agricultura praticada pelas *farms* tem um valor menor que um, Lenin diz que estas *farms* pequenas apresentam um caráter extensivo menor que a média.

Considerando-se a utilização de instrumentos e máquinas, os dados relativos às fazendas pequenas expressam uma agricultura com uma intensidade acima da média (31,7% do valor dos instrumentos e máquinas de todas as *farms* dividido por 17,5% do total de acres resulta em 1,81).

Considerando-se o uso de fertilizantes, os dados relativos às fazendas pequenas apresentam uma agricultura com uma intensidade acima da média, (41,9% do total de gastos em fertilizantes dividido por 17,5% do total de acres resulta em 2,39).

Considerando-se os gastos com a contratação de operários, os dados relativos as fazendas pequenas apresentam um índice acima da média (22,3% do total de gastos de todas as *farms* com a contratação de operários dividido por 17,5% do total de acres das *farms* resulta em 1,27).

Considerando-se a produtividade do trabalho, os dados relativos às fazendas pequenas (às *farms* pequenas), segundo a superfície, apresentam um índice acima da média (33,5% do valor da produção de todas as *farms* dividido por 17,5% do total de acres ocupados por todas as "farms" resulta em 1,91).

De fato, são resultados expressivos que estariam indicando um excelente desempenho das pequenas propriedades, da pequena produção agrícola. Esses resultados sobre o desempenho da pequena produção agrícola, no entanto, são bons resultados porque dentro da categoria pequena propriedade estão incluídas fazendas altamente capitalistas.

As fazendas altamente capitalistas, de acordo com o tipo de produto, representam 12,5% do número total das fazenda. Elas ocupam, no entanto, apenas 8,6% da superfície de todas as fazendas. Conseqüentemente, as *farms* altamente capitalistas não praticam uma agricultura extensiva, têm um caráter extensivo menor que a média.

As fazendas altamente capitalistas praticam uma agricultura com uma intensidade acima da média, considerando-se a utilização de instrumentos e máquinas (20,1% do valor dos instrumentos e máquinas de todas as *farms* dividido por 8,6% do total de acres resulta em 2,33 - enquanto o mesmo indicador para as pequenas propriedades era 1,81).

As *farms* altamente capitalistas praticam uma agricultura com uma intensidade acima da média, considerando-se o uso de fertilizantes (31,7% do total de gastos em fertilizantes dividido por 8,6 % do total de acres resulta em 3,68 - enquanto o mesmo indicador para as pequenas propriedades era 2,39).

As *farms* altamente capitalistas têm gastos acima da média com a contratação de operários, (26,6% do total de gastos de todas as *farms* com a contratação de operários dividido por 8,6% do total de acres das *farms* resulta em 3,09 - enquanto o mesmo indicador para as pequenas propriedades era 1,27).

As fazendas (*farms*) altamente capitalistas, segundo o tipo de produto, têm uma produtividade do trabalho acima da média (16% do valor da produção de todas as *farms* dividido por 8,6% do total de acres ocupados por todas as *farms* resulta em 1,86 - enquanto o mesmo indicador para as pequenas propriedades era 1,91).

Isto posto, fica fácil mostrar como o agrupamento de acordo com o tamanho da propriedade, de acordo com a superfície da *farm*, embeleza a situação dos pequenos produtores (da pequena produção), dissimula a contradição de classe entre o produtor florescente e o pequeno produtor ameaçado pela ruína, minimiza a concentração de capital nas mãos dos grandes produtores e a eliminação dos pequenos:

"Este grupo reúne grande número de farms (57,5% do total). Ele possui apenas 17,5% da superfície total, ou seja, menos de um terço da média. Como conseqüência é o grupo que possui menos terra, o mais 'pobre'. Mas nós constatamos mais

adiante, que a intensidade da agricultura (valor das máquinas e despesas com adubos), seu caráter capitalista (gastos com mão-de-obra), e sua produtividade do trabalho (valor do produto) são superiores à média: 22,3 e 41,9% para 17,6% de superfície.

O que significa isto? É evidente que este grupo, 'pequeno' quanto à superfície, compreende um número particularmente grande de farms altamente capitalistas. A uma maioria de agricultores, realmente pequenos, detentores de pouca terra e pouco capital, acrescenta-se, aqui uma minoria de agricultores, poderosos por seu capital, e que organizaram em uma pequena parcela de terra uma grande exploração capitalista por sua escala. Em relação à América como um todo, estes agricultores representam apenas 12,5% (percentagem das farms altamente capitalistas); o que significa que ainda que eles entrassem no grupo das farms consideradas pequenas (segundo a superfície), restariam neste grupo 45% (57,5 menos 12,5) de farms sem terra e capital em quantidade suficiente. Com efeito, é evidente que uma parte, ainda que pequena, das farms altamente capitalistas, são explorações médias e grandes por sua superfície, de modo que a cifra de 45% minimiza ainda mais o número real das farms que possuem pouca terra e nenhum capital.

Não é difícil perceber a que ponto se embeleza a situação destes 45% - no mínimo 45% - de farms deserdados de terra e capital ao se incluir no mesmo grupo (de pequenas propriedades segundo a superfície), os 10, 12, etc. por cento de agricultores melhor providos que a média em capital, instrumentos, máquinas, dinheiro para a compra de adubos, contratação de operários etc. (...)

Quanto mais rápida e ampla é a intensificação da agricultura, mais o agrupamento segundo a superfície contribui para embelezar a situação de asfixia da pequena produção agrícola; do pequeno produtor que não dispõe de terra nem capital; mais ele dissimula a agudização real da contradição de classe entre o produtor florescente e o pequeno produtor ameaçado pela ruína; mais ele minimiza a concentração do capital nas mãos dos grandes produtores e a eliminação dos pequenos" (Lenin-34; pp. 75 e 76).

Do ponto de vista teórico, o procedimento correto é o que agrupa a produção segundo seu valor monetário:

"O agrupamento segundo o valor dos produtos da farm reúne as explorações que se caracterizam, realmente, por um volume idêntico de produção, independentemente da quantidade de terra que possuam. Uma exploração altamente intensiva numa pequena parcela entra, neste caso, no mesmo grupo que uma exploração relativamente extensiva de grande superfície; e estas duas explorações serão de fato grandes, tanto pelo volume da produção, quanto pelo nível de emprego do trabalho assalariado" (Lenin-34; p.63).

Tal procedimento também foi usado por Lenin para mostrar o embelezamento da pequena produção que se obtém com a identificação entre superfície e volume de produção. Utilizando o valor da produção como critério para agrupamento, as fazendas foram classificadas em:

- a) não-capitalistas - até 500 dólares;
- b) medianamente capitalistas - entre 500 e 1000 dólares;
- c) capitalistas - mais de 1000 dólares.

O número de fazendas não-capitalistas representava 57,8% do número total de fazendas. A superfície delas representava 33,3% da superfície total das fazendas. O valor dos instrumentos e máquinas representava 25,3% do valor total dos instrumentos e máquinas usados na agricultura e os gastos com fertilizantes representava 29,1% dos gastos com fertilizantes na agricultura. Os gastos com a contratação de mão-de-obra representava 11,3% dos gastos com mão-de-obra na agricultura. O valor da produção representava 22,1% do valor da produção agrícola.

O embelezamento da pequena produção fica evidente:

"O terceiro e último agrupamento - segundo o valor dos produtos - fornece a esta tese uma confirmação incontestável. A percentagem das explorações não-capitalistas (ou com um rendimento fraco, se se considera o rendimento global) é de 58,8%, ou seja, ela supera, ainda que ligeiramente, a percentagem das 'pequenas' explorações (57,5%). A quantidade de terra que possuem é muito maior: 33,3% (contra 17,5% do grupo dos 'pequenos' farmers). Contudo, sua participação no valor global dos produtos é uma vez e meia menor: 22,1% contra 33,5%!

Por que isto? Porque não figuram neste grupo (segundo o valor dos produtos) as explorações altamente capitalistas em pequenos lotes de terra, que inflaram de maneira falsa e artificial a parcela de capital pertencente aos pequenos agricultores sob a forma de máquinas, adubos etc." (Lenin-34; pp.76 e 77).

Com o agrupamento de acordo com o tamanho da propriedade, a identificação entre volume de produção e superfície da fazenda, não se minimiza a contradição entre o produtor florescente e o pequeno produtor que se arruína, apenas com o embelezamento da situação do pequeno produtor. A minimização ocorre também mascarando o verdadeiro nível de concentração da produção agrícola:

"... a concentração da agricultura pelas grandes farms (segundo a superfície) é bem inferior à sua concentração pela grande produção, isto é, pela produção capitalista (segundo o valor dos produtos): 17,7% 'grandes' farms concentram 39,2% do valor do produto ... enquanto 17,2% das farms capitalistas concentram 52,3% ..." (Lenin-34; p.77).

Quando se faz o agrupamento correto, de acordo com o valor da produção, as tendências centralizadoras do capitalismo apareciam na sua plenitude na agricultura norte-americana, onde ainda existiam terras não ocupadas, disponíveis e distribuídas gratuitamente.

O quadro real da agricultura norte-americana no início do século XX (uma agricultura dita fundada no trabalho familiar, onde o capitalismo está em desagregação, onde a teoria de Marx não funciona etc., etc.) foi assim resumido por Lenin:

"Mais da metade (52,3%) de toda a produção agrícola de um país onde se distribuem gratuitamente enormes quantidades de terras desocupadas - e que os Malinov denominam um país de explorações 'baseadas no trabalho familiar' - está concentrada em cerca de 1/6 (17,2%) de explorações capitalistas (segundo o valor dos produtos), que dependem com a contratação de operários, quatro vezes a média por farm (69,1% para 17,2% das farms), e uma vez e meia a média por acre de superfície total (69,1% de gastos com mão-de-obra assalariada para 43,1% da superfície total).

No outro pólo, mais da metade, quase 3/5 do número total de explorações (58,8%), fazem parte das farms não-capitalistas (segundo o valor do produto). Elas possuem um terço de toda a terra (33,3%), mas esta terra é mais mal equipada em máquinas que a média (25,3% do valor das máquinas), mais mal adubada (29,1% dos gastos com adubos), o que faz com que a sua produtividade seja uma vez e meia inferior a média. Possuindo um terço da superfície total, esta enorme massa das farms mais oprimidas pelo jugo do capital fornece menos de um quarto (22,1%) do produto total e de seu valor total" (Lenin-34; pp.77 e 78).

Em suma, o agrupamento por tamanho de propriedade serve para tentar esconder a superioridade da grande produção, da produção capitalista, e o desalojamento que ela causa à pequena produção, levando o pequeno produtor a ser expropriado:

"Tomemos os resultados de conjunto para 1900 e 1910, o que nos fornece, de início, o seguinte quadro: o conjunto da população rural aumentou em 11,2%; o número total de farms aumentou em 10,9%; o número total de proprietários aumentou em 8,1%; o número total de proprietários de toda a sua farm aumentou em 4,8%

É evidente que tal quadro indica uma expropriação crescente da pequena agricultura" (Lenin-34; p.81).

Registre-se, finalmente, que, tal quadro, em razão da existência de terras não ocupadas e distribuídas gratuitamente, ainda mostra uma situação "embelezada" para a situação da pequena produção agrícola:

"Essa particularidade explica, de um lado, o desenvolvimento extremamente rápido e amplo do capitalismo americano. A ausência de propriedade privada da terra em certas regiões deste imenso país não elimina o capitalismo (recado a nossos populistas)! Mas, ao contrário, lhe oferece uma base mais ampla e acelera o seu desenvolvimento. Por outro lado, esta particularidade, absolutamente desconhecida dos velhos países capitalistas da Europa desde há muito povoadas, tem por resultado mascarar na América o processo de expropriação dos pequenos agricultores que se realiza nas

regiões já povoadas e mais industrializadas do país" (Lenin-34; p.83).

CAPÍTULO 3 -REFORMA AGRÁRIA PARA AMPLIAR O MERCADO INTERNO: Formação e Desenvolvimento do Mercado para o Capitalismo

a) Formação do Mercado para o Capitalismo.

No processo de formação de uma economia capitalista, a "descamponização" é o mecanismo básico da criação do mercado para o capitalismo.

Esse mecanismo foi exposto por Lenin em uma das suas obras clássicas, intitulada "Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria"(31). Estudando o caso da Rússia, esse autor mostra como a decomposição do campesinato e sua transformação em proletariado e em burguesia rurais criava o mercado para o capitalismo que estava desenvolvendo-se.

O tema é a criação do mercado mas, conforme esclarecido num trabalho intitulado "Algo Más Sobre El Problema De La Teoría De La Realización" (33), seu entendimento não deve ser buscado na teoria de realização e, sim, na teoria de formação de uma economia capitalista:

"La afirmación de Struve de que el campesinato agrícola ruso crea, por su descomposición, un mercado para nuestro capitalismo, está perfectamente justificada (en el libro citado anteriormente demuestro con detalle esta tesis, analizando los datos proporcionados por la estadística de los zemstvos) pero la fundamentación teórica de esta tesis no tiene nada que ver con la teoría de la realización de los productos en la sociedad capitalista, sino con la teoría de la formación de una sociedad capitalista". (Lenin-33; p.239)

A razão para tal procedimento fica evidente quando se tem em conta que a formação de uma sociedade capitalista pressupõe dois movimentos: transformação da economia natural em economia mercantil, e; transformação da economia mercantil em economia capitalista. A criação do mercado acontece com a transformação da economia natural em mercantil.

Num trabalho denominado "A Propósito Del Llamado Problema De Los Mercados" (36), Lenin ressalta que o motor da primeira transformação é a divisão do trabalho. O motor da segunda transformação é a concorrência entre os produtores independentes.

A concorrência entre os produtores independentes, que transforma a economia mercantil em economia capitalista, cria o mercado para a produção capitalista ao produzir o enriquecimento da minoria e a ruína da massa, ao produzir a burguesia e o proletariado rurais:

"Por producción mercantil se entiende la organización de la economía social en la cual los productos se manufacturan por productores individuales y aislados, que se especializan cada uno en la elaboración de un determinado producto, de tal modo que, para la satisfacción de las necesidades sociales, es imprescindible la compraventa de los productos (que por esta razón se convierten en mercancías) en el mercado. Por capitalismo se entiende la etapa del desarrollo de la producción mercantil en la cual no sólo los productos del trabajo humano, sino la misma fuerza de trabajo del hombre se transforman en mercancía. De esta manera, en el desarrollo histórico del capitalismo resaltan dos momentos: 1) la transformación de la economía natural de los productores directos en economía mercantil, y 2) la transformación de la economía mercantil en capitalista. La primera transformación se efectúa en virtud de la aparición de la división social del trabajo, la especialización (N.B.: condición indispensable para la economía mercantil) de los productores individuales y aislados dedicados sólo a una rama de la industria. La segunda transformación se realiza en virtud de que los productores individuales, al producir cada uno aisladamente sus mercancías para el mercado, se colocan en posición de competidores: cada uno trata de vender más caro y comprar más barato, lo que necesariamente da por resultado el reforzamiento del fuerte y la caída del débil, el enriquecimiento de la minoría y la ruina de la masa, que conduce a la transformación de los productores independientes en obreros asalariados, y de muchos establecimientos pequeños en pocas empresas grandes". (Lenin-36; p.22 e 23)

A formação do mercado para a produção capitalista, a destruição dos personagens básicos de uma sociedade e a criação de outros personagens que constituem a base da nova sociedade, são fenômenos integrantes do processo de formação da sociedade capitalista.

Não constituem um simples processo de diferenciação de fortunas, como era afirmado pelos populistas russos:

"... A maioria dos autores que se dedicaram ao tema (considerava) a desintegração do campesinato simples emergência de desigualdade entre as fortunas, simples 'diferenciação', como gostam de dizer os populistas ... É claro que o surgimento de desigualdade entre patrimônios é o ponto de partida de todo o processo, que em hipótese alguma se esgota nessa 'diferenciação'. O campesinato antigo não se 'diferencia' apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural - a classe dos produtores de mercadorias

na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados". (Lenin-31; p.114)

A burguesia rural, um desses personagens novos, que resultava da desintegração do campesinato russo, foi assim descrita por Lenin:

"A desintegração do campesinato provoca um desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato 'médio', criando dois tipos novos de população rural, cujo denominador comum é o caráter mercantil, monetário da economia. O primeiro desses tipos é a burguesia rural ou o campesinato rico englobando os cultivadores independentes (que praticam a agricultura mercantil sob todas as suas formas), os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, de empresas comerciais etc. (...) Na maioria dos casos, as dimensões da exploração estão acima das possibilidades da força de trabalho da família; por isso, a formação de um contingente de operários agrícolas e, ainda mais, de diaristas, é condição indispensável da existência do campesinato rico (observe-se que o emprego do trabalho assalariado não é um componente obrigatório do conceito de pequena burguesia. Toda produção independente destinada ao mercado cai no seu âmbito, desde que, na estrutura social da economia existam as contradições descritas antes - item 2 das nossas conclusões -, em particular quando a massa dos produtores se transforma em operários assalariados). Os camponeses que investem o dinheiro disponível, obtido sob a forma de renda líquida nas operações comerciais e usuárias (sabe-se da extensão exagerada da usura em nossos campos), utilizam-se dele, em condições favoráveis, para comprar terras, melhorar seus estabelecimentos etc. Numa palavra, são pequenos proprietários agrícolas". (Lenin-31; p.115 e 116)

O outro personagem novo, o proletariado rural, russo, foi descrito por Lenin com as seguintes palavras:

"O outro tipo novo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados que possuem um lote comunitário. Esse tipo envolve o campesinato pobre, incluído aí o que não possui nenhuma terra. Mas o seu representante típico, entre nós, é o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário com um lote de terra. Eis os traços característicos do proletariado rural: possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra e, ademais, em total decadência (cujo testemunho patente é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender sua força de trabalho (= 'ofícios' do camponês sem posses); seu nível de vida é extremamente baixo (provavelmente inferior ao do operário sem terra)". (Lenin-31; p.116)

O processo de transformação do produtor independente em burguesia e em proletariado rurais conta com a participação de dois instrumentos importantes: a transformação nas formas de pagamento da renda, e as dívidas e as más colheitas.

A mudança nas formas de pagamento da renda constitui-se num fator fundamental para a desintegração do campesinato e formação do capitalismo agrário:

"É extremamente instrutivo que uma análise puramente teórica do processo de formação do capitalismo agrário assinala que a desintegração dos pequenos produtores é o fator mais importante desse processo. Referimo-nos a um dos capítulos mais interessantes do Livro Terceiro d'O Capital, o capítulo XLVII, consagrado à 'Gênese da Renda Fundiária Capitalista'. Como ponto de partida dessa gênese, Marx toma a renda do pagamento em trabalho (arbeitsrente),

'Na qual o produtor direto cultiva, durante uma parte da semana, a terra que de fato lhe pertence, com implementos (arado, gado etc.) de que é proprietário de fato ou de direito e nos outros dias da semana ele trabalha gratuitamente nas terras que pertencem ao proprietário fundiário, trabalha para o dono da terra'

A forma seguinte de renda é a renda em produtos (produktrente) ou renda em espécie: o produtor imediato extrai todo o produto da terra que ele mesmo explora e entrega ao proprietário em espécie. O produtor se torna mais independente e ganha a possibilidade de adquirir com o seu trabalho um excedente além da quantidade de produtos que satisfaz suas necessidades básicas. Escreve Marx:

'Juntamente com essa forma' de renda 'surgirão diferenças maiores na situação econômica de diversos produtores diretos. Pelo menos essa possibilidade existe, bem como a de esse produtor direto obter meios para, por seu turno, explorar diretamente o trabalho de outro'

Portanto, ainda sob o domínio da economia natural, com a primeira ampliação da autonomia dos camponeses dependentes, já aparecem os germes da sua desintegração. Esses germes, todavia, só podem se desenvolver com a forma seguinte de renda, a renda-dinheiro, que é uma simples modificação da forma da renda em produtos. O produtor imediato não entrega ao proprietário fundiário produtos, mas o preço desses produtos. A base dessa forma de renda é a mesma: o produtor imediato continua sendo o possuidor tradicional da terra, mas 'essa base caminha no sentido da sua decomposição'. A renda-dinheiro 'supõe um desenvolvimento mais considerável do comércio, da indústria urbana, da produção mercantil em geral e da monetária'. A relação tradicional, baseada no direito consuetudinário, entre o camponês dependente e o proprietário fundiário, se transforma em relação puramente monetária, fundada sobre um contrato". (Lenin-31; p.114);

Sobre o papel das dívidas e das más colheitas para a transformação do campesinato em burguesia e em proletariado rural, Lenin assim se expressava:

"Somente em anos bons, com a ajuda de condições muito favoráveis, o trabalho agrícola independente cobre os gastos com a manutenção desse campesinato, que por isso se

encontra em situação extremamente instável. Na maioria dos casos, o camponês médio só sobrevive contraindo dívidas a serem pagas em trabalho e procurando rendas suplementares, que advêm basicamente da venda da sua força de trabalho. A cada colheita ruim, massas de camponeses médios são lançadas nas fileiras do proletariado. Pelas suas relações sociais, esse grupo oscila entre o grupo superior - em torno do qual gravita e no qual só uma pequena minoria de favorecidos consegue penetrar - e o grupo inferior - para onde o empurra todo o processo de evolução social. Como vimos, a burguesia rural promove a evicção não apenas de grupo inferior, mas também do grupo médio do campesinato. Assim ocorre um fenômeno especificamente próprio da economia capitalista: a eliminação dos componentes médios e a intensificação dos extremos - a 'descamponização'" (Lenin-31; p.118)

Contrariamente ao afirmado pelos populistas russos, que a ruína do campesinato, o empobrecimento do "povo", estreitava o mercado interno e dificultava a expansão do capitalismo, Lenin afirmava que a criação dos novos personagens (burguesia e proletariado rurais) significava a criação do mercado interno para a produção capitalista.:

"A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina etc.) - ou seja, pressupõe seu 'empobrecimento', a sua 'ruína'. Sustenta-se que essa ruína 'reduz o poder de compra da população' e 'estreita o mercado interno' para o capitalismo ... essa conclusão é absolutamente falsa e somente os preconceitos românticos dos populistas explicam sua tenaz sobrevivência na nossa literatura econômica. Os defensores dessa tese esquecem que a 'liberação' de uma parte dos produtores dos meios de produção subentende, necessariamente, a passagem desses meios para outras mãos, sua conversão em capital, e que, por conseqüência, os novos proprietários desses meios produzirão sob a forma de mercadorias os produtos que, anteriormente, eram consumidos pelo próprio produtor - vale dizer: ampliam o mercado interno. Esquecem que a ampliação da produção pelos possuidores dos meios de produção coloca no mercado novas demandas de instrumentos, de matérias-primas, de meios de transporte etc., bem como de artigos de consumo (seu enriquecimento acarreta naturalmente o aumento do seu consumo). Esquecem que, para o mercado, o que importa não é o bem-estar do produtor, mas os seus meios pecuniários disponíveis; o declínio do bem-estar de um camponês patriarcal, que antes praticam uma economia predominantemente natural, é perfeitamente compatível com o aumento do volume de recursos pecuniários em suas mãos, pois quanto mais esse camponês se arruína mais é forçado a recorrer à venda de sua força de trabalho e tanto maior é a parte dos meios de subsistência (mesmo que sejam o mais exíguos) que ele deve adquirir no mercado ...

Do ponto de vista teórico abstrato, a ruína dos pequenos produtores na sociedade em que a economia mercantil e capitalista se desenvolve significa precisamente o oposto do que querem deduzir os Srs. V.V. e N-on; significa a criação e não a redução do mercado interno". (Lenin-31; p.16)

Em suma, a desintegração do campesinato faz parte do processo de formação de uma economia capitalista porque nos grupos inferiores do campesinato converte-se a força de trabalho em mercadoria e nos grupos superiores converte-se os meios de produção em capital; a desintegração do campesinato cria um mercado para o capitalismo porque com a conversão da força de trabalho dos grupos inferiores do campesinato em mercadoria cria-se um mercado para os bens de consumo e com a conversão dos meios de produção dos grupos superiores do campesinato em capital cria-se um mercado para os bens de produção:

"Por conseguinte, a transformação do campesinato em proletariado rural cria um mercado principalmente para os artigos de consumo, e a sua transformação em burguesia rural cria-o principalmente para os meios de produção. Noutros termos: nos grupos inferiores 'do campesinato', verifica-se a conversão da força de trabalho em mercadoria e, nos grupos superiores, a conversão dos meios de produção em capital. Essa dupla conversão fornece o processo de formação do mercado interno, que a teoria estabeleceu tratando dos países capitalistas em geral. Por isso, F.Engels escreveu que a fome de 1891 representava a criação de um mercado interno para o capitalismo. Essa tese é ininteligível para os populistas que, na ruína do campesinato, não vêem a transformação da economia patriarcal em economia capitalista, mas apenas o declínio da 'produção popular'" (Lenin-31; p.108);

Não é por demais enfatizar que, ao contrário do que pensavam os populistas russos, a desintegração do campesinato, o "empobrecimento do povo", expandia o mercado para os bens de produção, para os bens de consumo popular e para os bens de consumo de luxo:

"A desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo. No grupo inferior esse processo de formação do mercado interno ocorre por conta dos artigos de consumo (mercado de consumo individual); consumindo menos que o camponês médio, e consumindo produtos de má qualidade (por exemplo, batatas em vez de pão), o proletário rural compra mais. A formação e o desenvolvimento da burguesia camponesa criam o mercado de duas maneiras: de um lado, e essencialmente, por conta dos meios de produção (mercado do consumo produtivo), porque o campesinato rico se esforça por converter em capital os meios de produção que 'acumula' em detrimento dos proprietários fundiários 'empobrecidos' e dos camponeses arruinados. De outro lado, um mercado se forma aqui por conta do consumo pessoal como decorrência da ampliação das demandas dos camponeses mais abastados". (Lenin-31; p.118)

b) Desenvolvimento do Mercado no Capitalismo

O conceito de mercado é inseparável do conceito de divisão social do trabalho.

O tamanho do mercado depende do grau de desenvolvimento da divisão do trabalho.

Isto foi exposto por Lenin num trabalho intitulado "A Propósito del Llamado Problema de los Mercados" (36):

"La primera deducción consiste en que el concepto 'mercado' es totalmente inseparable del concepto de la división social del trabajo - de ésta, como dice Marx - 'base general de toda producción mercantil' (y, por consiguiente - agregamos nosotros -, también de toda producción capitalista). El 'mercado' aparece donde y cuando aparecen la división social del trabajo, la producción mercantil. La magnitud del mercado esta estrechamente ligada al grado de especialización del trabajo social.

'La mercancía adquiere su forma socialmente reconocida de equivalente general, sólo cuando se convierte en dinero, pero éste se halla en el bolsillo ajeno. Para extraerlo de allí es necesario que la mercancía sea, ante todo, un valor de uso para el poseedor de ese dinero, y, por consiguiente, el trabajo invertido en la producción de esta mercancía debe ser invertido en la forma socialmente útil; en otras palabras, debe constituirse en parte de la división social del trabajo. Pero la división del trabajo representa en si un organismo de producción que se forma espontáneamente, cuyos hilos se entrelazaban y continúan entrelazándose a espaldas de los productores de mercancías. Es posible que la mercancía sea el producto de un nuevo género de trabajo, destinado a satisfacer una nueva necesidad surgida, o crear con su aparición por vez primera una necesidad nueva. Alguna operación particular en el proceso del trabajo - que ayer todavía era una de las tantas funciones del mismo productor de mercancías - hoy posiblemente se separa de este proceso, se independiza y, justamente en virtud de ello, envía al mercado su producto parcial en calidad de mercancía independiente' (Das Kapital, I Bd., S.85) (La bastardilla es mía). (Lenin-36; p.30)

A forma básica, típica, de expansão do mercado no capitalismo é o aprofundamento da divisão social do trabalho.

O limite para a expansão do mercado é estabelecido pelo limite para o aprofundamento da divisão social do trabalho. Assim como são infinitas as possibilidades de desenvolvimento técnico, são infinitas as possibilidades de especialização na produção.

Se as possibilidades de aumentar-se o grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho são ilimitadas, segue-se que são ilimitadas as possibilidades de expansão do mercado na economia capitalista:

"De esta manera, los limites para el desarrollo del mercado, en las condiciones de la existencia de la sociedad capitalista, son determinados por los limites de la especialización del trabajo. Y esta especialización, por su misma esencia, es infinita del mismo modo que el desarrollo técnico. Para incrementar la productividad del trabajo humano, tendente, por ejemplo a la elaboración de alguna partícula del producto total, es indispensable que la producción de esa partícula se especialice, que se convierta en una producción aparte, que integre la producción en masa y que, por lo tanto, requiera (y permita) el empleo de maquinarias etc. Eso por un lado. Por el otro, el progreso de la técnica en la sociedad capitalista consiste en la socialización del trabajo, y esta socialización exige indispensablemente la especialización de las diversas funciones del proceso de producción, convirtiéndolas, de fraccionadas, aisladas, repetidas en cada establecimiento dedicado a esa producción, en socializadas, concentradas en un nuevo establecimiento, con miras a satisfacer las necesidades de toda la sociedad". (Lenin-36; p.30 e 31)

Esclarecido que divisão do trabalho é sinônimo de especialização e de criação do mercado, resta esclarecer o motor desse processo.

No texto "O Capitalismo Na Agricultura: O Livro de Kautsky E O Artigo Do Senhor Bulgákov", Lenin (32) diz que esse motor é a concorrência.

Concorrência, divisão do trabalho/especialização e expansão do mercado fazem parte de um mesmo processo. Nesse processo, são importantes tanto a divisão técnica quanto a divisão social do trabalho.

No caso do mercado para a produção agrícola, cumpre destacar o aprofundamento da divisão social do trabalho expresso na separação entre a cidade e o campo. A concorrência leva à especialização que, leva ao crescimento das cidades que, expande o mercado (a demanda) para a produção agrícola:

"A opinião do senhor Bulgákov de que Kautsky 'não acompanha estes dados com uma análise econômica' é totalmente infundada. Kautsky assinala com exatidão o nexo que liga esta revolução ao crescimento do mercado (em particular ao crescimento das cidades), à subordinação da agricultura à concorrência que impôs a transformação da agricultura e sua especialização" (Lenin-32; p.86);

c) Negação da Teoria Apologética do Capitalismo

Do exposto Extrai-se que o mercado, ou melhor, o tamanho e a capacidade de expansão do mercado, não constituem qualquer obstáculo para o desenvolvimento do

capitalismo. Dito de outra maneira, não existe o tal problema do mercado para o capitalismo, tão propalado pelos populistas e mesmo por alguns marxistas. Tanto o mercado não constitui problema para a expansão do capitalismo que, em outro trabalho, intitulado "Para Una Caracterización Del Romanticismo Económico" (37), Lenin chega a afirmar que a oferta cria sua própria demanda:

"Cuanto más rápidamente aumenta la acumulación, es decir el excedente de la producción sobre el consumo, tanto mejor, enseñaban los clásicos; y si bien éstos no han sabido orientarse en el proceso de la producción social del capital y no han sabido liberarse del error de A. Smith, según el cual el producto social se compone de dos partes, han formulado sin embargo la tesis absolutamente correcta de que la producción crea ella misma su propio mercado, determina el consumo. Y nosotros sabemos que la teoría de Marx ha tomado de los clásicos esta concepción de la acumulación, as reconocer que cuanto más rápidamente crece la riqueza, tanto más plenamente se desarrollan las fuerzas productivas del trabajo y su socialización, tanto mejor se torna la situación del obrero, hasta donde ello es posible dentro del sistema dado de economía social". (Lenin-37; p.77).

Os economistas clássicos também afirmavam que a oferta cria a sua própria demanda e, para evitar que Lenin seja confundido com aqueles economistas, é preciso fornecer alguns esclarecimentos qualificando o sentido da frase Leninista.

Paul Struve (67), num texto criticando um artigo onde Lenin comentava a polémica entre Bulgákov e Tugán-Baranovski sobre o chamado "problema dos mercados" (06), parece ter sido o primeiro teórico populista importante a fazer a identificação da teoria da realização de Marx com as idéias de Jean Baptiste Say. Lenin (33) aponta um duplo erro na identificação feita por Struve.

Um deles foi o de não fazer a diferença entre a circulação simples de mercadorias e a circulação ampliada (capitalista) de mercadorias e, por isso, entender, como entendiam os economistas burgueses, que não havia problema de realização porque os produtos eram trocados por produtos.

O outro erro de Struve foi o de confundir o tratamento abstrato da questão com as condições históricas concretas da realização do produto capitalista num país e numa época determinada:

"En primer lugar, Struve confunde la teoría de los mercados sostenida por los economistas burgueses, los cuales arguyen que los productos se cambian por productos y, por tanto, debe existir una correspondencia entre la producción y el consumo con la teoría de la realización de Marx, quien demostró, con su análisis, como se opera la reproducción y la circulación del conjunto del capital social, es decir, la realización del producto en la sociedad capitalista. Pero Marx, los escritores que expusieron sus ideas, y con los cuales polemiza Struve, lejos de deducir de ese análisis una armonía entre la producción y el consumo, destacan, por el contrario, enérgicamente, las contradicciones inherentes al capitalismo, contradicciones que no pueden dejar de manifestarse en la realización capitalista. En segundo lugar, Struve confunde la

teoría abstracta de la realización (tratada excepcionalmente por sus adversarios) con las condiciones históricas concretas de la realización del producto capitalista en un país y en una época determinada. Es lo mismo que confundir la teoría abstracta de la renta territorial con las condiciones concretas del desarrollo del capitalismo agrario en un determinado país". (Lenin-33; p.221 e 222)

A compreensão adequada sobre como se opera a reprodução e a circulação do conjunto do capital social, sobre como se opera a realização do produto na sociedade capitalista, que levava à compreensão de que, em certo sentido, a oferta cria a sua própria demanda, não confirma a teoria apologético-burguesa. Mesmo que a reprodução e a circulação do capital social sejam idealmente uniformes e proporcionais, não se evita a contradição entre o aumento da produção e a limitação do consumo e, portanto, na realidade, a realização não se processa de maneira uniforme mas, através de dificuldades, de flutuações, de crises:

"De ahí que la teoría de Marx no sólo no restablece la teoría apologético-burguesa (como se le ocurre a Struve), sino que, por el contrario, proporciona un arma poderosa contra la apologética. De esta teoría se deduce que, aún cuando la reproducción y la circulación del conjunto del capital social fuesen idealmente uniformes y proporcionales, no podrá evitarse la contradicción entre el aumento de la producción y los límites restringidos del consumo. Además, el proceso de la realización no se desenvuelve en la realidad, según una proporción idealmente uniforme, sino sólo a través de 'dificultad', de 'fluctuaciones', de 'crisis' etcétera". (Lenin-33; p.235 e 236)

d) Negação da Crítica Pequeno-Burguesa (Populista) ao Capitalismo

A teoria de realização de Marx, de acordo com Lenin, não é só uma arma contra a teoria apologética do capitalismo. Ela é também uma arma contra a crítica reacionária pequeno-burguesa dos populistas porque mostra que, no processo de desenvolvimento capitalista, a produção de meios de produção cresce mais rapidamente que a produção total e, assim, desenvolve as forças produtivas e prepara as bases para o socialismo. Dessa forma, a teoria da realização anuncia o caráter progressista do modo de produção capitalista e sua transitoriedade histórica:

"Es más, la teoría de la realización de Marx proporciona un arma poderosa no sólo contra la apologética, sino también contra la crítica reaccionaria pequeño-burguesa del capitalismo. Precisamente tal es el tipo de crítica del capitalismo que intentaron consolidar nuestros populistas con su errónea teoría de la realización. La concepción marxista de la realización conduce inevitablemente al reconocimiento del carácter históricamente progresista del capitalismo (desarrollo de los medios de producción y, por consiguiente,

de las fuerzas productivas de la sociedad), mostrando, en lugar del ocultar, la transitoriedad histórica del capitalismo". (Lenin-33; p.236)

Os populistas russos, no entanto, baseavam-se em quatro trechos da obra de Marx para proclamarem o caráter não progressista do capitalismo, os problemas causados pela redução do mercado interno, as dificuldades para a expansão do capitalismo etc.:

" - 'Contradição no modo de produção capitalista: os operários, enquanto compradores de mercadorias, são importantes para o mercado. Mas, enquanto vendedores da sua mercadoria (a força de trabalho), a sociedade capitalista tem a tendência de rebaixá-los ao menor preço possível' (Karl Marx, O Capital, Livro Segundo, p.303) ().*

- '... As condições da realização ... estão limitadas pela proporcionalidade dos diversos ramos da produção e pela capacidade de consumo da sociedade ... Quanto mais se desenvolve a força produtiva, mais ela entra em conflito com a estreita base em que se fundam as relações de consumo' (Ib, Livro Terceiro, Parte Primeira, p.225-226). - 'Os limites nos quais unicamente são possíveis a conservação e a expansão do valor do capital, que se baseiam na expropriação e no empobrecimento da grande massa dos métodos de produção que o capital deve necessariamente empregar para colimar o seu fim, e que tendem a fazer crescer ilimitadamente a produção, a promover um desenvolvimento livre das forças produtivas sociais, a instituir a produção como um fim em si ... Por isso, o modo de produção capitalista é um meio histórico de desenvolver a força produtiva material e de criar um correlato mercado mundial, ele é, ao mesmo tempo, uma contradição permanente entre essa missão histórica e as relações sociais de produção que lhe correspondem' (Ib, Livro Terceiro, Parte Primeira, p.232).

- 'A causa última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a limitação do consumo das massas face à tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas como se o limite do desenvolvimento destas fosse a capacidade absoluta de consumo da sociedade' (Ib, Livro Terceiro, Parte Segunda, p.21)" (Lenin-31; p.25);

mas, para Lenin essas conclusões dos populistas estavam absurdamente erradas:

"Em todas essas teses só se constata a referida contradição entre a ilimitada tendência a ampliar a produção e o consumo limitado. Nada é mais insensato que extrair delas a conclusão de que Marx não admitia a possibilidade de realização da mais-valia na sociedade capitalista, de que ele explicava as crises pelo subconsumo etc." (Lenin-31; p.26).

A contradição entre produção e consumo indicada pelos referidos trechos não é uma contradição teórica, é, sim, uma contradição da vida real. A tendência para o crescimento ilimitado da produção capitalista, particularmente para um crescimento

mais rápido da produção de meios de produção relativamente à de meios de consumo, corresponde à missão histórica do capitalismo, a de preparar as bases para o socialismo:

"O desenvolvimento da produção (e, logo, do mercado interno) voltado predominantemente para os meios de produção parece paradoxal e constitui, sem dúvida, uma contradição. Trata-se de uma verdadeira 'produção pela produção', uma ampliação da produção sem uma ampliação correspondente do consumo. Mas esta não é uma contradição teórica: é uma contradição da vida real; é precisamente uma contradição que corresponde à própria natureza do capitalismo e às outras contradições desse sistema de economia social. É precisamente essa ampliação da produção sem a respectiva ampliação do consumo que corresponde à missão histórica do capitalismo e à sua estrutura social específica: a primeira consiste em desenvolver as forças produtivas da sociedade e a segunda exclui a massa da população do usufruto das conquistas técnicas. Há uma inequívoca contradição entre a tendência ilimitada à ampliação da produção (tendência própria do capitalismo) e o consumo limitado das massas populares (limitado em razão da sua condição proletária)" (Lenin-31; pp.24 e 25).

Além do mais, essa não era a única contradição do capitalismo, um sistema que só pode existir e se desenvolver em meio a contradições. É preciso entender que elas não constituem entraves para o desenvolvimento do capitalismo. O significado preciso dessas contradições é demonstrar o caráter transitório desse sistema e iluminar as causas e as condições de sua decomposição e de sua transformação num sistema superior:

"Ademais, não há nada mais absurdo que das contradições do capitalismo deduzir sua impossibilidade, seu caráter não progressista etc., o que implica em procurar nas celestes regiões dos devaneios românticos refúgios contra uma realidade desagradável, porém indiscutível. A contradição que existe entre a tendência ao ilimitado crescimento da produção e o consumo limitado não é a única do capitalismo, que só pode existir e se desenvolver em meio a contradições. Elas, aliás, atestam o caráter historicamente transitório do capitalismo, iluminando as condições e as causas da sua decomposição e da sua transformação em uma forma superior; mas elas não excluem nem a possibilidade do capitalismo nem o seu caráter progressista em comparação com os sistemas de economia social que o procederam" (Lenin-31; p.26).

e) Comentários Sobre as Crises

A abstração teórica sobre como opera-se a reprodução e a circulação do conjunto do capital social mostra que a oferta cria sua própria demanda, que não existe problemas de realização. Como, então, explicar ocorrência freqüente de crises?

A explicação não reside na desproporção entre a expansão da produção e a expansão do consumo.

Comentando o artigo de Lenin (35) sobre a polêmica entre Tugán-Baranovski e Bulgákov, Nezhdánov aponta a contradição entre a tendência ilimitada para a expansão da produção e a tendência para a reduzida expansão do consumo como responsável por uma sistemática superprodução. Num artigo intitulado "Respuesta Al Señor P. Nezhdánov", Lenin (38) opõe-se a tal procedimento pois, o estudo da reprodução e circulação do conjunto do capital social mostra que é possível representar o capitalismo sem problemas de realização mas, não é possível representá-lo sem uma contradição entre produção e consumo:

"Esta contradicción no nos lleva inevitablemente a la producción sistemática de productos excedentes (como quiere pensar el señor Nezhdánov). Podemos representar muy bien (cuando razonamos en forma puramente teórica sobre la sociedad capitalista ideal) la realización de toda la producción en la sociedad capitalista sin que quede ningún producto excedente, pero no podemos representarnos el capitalismo sin desacuerdo entre la producción y el consumo. Este desacuerdo se expresa (como Marx lo demostró claramente en sus esquemas) en el hecho de que la producción de los medios de producción puede y debe sobrepasar la producción de los artículos de consumo". (Lenin-38; p.247)

Tampouco a explicação das crises está numa suposta falta de demanda, resultado da distribuição desigual da renda.

Debatendo com o populista N-on, no já citado "Para Una Caracterización Del Romanticismo Económico" (37), Lenin diz que a contradição entre a importância dos trabalhadores como compradores de mercadorias e a tendência da sociedade capitalista para reduzir ao mínimo o salário não pode ser vista como uma explicação para as crises que caracterizam este sistema. O argumento apresentado é que essa contradição faz parte do estudo da reprodução e circulação do conjunto do capital social, e esse estudo mostra não haver problemas de realização para a expansão do capitalismo:

"Por ejemplo, todos los lectores que conocen su Reseña recordarán, seguramente, esta 'cita': 'los obreros, como compradores de mercancías, revisten importancia para el mercado; pero considerados como vendedores de su propia mercancía - la fuerza de trabajo - la sociedad capitalista tiene la tendencia a reducir su precio al mínimo' (Reseña, página 178); recordarán también que el señor N-on quiere asimismo deducir de ahí la 'reducción del mercado interior' (Ib, p.203 y otras), y las crisis (p. 298 y otras). pero al citar dicho pasaje (que no prueba nada, tal como ya lo hemos explicado), nuestro autor, además, omite el final de la nota de la cual había extraído la cita. Esa nota se refiere a una observación introducida en el manuscrito de la sección II del tomo II de El Capital. Se la había introducido 'con el fin de desarrollarla en el futuro' y el editor del manuscrito la colocó en las notas. En esa nota, después de las palabras citadas, se dice: 'Sin embargo, el estudio de esto corresponde a la sección siguiente', o sea a la sección tercera. Y qué sección es esa?

Pues precisamente la que contiene la crítica de la teoría de A. Smith acerca de las dos partes del producto global de la sociedad (junto con la opinión arriba citada sobre Sismondi), y el análisis 'de la reproducción y circulación del capital global de la sociedad', es decir, de la realización del producto". (Lenin-37; p.100)

O subconsumo, conseqüentemente, não pode ser usado como explicação para as crises

Em primeiro lugar, porque o subconsumo existiu em todos os períodos que precederam ao capitalismo e as crises são um traço característico apenas do capitalismo.

Além do mais, as crises ocorrem nas fases posteriores as fases de expansão, ou seja, nos períodos imediatamente posteriores aos períodos em que o consumo dos trabalhadores aumenta:

"El análisis científico de la acumulación en la sociedad capitalista y de la realización del producto minó todos los fundamentos de esta teoría (da crise como sendo o resultado do subconsumo), mostrando al mismo tiempo que, precisamente durante los periodos que preceden a las crisis el consumo de los obreros se eleva, que el subconsumo (con el que se pretende explicar las crisis) ha existido en los regímenes económicos más diversos, mientras que las crisis constituyen el rasgo distintivo de un solo régimen: el régimen capitalista." (Lenin-37; p.98)

Não se trata de negar ou diminuir a relevância do subconsumo. Trata-se, sim, de enquadrá-lo corretamente, de colocá-lo num lugar subalterno, quando se objetiva explicar as crises. Afinal, o subconsumo é pertinente a um único setor da produção capitalista, o setor de artigos de consumo.

A explicação para as crises está na contradição fundamental do capitalismo: a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação:

"Pero cabe preguntarse: la segunda teoría niega la existencia de una contradicción entre la producción y el consumo, niega el subconsumo? Evidentemente, no. Reconoce plenamente este hecho, pero le asigna el lugar subalterno que le corresponde, como un hecho que concierne a un sector de la producción capitalista. Enseña que ese hecho no puede explicar las crisis, puesto que son provocadas por una contradicción más profunda y fundamental del actual sistema económico: la contradicción entre el carácter social de la producción y el carácter privado de la apropiación". (Lenin-37; p.99)

A crise também não é o resultado do fato dos produtores não conhecerem a demanda.

Os que propugnam esta última "explicação" para as crises, confundem possibilidade com necessidade. Tal afirmativa consta da seção sobre as crises embutida no capítulo onde Lenin analisa as teorias econômicas românticas:

"Con todo esto, Efrussi pone de manifiesto su completa incomprensión del problema! Qué son las crisis?"

Superproducción, producción de mercancías que no pueden ser realizadas, que no encuentran demanda. Si las mercancías no encuentran demanda significa que el fabricante, al producirlas, no conocía la demanda. Cabe preguntarse ahora: acaso señalar esta condición de su posibilidad significa dar una explicación de las crisis? Es que Efrussi no comprendía la diferencia que media entre señalar la posibilidad de un fenómeno y el explicar su necesidad? Sismondi dice: las crisis son posible, por cuanto en la producción capitalista no puede haber equilibrio entre la producción y el consumo (es decir, que el producto no puede ser realizado). Engels dice: las crisis son posible, por cuanto el fabricante desconoce la demanda; y son necesarias, pero no porque, en general, el producto no puede ser realizado. Esto no es exacto: el producto puede ser realizado. Las crisis son necesarias, porque el carácter colectivo de la producción entra en contradicción con el carácter individual de la apropiación". (Lenin-37; pp.101 e 102)

Encerrando essas observações sobre o tema "crise", cumpre alertar para o caráter reacionário do desejo de um capitalismo sem crises. Reacionário não no sentido corrente e sim no sentido histórico-filosófico:

"Este término (reaccionario) se usa en el sentido histórico-filosófico; caracteriza sólo el error de los teóricos que toman los modelos de sus construcciones en regímenes que han caducado. No se aplica ni a las cualidades personales de dichos teóricos ni a sus programas. Todos saben que, en el sentido corriente de la palabra, ni Sismondi ni Proudhon eran reaccionarios" (Lenin-37; p.150)

Como a crise é um fenômeno típico apenas do capitalismo na etapa da grande indústria, a coerência exige que o desejo de um capitalismo sem crises seja acompanhado do desejo de restabelecimento de condições de tempos passados. Por essas razões o anseio por um capitalismo sem crises é reacionário, no sentido histórico-filosófico:

"Fuit Troja! Esta justa proporción entre la oferta y la demanda que vuelve a ser objeto de tantos votos hale mucho tiempo que dejó de existir. Ha pasado a categoría de antigualla. No ha sido posible más que en la época en que los medios de producción eran limitados, o en que el cambio tenía lugar dentro de límites sumamente restringidos. Con el nacimiento de la grande industria esta justa proporción, necesariamente (must) tenía que desaparecer, y la producción está fatalmente obligada a pasar, en sucesión perpetua, por las vicisitudes de prosperidad, depresión, crisis, estancamiento, nueva prosperidad, y así sucesivamente.

Los que, como Sismondi, desean retornar a la justa proporcionalidad de la producción y, al mismo tiempo, conservar las bases actuales de la sociedad, son reaccionarios, puesto que, para ser consecuentes, deberían aspirar al restablecimiento de las otras condiciones de la industria de

tiempos pasados. Qué es lo que mantenía la producción en justas o casi justas proporciones? Era que la demanda dominaba a la oferta, la precedía. La producción seguía paso a paso al consumo. La gran industria forzada por el mismo carácter de los medios de producción de que dispone, a producir en una escala cada vez mayor, no puede aguardar la demanda. La producción precede al consumo; la oferta fuerza la demanda.

En la sociedad actual, en la industria, basada en los cambios individuales, la anarquía de la producción, que es la fuente de tantas calamidades, es al mismo tiempo la causante del progreso". (Lenin-37; pp.150 e 151)

f) Comentários sobre a necessidade de um mercado externo para o capitalismo

Alguns supõem que, quando toda a produção natural tiver se convertido em produção capitalista, o capitalismo terá esgotado suas possibilidades de desenvolvimento por causa da falta de mercados.

É um equívoco imaginar que a incorporação de mercados "não-capitalistas" seja a única forma pela qual o mercado pode expandir-se no capitalismo. Produção natural, produção mercantil e produção capitalista, constituem estágios subseqüentes e mais avançados do processo de desenvolvimento da divisão do trabalho, que é a base do mercado. Como já foi referido anteriormente, neste último estágio, existem possibilidades ilimitadas para a especialização na produção e, portanto, para a expansão do mercado e da produção no capitalismo.

Em outras palavras, o desenvolvimento do capitalismo não requer mercados "externos" (não capitalistas). É por isso que, no "A Propósito Del Llamado Problema De Los Mercados" (36), Lenin afirmou:

"De esto se desprende hasta qué punto es errónea la aseveración de que el crecimiento del mercado en la sociedad capitalista, provocado por la especialización del trabajo social, debe tener su fin el día en que todos los productores naturales se convierten en productores de mercancías". (Lenin-36; p.32)

Outros costumam afirmar que o capitalismo não consegue desenvolver-se sem a existência de um mercado externo onde possa realizar a mais-valia.

A teoria populista da "impossibilidade de realização de toda a mais-valia no mercado interno e, conseqüentemente, a necessidade de um mercado externo" foi analisada por Lenin no clássico "Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia" (31). Esta tese populista foi resumida da seguinte maneira:

"Outra questão pertinente à teoria do mercado interno é a da realização da mais-valia. Sabe-se que, na produção capitalista, o valor de um produto decompõe-se em três partes: 1) a primeira compensa o capital constante, isto é, o valor pré-existente sobre a forma de matérias (primas e auxiliares),

máquinas, instrumentos de produção etc., e que só se reproduz numa parte determinada do produto acabado; 2) a segunda compensa o capital variável, isto é, cobre os custos de manutenção do operário; 3) a terceira constitui-se a mais-valia pertencente ao capitalista. Geralmente se admite - como o fazem, por exemplo os Srs.N-on e V.V. - que a realização (ou seja, a obtenção de um equivalente, a venda no mercado) das duas primeiras partes não oferece dificuldades, pois a primeira aplica-se na produção e a segunda no consumo da classe operária. No entanto, como se realiza a terceira parte, a mais-valia? Ela não pode ser inteiramente consumida pelos capitalistas! E os nossos economistas chegam à seguinte conclusão: para 'resolver a dificuldade' posta pela realização da mais-valia é necessário a 'conquista de um mercado externo'". (Lenin-31; p.17)

A primeira questão a ser analisada é se a realização da mais-valia, realmente, constitui um problema para a produção capitalista.

Lenin aponta que a origem do erro dos populistas está na redução de "todo o problema da realização do produto à realização da mais-valia, imaginando, ao que tudo indica, que a realização do capital constante não oferece dificuldades" (Lenin-31; p.17). O que era suposto não constituir problema, no entanto, é exatamente o que é difícil explicar:

"Essa concepção falsa leva implícita o mais profundo erro, e deste decorrem todos os erros posteriores da teoria populista da realização. De fato, o difícil, no problema da realização, é precisamente explicar a realização capital constante. Para ser realizado, o capital constante deve ser reinvestido na produção, o que só pode efetivar-se diretamente para o capital cujo produto consiste em meios de produção. Se o produto que compensa a parte constante do capital consiste em artigos de consumo, sua reversão direta à produção é impossível: faz-se necessária a troca entre a seção da produção social que fabrica os meios de produção e a que fabrica os artigos de consumo. É aqui que reside toda a dificuldade que nossos economistas não percebem". (Lenin-31; p.17)

A perspectiva correta para a abordagem do tema é a seguinte:

"O problema da realização coloca-se assim: como encontrar no mercado, para cada parte do produto capitalista, enquanto valor (capital constante, capital variável e mais-valia) e enquanto forma material (meios de produção, artigos de consumo e, particularmente, artigos de primeira necessidade e artigos de luxo), uma outra parte do produto capaz de substituí-la?" (Lenin-31; p.18).

Nessa perspectiva, o mercado externo não é a solução para o alegado problema de realização. Afinal:

"a própria venda no mercado externo requer explicação, isto é, exige que se encontre um equivalente para a parte do produto a vender, que se encontre uma outra parte do produto capitalista capaz de substituir a primeira" (Lenin-31; p.19).

Portanto, conforme exposto na obra "Algo más sobre el problema de la Teoría de la Realización" (33), do ponto de vista da teoria de realização, é irrelevante usar um critério geográfico para separar o mercado para a produção capitalista em interno e externo:

"Struve dice que 'Bulgákov observa de manera sutil que no puede establecerse ninguna diferencia de principio entre el mercado interior y el mercado exterior para la producción capitalista'. Efectivamente, me adhiero totalmente a esa observación: en realidad, una frontera aduanera o política es por lo general absolutamente inapta para separar el mercado 'interior' del mercado 'exterior'. Pero por las razones que acabo de señalar no puedo estar de acuerdo con Struve en que 'de ahí se desprende ... la teoría que afirma la necesidad de terceras personas'. Lo que de allí se desprende, de manera inmediata, es una sola exigencia: la de no detenerse, cuando se examina el problema del capitalismo, ante la tradicional división de los mercados en interior y exterior". (Lenin-33; p.240)

Isto posto, pode-se enfatizar o alerta de Lenin:

"... Se se quer falar das 'dificuldades' da realização, das crises delas oriundas etc., é preciso reconhecer que tais 'dificuldades' não são apenas possíveis, mas necessárias para todas as partes do produto capitalista - e não somente para a mais-valia. Dificuldades desse gênero, dependentes da distribuição desproporcional dos diferentes ramos da produção, surgem incessantemente não só na realização da mais-valia, mas ainda na do capital variável e do capital constante; surgem na realização do produto tanto em artigos de consumo quanto em meios de produção. Sem 'dificuldades' desse tipo e sem crises em geral, não existe produção capitalista, produção de produtores isolados para um mercado mundial que desconhecem" (Lenin-31; p.19).

Existe, então, algum sentido em se possa dizer que o capitalismo necessita de um mercado externo?

Insistindo-se em usar um critério geográfico para a segmentação do mercado para a produção capitalista, tenha-se presente que a alegada "necessidade de um mercado externo" não decorre das dificuldades de realização da mais-valia e sim de que o capitalismo resulta de uma circulação de mercadorias largamente desenvolvida, que ultrapassa os limites de um país e, portanto, não existe país capitalista sem envolvimento com o comércio exterior:

"A necessidade do mercado externo para um país capitalista não é, em absoluto, determinada pelas leis da realização do produto social (e da mais-valia em particular), mas, primeiramente, pelo fato de que o capitalismo resulta de uma circulação de mercadorias largamente desenvolvida, que ultrapassa os limites de um país. Um país capitalista sem comércio exterior é impensável - e, aliás, não existe" (Lenin-31; p.30).

Não por um problema de dificuldade de realização da mais-valia e sim por um problema de desproporção no crescimento dos diferentes ramos produtores de mercadorias, muitas vezes as empresas "necessitam" do mercado externo:

"... A correspondência entre as partes isoladas da produção social (quanto ao valor e à forma natural) - que a teoria da reprodução do capital social necessariamente supõe e que, de fato, só é estabelecida como magnitude média de uma série de oscilações constantes - é incessantemente violada na sociedade capitalista, por causa do isolamento dos diferentes produtores que trabalham para um mercado desconhecido. Os diferentes ramos da indústria, que servem de 'mercado' uns para os outros, não se desenvolvem uniformemente, mas se ultrapassam reciprocamente, e o ramo mais desenvolvido procura um mercado externo. Mas isso não significa, absolutamente, que é impossível, para um país capitalista, realizar a mais-valia", como se dispõe a concluir o populista com ar profundo. Expressa apenas a desproporção que existe no desenvolvimento dos diferentes ramos industriais. Com uma outra distribuição do capital nacional, a mesma quantidade de artigos poderia ser realizada no interior do país. Todavia, para que o capital abandone um ramo industrial e passe a outro, é necessário que haja crise no primeiro - e que razões podem impedir os capitalistas ameaçados pela crise de procurar um mercado externo, de procurar subvenções e estímulos que facilitem a exportação?" (Lenin-31; pp.30 e 31).

Na realidade, antes de qualquer coisa, a "necessidade de um mercado externo" revela o caráter progressista do capitalismo pois, significa o rompimento do isolamento, do particularismo, da estreiteza da vida espiritual e política, que caracterizam os sistemas econômicos anteriores:

"Nos antigos modos de produção, as novidades econômicas podiam subsistir séculos sem modificar seu caráter e sua dimensão, sem ultrapassar os limites do feudo, da aldeia ou do pequeno mercado vizinho para os artesãos rurais ou pequenos industriais rurais (os chamados Kustares). A empresa capitalista, pelo contrário, ultrapassa inevitavelmente os limites da cidade, do mercado local, da região e, enfim, do país. E como o isolamento e o particularismo do país já se encontravam derruídos pela circulação das mercadorias, a tendência natural de todo ramo da indústria capitalista leva-o necessariamente a 'procurar um mercado externo'.

Assim, a necessidade do mercado externo não prova a inconsistência do capitalismo, como se comprazem em pensar os populistas. É precisamente o contrário. Essa necessidade revela claramente o histórico papel progressista do capitalismo, que destrói o isolamento e o particularismo (e, conseqüentemente, a estreiteza da vida espiritual e política) dos antigos sistemas econômicos, reunindo todos os países do mundo numa só totalidade econômica" (Lenin-31; p.31).

(*) De acordo com a Nota do Tradutor, que consta da página 14 da referida edição do já citado "Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia ...", todas as referências de Lenin ao "O Capital"(de Karl Marx), remetem à edição alemã: Livro Primeiro, 2a.ed.,1872, e Livro Segundo, 1a.ed.,1885 e Livro Terceiro, 1a.ed.,1894

CAPÍTULO 4 - REFORMA AGRÁRIA PARA FIXAR O HOMEM NO CAMPO: Crescimento da População Industrial às Expensas da População Agrícola e Superpopulação Latente

a) Crescimento da População Industrial às Expensas da População Agrícola

No trabalho clássico intitulado *O Desenvolvimento Do Capitalismo Na Rússia: O Processo De Formação Do Mercado Interno Para A Grande Indústria* (31), Lenin dedica o primeiro capítulo para apresentar os erros teóricos dos populistas. A primeira seção desse capítulo mostra que a divisão social do trabalho é a base do processo de desenvolvimento da economia mercantil e do capitalismo. A seção seguinte mostra o crescimento da população industrial às expensas da população agrícola. Essa organização do capítulo já deixa clara a ligação entre os dois temas.

A divisão social do trabalho, base da economia mercantil e do capitalismo, produz um crescimento da população industrial às expensas da população agrícola.

Quando a produção mercantil é pouco desenvolvida, a população residente no campo não se limita a trabalhar na agricultura. A produção da sobrevivência exige que ela exerça tarefas agrícolas e tarefas industriais. Com a expansão da divisão social do trabalho e das trocas, uma parcela cada vez maior da população rural afasta-se da agricultura e passa a exercer atividades puramente industriais.

O desenvolvimento da divisão social do trabalho e, por conseguinte, da produtividade do trabalho, faz com que seja cada vez menor a quantidade de trabalho necessária para explorar o mesmo pedaço de terra e obter a mesma quantidade de produto.

Resulta daí um crescimento mais rápido da população empregada na indústria do que a empregada na agricultura ou, nas palavras de Lenin, um crescimento da população industrial às expensas da população agrícola:

"A população de um país de economia mercantil pouco desenvolvida (ou totalmente atrasada) é quase exclusivamente agrícola; não obstante, isso não significa que ela só se dedique à agricultura: significa apenas que a própria população ocupada na agricultura transforma os produtos agrícolas, que quase não há troca e divisão do trabalho. O desenvolvimento da economia mercantil significa: eo ipso, que uma parte cada vez maior da população se afasta da agricultura, ou seja, que a população industrial cresce às expensas da população agrícola." (Lenin-31; p.15)

A menor necessidade de trabalho para explorar o mesmo pedaço de terra e obter a mesma quantidade de produto faz com que, diferentemente do caso da indústria, o crescimento da relação entre o capital constante e o capital variável, na agricultura,

ocorra com um aumento absoluto do capital constante e uma diminuição absoluta do capital variável:

'A natureza do modo de produção capitalista implica uma constante diminuição da população agrícola em relação à população não-agrícola, tendo em vista que na indústria (em sentido restrito) o crescimento do capital constante face ao capital variável conecta-se ao crescimento absoluto deste último, apesar da sua redução relativa, ao passo que na agricultura o capital variável necessário à exploração de um pedaço de terra determinada diminui de forma absoluta; por conseguinte, ele só pode crescer quando novas terras são exploradas, e que mais uma vez pressupõe um crescimento ainda maior da população não agrícola' (Karl Marx, o Capital, Livro terceiro, parte segunda, p.177).

O Capitalismo, pois, é inimaginável sem um crescimento da população industrial e comercial às expensas da população agrária" (Lenin-31; p.15).

A característica do crescimento da relação entre o capital constante e o capital variável, na agricultura, ocorrer com um aumento absoluto do capital constante e uma redução absoluta do capital variável, só é plenamente visível em países plenamente povoados, onde todas as terras já estão ocupadas.

Nesses países, o excedente populacional na agricultura transforma-se em emigração para os centros industriais ou para outros países. Nos países onde existem terras livres para serem povoadas, enquanto essa situação persistir, o crescimento da população agrícola pode até mesmo ser maior do que o crescimento da população industrial:

"É claro, assim, que o fenômeno do crescimento da população industrial só pode ser observado sob uma forma pura num território já povoado, com todas as terras já ocupadas. A população desse território, expulsa da agricultura pelo capitalismo, não tem alternativa senão migrar para os centros industriais ou para outros países. As coisas se passam muito diferentemente se se trata de um território onde nem todas as terras estão ocupadas e que não está completamente povoado. Nesse caso, os habitantes expulsos da agricultura podem 'explorar novas terras' da parte ainda não povoada, do que resulta um crescimento (por algum tempo) da população agrícola não menos ou até mais rápido do que o da população industrial" (Lenin-31; p.352).

A emigração para outras terras no mesmo país e a emigração para os centros industriais ou para outros países, expressam dois tipos de desenvolvimento do capitalismo no campo - desenvolvimento em extensão e desenvolvimento em profundidade:

"Aqui, ocorrem dois processos diferentes: 1) o desenvolvimento do capitalismo no país antigo e povoado ou numa parte do país e; 2) o desenvolvimento do capitalismo nas 'novas terras'. No primeiro, o que temos são relações capitalistas já estabelecidas que se desenvolvem; no segundo, a formação de novas relações capitalistas num território. O

primeiro processo implica o desenvolvimento em profundidade do capitalismo; o segundo, o desenvolvimento em extensão" (Lenin-31; p.353).

b) Superpopulação Latente

Na etapa da grande indústria maquinizada, acelera-se a redução da população agrícola em relação à população industrial e comercial.

A introdução de máquinas na agricultura produz um contingente populacional que não consegue encontrar ocupação no campo.

No trabalho intitulado "Contenido Económico Del Populismo Y Su Critica En El Libro Del Señor Struve: Reflejos Del Marxismo En La Literatura Burguesa", Lenin (30) aponta que esse contingente populacional que não consegue encontrar ocupação no campo transforma-se em oferta de mão-de-obra para a cidade:

"Marx dice lo siguiente de la superpoblación capitalista en la agricultura: 'así que la producción capitalista se ha apoderado de la agricultura, o en el grado en que se ha apoderado de ésta, al acumularse el capital que en ella funciona, disminuye la demanda de población trabajadora rural, sin que su repulsión sea compensada por una atracción mayor, como sucede en la industria no agrícola. Una parte de la población campesina se encuentra, pues, siempre al punto de convertirse en proletariado urbano o manufacturero. (Manufactura significa aquí toda industria no agrícola). Esta fuente del exceso relativo de población fluye, pues, constantemente. Pero su constante aflujo a las ciudades supone la continua existencia en el campo de un exceso latente de población, cuyo monto sólo puede verse cuando los canales de salida adquieren un ancho excepcional. El trabajador rural es reducido así al mínimo del salario y está siempre con un pie en el pantano del pauperismo'. Das Kapital. 2 AUFL. S." (Lenin-30; pp.202);

Como a substituição dos homens pelas máquinas não acontece apenas na agricultura, uma parcela significativa da população expulsa do campo não consegue encontrar ocupação fora dele.

A grande indústria cria um contingente populacional que não consegue encontrar ocupação seja no campo, seja na cidade. A indústria mecanizada cria uma superpopulação relativa às ocupações disponíveis.

A superpopulação, no capitalismo, é o resultado do domínio do capital sobre a produção, pois tal domínio produz uma necessidade menor de trabalhadores para realizar a mesma quantidade de produtos:

"La superpoblación capitalista surge porque el capital se adueña de la producción y, al disminuir el número de obreros

necesarios (para la obtención de una determinada cantidad de productos), crea una población superflua" (Lenin-30; p.202).

O excedente populacional, a superpopulação, não é fruto de causas naturais mas, de um regime de economia social historicamente determinado, que permite e se desenvolve com a substituição dos homens pelas máquinas.

No texto denominado "Para Una Caracterización Del Romanticismo Económico: Sismondi Y Nuestros Sismondistas Nacionales", Lenin (37) afirmou:

"El desarrollo de la industria mecanizada capitalista, a partir de fines del siglo pasado, provocó la formación de un excedente de población, y ante la economía política se planteó el problema de explicar este fenómeno. Como es sabido, Malthus intentó explicarlo por causas tomadas de la historia natural, niega rotundamente que proviene de un régimen de economía social históricamente determinado y cierra completamente los ojos a las contradicciones que este hecho revela. Sismondi señaló dichas contradicciones y la suplantación de la población por las maquinas. Es su innegable mérito, puesto que en la época en que el escribía, semejante indicación era una novedad" (Lenin-37; p.110);

A superpopulação capitalista é um resultado necessário da acumulação capitalista.

As flutuações na atividade econômica amplificam-se na etapa da grande indústria. A existência de um contingente populacional, em excesso à demanda média de mão-de-obra, que está buscando encontrar ocupação, facilita, e muito, a ocorrência de períodos de expansão:

"El análisis científico de esta contradicción mostró que semejante manera de proceder es errónea. Este análisis estableció que el excedente de población, manifestación indudable de una contradicción (al lado del excedente de producción y de consumo), y resultado necesario de la acumulación capitalista, constituye al mismo tiempo una parte componente indispensable del mecanismo capitalista. Cuanto más se desarrolla la gran industria, tanto mayores son las oscilaciones a que se ve sujeta la demanda de obreros, en función de las crisis o de los periodos de florecimiento en toda la producción nacional o en cada una de sus ramas tomadas separadamente. estas oscilaciones constituyen la ley de la producción capitalista, la que no hubiera podido existir, de no haber un excedente de población (o sea, población que supera la demanda media de obreros por el capitalismo), lista en todo momento, para suministrar mano de obra a cualquiera rama de la industria o empresa" (Lenin-37; pp.111 e 112).

Com exemplos, Lenin reafirma a necessidade de uma superpopulação para o desenvolvimento do capitalismo:

"Al comprobar la formación de un excedente de población en la Rusia posterior a la reforma, los 'populistas' nunca se plantearon la cuestión de la necesidad que tiene el capitalismo de un ejército obrero de reserva. Habrían podido, acaso,

trazar las líneas ferroviarias, de no haberse ido formando constantemente un excedente de población? Es sabido que la demanda de mano de obra para este género de trabajo fluctúa fuertemente de año en año? Hubiera podido desarrollarse la industria sin esa condición? (Durante los periodos de auge la industria reclama grandes masas de obreros para la construcción de nuevas fabricas, edificios, depósitos etc., y para toda clase de trabajos auxiliares a jornal, ejecutados la mayor parte por agricultores que necesitan ocupares temporariamente de tareas no agrícolas), sin esta condición? Hubiera podido crearse la agricultura en nuestras regiones periféricas, agriculturas que requiere centenares de miles y millones de jornaleros, y donde, como es sabido, son extraordinariamente grandes las oscilaciones en la demanda de mano de obra?" (Lenin-37; p.113).

O excedente de população em relação às ocupações disponíveis é denominado superpopulação relativa. A parcela desse contingente que é resultado da introdução de máquinas na agricultura, é apenas um dos tipos de superpopulação relativa e é denominada superpopulação latente:

"El análisis ha mostrado que la superpoblación existe en todas las ramas de la industria, existe allí donde penetra el capitalismo - tanto en la agricultura como en la industria -, y que dicha población excedente existe en diferentes formas. Las principales, son tres: 1) La superpoblación flotante. Pertenecen a la misma los obreros desocupados en la industria. Con el desarrollo de ésta crece necesariamente su número. 2) La superpoblación latente. Esta formada por la población rural que pierde sus explotaciones a medida que se desarrolla el capitalismo y que no encuentra ocupación fuera de la agricultura. Esta parte de la población siempre se habla lista para proporcionar mano de obra a cualquier empresa. 3) Superpoblación estancada. Está ocupada 'por intervalos sumamente irregulares', en condiciones que se hablan por debajo de la normal. Forman parte de la misma, principalmente, tanto los pobladores rurales como los urbanos que trabajan a domicilio para fabricantes y tiendas. El conjunto de estas tres capas de la población forma la superpoblación relativa, o sea, el ejército de reserva. Este último término muestra claramente de qué clase de población se trata. Son obreros necesarios al capitalismo para la posible ampliación de las empresas, pero que jamás puede estar permanentemente ocupados" (Lenin-37; p.112);

c) Nota Sobre O Papel Da Grande Indústria

A existência de fazendas camponesas semi-naturais era entendida, pelos populistas russos, como uma prova da oposição ao capitalismo por parte dos camponeses possuidores de terras. Num trabalho intitulado "Contenido Económico Del Populismo Y Su Crítica En El Libro Del Señor Struve: Reflejos Del Marxismo En La Literatura Burguesa" (30), Lenin ressalta que tal afirmativa resultava da incompreensão do conceito de capitalismo e, conseqüentemente, das diferentes etapas de desenvolvimento da subordinação da agricultura ao capital.

Após ressaltar que, "*en general, Marx no se dedicaba a hacer definiciones*", Lenin procura assinalar a relação entre a produção de mercadorias e o capitalismo. O traço essencial do capitalismo é "*la producción de mercancías como la forma general de la producción*". O segundo traço relevante para a caracterização de capitalismo é que "*no sólo el producto del trabajo, sino el trabajo mismo, es decir, la fuerza de trabajo del hombre, toma la forma de mercancía*". Essa caracterização complementa-se com a observação de que "*el grado de desarrollo de la forma mercantil de la fuerza de trabajo caracteriza el grado de desarrollo del capitalismo*". (Lenin-30; pp.172 e 173).

À cada etapa de desenvolvimento do capitalismo corresponde um estágio de separação entre a cidade e o campo, de antagonismo e exploração do campo pela cidade. A submissão do campo à cidade começa com a subordinação ao capital comercial e ao capital usurário, aprofunda-se com a subordinação ao capital industrial e chega ao máximo na etapa da grande indústria.

Os laços que unem os homens à terra só são rompidos plenamente na etapa mais avançada de desenvolvimento da forma mercantil da força de trabalho. Apenas na etapa da grande indústria maquinizada é que ter-se-á um trabalhador completamente expropriado:

"Esa subordinación empieza, con el capital comercial y con el usurario, y después pasa al capitalismo industrial, que a su vez es al principio muy primitivo desde el punto de vista técnico y no se distingue en nada de los viejos sistemas de producción, organiza luego la manufactura - ésta sigue basada en el trabajo a mano, en las industrias artesanas, que son las dominantes, y no corta los lazos del obrero asalariado con la tierra -, y termina su desarrollo con la gran industria maquinizada. Sólo esta última fase, la superior, punto culminante del desarrollo del capitalismo, crea un obrero completamente expropiado y libre como un pájaro (los populistas siempre presentan las cosas como si el obrero sin tierra fuera una condición necesaria del capitalismo en general y no tan sólo de la industria mecanizada); sólo ella engendra (tanto en el aspecto material como en el social) la 'misión unificadora' del capitalismo, que los populistas atribuyen al capitalismo en general; sólo ella opone al capitalismo su 'hijo carnal' " (Lenin-30; p.174).

d) Emprego Temporário na Agricultura

Os populistas diziam que, com a introdução de máquinas na agricultura, o trabalho agrícola ficava reduzido a uma parte do ano. O desemprego na temporada do inverno deteriorava a situação econômica dos agricultores e, conseqüentemente, estreitava o mercado interno para o capitalismo.

O alegado problema do desemprego na temporada do inverno foi analisado, por Lenin (31), no clássico "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia":

"Uma das 'construções' mais generalizadas entre os economistas populistas é a que elaboraram sobre o 'desemprego de inverno'. Vejamo-la.

Sob o capitalismo, a agricultura torna-se um ramo industrial particular, desvinculado dos outros. Entretanto, ela só ocupa cinco ou seis meses do ano. Por isso, a capitalização da agricultura conduz 'ao desemprego na temporada de inverno', com o 'tempo de trabalho da classe agrícola reduzido a uma parte do ano'; essa é 'a causa essencial da deterioração da situação econômica das classes agrícolas', 'do estreitamento do mercado interno' e do 'esbanjamento das forças produtivas' da sociedade.

Essa é a famosa teoria, que funda as suas mais amplas conclusões históricas e filosóficas apenas sobre a grande verdade segundo a qual o trabalho agrícola é distribuído com extrema desigualdade ao longo do ano! Aprender uma única característica, levá-la ao absurdo mediante hipóteses abstratas, rejeitar todas as outras particularidades do complexo processo que transforma a agricultura patriarcal em agricultura capitalista - eis os procedimentos simplórios dessa nova tentativa de restaurar as doutrinas econômicas românticas da 'produção popular' pré-capitalista" (Lenin-31; p.206)

A afirmativa de que o capitalismo provoca o desemprego do camponês na temporada do inverno contém vários erros. Em primeiro lugar, nessa "teoria" populista, está implícito um elevadíssimo grau de especialização da agricultura, de desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, é um erro falar em camponês:

"... uma especialização tão completa da agricultura implica uma organização agrária puramente capitalista e uma separação absoluta entre empresários rurais capitalistas e operários assalariados. Nessas condições, falar do 'camponês' (como faz o Sr. N-on) é o cúmulo da falta de lógica" (Lenin-31; p.207).

Também está errado falar em desemprego porque, com um grau de especialização tão elevado, os trabalhos estarão mais bem distribuídos ao longo do ano:

"... se a agricultura está organizada de modo puramente capitalista, isso significa que os trabalhos estão distribuídos mais regularmente ao longo do ano (graças ao afolhamento das culturas, à pecuária racional etc.), que em muitos casos a agricultura se complementa no beneficiamento industrial dos

produtos, que a preparação prévia da terra exige maior quantidade de trabalho etc." (Lenin-31; p.207).

Além do mais, o desenvolvimento do capitalismo promove a desqualificação do trabalho e elimina a diferença entre o trabalho agrícola e o trabalho industrial. O trabalhador pode, então, transitar livremente entre os diferentes ramos produtores de mercadorias.

Sendo assim, o desenvolvimento do capitalismo no meio rural, a introdução de máquinas no campo, não pode ser vista como causadora do problema do emprego temporário na agricultura.

O desemprego na temporada de inverno, em primeira instância, é o resultado da diferença entre o tempo de trabalho e o tempo de produção.

Essa diferença entre tempo de trabalho e tempo de produção não é exclusiva da agricultura, o que indica que o problema do emprego temporário precisa ser abordado num contexto mais amplo.

Dada que a introdução de máquinas na agricultura promove uma melhor distribuição dos trabalhos agrícolas ao longo do ano e facilita a mobilidade ocupacional entre a cidade e o campo, o contexto adequado para o exame do desemprego na época do inverno é o da superpopulação capitalista:

"... é absolutamente falso colocar o problema de desemprego da temporada de inverno para os agricultores independentemente do problema mais amplo da superpopulação capitalista. A formação de um exército de reserva de desempregados é um fenômeno próprio do capitalismo em geral, e as peculiaridades da agricultura apenas determinam as formas específicas desse fenômeno. É por isso que o autor d'O Capital estuda a questão da distribuição dos trabalhos agrícolas relacionando-a à da 'superpopulação relativa' retornando a ela num capítulo especial consagrado a diferença entre o 'período de trabalho' e o 'tempo de produção'. Chama-se período de trabalho o tempo durante o qual o produto sofre a ação do trabalho; o tempo de produção é aquele durante o qual o produto encontra-se na produção, incluindo o período em que ele não sofre a ação do trabalho. O período de trabalho não coincide com o tempo de produção em muitos ramos da indústria, entre os quais a agricultura é apenas o mais típico, sem ser, em hipótese nenhuma, o único. Na agricultura Russa, se a comparamos à de outros países europeus, a diferença entre o período de trabalho e o tempo de produção é particularmente grande: (Lenin-31; p.208);

O emprego temporário na agricultura não é fruto da introdução de máquinas mas, faz parte de um contexto mais amplo, a formação de um exército de reserva de mão-de-obra geral, o processo de formação de uma superpopulação:

"... o capitalismo supõe a separação entre as empresas agrícolas e industriais. Mas donde se conclui que essa separação exclui a combinação do trabalho assalariado agrícola com o industrial? Essa combinação é constatável em todas as sociedades capitalistas desenvolvidas. O capitalismo

distingue operários habilidosos dos operários comuns, dos trabalhadores braçais, que transitam entre ocupações diferentes. Ora absorvidos por uma grande empresa, ora lançados no desemprego. Quanto mais intensamente o capitalismo e a grande indústria se desenvolvem, mais oscila a demanda de operários, tanto na agricultura quanto na indústria. Por isso, supondo a mais alta fase do capitalismo, devemos admitir que os operários transitam mais facilmente dos trabalhos agrícolas aos não-agrícolas, devemos admitir a formação de um exército de reserva geral onde cada empresário busca a mão-de-obra que necessita" (Lenin-31; p.207).

A análise num contexto mais amplo, que conduz à percepção de que o emprego temporário na agricultura faz parte do processo de formação do exército de reserva de mão-de-obra, leva à conclusão que, em função das peculiaridades da agricultura, o operariado agrícola está numa situação pior do que a do operariado fabril:

"Nessa ótica, a única conclusão que decorre das peculiaridades da agricultura é que a situação do operário agrícola deve ser ainda pior do que o do operário fabril. Mas isto está muito longe da 'teoria' do Sr. N-on, que considera o desemprego da temporada de inverno como a 'causa fundamental' da deterioração da situação das 'classes agrícolas' !. Se, na nossa agricultura, o período de trabalho fosse de doze meses por ano, o processo de desenvolvimento do capitalismo se operaria da mesma maneira que hoje, com a pequena diferença de que a situação do operário agrícola se aproximaria um pouco à do operário fabril" (Lenin-31; p.208).

Em suma, o problema do emprego temporário, do desemprego na época do inverno, deplorado pelos populistas como um resultado indesejável, um erro, do capitalismo, "não depende tanto do capitalismo quanto do seu insuficiente desenvolvimento" (Lenin-31; p.208). Por essa razão o trabalho de Lenin observou que "entre as províncias russas, o desemprego de inverno é maior naquelas em que o capitalismo avançou menos, em que predomina o sistema de pagamento em trabalho" (Lenin-31; p.209).

e) Miséria do Povo: Superpopulação X Controle da Natalidade

A introdução das máquinas na agricultura que produz a superpopulação, não é a causa da miséria do povo.

No trabalho intitulado "Contenido Económico Del Populismo Y Su Critica En El Libro Del Señor Struve: Reflejos Del Marxismo En La Literatura Burguesa", Lenin (30) afirma que a forma feudal de organização social engendrava sua própria miséria. O capitalismo também produziu sua miséria antes mesmo das máquinas criarem a superpopulação:

"La teoría de Marx no corta ni mucho menos, el hilo que engarza toda la naturaleza orgánica hasta llegar al hombre: esta teoría exige únicamente que el 'problema obrero' - que como tal existe sólo en la sociedad capitalista - no se resuelva basando-se en 'investigaciones de carácter general' relativas a la multiplicación del hombre, sino tomando como base investigaciones especiales de las leyes que rigen las relaciones capitalistas. Pero Lange sustenta una opinión distinta: 'En realidad - dice - nos es así. está claro, en primer lugar, que el trabajo fabril presupone ya en su estado embrionario la miseria'. Y dedica página y media a demostrar este planteamiento, que - ello es bien evidente - no nos hace avanzar ni un paso: en primer lugar, sabemos que el propio capitalismo engendra miseria antes de llegar a la fase de su desarrollo en que la producción adquiere la forma fabril, antes que las máquinas creen una superpoblación, en segundo lugar, también la forma feudal de organización de la sociedad, anterior al capitalismo engendraba su propia miseria que legó al capitalismo" (Lenin-30; pp.191 e 192).

A falta de controle da natalidade também não é a causa da miséria do povo.

Superpopulação e miséria originam-se nas relações sociais estabelecidas na produção.

Mesmo sem introdução de máquinas e mesmo com controle da natalidade, as relações estabelecidas entre os homens para realizarem uma determinada produção podem acabar criando superpopulação e miséria:

"No valdría más que, en vez de divagar acerca de la 'moral del pueblo' se examinaran las relaciones de producción en que este pueblo vive? Imaginémonos, por ejemplo, que esos pequeños y grandes propietarios de que habla Lange estuvieran agrupados del siguiente modo para producir bienes materiales: los pequeños propietarios recibirían de los grandes parcelas para su sustento y en pago les trabajarían sus tierras en concepto de prestación personal. Imaginémonos también que esas relaciones han sido abolidas, que las ideas humanistas han embragado hasta tal punto a los grandes propietarios, que éstos 'han liberado a sus campesinos dándoles tierra', es decir, que les han recortado, aproximadamente, un 20 por 100 de las parcelas y por el restante 80 por 100 les han hecho pagar el doble de lo que valen. Es natural que esos campesinos, puestos así a salvo de la 'plaga del proletariado', deben continuar trabajando para los grandes propietarios, si es que quieren existir, pero ahora ya no trabajan según las órdenes del burgomaestre feudal, como antes, sino por libre contrata, por lo que se quitan unos a otros el trabajo, pues ahora ya no están ligados los unos con los otros y cada uno de ellos trabaja por cuenta propia. este sistema, en el que la gente se disputa el trabajo, hace que algunos campesinos se vean inevitablemente arruinados: como, a consecuencia de la reducción de las parcelas y del

aumento de las cuotas de pago de tierra, son cada vez más débiles frente al terrateniente, la competencia que entre ellos tiene lugar aumenta la norma del plusproducto, y el terrateniente se las arregla con menor número de campesinos. Por más raíces que eche en la moral del pueblo la tendencia a limitar de modo voluntario los nacimientos, ese 'exceso' surgirá inevitablemente. Las divagaciones de Lange, que cierra los ojos a las relaciones económico-sociales, son tan sólo una prueba evidente de que sus procedimientos nada valen" (Lenin-30; pp.193 e 194).

Aliás, comentando a superpopulação na Rússia após a Reforma Camponesa de 1860, Lenin ressaltava que ela tinha traços capitalistas e traços feudais:

"Además, por esta característica de nuestro capitalismo agrario, pese a que no se puede ser más general, vemos que dicho capitalismo no abarca todas las relaciones económico-sociales del campo. A su lado encontramos todavía relaciones feudales, tanto en la esfera económico (por ejemplo, en la entrega de los recortes a cambio de pago en trabajo y en especie: aquí hallamos todos los rasgos de la economía basada en la servidumbre: el 'intercambio de favores', propio de la economía natural, entre el productor y el propietario de medios de producción, la explotación del productor mediante su sujeción a la tierra, y no separándolos de los medios de producción) como, en la mayor medida aún, en la social y jurídico-política ('la dotación de parcela' obligatoriamente, la sujeción a la tierra, es decir, la ausencia de libertad de desplazamiento, el pago de las cuotas de rescate, o sea, del tributo que antes se pagaba al terrateniente, la subordinación a los propietarios privilegiados en lo que respecta a la justicia y a la administración etc.); estas relaciones también llevan, sin duda, a la ruina de los campesinos y al paro, a la 'superpoblación' de braceros sujetos a la tierra. La base capitalista de las actuales relaciones no debe ocultar todos estos vestigios, aún fuertes, del viejo orden de cosas de la 'vieja nobleza', vestigios que todavía no han sido suprimidos por el capitalismo debido precisamente a su escaso desarrollo. El insuficiente desarrollo del capitalismo, el 'atraso de Rusia', que los populistas consideran una suerte, sólo lo es para los explotadores de la nobleza. En la actual 'superpoblación' hay, por lo tanto, además de los principales rasgos capitalistas, rasgos feudales" (Lenin-30; p.205).

f) Carácter Progressista da Superpopulação Capitalista

Num trabalho escrito para caracterizar o romantismo em economia, "Para Una Caracterización Del Romanticismo Económico: Sismondi Y Nuestros Sismondistas

Nacionales", Lenin (37) diz que Sismondi teve o mérito de perceber que a superpopulação capitalista era resultado do desenvolvimento da indústria mecanizada capitalista (*). O economista suíço, no entanto, não conseguiu tratar esse fato numa maneira conseqüente.

Frente à constatação que as máquinas substituíam os homens, Sismondi impunha condições para considerar benéfica essa substituição:

"Sismondi comprueba el hecho de que 'las maquinas reemplazan a los hombres' (p.315; II, VII) e inmediatamente se plantea la pregunta? La invención de las maquinas constituye un beneficio o una calamidad para la nación? ... Es un beneficio cuando 'la demanda del consumo supera los medios de producción en manos de la población' (les moyens de produire de la population) (II, 317); y es una calamidad, 'cuando la producción es completamente suficiente para el consumo'" (Lenin-37; p.110),

Essa constatação, na realidade, serviu para Sismondi expressar sua indignação moral contra a substituição dos homens pelas máquinas. Ele acreditava e, por isso, lamentava, que essa substituição estreitava o mercado interno e dificultava o desenvolvimento:

"... a Sismondi, comprobar la contradicción, le sirve sólo de pretexto para razonar sobre no se sabe qué sociedad abstracta, exenta de contradicciones y a la que es aplicable; la moral de un campesino ahorrativo! Sismondi ni siquiera intenta analizar esta contradicción, establecer cómo se origina, adónde conduce etc., en la sociedad capitalista actual. No, sólo aprovecha esta contradicción como material para expresar su indignación moral contra ella. el resto del capítulo no agrega absolutamente nada a la cuestión teórica que se trata, pues no se encuentran más que lamentaciones, quejas y expresión de inocentes deseos. Los obreros desalojados eran consumidores ... El mercado interior se reduce ... En cuanto al mercado exterior, el mundo esa ya suficientemente abastecido ... El sobrio bienestar de los campesinos habría garantizado mejor la venta ..." (Lenin-37; pp.110 e 111).

A postura dos populistas russos era idêntica à de Sismondi. Limitavam-se a constatar a existência de um excesso de população, sem analisar a relação entre elas e as exigências da produção capitalista, e usavam tal constatação como motivo de queixas e lamentações contra o capitalismo:

"Su actitud con respecto al tema es exactamente la misma que la de nuestros populistas. También éstos se limitan a comprobar que existe exceso de población, y utilizan este hecho sólo para sus lamentaciones y quejas contra el capitalismo (comparad con N-on, V.V. etc.). Como Sismondi que ni siquiera intenta analizar la relación que existe entre este excedente de población y las exigencias de la producción capitalista, tampoco los populistas se plantean nunca semejante problema" (Lenin-37; p.111).

Contrariamente a essa postura, Lenin enfatiza o caráter progressista da indústria mecanizada, devido à sua capacidade para impulsionar enormemente a capacidade produtiva da sociedade e destruir relações sociais atrasadas:

"... La industria mecanizada es un gigantesco progreso en la sociedad capitalista, no sólo porque eleva en grado máximo las fuerzas productivas y socializa el trabajo en toda la sociedad, sino también porque destruye la división del trabajo propia de la manufactura, obliga a los obreros a pasar de un trabajo a otro, aniquila definitivamente las relaciones patriarcales atrasadas, especialmente en el campo, y da un formidable impulso al movimiento progresista de la sociedad, debido tanto a las causas señaladas como a la concentración de la población industrial. este progreso, al igual que todos los progresos del capitalismo, es acompañado también por el 'progreso' de las contradicciones, es decir, por su agudización y extensión" (Lenin-37; p.119);

Contrariamente à postura de Sismondi e dos populistas russos, num texto intitulado "A Propósito Del Llamado Problema De Los Mercados", Lenin (36) ressalta o caráter progressista da substituição dos homens pelas máquinas, em razão de substituir o trabalho manual, o esforço físico, pelo esforço mecânico:

"(os populistas se esforçavam para demonstrar) lo absurdo del capitalismo ruso, que, según ellos, lleva a la ruina al pueblo sin brindarle una organización de producción superior. Se entiende que éstas son fábulas. En el reemplazo del trabajo manual por el de las maquinas no hay nada de 'absurdo'; al contrario, en eso precisamente reside toda la labor progresista de la técnica humana. Cuanto mayor desarrollo alcanza la técnica, tanto más es desplazado el trabajo manual del hombre, que va siendo reemplazado por una serie de maquinas cada vez más complejas: en la producción general del país van ocupando un lugar cada vez mayor las máquinas y las materias necesarias para su fabricación" (Lenin-36; p.36);

A falta de compreensão do papel progressista da introdução das máquinas, dá o traço reacionário à teoria de Sismondi e, conseqüentemente, aos populistas russos:

"la incomprensión del papel histórico de las máquinas como factor de progreso es precisamente una de las causas por la cual la teoría moderna (marxista) considera reaccionaria la doctrina de Sismondi" (Lenin-37; p.118).

A criação de uma superpopulação, pela indústria mecanizada, não pode ser visto como evidência da impossibilidade ou de algum tipo de erro no desenvolvimento do capitalismo.

A superpopulação capitalista é mais uma contradição dentro de um sistema eivado de contradições, é uma das leis de um sistema que tinha inúmeras leis, não constituindo-se, portanto, numa prova do caráter não progressista desse sistema:

"... En el problema de la superpoblación, los 'populistas' se hallan íntegramente en el punto de vista del romanticismo, diametralmente opuesto al punto de vista de la teoría moderna. El capitalismo no ocupa a los trabajadores libres - dicen -. Lo que significa que es una imposibilidad, 'un error', etcétera. De

ninguna manera 'significa' tal cosa. La contradicción no significa una imposibilidad (Widerspruch no es lo mismo que Widersinn). La acumulación capitalista, esta verdadera producción por la producción, es también una contradicción. Pero esto no le impide existir y ser la ley de un determinado sistema económico. Lo mismo hay que decir también de todas las demás contradicciones del capitalismo. El citado razonamiento de los populistas 'significa' solamente que los intelectuales rusos padecen del defecto profundamente arraigado de desembarazarse con frases de todas esas contradicciones" (Lenin-37; p.114).

O aprofundamento do processo de divisão social do trabalho que cria a separação entre a cidade e o campo, a grande produção, a grande indústria, a substituição do trabalho manual pelo braçal, dos homens pelas máquinas e a superpopulação capitalista, constitui um fenômeno enormemente progressista.

Nesse processo, que leva ao antagonismo, à exploração do campo pela cidade, e ao predomínio econômico, político e intelectual da cidade sobre o campo, no capitalismo, constituem fenômenos inevitáveis e com uma dimensão absolutamente progressista. Eles cumprem o papel de acumular, nas cidades, as forças históricas da sociedade:

"El punto de vista de la teoría moderna, también en este punto diverge diametralmente del romanticismo y sus quejas sentimentales. La comprensión de la necesidad de un fenómeno determina, naturalmente, que se enfoque de una manera completamente distinta y se sea capaz de apreciarlo en sus diferentes aspectos. El fenómeno que nos ocupa es precisamente una de las contradicciones más profundas y generales del régimen capitalista. La separación de la ciudad y el campo, su antagonismo y la explotación del campo por la ciudad, que en todas partes son los acompañantes del capitalismo cuando se desarrolla, constituyen un producto inevitable del predominio de 'la riqueza comercial' (para usar la expresión de Sismondi) sobre 'la riqueza territorial' (agrícola). Y debido a ello, el predominio de la ciudad sobre el campo (en el sentido económico, político, intelectual y otros) es un fenómeno general e inevitable en todos los países con producción mercantil y capitalista, incluida Rusia; solo pueden deplorarlo los románticos sentimentales. La teoría científica, por el contrario, señala el lado progresista que el gran capital industrial aporta a esta contradicción. 'Con la preponderancia siempre creciente de la población urbana que ella aglutina en los grandes centros, la producción capitalista ... Acumula la fuerza histórica de la sociedad' (die Geschichtliche Bewegungskraft der Gesellschaft) (El Capital, ed. cit., T.III, p.400)" (Lenin-37; pp.164 e 165).

Na etapa da grande indústria, a exploração está completamente desenvolvida e aparece em seu aspecto puro. O que facilita ao trabalhador perceber que é o capital que o oprime e que sua luta tem que ser contra uma classe, a classe burguesa. No já referido

"Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' Y Como Luchan Contra Los Socialdemócratas", Lenin (29) disse que:

"... La explotación del trabajador en Rusia es en todas partes capitalista por esencia, si se dejan a un lado los restos agonizantes de la economía del régimen de servidumbre; lo único que ocurre es que la explotación de la masa de productores es nimia, dispersa, no desarrollada, mientras que la explotación del proletariado fabril es grande, presenta un carácter social y está concentrada. En el primer caso esta explotación se encuentra todavía envuelta en formas medievales, recargada de diferentes apéndices, artificios y subterfugios políticos, jurídicos y consuetudinarios, que impiden al trabajador y a su ideólogo ver la esencia de esta orden de cosas que oprime al trabajador, ver dónde está la salida de el y cómo buscar esta salida. Por el contrario, en el último caso la explotación ya está completamente desarrollada y aparece en su aspecto puro, sin ninguno de los aditamentos que embrollan la cuestión. El obrero no puede ya dejar de ver que lo oprime el capital, que hay que sustentar la lucha contra la clase de la burguesía". (Lenin-29; p.201).

A etapa da grande indústria concentra, nas cidades, uma classe livre de velhas amarras, com maior capacidade de entendimento da realidade e com maior capacidade de organização e de transformar o descontentamento surdo em protesto consciente:

"Si se compara esta aldea real con nuestro capitalismo, se comprende entonces por qué los socialdemócratas consideran progresista la labor de nuestro capitalismo, cuando éste concentra estos pequeños mercados aislados en un mercado que abarca a toda Rusia, cuando crea, en lugar de la infinidad de pequeñas sanguijuelas leales al régimen, un puñado de grandes 'pilares de la patria'; cuando socializa el trabajo y eleva su productividad, cuando rompe esta subordinación del trabajador a las sanguijuelas locales y crea la subordinación al gran capital. Esta subordinación es progresista en comparación con aquella - apesar de todos los horrores de la opresión del trabajo, de la agonía lenta, del embrutecimiento, de la mutilación de los organismos femeninos e infantiles etc. - porque DESPIERTA LA CONCIENCIA DEL OBRERO, convierte el descontento sordo y vago en protesta consciente, convierte el motín aislado, pequeño, ciego, en lucha organizada de clases por la liberación de todo el pueblo trabajador, lucha que extras su fuerza de las condiciones mismas de existencia de este gran capitalismo y por ello mismo puede contar incondicionalmente con un EXITO SEGURO" (Lenin-29; p.128).

O desenvolvimento da técnica, que ocorria em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo e ao domínio da burguesia, a grande indústria mecanizada e a superpopulação capitalista, não precisam nem devem ser temidos ou indesejados pelos que se colocam ao lado dos trabalhadores.

O que deve ser temido é a falta de consciência e, conseqüentemente, a falta de capacidade (competência) dos trabalhadores para defenderem os seus interesses.

O desenvolvimento do capitalismo não devia ser freado (para que se freasse a criação da superpopulação) mas, sim, acelerado para que mais rápida fosse a sua transformação em socialismo. Num trabalho denominado "Contenido Económico Del Populismo Y Su Critica En El Libro Del Señor Struve: Reflejos Del Marxismo En La Literatura Burguesa", Lenin (30) ressaltou:

"Que el progreso de la técnica en la agricultura, dado nuestro orden de cosas capitalista, esta vinculado al dominio de la burguesía, es indudable, pero el 'temor' que ponen de manifiesto los populistas resulta, claro está, completamente absurdo. El dominio de la burguesía es un hecho de la vida real, el trabajo se halla ya subordinado al capital también en la agricultura, y lo que hay que 'temer' no es el dominio de la burguesía, sino la falta de conciencia del mismo por parte del productor (direto, acrescento eu, melhor qualificando), la falta de capacidad para defender contra él sus intereses. Por ello no hay que desear que sea frenado el desarrollo del capitalismo, sino, por el contrario, hay que desear que se desarrolle plenamente, hasta alcanzar su cumbre" (Lenin-30; p.211).

(*) As teses defendidas pelos populistas russos no fim do século XIX guardavam um enorme paralelismo com as teses desenvolvidas setenta anos antes por J.C.L. Sismonde de Sismondi, economista suíço que viveu de 1773 a 1842. Como essas teses não eram apresentadas numa maneira sistematizada pelos populistas e o eram por Sismondi, Lenin escolheu usar a obra deste autor como fio condutor para sua crítica aos populistas russos, aos que ele classificou como românticos. Ver Apresentação de Fernando Claudin aos já referidos Escritos Económicos (1892-1899), de Lenin.

CAPÍTULO 5 - REFORMA AGRÁRIA PARA IMPEDIR O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO: Agricultura Fundada no Trabalho Familiar e Agricultura Fundada na Terra de Trabalho

a) Agricultura Fundada no Trabalho Familiar

Num trabalho escrito sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura norte-americana, intitulado *Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: Novos Dados Sobre as Leis de Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura* (34), Lenin diz que a tese da possibilidade de uma evolução não-capitalista da agricultura dentro de uma sociedade capitalista é:

"a teoria da imensa maioria dos professores burgueses, dos democratas burgueses e dos oportunistas do movimento operário em todo mundo, que não são mais do que uma variante moderna destes mesmos democratas burgueses" (Lenin-34; p.2).

Essa teoria foi resumida por Lenin com as seguintes palavras:

"No fascículo de junho de 1913 da revista Zaviéty o Sr. Guimmer citou alguns dados do último recenseamento, o décimo terceiro, realizado em 1910, e se serviu dele para retomar mais uma vez uma afirmação bastante popularizada e profundamente burguesa, tanto por sua base teórica quanto por seu significado político: que 'nos Estados Unidos a imensa maioria das propriedades agrícolas é constituída de explorações fundadas no trabalho familiar'; que 'nas regiões mais desenvolvidas o capitalismo agrícola se decompõe'; que, 'na imensa maioria das localidades do país', 'a pequena agricultura fundada no trabalho familiar estende o campo de sua dominação'; que, precisamente 'nas regiões de agricultura mais antiga e mais elevado grau de desenvolvimento econômico', 'a agricultura capitalista se desagrega, a produção torna-se parcelária e se reduz'; que 'já não existem regiões onde o processo de colonização não ocorra e onde a agricultura capitalista não esteja em vias de decomposição e não esteja sendo substituída pela agricultura baseada no trabalho familiar', etc., etc." (Lenin-34; pp.1 e 2).

Apesar de enfatizar que essa teoria "não passa de uma ilusão, um sonho no qual se embala toda a sociedade burguesa" (Lenin-34; p.2), era importante combatê-la porque estava sendo defendida pela tendência burguesa mais democrática, mais à esquerda do pensamento social russo e europeu:

"Todas estas afirmações são monstruosamente falsas e contrárias à realidade. Elas constituem tão-somente uma caricatura da verdade. E vale a pena explicar detalhadamente porque elas são errôneas, quando se tem em conta que o Sr. Guimmer não é o primeiro a fazê-las, nem é o autor fortuito de um artigo fortuitamente publicado numa revista, mas sim um economista renomado que representa a tendência burguesa mais democrática, a mais à esquerda do pensamento social russo e europeu. Por isto as concepções do Sr. Guimmer tendem a ter - e já têm, em parte, entre as camadas não-proletárias da população -, uma penetração e influência particularmente acentuadas. Pois não se trata de concepções pessoais suas, nem de seus erros pessoais, mas sim da expressão - exposta nos termos mais democráticos, adornada por uma fraseologia pseudo-socialista de concepções comuns a toda burguesia, a que aderem com muita facilidade, nos marcos da economia capitalista, tanto o professor burocrata que segue caminhos já trilhados, quanto o pequeno agricultor um pouco mais ilustrado que milhões de seus semelhantes" (Lenin-34; p.2.).

Em primeiro lugar, a expressão "agricultura fundada no trabalho familiar" só serve para induzir ao erro de acreditar na não existência de assalariamento no vigoroso desenvolvimento da agricultura norte-americana.

A expressão "agricultura fundada no trabalho familiar" é vazia de conteúdo econômico e político porque, seja no feudalismo, seja no capitalismo, seja no socialismo, a família sempre trabalha:

"A expressão 'fundada no trabalho familiar' não possui qualquer sentido político-econômico, e induz indiretamente ao erro. Ela carece de sentido porque, em cada uma das formas sociais que a economia pode assumir, o pequeno agricultor 'trabalha', seja a época em que ele vive caracterizada pela escravidão, servidão ou capitalismo. A expressão 'fundada no trabalho familiar' é um termo vazio, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia, beneficiando apenas a burguesia. Esta expressão induz ao erro, ilude ao público, levando-o a acreditar na não-existência de trabalho assalariado" (Lenin-34; pp.17 e 18).

Os dados dos Censos de 1900 e de 1910 deixavam evidente a importância crescente do trabalho assalariado para a agricultura norte-americana.

A comparação entre esses Censos mostra um crescimento:

- a) de 11,2% na população rural;
- b) de 16% no total de pessoas empregadas na agricultura;
- c) de 5% no número de "farmers";
- d) de 27% no número de operários assalariados, quando se considera apenas os operários assalariados profissionais;
- e) de 48% quando se considera todos os casos de emprego de mão-de-obra assalariada (sendo que neste último caso, a distribuição por região é a seguinte: norte, 40%; sul, 50%; oeste, 66% (ver p.23 a 25);

f) de 58% nos gastos com mão-de-obra assalariada por acre de terra cultivada.

Em segundo lugar, também estava errada a afirmativa que, nos EUA, o capitalismo no campo estava se decompondo em razão da expansão dessa agricultura "fundada no trabalho familiar".

Essa afirmativa resumia vários erros. Desde logo, conforme já mostrado, tem-se o erro do uso de uma expressão vazia de conteúdo. Em seguida, tem-se o erro de afirmar que a agricultura que se expandia não estava fundada no assalariamento.

Além do mais, essa afirmativa errava, ainda, ao identificar latifúndio com capitalismo.

Os dados Censitários mostravam que a percentagem de terra cultivada era muito baixa nas propriedades classificadas como latifúndio:

"Classificaremos como latifúndios as farms que contam com 1000 acres e mais de terra. Em 1910, sua percentagem nos Estados Unidos era de apenas 0,8% (50.135 farms), e elas ocupavam 167,1 milhões de acres, ou seja, 19% da superfície total, representando uma média de 3.332 acres por latifúndio. A percentagem das terras cultivadas nos latifúndios é de apenas 18,7%, enquanto que para o conjunto das explorações agrícolas ela é de 54,4%. Precisemos que é o Norte capitalista que conta com o menor número de latifúndios: 0,5% do número total das farms, com 6,9% da superfície total e com a proporção de terra cultivada elevando-se a 41,1%. É no Oeste que o número dos latifúndios é mais elevado: 3,9% do número total de farms, com 48,3% da superfície total; aí a percentagem de terra cultivada é de 32,2%. A mais elevada percentagem de terra não cultivada é encontrada nos latifúndios do antigo Sul escravista, que representam 0,7% do número total de farms e ocupam 23,9% da superfície total; apenas 8,5% das terras são cultivadas nestes latifúndios!! Assinale-se que estes dados detalhados mostram, com muita clareza, a que ponto é injustificado classificar os latifúndios dentro da economia capitalista, como se faz com frequência, sem a preocupação em analisar, de forma especial, os dados relativos a cada país e a cada região". (Lenin-34; p.16)

A enorme ociosidade das terras mostrava a impropriedade de classificar essas propriedades como capitalistas. O mais adequado era classificá-las como pré-capitalistas:

"O exemplo americano mostra-nos com evidência como seria imprudente confundir os latifúndios com a agricultura capitalista em grande escala, pois, com muita frequência, os latifúndios constituem uma sobrevivência de relações pré-capitalistas: escravistas, feudais ou patriarcais" (Lenin-34; p.42).

Lenin discordava dos que diziam que tais sobrevivências não estavam presentes nos EUA pois, este país nunca conhecera o feudalismo. A razão para essa discordância está em que "as sobrevivências econômicas do escravismo não se distinguem em nada das do feudalismo, e são ainda mais fortes, até o presente, no antigo sul escravista" (Lenin-10; p.10). Além do mais, dizia Lenin, a base econômica sob a qual repousava e

crescia a superestrutura norte-americana era "uma base tipicamente russa, cem por cento russa, a do sistema de pagamento em trabalho, ou mais precisamente, da parceria" (Lenin-34; p.10):

"O número de farmers pertencentes aos negros alcançava, em 1910, 920.883, ou seja, 14,5% do total. Do número total de farmers, 37% eram arrendatários e 61,1% proprietários; os 0,9% dos farmers restantes estavam em mãos de administradores. Entre os brancos, a percentagem de arrendatários é 39,2% enquanto entre os negros ela é de 75,3%! Na América o farmer negro típico é o arrendatário. No Oeste, a percentagem de arrendatários não ultrapassa 14%: é a região de colonização, a região das terras novas, livres, o Eldorado (um Eldorado efêmero e frágil) do pequeno 'agricultor independente'. No Norte, a percentagem de arrendatários é de 26,5%; no Sul, de 49,6%.

Mas isto não é tudo. Não tratamos aqui de arrendatário no sentido europeu, civilizado, capitalista e moderno da palavra. Estamos sobretudo na presença de parceiros semifeudais, ou de uma espécie de semi-escravos, o que é a mesma coisa do ponto de vista econômico. No Oeste 'livre', os parceiros constituem minoria entre os arrendatários (25.000 em 53.000). No Velho Norte, há muito povoado, em 766.000 arrendatários, 483.000 são parceiros, ou seja, 63%. No sul, em 1.537.000 arrendatários, é possível enumerar 1.021.000 parceiros, isto é 66%" (Lenin-34; p.11).

Lenin insiste na existência de sobrevivências pré-capitalistas e enfatiza o traço semi-feudal da agricultura na região do sul dos EUA:

"No capítulo 12 do texto explicativo que acompanha o recenseamento de 1910, os estatísticos americanos fornecem detalhes sobre as plantations típicas do Sul, tais como elas se apresentam em nossos dias e não nos tempos de escravidão. Nas 39.073 plantações, existem 39.073 landlords farms ('fazendas do senhor'), e 398.905 explorações de arrendatários. O que corresponde, em média, a 10 arrendatários por 'latifúndio' ou 'landlord'. A extensão média de uma plantação é de 724 acres, dos quais apenas 405 são cultivados: mais de 300 acres por plantação não são cultivados; não é uma reserva modesta para que os senhores escravistas de ontem possam ampliar seus planos de exploração amanhã...

A distribuição da terra de uma plantação média é a seguinte: a 'farm do grande proprietário ou senhor' estende-se por 331 acres, dos quais 87 são cultivados. As farms dos 'arrendatários', ou seja, os lotes dos parceiros negros, que trabalham como antes para o lord e sob sua vigilância, possuem em média 38 acres de terra, dos quais 31 são cultivados" (Lenin-34; p.16).

Para Lenin, a passagem do escravismo para a parceria, nos EUA, foi um processo comandado pelo capital que, destruiu o escravismo e restabeleceu-o sob uma forma renovada, a parceria:

"Como já indicamos antes, o número mais significativo de arrendatários localiza-se no Sul, e é aí que ele aumenta com maior rapidez, passando de 47% em 1900 a 49,6% em 1910. Há meio século o capital destruiu o escravismo, para restabelecê-lo agora sob uma forma renovada, a da parceria" (Lenin-34; p.82).

Esclarecido que não é correto identificar latifúndio com capitalismo, fica claro que a diminuição do tamanho médio das propriedades rurais no sul do país não revelava a decomposição do capitalismo mas, a do latifúndio:

"Os antigos proprietários de escravos do sul, que possuem imensos latifúndios onde mais de 9/10 da terra permanece inculta até o presente, começam gradativamente, à medida que cresce a população e a demanda de algodão, a vender estas terras aos negros, ou mesmo, o que é mais freqüente, a distribuí-las em parcelas em troca da metade da colheita. (De 1900 a 1910, o número dos farmers detentores da propriedade integral de toda a sua terra passou de 1.237.000 a 1.239.000, ou seja, um aumento de 7,5%, enquanto o número de parceiros passou de 772.000 a 1.021.000, ou sejam um aumento de 32,2%) e ainda encontramos um economista para qualificar este fenômeno como 'decomposição do capitalismo'..." (Lenin-34; p.16).

Em suma, o que estava ocorrendo na agricultura sulista norte-americana no início do século XX era a:

"passagem dos latifúndios escravistas, incultos em 9/10, à pequena agricultura mercantil. Não à agricultura 'fundada no trabalho familiar' - como gostam de afirmar o Sr. Guimmer, os populistas e todos os economistas burgueses, que entoam hinos em glorificações do 'trabalho' - mas à agricultura mercantil". (Lenin-34; p.17).

O desenvolvimento da pequena agricultura mercantil era um fenômeno evidente:

"Que o desenvolvimento da agricultura no Sul corresponde precisamente ao da agricultura mercantil e o que demonstra o caráter do principal produto do Sul, o algodão (quarenta e dois por cento do valor das colheitas) ... Além disto, na principal região do sul, o 'Atlântico Sul', desenvolveu-se uma produção de tabaco de grande importância (12,1% do valor global da colheita do Estado da Virgínia), de legumes (20,1% do valor global da colheita do Estado de Delaware, 23% do Estado da Flórida), de frutas, (21,3% do valor global da colheita do Estado da Flórida), etc. São todas culturas correspondentes a uma intensificação da agricultura, a um acréscimo do volume econômico da exploração paralelamente a uma redução da superfície cultivada e uma utilização crescente do trabalho assalariado" (Lenin-34; p.18).

Mais relevante ainda era o fato de que a desagregação do latifúndio e sua transformação em pequena agricultura mercantil nos EUA não era um fenômeno restrito à região Sul:

"No Sul como no Oeste produz-se uma divisão, um desmembramento dos latifúndios" (Lenin-34; p.42);

"No Sul, a pequena agricultura mercantil desenvolve-se às expensas dos latifúndios, estes em desagregação no Oeste, ocorre o mesmo processo, mas uma desagregação mais lenta dos latifúndios mais vastos, e que não possuem um caráter escravista, mas de pecuária extensiva e de valorização pelo 'primeiro ocupante' (Lenin-34; p.43).

A única região onde essa transformação na agricultura não ocorria era a região Norte, pela simples razão de que não existia latifúndios:

"No Norte, não existem latifúndios escravistas nem 'primitivos', não ocorre sua desagregação, e as pequenas farms não se reforçam às expensas das grandes" (Lenin-34; p.43).

Desagregação do latifúndio e passagem à agricultura mercantil significa o desenvolvimento do capitalismo na agricultura norte-americana, exatamente o contrário do que afirmavam o Sr. Guimmar, os populistas e os economistas burgueses:

"o desenvolvimento do capitalismo no campo consiste, acima de tudo, na passagem da agricultura natural à agricultura mercantil" (Lenin-34; p.69).

Em terceiro lugar, estava igualmente errada a afirmativa de que a redução do tamanho médio das fazendas era consequência da vitória da pequena produção, sem assalariamento, não-capitalista, fundada no trabalho familiar.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, a passagem da agricultura natural para a agricultura mercantil, promove a redução no tamanho médio da superfície das unidades produtivas.

Tal redução ocorre porque, em primeiro lugar, o desenvolvimento da agricultura mercantil não consiste no crescimento da produção dos mesmos produtos e sim uma alteração na composição da produção - redução da importância da produção de feno e de cereais e aumento da participação da produção de legumes:

"Quanto ao desenvolvimento da agricultura mercantil, ele não segue, de forma alguma, a via 'simples' imaginada ou suposta pelos economistas burgueses, e que consistiria no crescimento da produção dos mesmos produtos. Não. O desenvolvimento da agricultura mercantil consiste, com maior frequência, na passagem de uma determinada produção à outra. A passagem da produção do feno e dos cereais à dos legumes insere-se precisamente nestas transformações em curso" (Lenin-34; p.69).

A mudança na composição da produção, passagem da produção de feno e cereais para a de legumes, era resultado da alteração na composição da demanda, produto do desenvolvimento do capitalismo nas cidades:

"... Em todos os países capitalistas o desenvolvimento das cidades, fábricas, cidades industriais, terminais ferroviários, portos etc., provoca uma demanda crescente de produtos deste

gênero (legumes), faz subir seus preços, aumenta o número de empresas agrícolas que os produzem para a venda" (Lenin-34; p.68).

A técnica de produção desses produtos, que ganham importância com o desenvolvimento do capitalismo nas cidades, requer uma dimensão menor das propriedades:

"A exploração hortigranjeira média possui uma superfície cultivada três vezes menor que a da 'farm' 'comum', que retira sua renda sobretudo do feno e dos cereais: a primeira é de 33,8 acres, a segunda de 111,1. O que significa que uma determinada técnica, para um determinado tipo de acumulação de capital na agricultura, requer dimensões menores, quando se trata de uma 'farm' hortigranjeira" (Lenin-34; p.69).

As novas unidades produtivas, no entanto, apesar de menores em superfície, têm um volume de produção, gastos com mão-de-obra, com adubos, com instrumentos e máquinas, muito maiores que nas antigas unidades produtivas:

"A produção da antiga 'farm' era de 760 dólares (valor médio dos produtos, deduzidos os que servem para alimentar o gado), numa 'farm' cuja renda principal é obtida do feno e cereais. A produção de cada nova 'farm' é 665 dólares. O que perfaz um total de $665 \times 3 = 1995$ dólares, ou seja, mais do dobro ...

A média de gastos com mão-de-obra, que era de 76 dólares na antiga 'farm', eleva-se a 106 dólares na nova, ou seja, um aumento próximo da metade, enquanto a superfície se reduz em mais de três vezes. As despesas com adubos passam de 0,04 dólares por acre a 0,59 dólares, aumentado de quase 15 vezes; o valor dos instrumentos e máquinas dobrou, passando de 1,04 a 2,12 dólares" (Lenin-34; p.69).

b) Agricultura Fundada na Terra de Trabalho

A primeira observação sobre a tese da agricultura fundada na terra de trabalho constituir uma negação do desenvolvimento do capitalismo no campo, é que ela se pretende nova, original, não esquemática, não sujeita ao colonialismo cultural socialista etc. e, no entanto, guarda enormes semelhanças com as teses defendidas pelos populistas russos do século passado.

Num texto intitulado "A Que Herança Renunciamos?", Lenin (39) mostrou que as características dos populistas russos do século passado eram: a) supor a originalidade do regime econômico russo; b) enfatizar as instituições jurídicas, como a forma de propriedade da terra; c) acreditar que a comunidade dos trabalhadores é capaz de impedir o açambarcamento da produção pelo capital; d) pensar que a luta do trabalhador rural pela posse da terra é uma luta anti-capitalista; e) crer na possibilidade de existir um socialismo de base agrária nos marcos do regime capitalista.

O resultado desses traços era o desenho de projetos, de caminhos de desenvolvimento social, fundamentados no ideal comunitário:

"O populista está sempre a discorrer sobre que caminho << nós >> devemos escolher para a pátria, que desgraças teremos de enfrentar se << nós >> encaminharmos a pátria para tal ou tal caminho, que resultados << nós >> poderíamos assegurar se evitássemos os perigos do caminho pela qual seguiu a velha Europa, se << tomássemos o que há de melhor>> tanto da Europa como da nossa tradicional comunidade, etc., etc. Daí a total falta de fé e o desdém do populista pelas tendências independentes das diferentes classes sociais, que fazem a história de acordo com os seus interesses. Daí a espantosa ligeireza com que o populista se lança (esquecendo-se das circunstâncias que o rodeiam) a todo tipo de projectomania social, começando pela << organização do trabalho agrícola >> e terminando pela << comunização da produção >> por meio dos esforços da nossa 'sociedade'. ... Assim, apesar de o populismo ter dado um grande passo em frente em relação à <<herança>> dos iluministas ao colocar o problema do capitalismo na Rússia, a solução que deu a esse problema foi tão insatisfatória, em consequência do seu ponto de vista pequeno-burguês e da sua crítica sentimental do capitalismo, que numa série de importantes questões da vida social ficou atrás em comparação com os <<iluministas>>." (Lenin-39; pp. 70 e 71)

Como esses projetos eram frutos de idealizações, sobre o espírito comunitário inerente ao camponês e sobre a possibilidade de construção de um caminho de desenvolvimento baseado nesse espírito comunitário (em oposição ao desenvolvimento capitalista no campo), na prática, o populista tornava-se um mero ideólogo da pequena burguesia:

"Quanto mais ampla e profundamente se desenvolvia o capitalismo, quanto mais se manifestavam no campo as contradições que são comuns a qualquer sociedade mercantil capitalista, tanto mais agudamente se manifestava a contradição entre as melosas fábulas dos populistas sobre o << espírito de comunidade >> e << o espírito de arte >> do camponês, etc., por um lado, e, por outro, a divisão de facto do campesinato em burguesia rural e proletariado rural; e tanto mais rapidamente os populistas, que continuavam a ver as coisas com olhos de camponês, se transformavam de românticos sentimentais em ideólogos da pequena burguesia, pois o pequeno produtor na sociedade contemporânea vai-se transformando em produtor de mercadorias. A falsa idealização do campo e os sonhos românticos sobre o << espírito de comunidade >> fizeram com que os populistas adoptassem uma atitude de extrema ligeireza com relação às verdadeiras necessidades dos camponeses, que decorrem do desenvolvimento económico actual." (Lenin-39; p.66)

A consideração de que a expropriação é o principal problema do campo brasileiro denota o compromisso político com a pequena produção. O adepto da tese da "terra de trabalho" indigna-se com a expropriação, que está na base da criação da classe operária rural.

O equívoco da tese da "terra de trabalho" não limita-se à crença na sua originalidade, ao suposto de que não está sujeita à colonialismos (sic) teóricos.

O fato de que alguns trabalhadores expropriados não convertam-se em proletários, de que eles migrem para trabalharem em outras terras em outros locais, não constitui qualquer "traição" às leis do capital e não confere qualquer especificidade ao desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. No clássico Desenvolvimento Do Capitalismo Na Rússia, Lenin já dizia que:

"... o fenômeno do crescimento da população industrial às expensas da população agrícola só pode ser observado sob uma forma pura num território já povoado, com todas as terras já ocupadas. A população desse território, expulsada da agricultura pelo capitalismo, não tem outra alternativa senão migrar para os centros industriais ou para outros países. As coisas se passam muito diferentemente se se trata de um território onde nem todas as terras estão ocupadas e que não está completamente povoado. Nesse caso, os habitantes expulsos da agricultura podem 'explorar as novas terras' da parte ainda não povoada, do que resulta um crescimento (por algum tempo) da população agrícola não menos ou até mais rápido do que o da população industrial. ... No primeiro (caso), o que temos são relações capitalistas já estabelecidas que se desenvolvem; no segundo (caso), a formação de novas relações capitalistas num novo território. O primeiro processo implica o desenvolvimento em profundidade do capitalismo; o segundo, o desenvolvimento em extensão." (Lenin-31; p.352)

A ênfase nos aspectos jurídicos, a forma de propriedade da terra, dos meios de produção, impede que o autor perceba que a organização econômica é fundamental para a determinação do comportamento do produtor. No trabalho intitulado "Contenido Económico Del Populismo Y Su Crítica En El Libro Del Señor Struve", Lenin (30) já criticava os populistas por adotarem tal postura teórica:

"Aquí vemos ya de modo claro la superficialidad de la teoría populista que, en virtud de los sueños con <<otros caminos>>, enjuicia de modo totalmente erróneo la realidad, pues ve <<el punto principal>> en instituciones jurídicas como las formas de posesión de la tierra por los campesinos (comunal o por hogares), instituciones que no desempeñan un papel primordial; ve algo particular en nuestra pequeña economía campesina, como si no fuera ésta la habitual economía de los pequeños productores, absolutamente homogénea - por el tipo de su organización político-económica - con la economía de los artesanos y los campesinos de Europa occidental, sino cierta posesión <<popular>>(!?) de la tierra. Según la terminología establecida en la prensa liberal-populista, la palabra <<popular>> significa exento de explotación de los trabajadores, y por ello el autor esconde

con su caracterización el hecho indudable de que en nuestra economía campesina existe esa apropiación de la plusvalía, ese mismo trabajo para otros que reina también fuera de la <<comunidad>> y con ello de par en par las puertas a un sentimentalista y meloso fariseísmo." (Lenin-30; p.92)

Essa citação contém uma referência à existência de trabalho assalariado, o que não seria o caso da exploração agrícola baseada na terra de trabalho. Será, então, que isso invalida o uso do trecho acima exposto?

Será que a ausência de trabalho assalariado necessariamente exclui a apropriação, pelos capitalistas, de um sobre-trabalho? Será que a propriedade coletiva da terra e dos demais instrumentos de trabalho, exclui a possibilidade dos capitalistas apropriarem-se do sobre-trabalho dos trabalhadores contestadores do capitalismo? A resposta, evidentemente, é não.

A hipótese que fundamenta os defensores da reforma agrária coletivista é que a propriedade coletiva exclui o trabalhador das tendências centralizadoras do capitalismo e, por isso, ele não se vê obrigado a buscar o lucro, o juro e a renda, ele não se vê obrigado a comportar-se de acordo com as regras do capitalismo.

Num trabalho escrito para defender o livro de Kautsky, intitulado "O Capitalismo Na Agricultura: O Livro De Kautsky E O Artigo Do Senhor Bulgákov", Lenin (32) lembra que, na economia natural, por piores que fossem as condições de vida do trabalhador, ele estava livre da exploração pelos outros. Na economia mercantil simples, ele era obrigado a comprar seus apetrechos de trabalho e vender seu produto mas, podia contentar-se com um rendimento que lhe proporcionava um padrão de vida semelhante ao de um operário. Já na economia capitalista, se ele não busca a renda, o juros e o lucro, na prática, estará entregando seu trabalho gratuitamente para os outros:

" Não levar em conta' o próprio trabalho no regime social capitalista significa entregá-lo gratuitamente (ao comerciante ou a outro capitalista), significa trabalhar por uma remuneração incompleta da força de trabalho, significa reduzir o nível do consumo abaixo do regular. Como vimos, Kautsky reconheceu plenamente e julgou com correção particularidade da pequena produção. Ao fazer objeção ao dito por Kautsky, o senhor Bulgákov recorre ao método usado comumente pelos economistas burgueses e pequeno-burgueses, e repete o erro habitual destes. Tais economistas não se cansam de louvar a 'vitalidade' do pequeno camponês que, na opinião deles, pode não levar em conta seu trabalho, não buscar o ganho e a renda etc. E estas boas pessoas apenas se esquecem que tais raciocínios confundem as 'condições sociais e econômicas' da economia natural, da produção mercantil simples e do capitalismo. Kautsky esclarece admiravelmente todos estes erros, estabelecendo uma rigorosa distinção entre os diferentes sistemas de relações sociais e econômicas. 'Se a produção agrícola do pequeno camponês - diz Kautsky - não foi incorporada à órbita da produção mercantil, se é apenas uma parte da economia doméstica, então também permanece à margem das tendências centralizadoras do modo de produção moderno. Por irracional que seja sua economia parcelar, por maior que seja o desperdício de forças que esta implique, ele

se aferra solidamente a ela, do mesmo modo que sua mulher se aferra a sua calamitosa economia doméstica, a qual, com um gasto ingente de força de trabalho, proporciona-lhe, exatamente da mesma forma, resultados misérrimos, mas que constitui a única esfera em que ela não se encontra submetida a uma vontade alheia e se acha livre de exploração' (p.165). A situação muda quando a economia natural é desalojada pela mercantil. O camponês tem que vender os produtos, adquirir petrechos, comprar terra. Enquanto o camponês continuar sendo um simples produtor de mercadorias, pode contentar-se com o nível de vida de um trabalhador assalariado; não necessita de lucros nem de rendas, e pode pagar pela terra um preço mais alto que o capitalista empresário poderia dar (p.166). Mas a produção mercantil simples é substituída pela produção capitalista. Se, por exemplo, o camponês hipotecou sua terra, deve obter também a renda que foi vendida ao credor. Nessa fase do desenvolvimento, somente de um modo formal pode-se considerar o camponês como um simples produtor de mercadorias. De facto, ele já tem que, habitualmente, tratar com o credor, com o comerciante, com o patrão industrial, ao qual deve pedir uma 'ocupação auxiliar', isto é, vender-lhe sua força de trabalho. Nesta fase - e, voltamos a repetir, Kautsky compara a grande e a pequena produção agrícola na sociedade capitalista - a possibilidade de 'não levar em conta o próprio trabalho' significa uma só coisa para o camponês: trabalhar até o esgotamento e reduzir incessantemente seu consumo" (Lenin-32; pp.94 e 95).

A existência de terras virgens permite que o trabalhador expropriado de sua terra emigre para outras terras ainda não exploradas e constitua uma economia natural ou uma pequena unidade produzindo para um comércio local. Sua produção pode parecer resistir ao capitalismo em função do regime de propriedade da terra.

Com o desenvolvimento da economia mercantil e sua transformação em economia capitalista, ou com a chegada da concorrência da grande produção capitalista (técnica e comercialmente superior), é que fica evidente como é irrelevante se a propriedade daquela terra é coletiva ou individual. De qualquer jeito os trabalhadores terão que comportar-se dentro das regras desse tipo de organização da sociedade.

A busca do juro, da renda e do lucro será inevitável, assim como a competição os obrigará a contratar operários assalariados. Um bom exemplo disso é o caso dos "kibuts" israelenses que, hoje, já não conseguem mais sobreviver sem a contratação da mão-de-obra palestina.

A tese da agricultura fundada na terra de trabalho reproduz o equívoco dos populistas russos, que não percebiam a ligação entre mercado e assalariamento:

"... el pequeño burgués teme mirar las cosas y llamarlas por su nombre: cierra los ojos a estos hechos indiscutibles y se pone a soñar. Sólo considera <<moral>> la pequeña economía independiente (para el mercado, cosa que silencia modestamente), mientras que el trabajo asalariado lo estima <<inmoral>>. La ligazón entre lo uno y lo otro - ligazón indisoluble - no la comprende y considera que la moral

burguesa es una enfermedad casual, y no un producto directo del orden de cosas burgués, que nace de la economía mercantil (contra la que el autor, hablando en propiedad, nada tiene que objetar)." (Lenin-30; p.113)

Em suma, o desenvolvimento da agricultura pela via da "terra de trabalho" não constitui uma alternativa ao desenvolvimento da agricultura pela via do capitalismo.

CAPÍTULO 6 - REFORMA AGRÁRIA PARA FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO: Parcelamento X Nacionalização das Terras

a) Estilos de Desenvolvimento do Capitalismo no Campo

Num trabalho intitulado *El Programa Agrario De La Socialdemocracia En La Primera Revolución Rusa De 1905-1907*, Lenin (40) refere-se a dois tipos de penetração (desenvolvimento) do capitalismo no campo. Um deles caracteriza-se pelo fato de que a substituição dos métodos de exploração feudais pelos métodos de exploração burgueses, é feita, paulatinamente, conservando-se a grande propriedade fundiária. O outro, caracteriza-se pelo fato de que essa substituição é feita com maior velocidade e com a destruição da grande propriedade fundiária:

"Los restos del feudalismo pueden desaparecer tanto mediante la transformación de las haciendas de los terratenientes como mediante la destrucción de los latifundios de los terratenientes, es decir, por medio de la reforma y por medio de la revolución. El desarrollo burgués puede verificarse teniendo al frente las grandes haciendas de los terratenientes, que paulatinamente se tornen cada vez más burguesas, que paulatinamente sustituyan los métodos feudales de explotación por métodos burgueses, y puede verificarse también teniendo al frente las pequeñas haciendas campesinas, que por vía revolucionaria extirpen del organismo social la 'excrecencia' de los latifundios feudales y se desarrollen después libremente sin ellos por el camino de la agricultura capitalista de los granjeros." (Lenin-40; p.28)

A Prússia é um exemplo claro do caminho mais lento, que mantém a grande propriedade fundiária e, por isso, foi denominado "via prussiana", ou "via junker". Os Estados Unidos da América do Norte são um exemplo típico do caminho mais rápido e, por isso, foi denominado "via norte-americana":

"Estos dos caminos del desarrollo burgués objetivamente posible, nosotros los denominaríamos camino de tipo prusiano y camino de tipo norteamericano. En el primer caso, la explotación feudal del terrateniente se transforma lentamente en una explotación burguesa, junker, condenando los campesinos a decenios de la expropiación y del yugo más doloroso, dando origen a una pequeña minoría de 'Grossbauern' ('labradores fuertes'). En el segundo caso, no existen haciendas de terratenientes o son destruidas por la revolución, que confisca y fragmenta las posesiones feudales. En este caso predomina el campesino, que pasa a ser el agente

exclusivo de la agricultura y va evolucionando hasta convertirse en el granjero capitalista." (Lenin-40; p.28)

Ambos caminhos são trilhados pelo capital para submeter o campo ao seu domínio mas, a "via norte-americana" é mais dinâmica:

"...cuanta más tierra hubiesen recibido los campesinos al ser liberados y cuanto más barata la hubiesen obtenido, tanto más rápido, amplio y libre habría sido el desarrollo del capitalismo en Rusia, tanto más alto habría sido el nivel de vida de la población, tanto más extenso habría sido el mercado interior, con tanta mayor rapidez habrían sido aplicadas las máquinas a la producción; en una palabra, tanto más se habría asemejado el desarrollo económico de Rusia al desarrollo económico de Norteamérica." (Lenin-40; p.29)

b) Relação Entre os Estilos de Desenvolvimento do Capitalismo no Campo e a Forma como o Capital Submete a Propriedade da Terra

A propriedade privada da terra é uma forma de propriedade privada que existe desde antes da sociedade organizar-se aos moldes capitalistas. Quando o capital penetra no campo, ele se defronta com um tipo de propriedade que é a expressão de relações de produção diferentes das que ele traz consigo. A penetração e desenvolvimento do capitalismo no campo exige que o capital amolde, ao seu estilo, a propriedade que não foi criada por ele.

Não existe uma forma única em que o capital submete a propriedade privada da terra aos seus desígnios e impõe as relações de produção que lhes são características. Essa transformação pode ser feita na perspectiva do camponês que se especializa em produzir para o mercado pequeno produtor, se transforma em "farmer". Essa transformação pode ser feita, também, na perspectiva do senhor de escravos ou do senhor feudal que se transforma em burguês. A predominância de uma ou de outra perspectiva depende das condições históricas:

"Marx señalaba ya en el tomo III de El Capital que la forma de propiedad agraria que encuentra en la historia el modo capitalista de producción cuando comienza a desarrollarse, no corresponde al capitalismo. El propio capitalismo crea para sí las formas correspondientes de relaciones agrarias, partiendo de las viejas formas de posesión de la tierra: la terrateniente-feudal, la campesina-comunal, la gentilicia, etc. En el lugar citado, compara Marx los diferentes procedimientos por los que el capital crea las formas de propiedad agraria que le corresponden. En Alemania, el cambio de las formas medievales de propiedad agraria se desarrolló, por decirlo así, siguiendo la senda reformista, adaptándose a la rutina, a la tradición, a las posesiones feudales, que se fueron transformando lentamente en haciendas de junkers, a los lotes rutinarios de los campesinos-holgazanes, que atraviesan el difícil período de tránsito desde la prestación personal hasta el

'Knecht' y el 'Grossbauer'. En Inglaterra, esta transformación fue revolucionaria, violenta, pero la violencia se empleó en beneficio de los terratenientes, la violencia se ejerció sobre las masas campesinas, que fueron extenuadas por los tributos, expulsadas de las aldeas, desalojadas, que fueron extinguiéndose o emigraron. En Norteamérica, esta transformación fue violenta con respecto a las posesiones esclavistas de los Estados del Sur. allí se ejerció la violencia contra los terratenientes feudales. Sus tierras fueron fraccionadas; la gran propiedad agraria feudal se convirtió en pequeña propiedad burguesa." (Lenin-40; p.67)

O caso Inglês é um exemplo típico de como o capital é implacável nessa transformação. Nesse país, todas as condições que não correspondiam ou que se contradiziam às condições do capitalismo, foram, literalmente, "varridas sem piedade". O famoso "clearing of estates" significou a derrubada das cercas, a limpeza das terras para o capital. Esse processo foi tão intenso, na Inglaterra, que pode-se dizer ter sido um processo de negação da propriedade privada das terras para o capital, feito na perspectiva do grande proprietário de terras:

"...a partir de la época de Enrique VII, en ninguna parte del mundo ha sido tan implacable la producción capitalista con el régimen agrícola tradicional, en ninguna parte se han creado unas condiciones tan perfectas (adecuadas = idealmente congruentes), en ninguna parte ha sometido hasta tal punto estas condiciones a su arbitrio. En este sentido, Inglaterra es el país más revolucionario del mundo. Todo el orden de cosas heredado de la historia, allí donde contradecía las condiciones de la producción capitalista en la agricultura o no correspondía a estas condiciones, fue barrido sin piedad: no sólo fue modificado el emplazamiento de los poblados rurales, sino que fueron derruidos estos poblados; no sólo fueron arrasadas las viviendas y los lugares de emplazamiento de la población; no solo fueron barridos los centros tradicionales de la economía, sino que se puso fin a la propia economía. ... La expresión técnica 'clearing of estates' (literalmente: limpieza de las fincas o limpieza de las tierras) habitual en el Reino Unido, no la encontramos en ningún país continental. ... no aceptaron todas las condiciones de la producción tal como existían tradicionalmente, sino que fueron creando, en un proceso histórico, estas condiciones en forma que respondiesen en cada caso concreto a las exigencias de la aplicación más ventajosa del capital. En este sentido no existe, pues, realmente propiedad sobre la tierra, ya que esta propiedad otorga al capital - al granjero - el derecho de explotar libremente su hacienda, interesándose de un modo exclusivo por obtener ingresos pecuniarios." (Lenin-40; pp. 65/66)

c) Necesidade de Limpar as Terras: A Proposta de Nacionalização das Terras

Existe dois tipos de renda da terra: renda absoluta e renda relativa.

A renda relativa é resultado da aplicação de trabalho em terras mais férteis ou melhor localizadas em relação ao mercado, ou com diferentes dotações de instrumentos de trabalho. Isso faz com que o custo por unidade de produto, incluída a remuneração média do capital, seja menor do que o preço praticado no mercado, em outras palavras, faz com que o preço de produção seja menor do que o preço de mercado.

Em razão da concorrência entre os capitalistas, a diferença entre o preço de produção e o preço de mercado é transferida para os proprietários das terras, na forma de pagamento pelo aluguel da terra. Sendo assim, a renda que resulta da diferença entre a produtividade do trabalho aplicado em diferentes terras, a renda diferencial, não constitui um custo de produção, não afeta o preço do produto no mercado:

"La teoría de Marx distingue dos géneros de renta: diferencial y absoluta. La primera es el resultado de la limitación de tierras, del hecho de estar ocupadas por explotaciones capitalistas independientemente en absoluto de si existe la propiedad sobre la tierra y de cuál sea la forma del régimen de posesión del suelo. Entre las distintas economías agrícolas son inevitables las diferencias, derivadas de la distinta fertilidad de la tierra, de la situación de los lotes con respecto al mercado, de la productividad del capital suplementario invertido en la tierra. Para abreviar, se pueden resumir estas diferencias (sin olvidar, no obstante, el origen diverso de unas u otras) como diferencias entre mejores y peores tierras. Sigamos. El precio de un producto agrícola lo determinan las condiciones de producción, no en las tierras de calidad media, sino en las peores tierras ya que el solo producto de las tierras mejores no basta para cubrir la demanda. La diferencia entre el precio individual de producción y el precio superior de producción forma precisamente la renta diferencial. (Recordemos que Marx llama precio de producción a los gastos de capital invertidos en la creación del producto, más el beneficio medio del capital)" (Lenin-40; p.90)

A renda absoluta não resulta das condições de produção e, sim, do monopólio da propriedade privada da terra. É um preço que o proprietário cobra do capitalista para que este possa aplicar seu capital naquela terra. Sem pagar esse preço, o capital não pode explorar a terra.

Se não existisse a renda absoluta, o produto agrícola poderia ser vendido no mercado por um preço que cobrisse os gastos do capital com a produção mais um adicional para obter a remuneração média do capital, poderia ser vendido pelo preço de produção nas terras de pior qualidade. Em função do atraso histórico da agricultura em relação à indústria, a composição orgânica do capital é menor na agricultura do que na indústria e, assim, o valor do produto agrícola é superior ao valor médio dos produtos.

A competição entre os capitalistas pelo acesso à terra, faz com que o proprietário dela acabe se apropriando da diferença entre o preço de produção nas terras de pior

qualidade e o valor do produto agrícola. Assim, essa apropriação não depende das condições da produção mas, da existência do monopólio consubstanciado na propriedade privada da terra:

"La renta absoluta procede de la propiedad privada sobre la tierra. En esta renta hay un elemento de monopolio, un elemento de precio monopolista. La propiedad privada de la tierra impide la libre concurrencia, impide la nivelación del beneficio, la formación del beneficio medio en las empresas agrícolas y no agrícolas. Y como en la agricultura la técnica es más baja, como la composición del capital se distingue por una mayor proporción de capital variable en comparación con el constante que en la industria, el valor individual del producto agrícola es superior al medio. Por eso, la propiedad privada de la tierra, al frenar la libre nivelación del beneficio de las empresas agrícolas con las no agrícolas, permite vender el producto agrícola no por el precio superior de producción, sino por un valor individual aún más elevado del producto (pues el precio de producción se determina por el beneficio medio del capital, pero la renta absoluta no permite que se forme este beneficio 'medio', asegurando por vía monopolista un valor individual más elevado que el medio)." (Lenin-40; p.91)

A renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção. A renda absoluta resulta da propriedade privada da terra, que é uma forma pré-capitalista de propriedade.

A renda diferencial é constituída pela diferença entre o preço de produção na pior terra e o preço de produção na melhor terra. A renda absoluta é constituída pela diferença entre o preço de produção na pior terra e o valor do produto, que é igual ao preço de mercado. A primeira constitui uma dedução do preço de produção na pior terra. A segunda constitui um acréscimo ao preço de produção na pior terra. A renda relativa origina-se em algo que está sobrando entre o preço de mercado e o preço individual. A renda absoluta origina-se num acréscimo que é obtido pela subtração de valores já existentes, da mais-valia e, portanto, do lucro ou do salário. A renda absoluta é fruto da oposição entre o interesse do proprietário da terra e o interesse do resto da sociedade:

" Por cuanto la renta agraria es renta diferencial, procede de la concurrencia. Por cuanto es renta absoluta, procede del monopolio...En la práctica, la renta agraria no aparece dividida en partes; no se puede saber qué parte de ella es renta diferencial y qué otra es absoluta. Además, en ella se mezcla de ordinario el tanto por ciento del capital por los gastos que el propietario de la tierra ha hecho. En los casos en que el propietario de la tierra sea al mismo tiempo el cultivador, la renta agraria va unida al beneficio agrícola. sin embargo, es de la mayor importancia distinguir los dos géneros de renta. La renta diferencial procede del carácter capitalista de la producción, y no de la propiedad privada sobre la tierra. Esta renta subsistiría aun después de la nacionalización de la tierra...lo único que ocurriría es que esta renta iría a parar entonces no a los particulares, sino al Estado. La renta

absoluta procede de la propiedad privada sobre la tierra, de la oposición de intereses entre el propietario y el resto de la sociedad. La nacionalización de la tierra permitiría eliminar esta renta y reducir los precios de los productos agrícolas en la cuantía de dicha renta. La segunda distinción entre la renta diferencial y la renta absoluta consiste en que la primera no influye, como parte integrante, en el precio de los productos agrícolas, mientras que la segunda influye. La primera procede del precio de producción; la segunda del excedente de los precios de mercado sobre los precios de producción. La primera tiene su origen en un sobrante, en un superbeneficio proporcionado por un trabajo más productivo sobre una tierra mejor o con un mejor emplazamiento. La segunda no tiene su origen en un ingreso adicional de ciertas variedades del trabajo agrícola; solo es posible como un descuento del número existente de valores en beneficio del propietario de la tierra, un descuento de la masa de plusvalía; por consiguiente, o reducción del beneficio o descuento del salario." (Lenin-40; p.92)

Conseqüentemente, é preciso fazer a crítica marxista da propriedade privada da terra. A manutenção da propriedade privada da terra implica:

- a) a manutenção dos entraves à penetração do capital no campo;
- b) a necessidade de rodeios para o capital penetrar no campo;
- c) a continuação das limitações à produção agrícola: no caso da pequena produção porque o preço da terra dificulta o acesso do produtor ; no caso da grande produção porque reduz as aplicações de capital.

Por essas razões, a proposta marxista para o livre desenvolvimento do capitalismo no campo, é a abolição da propriedade privada da terra, a nacionalização das terras:

"El Estado no puede ser más que intermediario en la entrega del dinero proveniente de los capitalistas, pero no puede conseguir dinero como no sea de los capitalistas. Por consiguiente, aun con la mejor organización posible de la ayuda estatal, no se elimina en lo más mínimo la dominación del capital, y el problema sigue siendo el mismo: cuáles son las formas posibles de aplicación de capital en la agricultura.

Y este problema lleva inevitablemente a la crítica marxista de la propiedad privada de la tierra. Dicha propiedad es un estorbo para la libre inversión de capital en la tierra. O plena libertad de semejante inversión, y entonces es abolida la propiedad privada de la tierra, es decir, se nacionaliza la tierra. O mantenimiento de la propiedad agraria privada, y entonces penetra el capital en forma de rodeos: hipoteca de la tierra por el terrateniente y el campesino, esclavización del campesino por el usurero, entrega de la tierra al arrendatario poseedor de capital.

'En el pequeño cultivo - dice Marx -, el precio de la tierra, que es forma y resultado de la propiedad privada de la tierra, actúa como factor que limita la producción. En la agricultura

en gran escala y con la gran propiedad agraria, basada en el modo capitalista de economía, la propiedad es también una limitación, ya que restringe las inversiones productivas de capital del granjero, que en fin de cuentas no le proporcionan beneficio a él, sino al dueño de la tierra.'

Por consiguiente, la abolición de la propiedad privada de la tierra equivale a la máxima eliminación posible en la sociedad burguesa de toda clase de trabas que impidan la libre aplicación de capital en la agricultura y el paso libre del capital de una rama de la producción a otra." (Lenin-40; pp.110/111)

Por mais paradoxal que, à primeira vista possa ser, a conclusão da análise marxista-leninista, sobre os problemas para a penetração e o desenvolvimento do capitalismo no campo, aponta para a extinção da propriedade privada da terra e implantação da propriedade estatal, para a entrega, ao Estado, do direito à coleta da renda diferencial e regulamentação da ocupação e do usufruto do solo:

"La nacionalización es la entrega de toda la tierra en propiedad al Estado. La propiedad significa el derecho a la renta y la fijación por el poder estatal de las normas, comunes a todo el Estado, de posesión y usufructo de la tierra." (Lenin-40; p.133)

d) Momento Adequado para a Nacionalização

O fato da nacionalização das terras constituir o ideal teórico para a livre penetração do capital no meio rural não significa que ele seja realizável em qualquer estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo:

"Desde el punto de vista teórico, la nacionalización representa el desarrollo puro 'ideal' del capitalismo en la agricultura. Otra cosa es la cuestión de si sin posibles con frecuencia en la historia una concurrencia tal de condiciones y una correlación tal de fuerzas que permitan la nacionalización en la sociedad capitalista." (Lenin-40; p.114)

Dado que ela é uma medida para facilitar a penetração do capitalismo no campo, evidentemente, o momento adequado para sua adoção não pode ser quando essa penetração já estiver em estágio muito avançado:

"Pensar que la nacionalización es sólo posible dado un desarrollo muy alto del capitalismo en la agricultura, equivale, puede decirse, a negar la nacionalización como una medida de progreso burgués, pues el alto nivel de desarrollo del capitalismo agrícola ha puesto ya en todas partes a la orden del día (y seguirá poniéndola inevitablemente a su debido tiempo en nuevos países) la 'socialización de la producción agrícola', es decir, la transformación socialista." (Lenin-40; p.114)

Nesse estágio avançado de desenvolvimento do capitalismo no campo, quando a burguesia já submeteu o regime de propriedade da terra ao seu poder, não é mais possível existir um movimento da burguesia à favor da nacionalização. A territorialização da burguesia faz com que ela perca a coragem para atacar a propriedade privada da terra pois, teme o perigo de que esse ataque volte-se contra todos os tipos de propriedade:

"Marx no señala en este pasaje el insuficiente desarrollo del capitalismo en la agricultura como obstáculo para realizar la nacionalización. Señala otro dos obstáculos, que hablan mucho más en favor de la idea acerca de la posibilidad de llevar a efecto la nacionalización en la época de la revolución burguesa. Primer obstáculo: al burgués radical le falta coraje para atacar a ala propiedad agraria privada en vista del peligro de un ataque socialista contra toda clase de propiedad privada, es decir, en vista del peligro de la revolución socialista. Segundo obstáculo: 'el burgués mismo se ha territorializado'. Marx tiene en cuenta, por lo visto, que precisamente el modo burgués de producción se ha fortalecido ya en la propiedad privada de la tierra, es decir, que esta propiedad privada se ha hecho mucho más burguesa que feudal. Cuando la burguesía, como clase, en proporciones vastas y predominantes, se ha ligado a la posesión de la tierra, 'se ha territorializado' ya, 'se ha asentado en la tierra' y ha sometido por entero a su poder el régimen de la propiedad agraria, es cuando no puede haber un verdadero movimiento social de la burguesía en favor de la nacionalización. Y no puede haberlo por la sencilla razón de que ninguna clase irá jamás contra sus propios interese." (Lenin-40; p.115)

É incorreto pensar em nacionalização das terras quando a luta de classes entre a burguesia e o proletariado estiver num estágio avançado, com o proletariado já tendo a perspectiva da revolução socialista. O momento certo para a reivindicação de nacionalização das terras é quando a sociedade burguesa ainda é "jovem":

"Una medida de progreso burgués, como medida burguesa, es inconcebible cuando se ha agudizado mucho la lucha de clases entre el proletariado y la burguesía. Una medida tal es verosímil más bien en una sociedad burguesa 'joven', que todavía no ha desarrollado sus contradicciones hasta el fin, que todavía no ha creado un proletariado tan pujante que tienda directamente hacia la transformación socialista." (Lenin-40; p.114)

A bandeira da nacionalização das terras, da revolução no sistema de propriedade agrária, só tem significado útil enquanto a burguesia ainda não tiver territorializado-se, enquanto o regime de propriedade da terra encontrar-se impregnado de traços feudais:

"El 'burgués radical' no puede tener coraje en la época del capitalismo altamente desarrollado. En esa época este burgués, tomado en masa, es ya inevitablemente contrarrevolucionario. En esa época es ya inevitablemente la 'territorialización' casi completa de la burguesía. Y al contrario, en la época de la revolución burgués, las

condiciones objetivas obligan al 'burgués radical' a tener coraje, pues al cumplir la misión histórica de dicha época, no puede aún, como clase, temer a la revolución proletaria. En la época de la revolución burguesa, la burguesía no se ha territorializado aún: en esa época, el régimen de propiedad de la tierra se halla todavía demasiado penetrado de feudalismo. Se hace posible el fenómeno de que la masa de agricultores burgueses, de granjeros, luche contra las formas principales de propiedad agraria, y llegue, por tanto, a realizar en la práctica la plena 'emancipación de la tierra' al modo burgués, es decir, la nacionalización." (Lenin-40; p.116)

Quando a revolução burguesa já foi completada, quando a burguesia já se territorializou, não faz mais sentido propor a nacionalização das terras. Os social-democratas alemães estavam corretos em retirar essa bandeira política do seu programa político:

"Los socialdemócratas alemanes, por ejemplo, han renunciado con plena lógica a todos los viejos programas de Marx que exigían la nacionalización de la tierra, ya que Alemania ha cristalizado definitivamente como país burgués de tipo junker; todos los movimientos en dicho país sobre la base del régimen burgués han caducado irremisiblemente y no existe, ni puede existir, ningún movimiento popular en favor de la nacionalización. El predominio de los elementos burgués-junkers ha transformado de hecho los planes de nacionalización en un juego e incluso en un instrumento de saqueo de las masas por los junkers." (Lenin-40; p.229)

e) Nacionalização no Programa da Social-Democracia

É incompatível com a social-democracia apoiar uma repartição de terras que não signifique uma limpeza do velho regime de propriedade agrária:

"Un reparto hecho con arreglo a las antiguas normas, es decir, de acuerdo con la vieja forma de posesión de la tierra, la parcelaria, no sería una limpieza del viejo régimen de propiedad agraria, sino su eternización; no sería dejar libre la vía para el capitalismo, sino embarazarla con una masa de campesinos 'holgazanes' inadaptados e inadaptables, que no pueden convertirse en granjeros. El reparto, para que sea progresista, debe basarse en una nueva diferenciación que separe a los granjeros de la antigualla inservible." (Lenin-40; p.70)

Isso, no entanto, não significa que a social-democracia pudesse apoiar uma proposta de limpeza de terras na perspectiva da transformação burguesa dos antigos latifundiários, ainda que essa transformação não fosse algo reacionário do ponto de vista econômico:

"Tomemos el programa de Stolpyn, compartido por los terratenientes de derecha y los octubristas. Es un programa francamente terrateniente. Pero se puede decir que sea reaccionario en el sentido económico, es decir, que excluya o que trate de excluir el desarrollo del capitalismo?...De ninguna manera....Quiere esto decir que los socialdemócratas deben 'apoyarla'? No. Sólo podría razonar así el marxismo vulgar, cuyas semillas esparcen con tanto celo Plejánov y los mencheviques, que cantan, claman, invocan y peroran: hay que apoyar a al burguesía en su lucha contra el viejo orden de cosas. No. En aras del desarrollo de las fuerzas productivas (este criterio supremo del progreso social) debemos apoyar no la evolución burguesa de tipo terrateniente, sino la evolución burguesa de tipo campesino. La primera implica el mantenimiento al máximo del avasallamiento y de la servidumbre (transformada al modo burgués), el desarrollo menos rápido de las fuerzas productivas y un desarrollo retardado del capitalismo, implica calamidades y sufrimientos, explotación y opresión incomparablemente mayores de las grandes masas de campesinos y, por consiguiente, del proletariado." (Lenin-40; p.32)

Naquele momento histórico da revolução burguesa na Rússia, de acordo com Lenin:

"La clase obrera debe proporcionar a la sociedad burguesa el programa más puro, más consecuente, más decidido de revolución burguesa, llegando hasta la nacionalización burguesa de la tierra." (Lenin-40; p.159)

Não importava se a proposta de nacionalização das terras era factível ou não. O importante era que a proposta da classe operária e, portanto, do seu partido, a social-democracia, fosse compatível com o regime social vigente e ajudasse a luta de classe do proletariado.

Num trabalho intitulado "O Programa Agrário Da Social-Democracia Russa", Lenin (41) é enfático nesse aspecto e recorre ao debate de Kautsky com Rosa de Luxemburgo a respeito da reivindicação de restabelecimento da independência polonesa, contida no programa prático dos social-democratas poloneses:

"Karl Kautsky contestou-a dizendo que tal argumento 'se baseava numa estranha incompreensão do que deve ser a essência de um programa socialista. Nossas reivindicações práticas ... devem estar de acordo não com o fato de que sejam factíveis sob a atual correlação de forças, e sim com o fato de que sejam compatíveis com o regime social existente, se sua realização pode aliviar a luta de classe do proletariado, impulsionando seu desenvolvimento e desbravar para o proletariado o caminho da dominação política..." (Lenin-41; p.10)

O Programa Político da social-democracia, na revolução burguesa, não deveria conter a reivindicação final do proletariado, a socialização dos meios de produção. Esse programa deveria conter apenas reivindicações imediatas mas, elas eram diferentes no capítulo operário e no capítulo camponês. O programa contido no capítulo operário

deveria ser o "programa mínimo", dirigido contra a burguesia e limitado a reivindicar melhorias parciais do regime que pudessem ser atendidas sem a perda do domínio por parte da burguesia. O programa contido no capítulo camponês deveria ser o "programa máximo", dirigido contra os senhores feudais e reivindicando medidas que depurassem o regime burguês de todos os resquícios da dominação feudal, medidas de caráter social revolucionário:

"no capítulo operário não estamos autorizados a rebaixar o limite das reivindicações que se referem a reformas sociais, enquanto que no capítulo camponês não devemos deter-nos nem mesmo ante reivindicações sociais revolucionárias. Em outras palavras: no capítulo operário estamos indubitavelmente limitados ao marco do programa mínimo, enquanto que no capítulo camponês podemos e devemos dar o programa máximo. Explicar-nos-emos.

Nos dois capítulos não expomos nosso objetivo final, e sim nossas reivindicações imediatas. Por conseguinte, tanto em um como em outro devemos ater-nos à sociedade contemporânea (=burguesa)...o capítulo operário contém reivindicações dirigidas contra a burguesia, enquanto que o capítulo camponês contém reivindicações dirigidas contra os senhores latifundiários (contra os senhores feudais, diria eu, se a possibilidade de aplicar este termo a nossa nobreza latifundiária não fosse uma questão tão debatida - pessoalmente, inclino-me a resolver esta questão no sentido afirmativo...).No capítulo operário devemos limitar-nos a exigir melhoras parciais do regime existente, do regime burguês. No capítulo camponês, devemos aspirar a depurar integralmente este regime de todos os vestígios da servidão. No capítulo operário não podemos colocar reivindicações que equivalham por seu significado ao esfacelamento definitivo do domínio da burguesia;...No capítulo camponês, pelo contrário, podemos e devemos colocar reivindicações que equivalham por seu significado à liquidação definitiva do domínio dos senhores latifundiários, a fim de limpar completamente nosso campo de todos os vestígios da servidão. No capítulo operário não podemos colocar como reivindicações imediatas as de caráter social revolucionário... No capítulo camponês colocamos também reivindicações sociais revolucionárias, pois uma revolução social que derrube o domínio dos senhores latifundiários (quer dizer, uma revolução social da burguesia como foi a grande Revolução Francesa) também é possível sobre a base do regime existente. No capítulo operário continuamos a nos ater às reformas sociais...pois nele só exigimos o que a burguesia nos pode (em princípio) ceder sem ainda perder o seu domínio... no capítulo camponês devemos exigir, também, diferentemente dos reformadores sociais, o que nunca nos cederão nem podem ceder (ou aos camponeses) os senhores latifundiários; devemos exigir também o que o movimento revolucionário do campesinato só pode conquistar pela força." (Lenin-41; pp. 7/9)

O compromisso do social-democrata é com o proletariado, com a única classe da sociedade contemporânea que é revolucionária. O compromisso do social-democrata não é com a classe dos pequenos proprietários e agricultores da sociedade contemporânea, não é com o "farmer". O social-democrata não deve defender a pequena exploração e a pequena propriedade contra o capitalismo pois, isso retarda o desenvolvimento social.

No Programa do partido social-democrata, as reivindicações para os camponeses, conseqüentemente, devem ser muito mais modestas, muito mais restritas, com limites muito maiores do que as reivindicações para o proletariado. As reivindicações para os camponeses devem estar restrita à necessidade de eliminar os resquícios da servidão:

"Para os operários assalariados exigimos reformas que os 'preservem da degenerescência física e moral e elevem sua capacidade de luta'; em troca, para os camponeses só exigimos transformações que contribuam para 'acabar com os restos do velho regime da servidão e para o livre desenvolvimento da luta de classes no campo'. Vemos, pois, que nossas reivindicações em favor dos camponeses são muito mais restritas, estão marcadas por exigências muito mais modestas e têm limites mais estreitos. No que concerne aos operários assalariados, assumimos a defesa de seus interesses como classe da sociedade contemporânea; e assim fazemos porque consideramos seu movimento de classe como o único verdadeiramente revolucionário. ... no que diz respeito ao campesinato, não assumimos de modo algum a defesa dos seus interesses como classe de pequenos proprietários e agricultores da sociedade contemporânea. 'A emancipação da classe operária deve ser obra da própria classe operária', e, por isso, a social-democracia representa - de um modo integral e imediato - exclusivamente os interesses do proletariado ... Todas as demais classes da sociedade contemporânea são partidárias de que sejam conservados os fundamentos do regime econômico vigente, razão pela qual a social-democracia só pode assumir a defesa dos interesses destas classes em determinadas circunstâncias e sob condições muito precisas. Por exemplo, a classe dos pequenos produtores, inclusive os pequenos agricultores, é, em sua luta contra a burguesia, uma classe reacionária, e, por isso, 'procurar salvar o campesinato defendendo a pequena exploração e a pequena propriedade contra a pressão do capitalismo, significa frear inutilmente o desenvolvimento social ... " (Lenin-41; p.4)

O social-democrata não apóia o pequeno produtor na sua luta contra o capitalismo mas, o apóia na luta contra a servidão e conseqüente transformação em burguesia e proletariado, porque isso impulsiona a luta de classes:

"Falando em termos gerais, o apoio à pequena propriedade é uma medida reacionária, pois está dirigida contra a grande exploração capitalista, freando, por conseguinte, o desenvolvimento social e contribuindo para encobrir a luta de

classes. Mas neste caso o que queremos não é apoiar a pequena propriedade contra o capitalismo, mas sim exatamente contra a servidão; neste caso, ao apoiar o pequeno camponês damos um poderoso impulso ao desenvolvimento da luta de classes." (Lenin-41; p.17)

A luta de classes que "deve constituir nossa primeira e fundamental preocupação", é entre a burguesia e o proletariado. Ela:

"deve ser a pedra de toque em que haveremos de contrastar as questões de princípio, as tarefas políticas e os métodos de propaganda, agitação e organização" (Lenin-41; p.11).

A razão para tal foi mais bem exposta no texto intitulado "Contenido Económico Del Populismo Y Su Crítica En El Libro Del Señor Struve : Reflejo Del Marxismo En La Literatura Burguesa". Em primeiro lugar, aponta Lenin:

"Contra una clase sólo puede luchar otra clase, y, por cierto, una clase que ya se << ha diferenciado >> por completo de su enemigo, que le es diametralmente opuesta" (Lenin-30; p.76);

e, em segundo lugar:

"Los pequeños productores, hostiles al capitalismo, son una clase intermedia ligada a la burguesía y por ello incapaz de comprender que el gran capitalismo, para ellos desagradable, no es una casualidad, sino un fruto directo de todo el régimen económico (y social, y político, y jurídico) contemporáneo, que nace de la lucha de fuerzas sociales opuestas." (Lenin-30; p.81)

Sendo assim, complementa Lenin:

"Cómo va nuestro campesino trabajador a modificar esta relación, cuando él mismo tiene un pie en ese terreno que hay que modificar? Cómo puede comprender el carácter nocivo del fraccionamiento y de la economía mercantil, cuando él mismo se halla aislado y explota su hacienda por su cuenta y riesgo, produciendo para el mercado; cuando esas condiciones de vida engendran en él << ideas y sentimientos >> propios del hombre que trabaja aisladamente para el mercado; cuando se halla fraccionado por las propias condiciones materiales de vida, así como por las proporciones y el carácter de su propia hacienda, y cuando, debido a ello, su oposición al capital está tan poco desarrollada, que no puede comprender que eso es precisamente capital, y no sólo <<granujas>> y gente lista?

No es evidente que hay que dirigirse allí donde esa misma (Nota bene) relación social ha alcanzado su máximo desarrollo; donde sus miembros, que son productores directos, ya se han <<diferenciado>> y <<separado>> definitivamente del orden de cosas burgués; donde la oposición está tan desarrollada que se hace evidente; donde es imposible cualquier planteamiento ilusorio y a medias tintas de la cuestión? Y cuando estos productores directos, que se encuentran en condiciones más avanzadas, estén <<diferenciados de la vida>> de la sociedad burguesa no sólo

por su situación, sino también por su conciencia, los campesinos trabajadores, que se encuentran en condiciones de mayor atraso, peores, verán <<como se hace eso>> y se adherirán a sus camaradas de trabajo <<para otros>>. (Lenin-30; p.101)

A postura política do social-democrata tem que estar subordinada à condição do livre desenvolvimento da luta da classe proletária com a classe burguesa. Não é o proletariado quem deve abrir mão dos seus pontos-de-vista classistas e beneficiar a pequena burguesia mas, é o camponês quem tem que abandonar seu ponto-de-vista classista e adotar o do proletariado:

"Reconhecer esta condição significa que no problema particularmente espinhoso da participação do pequeno camponês no movimento social-democrata também se adota um ponto-de-vista rigorosamente classista, significa que não se renuncia nem um pouco ao ponto-de-vista do proletariado em favor dos interesses da pequena burguesia, mas que, pelo contrário, se exige que o camponês, que está sendo arruinado e oprimido por todo o capitalismo moderno, abandone seu ponto-de-vista classista e adote o ponto-de-vista do proletariado. Ao colocar essa condição criaremos um abismo que nos separará resoluta e definitivamente não só de nossos inimigos ... mas também daqueles amigos inseguros que com sua ambígua colocação da questão agrária podem causar um grave prejuízo (de fato o causam) ao movimento revolucionário do proletariado." (Lenin-41; p.11)

Nessa perspectiva, no caso de conseguir-se a nacionalização das terras, nenhuma preferência deveria ser atribuída aos camponeses para o acesso e exploração das terras nacionais. Afinal, o objetivo da nacionalização das terras não é dar terra para quem não a tem mas, acelerar o triunfo da grande sobre a pequena produção:

" ... um social-democrata, ao apoiar a nacionalização burguesa da terra, deveria, em primeiro lugar, não excluir de modo algum as terras camponesas, ...Em segundo lugar, se se procedesse a essa nacionalização, o social-democrata estaria decididamente contrário a que, ao entregar a terra nacional em arrendamento, se desse preferência aos 'camponeses trabalhadores' frente aos capitalistas, frente aos patrões na agricultura. Tal preferência seria também reacionária sempre e quando predominasse ou se mantivesse o modo de produção capitalista. ... o proletariado ...não deveria dar preferência nem aos pequenos nem aos grandes arrendatários, e sim exigir que todos eles cumprissem escrupulosamente as regras de proteção do trabalho estabelecidas pela lei ... tal conduta ... equivaleria, logicamente, a acelerar o triunfo da grande produção sobre a pequena (como ocorre na indústria com a legislação trabalhista)." (Lenin-41; p.22)

Em suma, a bandeira da social-democracia na revolução burguesa deve ser a nacionalização das terras:

"El marxismo permite introducir en el programa de la revolución burguesa la nacionalización, porque la

nacionalización es una medida burguesa, porque la renta absoluta estorba al desarrollo del capitalismo, la propiedad privada de la tierra es un obstáculo para el capitalismo."
(Lenin-40; p.158)

PARTE III: CONCLUSÃO

CAPÍTULO ÚNICO – Reforma agrária no Brasil, sob a ótica de Lenin

a) Sumário das Principais Conclusões do Estudo Apresentado na Parte II

O primeiro ponto a ser ressaltado, extraído da leitura das obras de Lenin, tal como foi exposta na Parte II deste trabalho, é que, se houver alguma ligação entre reforma agrária e desenvolvimento econômico, ela está muito distante da imagem corrente.

Acredita-se, em geral que, a reforma agrária empregará mais pessoas que, produzirão mais alimentos e matérias-primas para as cidades e comprarão mais produtos industriais, e, assim, tendo oportunidade de viver no campo, não terão mais estímulos para emigrar para as cidades. O conteúdo apresentado na Parte anterior, mostrou o quanto essa imagem corrente está longe do que a reforma agrária realmente consegue.

Um segundo ponto a ser ressaltado é que não está garantido que a reforma agrária consiga minimizar a emigração do campo para as cidades.

A base desta afirmativa encontra-se em dois fenômenos interligados e inerentes ao desenvolvimento do capitalismo: a) crescimento da população industrial às expensas da população agrícola, e; b) criação de uma superpopulação latente. Somente em condições especiais, quando houver terras inexploradas para onde a população possa deslocar-se, é possível, nos marcos do capitalismo, conter o êxodo rural.

Num país inteiramente povoado, onde as terras já estejam sendo integralmente exploradas, se a reforma agrária for bem sucedida, ou seja, expandir o mercado interno e aumentar a produtividade do setor rural, acelerar o desenvolvimento do capitalismo, inevitavelmente acelerar-se-á a migração campo-cidade.

Esse ponto joga uma "ducha-fria" nas esperanças de vários defensores da reforma agrária. Ele mostra que, o duvidoso efeito positivo da distribuição ou redistribuição de terras para a contenção da migração campo-cidade, na melhor das hipóteses, é temporário. Algo que é particularmente relevante para o caso específico do Brasil pois, a literatura de economia agrícola registra com freqüência o fechamento da fronteira agrícola.

Segue-se, então, um terceiro ponto a ser destacado: somente em condições especiais existe compatibilidade entre o objetivo de prender o homem no campo e os objetivos de expandir o mercado e aumentar a produtividade do setor rural.

Num país já povoado, onde não existam terras não-ocupadas, se a reforma agrária tiver sucesso em aumentar a produtividade e o mercado, necessariamente, não terá sucesso em prender o homem no campo.

Em suma, se o objetivo é prender o homem no campo, a reforma agrária é, quando muito, um instrumento limitado.

O quarto ponto a ser destacado é que são apenas dois e não três os objetivos imediatos da reforma agrária (fixar o homem no campo, expandir a oferta agrícola e aumentar o mercado interno, supostamente fundamentais para a solução dos problemas de exagero que a contradição básica do capital assume nos países subdesenvolvidos, de condições deterioradas de vida dos trabalhadores urbanos, dos problemas urbanos, energéticos, ecológicos, indígenas, distributivos, de falta de democracia etc.).

Isto deve-se ao fato de que o mercado por excelência para a produção capitalista é o mercado de bens de produção. Sendo assim, expansão de mercado e de produtividade constituem um único e o mesmo objetivo

Um quinto ponto a ser destacado é que a redução no número de objetivos não afeta a eficácia da reforma agrária para solucionar os problemas do próprio setor rural ou da cidade.

Cumprir lembrar, em primeiro lugar que, no capitalismo, a essência do processo de aumento simultâneo da produtividade do setor rural e do mercado está em dois outros processos interligados: concorrência entre os produtores de mercadorias e divisão, técnica e social, do trabalho.

A concorrência entre os produtores leva à especialização, à introdução de máquinas e à aplicação de conhecimentos científicos na agricultura. A expressão desse processo está na superioridade da grande produção capitalista e na elevação da composição orgânica do capital.

A expansão do mercado para o capitalismo é obtida com o aprofundamento da divisão social do trabalho, seja através do parcelamento do processo produtivo, seja através do crescimento das cidades ampliando e diversificando a demanda pela produção agrícola.

Em suma, tanto pela via da demanda urbana por mais e novos produtos agrícolas, quanto pelo uso de meios de produção produzidos na cidade, é a cidade que transforma o campo. Em outras palavras, no caso da modernização, a direção da causação é da cidade para o campo.

As limitações da reforma agrária, como instrumento para a solução dos problemas rurais e urbanos, não se esgotam no que acabou de ser apontado.

Desde logo, porque, não é correto identificar a reforma agrária, divisão e/ou redivisão das terras entre os agricultores, com o processo de divisão social do trabalho. Este, sim, fomentador do desenvolvimento urbano e rural.

Aliás, a reforma agrária pode até mesmo constituir-se num instrumento de queda da produtividade e do mercado. O parcelamento da terra pode, no caso limite, atrapalhar a grande produção agrícola, dificultando o uso de máquinas e, assim, não ter qualquer impacto ou ter um impacto negativo sobre a produtividade e, conseqüentemente, sobre o mercado para a produção capitalista.

Além do mais, se a reforma agrária não for acompanhada por um vigoroso programa de estímulo à modernização da produção, será muito reduzido seu impacto sobre os objetivos de fixação do homem no campo e expansão da produção e do mercado. Se tal programa de modernização for levado à cabo, conforme já referido anteriormente, o resultado final será o agravamento do êxodo rural.

Um sexto ponto a ser destacado é que, como a simples distribuição ou redistribuição de terras não é um instrumento direto para o aprofundamento do processo

de divisão técnica e social do trabalho, a reforma agrária só terá sucesso para expandir a produtividade e o mercado, se conseguir atuar como um estímulo à concorrência entre os produtores de mercadorias.

Se a alteração na estrutura fundiária estimular a concorrência entre os produtores de mercadorias, a reforma agrária é um instrumento eficaz para a promoção do desenvolvimento do capitalismo mas não para conter o êxodo rural. Dessa forma, transforma-se a discussão sobre a capacidade da reforma agrária em aumentar a produtividade e o mercado, em uma discussão sobre a relação entre a reforma agrária e sua capacidade para fomentar a concorrência entre os produtores rurais para o mercado.

Seja na perspectiva da chamada "produção familiar", seja na perspectiva da "terra de trabalho e não de exploração do trabalho do outro", a reforma agrária, para alguns, constitui uma forma de negação do desenvolvimento do capitalismo no campo. Isto é um equívoco.

As duas hipóteses fundamentam-se em conceitos teóricos errôneos e, conseqüentemente, chegam a conclusões erradas. Uma delas, a da "via farmer", obscurecida pelo sucesso de algumas pequenas propriedades com grande produção, não compreende que, na realidade, constitui-se numa vigorosa afirmação daquilo que pretende negar: o desenvolvimento capitalista no campo, exatamente de acordo com as leis gerais de desenvolvimento desse modo de produção. A outra, a da "via da terra de trabalho", obscurecida pela forma da propriedade da terra, não percebe as relações mercantis que se estabelecem sob a propriedade coletiva ou, se percebe, minimiza a capacidade dessas relações em transmitirem as tendências centralizadoras do capitalismo.

Colocada nos devidos termos a reforma agrária como instrumento de fixação do homem no campo, de expansão da oferta agrícola, de aumento do mercado interno e de negação do desenvolvimento do capitalismo no campo, a avaliação do significado da reforma agrária depende da sua relação com a concorrência capitalista.

Essa tarefa, no entanto, conduz a digressão, inicialmente, para questões de método de análise do desenvolvimento da sociedade.

A concepção materialista e científica do desenvolvimento da sociedade reduz as diversas relações sociais às relações de produção e, estas, às forças produtivas. A direção da causação é das forças produtivas para as relações sociais. Em outras palavras, o modo de produção da vida material condiciona o modo de produção da vida social, política e espiritual. Dado que o modo como a vida é produzida condiciona o modo de ser, a consciência, dos homens, segue-se que a cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas corresponde um conjunto de relações de produção adequado a aquele estágio.

O permanente desenvolvimento do elemento determinante acaba produzindo uma incompatibilidade entre as relações de produção vigentes e o estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Inicia-se, nesse momento, um período de transformações nas relações de produção, visando adequá-las às novas exigências das forças produtivas. Nesses períodos de "revolução", as mudanças nas formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, expressam as formas ideológicas através das quais os homens estão adquirindo consciência das mudanças nas condições de produção e do conflito entre as forças produtivas e as relações de produção.

Assim, o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas cria as condições materiais, sociais e políticas para o estágio seguinte de desenvolvimento das forças produtivas.

Cria as condições materiais porque desenvolve enormemente a produção, levando-a muito além das limitações do consumo. Cria as condições sociais porque, nesse processo, cria duas classes antagônicas, a burguesia, que concentra os benefícios do progresso da técnica, e o proletariado, que é excluído desses benefícios. Cria as condições políticas para o socialismo porque torna a exploração mais evidente. O desenvolvimento do capitalismo aumenta e explicita, cada vez mais, a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação.

Ao concentrar, nas cidades, uma grande quantidade de pessoas ocupando a mesma posição na produção, com maior consciência da sua situação de classe, com maior capacidade para perceber a exploração e a necessidade de sua eliminação, o desenvolvimento do capitalismo produz as condições necessárias para sua superação e transformação num regime superior. Superior, não na perspectiva da sociedade em geral mas, na perspectiva dessa classe que, até então, estará excluída da maior parte dos benefícios do progresso da técnica.

Tal superação, no entanto, não pode prescindir de um organismo que coordene as ações dos vários indivíduos que compõem a classe sob cuja perspectiva será feita a transformação radical no modo de produzir a vida na sociedade.

O compromisso com o proletariado exige que a atuação política desse organismo coordenador seja dirigida para a aceleração do desenvolvimento das forças produtivas, a forma pela qual agudiza-se a luta entre as classes típicas do modo atual de produção da vida: entre a burguesia e o proletariado.

A concorrência entre os capitalistas e a divisão social do trabalho produzem a grande produção e o mercado para essa grande produção. Sendo assim, o compromisso político com o proletariado exige que não se coloque obstáculos a esse processo de aumento da concorrência e de aprofundamento da divisão social do trabalho. Liberdade para concorrência capitalista e para a divisão social do trabalho, significa estímulo à grande produção e, conseqüentemente, fazer avançar a luta de classes relevante na sociedade moderna, que é a luta entre a burguesia e o proletariado.

A liberdade para a penetração no meio rural, da concorrência capitalista e do avanço da divisão social do trabalho, acelera o processo de concentração, nas cidades, da classe que, desde que bem orientada, pode fazer a superação e transformação do modo atual de produção da vida em modo socialista. O rigor com as premissas exige a liberdade total para a penetração do capital no campo, exige a abolição radical da propriedade privada da terra, uma forma de propriedade que não foi criada pelo capital, que antecede à sua existência e que, com ele, se choca.

A nacionalização das terras é uma medida de luta econômica e política contra o latifúndio como instituição e como classe, visa a destruição total do latifúndio. Por essa razão, encontra aliados na burguesia apenas até o momento da revolução burguesa no campo. A proposta de abolição total da propriedade privada da terra, só tem sentido ser feita quando o capital ainda não submeteu o campo aos seus desígnios.

Evidentemente, não se abrem portas que já estão abertas. Se a burguesia já se territorializou, ela não precisa de apoio para penetrar no campo e submetê-lo aos seus interesses. Não apoiará, portanto, uma medida que significará uma perda patrimonial para ela e poderá aguçar os ânimos contra a propriedade privada em geral.

Caso a revolução burguesa ainda não tenha sido completada, ou seja, não tenha atingido o campo, as reivindicações dos marxistas-leninistas têm que ser diferentes para o caso do campo e para o caso da cidade. No caso do campo, tem-se que reivindicar o máximo, tem-se que propor medidas de cunho revolucionário burguês, o objetivo é completar a revolução burguesa. No caso da cidade, tem-se que reivindicar o mínimo, tem-se que propor medidas de cunho reformista que possam ser atendidas sem que a burguesia sinta-se ameaçada no fundamental. Apenas na véspera da revolução socialista é que medidas revolucionárias devem ser propostas tanto no campo quanto na cidade.

Segue-se, então, que, se a revolução burguesa já chegou ao campo mas, ainda não é o momento da revolução socialista, o programa marxista-leninista para o campo deve restringir-se às medidas de reformas sociais que podem ser concedidas pela burguesia nos marcos gerais do capitalismo. Deve-se reivindicar o cumprimento da legislação social existente e a ampliação das conquistas trabalhistas.

Não se deve perder a perspectiva proletária. Não se deve afastar um milímetro da defesa dos interesses dos proletários. Não é tarefa do marxista-leninista defender a propriedade da terra para os camponeses, para os "sem-terra" etc, mesmo que a pretexto de conseguir o apoio para a causa operária ou sob a justificativa de impedir o aumento do lumpesinato nas cidades. O compromisso tem que ser com a luta pela vitória da grande produção e, conseqüentemente, com o avanço da luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Esse compromisso exige a luta pela abolição total da propriedade da terra, a nacionalização das terras ou a luta pela extensão dos direitos trabalhistas ao operário rural.

b) Grau Atual de Submissão do Campo ao Capital no Brasil

Extraí-se da seção anterior, um critério objetivo para o posicionamento de um leninista a respeito da reforma agrária, no Brasil, hoje. Este critério está na existência ou não de submissão do campo ao capital.

Se o campo ainda não está num estágio avançado de submissão ao capital, a bandeira teórica-política do leninista tem que ser a da "nacionalização" das terras. Se o estágio de submissão do campo ao capital está bastante avançado, ou seja, a revolução burguesa já foi realizada no campo, a bandeira teórico-política do leninista tem que ser as reivindicações trabalhistas.

Por essa razão, a tarefa da presente seção deste trabalho é mostrar que existe uma sólida literatura indicando que a revolução burguesa já foi feita no campo brasileiro, que o setor rural, no Brasil, já está subsumido aos interesses do capital.

Numa Tese de Livre-Docência defendida na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, tratando da relação entre a estrutura agrária e o crescimento extensivo da produção agrícola, Guilherme Dias (15) assinala que, as raízes da estrutura fundiária vigente estão no passado colonial do país. A constituição e a evolução do regime de sesmarias marcaram as características básicas das estruturas social e econômica atuais. A origem da elevada concentração na posse da terra e da grande diferenciação das classes sociais está no regime de sesmarias.

Não se pode negar que, com as sesmarias, buscava-se a ocupação territorial por meio de alguma atividade produtiva. As terras era doadas aos que dispusessem de meios para usá-las produtivamente. A terra era um bem livre, a restrição para o acesso à terra vinha da disponibilidade de mão-de-obra para explorá-la.

O fundamental, no entanto, era o desbravamento e a expansão territorial. O exagero do tamanho das sesmarias, a concessão de patente militar, com autorização para requisitar homens e mantimentos e eliminar a reação dos índios, e a concessão de novas sesmarias sobre as terras conquistadas, são indicativos de que o objetivo principal era a expansão do território e não o seu uso produtivo.

O uso produtivo da terra constituía a maneira de manter as conquistas, expansão e desbravamento, territoriais. Sendo assim, entende-se o caráter extensivo da atividade produtiva nessas terras.

Guilherme Dias lembra três fatores que garantem viabilidade econômica ao tipo de ocupação territorial baseado na grande propriedade agrícola. Um deles é o ganho de capital proveniente da valorização da terra à medida que sucessivas fronteiras agrícolas vão sendo ocupadas. Outro fator está na possibilidade de planejamento a longo prazo para o processo de desmatamento e ocupação econômica e, conseqüentemente, de redução no investimento para a continuidade desse processo. Por fim, a técnica agrícola extensiva, usada na grande propriedade, permite uma administração indireta sobre todas as terras e com um custo relativamente baixo.

Assim, a expansão agrícola e a ocupação territorial Constituíram-se numa reprodução contínua do mesmo sistema produtivo nas áreas novas e do uso de técnicas conservacionistas primitivas nas áreas velhas - rotação de terras, com grande período de descanso, até mesmo com abandono total para que a vegetação espontânea recupere parte da antiga fertilidade da terra

O sistema de grande propriedade também facilita o controle demográfico na região. A disponibilidade de mão-de-obra constitui uma restrição, apenas no início da ocupação. Na medida em que esta consolida-se, começa a pressão para o uso das terras, internas à fronteira, em culturas de subsistência. Essa pressão pode ser administrada, reduzindo-se a força de trabalho empregada, através da conversão do sistema de produção de lavouras intensivas em mão-de-obra para lavouras menos intensivas em mão-de-obra e, mesmo, para pastagens.

Outra forma de administração dessa pressão é a alteração nas formas de pagamento do trabalho. Ao passar-se da parceria, do colonato ou do pagamento em espécie, para o pagamento em dinheiro e para o assalariamento, a pressão demográfica sobre a utilização das terras é transferida para o mercado de produtos de subsistência. Em suma, o controle sobre a densidade demográfica ajusta a utilização de mão-de-obra com a capacidade produtiva do solo

Ora, como ressalta Guilherme Dias, esse processo para ter sucesso precisava contar com o apoio legal e político. Afinal, apesar da grande quantidade de terra, o recurso à violência nunca deixou de ser usado. Havia grupos que especializaram-se em "limpar" as terras na fronteira, desalojando os ocupantes, legalizando as terras e vendendo-as aos que iriam ocupá-las produtivamente. A ocupação da fronteira foi, ao longo do tempo, tornando-se, cada vez mais, um "negócio".

A "Lei de Terras", como ficou conhecida a Lei número 601, de 18/09/850, constitui um marco nesse processo de apropriação e ocupação territorial. Isto porque punia a invasão de terras devolutas com despejo, prisão, multa e satisfação de dano e,

dessa forma retirava, do colono, a única forma pela qual os que não possuíam escravos podiam obter domínio sobre alguma terra. Além do mais, estabelecia que, para o Estado apropriar-se de alguma terra, era preciso provar que não existia qualquer sinal de propriedade sobre ela. Algo que foi preservado até os dias de hoje, que passou incólume pela república, pelas Constituições de 1934, 1937, 1946, pelo Estatuto da Terra, de 1964, e pela Constituição de 1988.

Em suma, a concentração da posse da terra e da renda constituem somente um dos aspectos do fenômeno tratado por Guilherme Dias. O poder político, os sistemas de controle demográfico e de repressão a nível local e regional de qualquer movimentação social contra os interesses dos grandes proprietários rurais, também constituem parte integrante do que o referido autor tratou como estrutura agrária.

Para os objetivos do presente trabalho, aos resultados extraídos de Guilherme Dias devem ser somados os resultados extraídos dos trabalhos de Ignácio Mourão Rangel.

Ignácio Rangel (54) argumentava que o descobrimento do Brasil havia colocado em contato uma organização social primitiva, a comunidade primitiva dos índios, com o que havia de mais moderno, na época, em termos de organização social e era comandada pelo capital mercantil. O resultado foi uma forma dual de organização social: internamente atrasada e externamente moderna, com uma diferença de dezenas de milhares de anos, de milênios, entre esses dois pólos.

Antes mesmo da revolução industrial, a diferença entre os pólos havia se reduzido para menos de duas dezenas de séculos pois, o pólo interno transformou-se numa escravidão de estilo greco-romano. A revolução industrial acelera a redução dessa diferença, já que apenas alguns séculos passaram a separar o capitalismo industrial, que predominava no pólo externo, e as formas feudais de organização social que passaram a prevalecer no pólo interno.

Na época em que Rangel escreveu o texto em tela, a diferença entre o pólo externo e o pólo interno passou a ser de menos de um século: no pólo externo, o capitalismo financeiro; no pólo interno, o capitalismo emergia como dominante tanto nas cidades como no campo. A conclusão do autor era que, em breve, dentro de algumas dezenas de anos, esses dois pólos desapareceriam. Afinal, no pólo externo, já se estava ensaiando alguns passos na direção do socialismo.

Essas dualidades refletiam-se no Estado brasileiro. Na primeira dualidade, no tempo do Império, a fração hegemônica do poder estava com os senhores de escravos e a fração secundária estava com os comerciantes exportadores. Como a escravidão aqui vigente não era simples reprodução da que vigorara no passado, até porque foi instaurada sob inspiração do capital comercial, os senhores de escravos não geriam suas fazendas como um senhor greco-romano mas, como um capitalista comerciante. Isto fez com que formas feudais de organização começassem a ser adotadas para desenvolver as forças produtivas.

A segunda dualidade, que começa com a Abolição, leva para a hegemonia a fração secundária do pacto anterior, o capital comercial. Na fração secundária do poder estava o latifúndio feudal, uma dissidência progressista da fração hegemônica anterior, os senhores de escravos. O sistema de parceria expandiu as forças produtivas, aumentou a produtividade do trabalho e a produção agrícola cresceu mais rapidamente do que o mercado externo. A resposta da economia foi uma diferenciação dos comerciantes, que passaram a dedicarem-se às atividades de transformação.

A terceira dualidade básica da economia brasileira iniciou-se com a Grande Depressão Mundial e a Revolução de 1930. O latifúndio semi-feudal chega à hegemonia e o capital industrial, dissidência do capital comercial, torna-se a fração secundária no pacto de poder.

No momento da publicação do texto que está sendo sumariado, ano de 1962, eram emergentes as condições para a superação dessa dualidade. O país tinha conseguido montar um parque industrial razoavelmente diversificado, seja na parte de bens de consumo, seja na parte de bens de produção e, em função do interesse que o grande capital internacional estava demonstrando pelo Brasil, a classe dos empresários industriais estava sendo enormemente fortalecida. O latifúndio-capitalista, dissidência progressista do latifúndio-feudal, já era uma realidade e estava em plena expansão no Sul do país. O país estava prestes a passar para a quarta dualidade.

Essa corrida da economia brasileira para estar consentânea com a modernidade do desenvolvimento social, imprimia características ao nosso desenvolvimento que não eram encontradas em outros países. Essas peculiaridades foram tratadas por Rangel (55) em outra obra, publicada em 1963.

A rápida penetração do capitalismo no campo brasileiro produzia um grande aumento de produtividade na agricultura, levando a um rompimento no equilíbrio do relacionamento entre o campo e a cidade (entre a agricultura e a indústria). Esta crise, que o autor chamou de crise agrária, se manifestava num excedente de produtos agrícolas (sem mercado) e num excedente de mão-de-obra (sem colocação produtiva).

O excedente de produto gerava problemas de comércio exterior. O excedente de mão-de-obra, via o êxodo rural, gerava um enorme exército de reserva de mão-de-obra na cidade. O resultado era um achatamento dos salários na cidade. A crise agrária produzia uma distribuição de renda excessivamente concentrada e isto trazia outras conseqüências importantes para o estilo do desenvolvimento da economia brasileira.

Dado que a massa salarial constitui-se no componente básico determinante do montante do consumo, este ficava limitado pela má distribuição de renda resultante da acelerada penetração do capitalismo no campo e da crise que isso gerava. A crise agrária produzia uma economia cujo crescimento era extremamente dependente das imobilizações produtivas e improdutivas (cujo determinante básico é o lucro). Segue-se daí que, seja porque a massa salarial e, portanto, o consumo, não se expandiam rapidamente, seja porque a destinação básica do lucro é a imobilização produtiva, a economia brasileira tinha uma forte tendência a gerar capacidade ociosa no seu sistema econômico.

A contradição entre necessidade de imobilizações e lento crescimento do consumo era superada com a existência da inflação que, ao penalizar a retenção de riqueza na forma líquida, induzia às imobilizações. A excessiva dependência das imobilizações e, portanto, da inflação, produzia uma distorção que eram as imobilizações mesmo com taxas de retorno real negativo. Tal ocorria porque perdia-se menos imobilizando em excesso do que retendo a riqueza na forma líquida.

Como a inflação não atacava o problema central, que era a má distribuição da renda e como a destinação básica do lucro é a imobilização produtiva, havia períodos em que ela era mais, ou menos, necessária. Assim, o crescimento da economia brasileira apresentava movimentos cíclicos inversos entre inflação e expansão da renda.

Ignácio Rangel argumentava que, em princípio, a reforma agrária seria uma forma de eliminar essas características negativas do crescimento da economia brasileira.

A reforma agrária prenderia o homem no campo, conteria o êxodo rural, reduziria o exército de reserva de mão-de-obra, elevaria os salários e o consumo poderia ser um fator propulsor do crescimento econômico, reduzindo a dependência da economia brasileira à inflação. O autor, no entanto, esclarecia que a reforma agrária constituía uma proposta típica dos utopistas, bem intencionados mas teoricamente desarmados, ou de demagogos que queriam capitalizar o descontentamento popular.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a reforma agrária não era uma necessidade. A inflação desempenhava o papel que a reforma estava destinada a cumprir: fomentar o crescimento econômico. Aliás, a industrialização brasileira tinha a especificidade de ter-se iniciada sem que previamente fosse preciso, via reforma agrária, criar o mercado para a indústria. Foi isso que permitiu o pacto de poder entre o latifúndio semi-feudal e o capital industrial nascente, característicos da terceira dualidade básica da economia brasileira. Além do mais, nos anos 1960, o país ainda tinha muitos campos virgens para aplicação de capitais, bastando para tal, a simples preparação institucional. Não era correto que o capitalismo não ia à frente, no Brasil, sem uma reforma agrária.

Do ponto de vista político, não seriam encontrados aliados para a proposta de reforma agrária. Na burguesia, porque dela não precisava e porque estava ligada ao latifúndio, inclusive, por laços de sangue (parentesco). No campesinato, porque, todo dia, o caminhão pegava os elementos mais combativos, mais preparados para uma luta até mesmo armada, e os trazia para a cidade. Não encontrava apoio político nos assalariados urbanos porque as coisas do campo já tinham tornado-se nostálgicas e sempre que eles olhavam para o futuro, viam a indústria. Sendo assim, o que mobilizava o proletariado era a luta contra o imperialismo.

A reforma agrária era uma arma contra o latifúndio. Este, conforme referido anteriormente, já estava passando por um rápido processo de transformação de "semi-feudal" para "capitalista". Também por isso, o momento histórico da reforma agrária havia passado.

O que muitos pensam ser a reforma agrária proposta por Ignácio Rangel (56) constituía-se, na realidade, numa simples "ação sobre a oferta de mão-de-obra". O objetivo era "assegurar ao trabalhador temporário da monocultura a ocupação estável de um pequeno lote de terra, próximo ao local de trabalho mas fora da fazenda monoculturas"(p.73). Por essa razão, a proposta de Rangel não pode ser chamada de uma verdadeira reforma agrária.

A "reforma agrária" (e ressaltem-se as aspas) de Rangel não tinha como objetivo solucionar problemas da cidade. Seu objetivo era abastecer o campo com mão-de-obra que tinha sido expulsa pela penetração do capitalismo no próprio campo. Não tinha como finalidade o atendimento das reivindicações dos camponeses mas, eliminar um dos entraves ao triunfo da grande produção agrícola. Tampouco buscava conter o êxodo rural para atender à cidade mas, para atender as necessidades do capitalismo no campo.

Sendo assim, não é adequado reivindicar, como reivindicam alguns autores citados no segundo capítulo da primeira parte deste trabalho, a herança Rangeliana para propor uma reforma agrária, hoje, no Brasil. O simples fato de identificarem o rápido desenvolvimento do capitalismo no campo como a causa do êxodo rural, não é suficiente para verem nisso uma inspiração Rangeliana.

Isto posto, é possível juntar a leitura do trabalho de Guilherme Dias, que trata especificamente da estrutura agrária, no sentido amplo, com a leitura dos trabalhos de

Ignácio Rangel, que detalham como ela molda o desenvolvimento do país. Trabalhos feitos com objetivos distintos mas, complementares no que diz respeito aos objetivos desta tese.

O trabalho de Guilherme Dias é particularmente relevante para esta tese porque mostra a "territorialização" da burguesia. Ele mostra a transformação do significado da propriedade da terra: inicialmente, sem importância porque a restrição fundamental estava na disponibilidade de mão-de-obra; depois, instrumento de disputas violentas porque passou a poder ser vendida/comprada e a servir como porta de acesso a benefícios fiscais e creditícios.

O trabalho de Rangel é particularmente relevante para a conclusão desta tese porque mostra que o campo brasileiro sempre sofreu as influências do capitalismo, ainda que conservasse traços de modos de produção pretéritos. Mostra como, mais recentemente, estava ocorrendo uma rápida transformação do latifúndio de estilo feudal para latifúndio de estilo capitalista. Mostra a rápida penetração do capitalismo no campo.

Rangel e Guilherme Dias indicam que a estrutura fundiária concentrada, de estilo "feudal", marcou uma sociedade com fortes diferenças nas condições de vida da sua população. Não se pode, no entanto, extrair deles que, apesar dessa característica, em algum momento, o campo tenha constituído empecilho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nunca o setor rural deixou de modernizar-se, ainda que essa modernização não tenha tido a rapidez de uma via "farmer". Os trabalhos de Guilherme Dias e de Ignácio Rangel sustentam a validade da afirmativa de Ivan Ribeiro (59), que o desenvolvimento rural brasileiro assemelha-se ao estilo "prussiano-japonês".

O que Rangel, Guilherme Dias e Ivan Ribeiro apontaram em seus respectivos trabalhos, ficou evidente depois dos anos 1960. Na literatura, isso ficou conhecido como modernização "conservadora" da agricultura. Conservadora porque mantinha o esquema de dominação vigente no campo brasileiro, excluindo milhares de pessoas dos benefícios do progresso da técnica.

Estão disponíveis informações indicando que, sob o comando e o estímulo do Estado, o processo de submissão do campo à cidade alcançou níveis elevadíssimos, particularmente depois de meados dos anos 1960.

Uma dessas fontes é o trabalho de Ângela Kageyama e José Graziano da Silva (25). Esses autores chamam a atenção que, completada a industrialização brasileira, nos anos 1950, inicia-se, na década seguinte, a industrialização da agricultura. Estabelece-se um segmento do departamento de bens de produção que está voltado, especificamente, para o fornecimento de máquinas e insumos para o campo. A partir de então, a dinâmica da agricultura não depende mais, exclusivamente, da própria atividade agrícola.

O aspecto fundamental nessa transformação para melhor é a crescente integração da agricultura com o resto da economia, inclusive a mundial. Uma integração, sem dúvida, comandada pela cidade, imposta a partir do Estado. A política econômica para a agricultura é mostra disso. Três trabalhos podem ser usados para ajudarem na argumentação desse ponto.

Um deles é a Dissertação de Mestrado de Ângelo Bressan Filho (06). Tratando da política tributária para a agricultura, o autor lembra que, no caso do complexo soja, as exportações de soja em grão são tributadas normalmente mas, o farelo dispõe de

isenção parcial e o óleo em bruto e purificado tem, além de isenção total, um subsídio líquido considerável. O mesmo era verdade para o caso do sisal em bruto, sisal preparado e cordéis e cordas de sisal, que têm tributação, subsídio de 14% e subsídio de 36%, respectivamente.

Outros produtos sofriam o mesmo tipo de discriminação. O açúcar, algodão, amendoim, banana, cacau, café, carne de bovinos etc., se exportados 'in natura' eram tributados mas, se tivessem qualquer processamento industrial antes de exportados, eram premiados com subsídios e/ou isenção daqueles tributos.

Outro trabalho fundamental na sustentação de que a modernização acelerada da agricultura foi comandada pela cidade, é o texto de Mendonça de Barros (04). Esse autor chama a atenção que, no caso dos insumos industriais para a agricultura, quando a produção doméstica desses insumos era "modesta", a política comercial era "frouxa", permitindo a importação sem gravames. Nessas condições, se os preços externos eram favoráveis, a agricultura acabava se beneficiando. Se a produção doméstica se elevava, passava a ser protegida por barreiras alfandegárias e, pelo menos por um certo período, a agricultura paga preços maiores pelo produto. Apenas eventualmente é que o governo amenizava o problema cobrindo (direta ou indiretamente) parte do acréscimo de preços.

Mendonça de Barros também trata do caso da produção de equipamentos. Aqui, um bom exemplo é a produção nacional de tratores. Esta iniciou-se nos anos 60, protegida da concorrência externa. Em função dos preços elevados e da recessão associada ao programa de estabilização de preços, o setor passou grave crise em 1965/66. A solução dessa crise só veio com o alargamento dos tetos e das condições de crédito e com a retirada de toda tributação indireta (IPI e ICM).

Com a retomada do crescimento da economia, com a rápida expansão das culturas de exportação, ambos fatores promovendo a expansão da demanda e da produção, por um lado, e com a redução no número de fabricantes, por outro lado, houve o aproveitamento das economias de escala do setor industrial e uma redução no preço real das máquinas. Assim, elevou-se substancialmente o grau de mecanização da agricultura brasileira.

O terceiro trabalho, aqui utilizado para apontar a participação governamental na transformação/modernização da agricultura, também foi escrito por Mendonça de Barros em co-autoria com Douglas Graham (05). Esses autores chamam a atenção que, pós 1964, montou-se um subsistema de apoio financeiro ao setor rural e que ele contou com volumes de recursos subsidiados inimagináveis historicamente. Tal contrasta significativamente com a cobrança de juros reais para outros segmentos da economia.

Conforme registrado em Kadota & Soares (24), olhando-se retrospectivamente para o período pós 1964, observa-se que a política cambial estimulava a produção para a exportação mas a política tributária penalizava a exportação "in natura". A política de preços-mínimos não estimulava a apropriação de renda na agricultura mas a política creditícia fomentava a busca de ganhos via modernização da produção. Em outras palavras, a política econômica para a agricultura subordinava esse setor aos interesses da indústria.

Hoje, é possível perceber um traço fundamental na política para o setor agrícola. Com o crescimento da cidade, com a integração com a indústria e com a expansão do comércio exterior, a demanda pela produção agrícola crescia significativamente. No entanto, conforme abundantemente registrado na literatura, esse crescimento não era

transmitido para os preços. O governo, via controle dos preços agrícolas, não permitia que o simples mecanismo de mercado orientasse a produção agrícola.

Não é crível que tenha sido por mero descuido que, o "todo-poderoso" ministro da fazenda durante o período que ficou conhecido como "milagre" brasileiro, Antônio Delfim Netto, quando ainda era só um professor universitário, tenha escrito um texto (13) sobre a reforma agrária dizendo que: a despeito do violento crescimento da produção industrial, da renda percapita e da urbanização, o comportamento dos preços industriais e do preço, no atacado, dos produtos agrícolas, no período 1953/63, indica que a oferta agrícola adequou-se razoavelmente à demanda; a intenção de comandar o crescimento da economia à partir da agricultura, de promover o desenvolvimento à partir de uma elevação da produtividade dentro do setor agrícola, equivale a intenção de alguém levantar-se puxando-se pelos próprios cabelos; a agricultura, para aumentar seu nível de produtividade, precisa receber um impulso dinâmico da demanda do setor exportador ou do setor urbano.

Esses trechos indicam que o governo trabalhava com os seguintes pressupostos: é a cidade que transforma o campo; como o capitalismo já está bastante desenvolvido no campo, os agricultores reagem aos preços e a oferta agrícola é elástica. Sendo assim, o significado do controle de preços era evitar que a expansão da demanda pelos produtos agrícolas fosse apropriada como renda absoluta. Explica-se, desse modo, a coexistência do controle no aumento dos preços agrícolas com as compensações via crédito subsidiado para a modernização da produção agrícola.

Enfim, os trabalhos aqui referidos apontam claramente a rápida transformação do campo brasileiro. Uma transformação feita sob o comando da burguesia e dos interesses da cidade. A modernização do campo fez com que ele se tornasse, mais ainda, uma alternativa para a aplicação de capitais.

Adicionalmente ao que acabou de ser exposto, vale notar as informações contidas no trabalho de Ângela Kageyama (26), onde observa-se que empresas do setor de prestação de serviços de utilidade pública, como a Light Serviços de Eletricidade S/A, empresas siderúrgicas, como a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e a Mannesmann S/A, empresas financeiras, como o Banco Bamerindus, e indústrias químicas como a S.A. White Martins, possuíam mais de 10.000 ha de terras ou estavam entre os 0,1% maiores proprietários no Estado onde estava localizada a propriedade rural.

A autora observa que, em 1985, seis das dez maiores empresas privadas nacionais eram proprietárias de grandes extensões de terras. Elas estavam entre os 0,1% maiores proprietários de terras no Estado onde estava instalada a propriedade, ou tinham propriedades com mais de 10.000 ha de extensão.

Essas informações podem ser completadas com o trabalho de Guilherme Delgado (14). Na sua Tese de Doutorado, Delgado, relaciona os 22 principais grupos empresariais, segundo o valor do patrimônio líquido rural em 1980. Nessa lista encontram-se empresas que atuam nos mais diferentes ramos de atividade: OMETTO (Isaltina), com 31 empresas, das quais 19 são rurais, atuando com açúcar, álcool, agropecuária e outros; GUATAPARÁ-SILVA GORDO, 34 empresas, 14 rurais, açúcar, álcool, agropecuária, reflorestamento, papel, celulose e embalagens; KLABIN, 29 emps.(7 rurais), agropecuária, reflorestamento, papel e celulose; ANTUNES-CAEMI, 36 emps. (8 rurais), mineração, siderurgia, agropecuária e outros; OMETTO (Orlando), 43 emps. (20 rurais), açúcar, álcool, agropecuária, imóveis e outros; ATALLA, 2 emps. rurais, açúcar, álcool e agropecuária; BIAGI-ZANINI, 44 emps. (19 rurais), metal-mecânico, açúcar, álcool e fertilizantes; BUENO VIDIGAL, 42 emps. (14), metal-

mecânico, cimento, seguros, agropecuária, imobiliárias e colonizadoras; COPERSÚCAR, 8 emps. (3), açúcar, álcool, fertilizantes e café solúvel; BOZANO-SIMONSEN, 51 emps. (6), bancos, financeiras, imóveis, mineração, agropecuária e outros; BEZERRA DE MELO, 47 emps. (11), hotelaria, seguros, têxtil, açúcar e agropecuária; FISCHER, 23 emps. (7), sucos vegetais, agropecuária, transportes, exportação, imóveis etc.; ANDRADE GUTIERREZ, 9 emps. (2), construção civil e colonização rural; CEI-COTIA, 21 emps. (5), comércio exterior, metalurgia agropecuária etc.; APLUB- ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS UNIVERSITÁRIOS DO BRASIL, 21 emps. (1), seguros, financiamentos etc.; BAMERINDUS, 33 emps. (6), bancos, financeiras, seguros, agropecuária etc.; UGOLINI, 12 emps. (5), eletrônica, metalurgia, imóveis, açúcar, agropecuária; SUL AMÉRICA, 37 emps. (3), seguros, previdência privada, finanças etc.; BANDEIRANTES, 26 emps. (4), bancos, financeiras; ITAÚ, 43 emps. (5), finanças, processamento de dados, materiais de construção, agropecuária; ENI ENTE NAZIONALE (Itália), 2 empresas rurais.

Na lista apresentada por Delgado, parte dos grupos empresariais têm empresas na agricultura e fora dela em razão de integração vertical. Outra parte as têm em razão dos estímulos tributários, o que reforça o argumento que o Estado foi um instrumento do capital no esforço de submeter o campo aos seus desígnios.

Registre-se que esse processo de submissão do campo aos interesses da cidade produziu, nos anos 1980, uma agricultura que, conforme dados trabalhados por Guilherme Dias & José Roberto Mendonça de Barros & Maria Cristina B. de Mello (14), aumentou sua produtividade física em 40%, apesar da significativa redução dos volumes de crédito rural. Tomando 1980 como base 100, o índice da produtividade física da agricultura registrava os níveis de 92,9 e 88,0 em 1989 e 1988, respectivamente. Em 1989, 1990 e 1991, esse índice alcançou 136,1 - 126,1 - 131,2. O crédito rural concedido num ano, como proporção do PIB rural no ano seguinte, sai de valores próximos a 60%, no início do período citado e chega a um percentual que oscila na casa dos 20%, ao final do período.

Em suma, na literatura de economia agrícola estão disponíveis várias informações mostrando que o capital já submeteu o campo brasileiro aos seus interesses.

A burguesia já tomou conta da parte que lhe interessa do território brasileiro. Isto significa, nas palavras dos economistas agrícolas, que a fronteira agrícola já está fechada, seja no sentido apontado por Graziano (65), chamando a atenção que quase todas as terras já estão apropriadas, seja no sentido apontado por Guilherme Dias, enfatizando que, com a tecnologia disponível, hoje, as terras livres estão muito longe do mercado e, portanto, não justificam uma exploração econômica.

Não perceber a "territorialização" da burguesia, a submissão dos interesses do campo aos interesses da cidade, o elevado grau de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, causa a perplexidade de Clemilda de Souza (12) frente a reação da burguesia à proposta de reforma agrária da "Nova" República.

A autora cita que, os proprietários de terras classificaram esse plano de "subversivo", ameaçaram atirar em quem "invadisse" suas terras, desafiaram abertamente o ministro da reforma agrária, acusaram o governo de ambíguo, por não definir adequadamente o que era latifúndio improdutivo, e criticaram o governo por só ter conversado com os trabalhadores, deixando de lado os patrões. Quanto as "demais frações da burguesia, supostamente interessadas na reforma agrária", Clemilda de Souza

ressalta a "timidez" do apoio, que ficou limitado a um ou outro pronunciamento isolado defendendo mais os princípios do que o Plano do MIRAD.

A presente seção pode ser concluída com a afirmativa que, devido à "territorialização" da burguesia, à submissão do campo aos interesses do capital, não existe qualquer sentido, do ponto de vista do marxismo, tal como visto por Lenin, em defender-se a proposta de reforma agrária no Brasil atual.

c) Considerações Adicionais: Linhas de Desenvolvimento Futuro do Trabalho

A afirmativa de que, no Brasil, o campo já está num estágio adiantado do processo de submissão à cidade, ao capital, não significa dizer que esta submissão seja completa. O triunfo da grande produção ocorreu mais velozmente em uns produtos e menos velozmente em outros produtos.

A primeira linha de desenvolvimento do presente trabalho está na elaboração de uma hipótese explicativa para o "desbalanceamento" com que a grande produção tomou conta do setor rural brasileiro. Essa explicação, evidentemente, não pode estar desvinculada do processo global de modernização da economia brasileira.

A segunda linha de desenvolvimento deste trabalho está na exploração das conseqüências desse "desbalanceamento", na vitória da grande produção agrícola, sobre o resto da economia. Assim, se na primeira linha de desenvolvimento do presente trabalho sai-se do geral para o particular, na segunda linha o movimento é o inverso.

O ponto de partida para a compreensão do processo global de modernização da economia brasileira deve ser a obra de Lenin sobre a etapa atual de desenvolvimento do capitalismo, sobre a etapa imperialista do capitalismo.

Lenin (42) aponta que, na etapa imperialista do capitalismo, a concorrência entre os produtores de mercadorias é essencialmente distinta da que prevalecia na etapa anterior de desenvolvimento desse modo de produção. O capitalismo dito concorrencial é um modo de produção bastante dinâmico porque a concorrência entre os produtores de mercadorias exige que qualquer descoberta que signifique novos produtos, formas mais baratas de produzi-los ou de produzi-los com melhor qualidade, imediatamente seja introduzida na produção. O capitalismo monopolista é menos dinâmico porque a introdução desses melhoramentos na produção é planejada, ocorre em função do estágio de amortização dos investimentos anteriores, depende de uma decisão financeira.

No capitalismo concorrencial, os lucros dependem, fundamentalmente, da velocidade com que aqueles melhoramentos são aplicados na produção. No capitalismo monopolista, a maior parte dos lucros vem das denominadas maquinações financeiras. A título de ilustração, convém lembrar a freqüência com que, em função da expectativa sobre os movimentos do câmbio, a grande empresa, apoiada por um grande banco, antecipa ou posterga as compras de matérias-primas (domésticas ou importadas) e a própria produção dos produtos (que serão vendidos no mercado interno ou exportados). As chamadas políticas de estoques de matérias-primas e de produtos acabados, que são exemplos típicos de maquinações financeiras, não existem nas pequenas empresas competitivas mas existem nas grandes empresas monopolistas que são apoiadas por grandes bancos monopolistas.

Dois fatores explicam a predominância da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias, que caracteriza a etapa imperialista do capitalismo. Um deles é a busca das maiores taxas de lucros vigentes nos países já integrados à órbita do capitalismo mas onde este ainda não está suficientemente maduro. Nesses países, a infra-estrutura econômica já foi, pelo menos, iniciada e as terras e a mão-de-obra são mais baratas. Diferente é o caso dos países onde o capitalismo já amadureceu, onde a composição orgânica do capital nos setores produtores de bens de salário já é bastante alta e, por isso, a possibilidade de altas taxas de lucro é bastante baixa.

Outro fator explicativo da prevalente predominância da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias está em que, na competição monopolista do capitalismo, procura-se acabar com a liberdade de movimentação de mercadorias e de capitais. Com esse objetivo, as empresas imperialistas espalham-se pelo mundo procurando aprisionar fontes de matérias-primas e mercados. Para tal, conforme foi enfatizado por Bukharin (07), elas instalam-se no país e procuram usar as tarifas como forma de proteção contra as importações concorrentes - as tarifas constituem uma arma importantíssima na etapa imperialista de desenvolvimento do capitalismo e beneficiam, principalmente, as grandes empresas imperialistas.

A guerra tarifária, no entanto, não constitui o único tipo de guerra entre os imperialistas. A acirrada luta entre gigantes exige que eles recorram a todo tipo de arma para derrotarem os concorrentes.

A existência do Bloco Soviético imprimiu características marcantes ao desenvolvimento do Bloco Capitalista, particularmente após a guerra mundial de 1939/45. Isto é fundamental ter presente quando procura-se entender o desenvolvimento do parque industrial no Brasil desde então.

Walther Lippmann (43) aponta que, no imediato pós-guerra, duas propostas lutavam pela hegemonia na condução da política externa dos EUA. Uma delas, consubstanciada na Doutrina Truman, propunha o enfrentamento, inclusive militar, à ameaça soviética, onde quer que ele se manifestasse. Para tanto, barreiras "intransponíveis" deveriam ser erigidas em torno da União Soviética.

A proposta concorrente criticava a Doutrina Truman apontando vários inconvenientes.

O emprego do poder econômico, político e militar norte-americano para criar, na Europa e na Ásia, as barreiras intransponíveis, exigiria um esforço de infantaria que os EUA não possuíam. Sendo assim, as tropas das barreiras intransponíveis teriam que ser completadas com chineses, afegãos, iranianos, turcos, curdos, árabes, gregos, italianos, austríacos e por um conjunto de anti-soviéticos poloneses, checoslovacos, búlgaros, iugoslavos, albaneses, finlandeses e alemães.

Para tanto, era preciso recrutar, subsidiar e manter um conjunto heterogêneo de Estados Satélites e governos fantoches, muitas vezes ditatoriais. Esse não é um material adequado para a construção de barreiras intransponíveis para a defesa da liberdade. Frequentemente esses "aliados" agiriam em seus próprios interesses e, não raro, os EUA poderiam ver-se as voltas com o dilema de que, em nome da defesa do mundo livre, terem que defender ditadores locais.

O correto seria concentrar os esforços em alguns aliados. Os aliados "naturais" dos EUA eram os países banhados pelo Oceano Atlântico e pelo Mar Mediterrâneo. A união desses aliados seria conseguida com a definição de uma estratégia comum, de um sistema econômico e cultural comum.

Isto posto, a política externa dos EUA deveria caminhar por dois eixos. Um deles era a assinatura de acordos que resultassem na retirada das tropas soviéticas de ocupação. Retirando-se a essência do poderio soviético, o exército vermelho, do cenário europeu, os partidos comunistas locais não constituiriam um problema imanejável, mesmo que ganhassem algumas eleições. O outro caminho era a promoção da recuperação econômica dos aliados, de forma a que, ao defenderem seus interesses, simultaneamente, defendessem os interesses dos EUA, do "mundo livre".

Não se tratava de criar um Plano Marshall para o Oeste Europeu e/ou para a América do Sul. Somente um Plano Europeu para a Europa é que poderia salvar a Europa. Apenas dessa forma é que se deveria conclamar os cidadãos norte-americanos para ajudarem aos cidadãos europeus a se salvarem do perigo soviético.

O problema, dizia Lippmann, é que não estavam evidentes para todos as diferenças entre essas propostas. Em primeiro lugar, porque a Doutrina Truman foi anunciada logo depois do General Marshall tornar-se Secretário de Estado e de ter partido dele a decisão de intervir na Grécia e na Turquia, uma aplicação concreta da referida doutrina. Em segundo lugar, porque o Chefe de Planejamento da Equipe do Secretário Marshall é um dos expoentes da Doutrina Truman. Por fim, porque a propaganda soviética estava apresentando as propostas de Marshall para a Europa como uma aplicação da Doutrina Truman.

É irrelevante se, como afirmava Lippmann, havia duas propostas distintas. O relevante é que elas não eram de todo conflitantes e foram implementadas no pós-guerra. Quando foi necessária a intervenção militar ela ocorreu. Quando bastou o apoio econômico, a ele restringiram-se as ações.

Em suma, o desenvolvimento do parque industrial no Brasil, no pós-guerra, tem que ser entendido nesse quadro de busca, por parte das grandes empresas monopolistas, de taxas de lucros maiores nos países onde o capitalismo já se desenvolvia mas ainda não estava maduro, de corrida, por parte das empresas imperialistas, para negar a livre movimentação de mercadorias e de capitais e aprisionar recursos naturais e mercados, e, de tentativa, por parte dos países imperialistas, de conter o expansionismo soviético.

É nessa perspectiva que se deve entender a seqüência dos seguintes fatos: Missão Abink, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, criação do BNDE, preparadores da vultosa entrada de capital estrangeiro no período Juscelino e que promoveu uma significativa modificação no parque produtivo industrial e que se complementa com a acelerada produção e reprodução do "American way of life", característica do que ficou conhecido como "milagre" brasileiro.

Nesse processo, foi-se moldando a estrutura produtiva no Brasil à semelhança da estrutura produtiva dos países desenvolvidos (imperialistas). Num processo, como é típico nos processos do capitalismo, feito de forma desbalanceada e que é sujeito a flutuações.

Cumprir sublinhar a diferença entre o que acabou de ser apontado e a postura de atribuir uma dinâmica interna para a formação e desenvolvimento do parque industrial no Brasil, que é uma postura típica dos analistas que enxergaram esse processo como "substituição de importações" (68) ou como "constituição tardia de forças produtivas capitalistas" (48). Na postura aqui defendida, a formação e o desenvolvimento do parque industrial no Brasil faz parte de um processo, comandado pelas empresas imperialistas, que caminha na direção da negação da separação entre os planos internos

e externos e, portanto, não é correto falar em dinâmica interna para a "industrialização" brasileira.

Nesse processo desbalanceado e sujeito a flutuações rítmicas, alguns ramos vão sendo, antes dos outros, "capturados" pela produção imperialista. Em outras palavras, a grande produção triunfa antes em uns ramos do que em outros.

A Dissertação de Mestrado de Norma Casseb (11), chegou a resultados importantes para o trabalho aqui desenvolvido. Uma delas foi mostrar que o custo de reprodução da força de trabalho era significativamente influenciado pelas despesas com alimentação e que o setor produtor desses bens não havia obtido ganhos de produtividade significativos ao longo das décadas de 1960 e 1970. Outro ponto importante, apontado pela autora, é que a extensão da jornada de trabalho e a política de limitação do salário real foram fartamente utilizados ao longo do período por ela estudado. Assim, apesar do marcante crescimento da economia brasileira, as condições de vida material da classe trabalhadora não tiveram melhoras tão importantes.

Para o presente basta concentrar a atenção no esforço que a autora fez, buscando, nas variações dos preços relativos, uma indicação sobre a existência de ganhos de produtividade na produção dos bens que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores. A constatação da autora é que os produtos industrializados em geral, os bens de consumo duráveis, os produtos de vestuário, as matérias-primas, as máquinas, veículos e equipamentos, apresentaram uma nítida tendência de queda nos seus preços em relação à média dos preços da economia. Comportamento inverso foi observado para os casos dos produtos agrícolas em geral, dos produtos alimentares em geral, dos bens de consumo não-duráveis e dos materiais de construção.

O trabalho de Norma Casseb pode ser complementado com a tentativa de explicar esses movimentos de preços relativos. No caso da queda de preços relativos dos produtos industrializados em geral, dos bens de consumo duráveis, dos produtos de vestuário, das matérias-primas, das máquinas, veículos e equipamentos, queda essa que deve estar refletindo um ganho de produtividade superior ao ganho médio de produtividade da economia, a explicação está em que a expansão da produção desses bens ocorreu, fundamentalmente, pelo transplante de técnicas e setores plenamente desenvolvidos nas matrizes das grandes empresas imperialistas. Nesse conjunto de bens em tela, a vitória da grande produção capitalista ocorreu com o simples transplante de técnicas e setores mais desenvolvidos. A base empírica para essa afirmativa pode ser encontrada numa vasta literatura apresentando inúmeras indicações sobre o aumento da importância da empresa estrangeira no país e sobre os ramos onde elas se instalaram - Evans (17), Fajnzylber (19), Fajnzylber (20), Malan & Bonelli (44), Newfarmer & Mueller (49), Silva & Schor (62).

O caso dos produtos agrícolas requer uma explicação mais detalhada. A razão para tal está em que, no caso desses produtos, o transplante não é tão fácil de ser realizado sem significativas adaptações nos produtos e nas técnicas de produção. A explicação para o comportamento da produtividade dos produtos agrícolas requer uma incursão em alguns trabalhos de diferentes autores.

Antes, no entanto, é preciso chamar a atenção que Norma Casseb observou que, no período 1960/1980, a evolução dos preços por atacado dos alimentos em ritmo superior a evolução do índice geral de preços é muito melhor compreendida a partir do movimento dos preços dos produtos "in natura" e/ou semi-elaborados, do que a partir dos preços dos produtos alimentares industrializados.

Utilizando os dados do índice de preços por atacado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas e publicado pela Revista Conjuntura Econômica, Casseb parte da mesma base em 1960 (índice = 100) e mostra que, no conceito disponibilidade interna, o índice dos gêneros alimentícios chega em 1980 com o valor de 103.356, que é 32% maior que o valor (78.189) a que chegou o índice geral de preços. Já no conceito de oferta global, o índice de preços dos produtos agrícolas chega, em 1980, ao valor de 108.087, que é 31% maior que o valor (82.305) a que chegou o índice geral.

A partir de 1969, os preços por atacado, no conceito oferta global, passaram a explicitar a importância dos produtos alimentares no conjunto dos produtos industrializados. Fazendo 1969 = 100, Casseb mostra que o índice relativo aos produtos alimentares industrializados chega em 1980 com o valor 3.170, que é inferior mas, muito próximo, ao valor 3.211 alcançado pelo índice geral dos produtos industrializados no conceito oferta global.

A observação de Casseb mostra uma clara diferença no comportamento dos preços e das produtividades dos produtos agrícolas em função deles estarem ou não vinculados diretamente à indústria. Observação semelhante foi apresentada Kadota & Soares (24).

Nessa pesquisa foram construídos três grupos de produtos agrícolas: o grupo dos alimentos, constituído por arroz, banana, batata-doce, batata-inglesa, cebola, feijão e mandioca; o grupo dos industrializáveis, constituídos por amendoim, côco-da-Bahia, fumo, milho, sisal, tomate, trigo e uva, e; finalmente, o grupo dos exportáveis, constituídos por algodão, cacau, café, cana-de-açúcar, laranja, mamona e soja. Em seguida foram analisados os dados referentes as quantidades produzidas, área plantada, produtividade média e preços relativos, no período 1950/1985.

Dois sub-períodos são nítidos, um que vai de 1950 até meados dos anos 1960 e outro que vai daí até 1985. Para o presente texto, o relevante é observar o comportamento da produtividade média.

No primeiro sub-período, que vai do início dos anos cinquenta até meados dos anos sessenta, as taxas médias de crescimento das quantidades produzidas dos três grupos de bens não diferem significativamente (em torno de 5 % a.a.). Esse aumento de produção decorre, basicamente, da expansão da área plantada (crescimento médio de 4,8 % a.a. no caso dos alimentos; de 4,3 % a.a., no caso dos industrializáveis, e; de 3,8 % a.a., no caso dos exportáveis).

Já no sub-período subsequente, a taxa média de crescimento da produção dos exportáveis é (7,4 % a.a.) substancialmente maior que a taxa média de crescimento da produção dos industrializáveis (3,4 % a.a.), que por sua vez é também substancialmente maior que a relativa à produção de alimentos (1,5 % a.a.). Como as taxas médias de crescimento da área plantada foram, respectivamente, 4,9 % a.a., 1,7 % a.a. e, 1,3 % a.a., os ganhos de produtividade ganham relevância na explicação das quantidades colhidas.

Entre 1950 e 1964, o rendimento médio por hectare cresceu à taxa média de 0,5 % a.a., no caso dos alimentos. Já entre 1965 e 1985, o rendimento médio por hectare dos alimentos teve uma queda média de -0,1 % a.a. No caso dos industrializáveis, essas taxas foram, respectivamente, 1,0 % a.a. e 1,7 % a.a.. Para os exportáveis as taxas foram 0,5 % a.a. e 1,7 % a.a.. Não é demais repetir que, nos casos dos produtos industrializáveis e dos exportáveis, as taxas médias de crescimento dos rendimentos

médios por hectare são idênticas no período 1965/85 e significativamente maiores do que as vigentes no período 1950/1964.

Esse fenômeno já havia sido ressaltado por José Roberto Mendonça de Barros (04), apontando o que denominou "segmentação em produtos para o mercado interno e em produtos para o mercado externo". É preciso, no entanto, ressaltar a infelicidade na denominação do importante fenômeno que, pela primeira vez estava sendo apontado na literatura.

É certo que Mendonça de Barros alerta que os termos mercado interno e mercado externo não dizem respeito ao destino da produção pois, nesse sentido, a segmentação na agricultura brasileira havia reduzido-se ao longo do tempo. O autor lembra que um número crescente de produtos estava sendo comercializado, simultaneamente, no mercado interno e no mercado externo. Esse alerta, no entanto, não impediu que o trabalho em tela sofresse algumas incompreensões.

O que Mendonça de Barros queria chamar a atenção era para a existência de dois grupos de produtos com diferentes processos de formação de preços, com diferentes graus de desenvolvimento tecnológico e, portanto, com diferentes rentabilidades.

Apesar da preocupação mais restrita, especificamente, com os condicionantes do processo de indução das inovações, o trabalho de José Pastore, Guilherme Dias e Manoel Castro (52) é útil para ressaltar o ponto levantado originalmente por Mendonça de Barros. O caminho seguido por esses autores foi explicitar os fatores propiciadores (condicionantes) da definição da pergunta norteadora de qualquer trabalho científico ou tecnológico.

Pastore & Dias & Castro enfatizam o grau de concentração do produto, a possibilidade de industrialização e a possibilidade de transferência de tecnologia. Esses fatores, no entanto, podem ser rearranjados diferentemente para atender aos objetivos do presente trabalho.

Os autores destacam, no lado da oferta do produto, a existência de concentração geográfica na produção. Isto permite a existência de problemas comuns, de questões comuns a todos e facilita a formação de grupos de pressão para a solução. Além do mais, a concentração geográfica tende a homogeneizar ecologicamente as áreas de cultivo, com isso, facilitando o desenvolvimento da pesquisa, tanto no que se refere à geração com à adaptação e difusão de inovações tecnológicas. Em outras palavras, a concentração geográfica favorece a definição da pergunta e o interesse pela sua resposta, o que facilita o trabalho dos pesquisadores, que passam a dispor de meios e de rumos para suas pesquisas.

Destacam, no lado da demanda, o grau de refinamento dos mercados consumidores. Nesse sentido, ressaltam o mercado internacional e a industrialização do produto, caso notável, em que o nível de sofisticação se reveste de características mais precisas.

A industrialização de um produto exige, em si, uma série de especificações técnicas e padronização. Isto produz questões concretas a serem resolvidas pelos pesquisadores. Problemas específicos como os de comprimento e resistência da fibra de algodão, quantidade e teor de sacarose da cana-de-açúcar, e dureza do grão de café estabelecem problemas formulados com suficiente grau de precisão para consolidar linhas de pesquisas.

Além do mais, as diferenças nessas especificações e nessa padronização tendem a se traduzir em discriminação de preços no mercado. Facilitam, desse modo, a internalização, por parte dos produtores, dos benefícios provenientes de inovações técnicas, constituindo-se num forte estímulo para sua introdução na produção.

O mercado externo, por seu tamanho, constância e exigência exerce estímulos muito parecidos aos que são atribuídos a industrialização.

Os argumentos de Pastore & Dias & Castro, podem ser reduzidos a dois pontos: mercados exigentes e grande produção. Ambos, característicos do capitalismo. Assim, os textos de Pastore & Dias & Castro e de Mendonça de Barros, complementam-se na explicação de que a segmentação na agricultura brasileira reflete a maneira desigual como o capital vem apropriando-se dos diferentes produtos agrícolas.

Uma evidência favorável ao tipo de argumento aqui desenvolvido, pode ser encontrada no trabalho de Soares (66), onde o autor deste texto enfatizou que, apesar da unanimidade, presente na literatura de economia agrícola, das críticas ao tratamento dispensado por todos os governos ao setor agrícola, apesar da unanimidade a respeito da falta de uma política adequada para o setor, era inegável que a agricultura brasileira, tanto em termos de quantidade produzida como de qualidade do produto, havia sofrido uma enorme transformação para melhor.

De uma produção de frutas para o consumo "in natura" passou-se para uma produção de frutas onde a parcela destinada à industrialização é significativa. Isto significa uma produção que obedece a especificações bem definidas, padronizadas e com larga escala. O mesmo fenômeno pode ser apontado para o caso do tomate, da ervilha, da batata inglesa e da laranja. Novas variedades que permitiram a colheita mecânica e a escala ampliada de produção, tornaram viável a industrialização desses produtos.

Milho e soja são as pontas de um exemplo polar de integração entre agricultura e indústria. Milho e soja se transformam em ração, que se transforma: de um lado, em carne que se transforma em enlatados; de outro lado, se transforma em frango e em ovo que se transformam em massas; de outro lado, ainda, se transformam em leite que se transforma em queijo e em iogurte. Transformações que requerem grande quantidade de equipamentos e material genético, vacinas etc., sem contar com os equipamentos e insumos modernos que entram na produção do próprio milho e da própria soja.

O ponto que precisa ser mais bem explicado e, portanto, exige pesquisas adicionais, é a razão pela qual a produção de alimentos, no Brasil, defronta-se com tantos problemas. Um caminho é investigar porque o acelerado processo de urbanização não produziu mercados sofisticados no grau necessário para o desencadeamento das pressões para a modernização tecnológica apontadas por Pastore & Dias & Castro.

No lado da demanda, a origem pode estar nos aspectos de educação, hábitos, gostos etc. É preciso lembrar que as mudanças de hábitos de consumo não ocorrem "da noite para o dia". Apenas a título de exemplo, basta lembrar que passaram-se mais de dez anos para que o arroz irrigado do Rio Grande do Sul tomasse conta do mercado dominado pelo arroz de sequeiro.

O problema pode estar, também, na insuficiência de renda em razão de pressões urbanas sobre o salário dos trabalhadores. A Tese de Doutorado de Cláudio Afonso Vieira (70), por exemplo, mostrou que famílias na mesma faixa de despesas possuem estruturas de dispêndios diferentes em razão do grau de urbanização de onde residem.

No caso dos três principais itens de despesas de consumo dos trabalhadores, Vieira registrou que à medida que aumenta o grau de urbanização, ocorre uma queda na participação e no gasto familiar anual "per capita" com o item alimentos e um aumento com o composto transporte-aluguel. Na raiz dessa alteração está, segundo Cláudio Vieira, a existência de renda fundiária urbana do tipo renda absoluta.

No lado da oferta, a origem pode estar numa dificuldade, ainda não superada, na própria parte tecnológica, agrícola ou não, e/ou na ausência de possibilidade de transferência de tecnologia. A título de exemplo, basta lembrar o caso da mandioca, com as dificuldades de padronização, de transporte etc.

A relevância da descoberta da razão pela qual a oferta de alimentos consumidos pelos trabalhadores defronta-se com tantos problemas, o que explicaria a forma desbalanceada com que a grande produção capitalista vem "apropriando-se" dos diferentes segmentos da produção agrícola, está em que o custo de reprodução da força de trabalho não vem sendo rebaixado na velocidade requerida pela acumulação de capital no resto da economia. Seguem-se, então, conseqüências importantes para o estilo do desenvolvimento brasileiro.

O desbalanceamento com que o capital vem modernizando a agricultura, não atingindo tão fortemente os produtos alimentares que compõem a cesta de consumo dos trabalhadores, faz com que os ganhos de produtividade no setor produtor dos chamados bens de salário não sejam tão significativos e coloca dificuldades para que a acumulação seja feita com ganhos significativos de salário real. Em vista disso, a defesa da taxa de lucro tem sido feita com a extensão da jornada de trabalho e com limitações à expansão do salário real, seja via política salarial, seja via aceleração da inflação

Registre-se que, não se está afirmando que o desenvolvimento econômico brasileiro alimenta-se da má-distribuição de renda. O que se está afirmando é que, em função do desbalanceamento com que a agricultura vem se modernizando, especificamente, no caso dos alimentos, e em função de políticas de ocupação do solo urbano, o crescimento da economia brasileira não transforma-se em melhorias significativas da condição de vida material da grande massa de assalariados. Conforme já havia sido apontado por Ignácio Rangel e por Adroaldo Moura da Silva (61), a distribuição de renda, como é tratada na literatura corrente, é resultado e não causa do modelo de crescimento.

Registre-se, ainda, que a modernização da agricultura de alimentos reduz o custo de reprodução da força de trabalho e, por isso, aumenta a taxa geral (média) de lucro da economia ao mesmo tempo em que melhora as condições de vida material da grande massa de assalariados. Neste sentido, a modernização da produção de alimentos tem um impacto distributivo não desprezível. Esse impacto, no entanto, não pode ser, simplistamente, reduzido a uma questão de expansão da oferta agrícola e do mercado para produtos industriais, especialmente para os bens de consumo duráveis.

A mudança desse quadro exige que o setor rural seja considerado prioritário em qualquer política de desenvolvimento para este país. A política de desenvolvimento relevante para o setor rural é aquela que acelera o triunfo da grande produção capitalista no campo, particularmente, no caso dos alimentos consumidos pelos trabalhadores.

Isto significa forte estímulo às pesquisas tecnológicas, ao uso intensivo da ciência na produção, apoio a utilização de sementes melhoradas, adubos, fertilizantes, defensivos, às práticas de correção do uso do solo, fomento da mecanização e, ainda, a extensão da legislação trabalhista ao campo. Com o triunfo da grande produção no setor

de alimentos consumidos pelos trabalhadores, o custo de reprodução da força de trabalho poderá ser rebaixado, a taxa média de lucro poderá ser aumentada e os investimentos privados acelerados. Nessa política de desenvolvimento rural, a reforma agrária não desempenha qualquer papel relevante.

d) Final

O que a literatura de economia agrícola e de economia brasileira costumam enfatizar como sendo o papel da agricultura no desenvolvimento, qual seja, fornecer alimentos e matérias-primas baratas para a cidade, expandir o mercado interno e conter o êxodo rural, não expressa adequadamente o papel da agricultura de acordo com a visão marxista-leninista. Nesta forma de analisar o desenvolvimento da sociedade, o correto é enfatizar a agricultura como um campo para a aplicação de capital e como instrumento de rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, de elevação da taxa geral de lucro.

A reforma agrária não tem qualquer papel relevante a desempenhar nessa política de desenvolvimento. Aliás, a proposta leninista para o desenvolvimento do capitalismo é a abolição radical da propriedade privada da terra, caso o campo ainda não esteja subsumido ao capital, a burguesia ainda não esteja territorializada, a revolução burguesa no campo ainda não tenha sido feita.

Se a proposta de reforma agrária não se coaduna com a perspectiva leninista, se o momento histórico para a proposta de nacionalização das terras já passou e se ainda não chegou o momento histórico para a proposta de revolução socialista, o correto é propor medidas de reformas sociais que a burguesia pode ceder sem perder seu domínio. O compromisso com a classe operária exige a defesa e a extensão dos direitos trabalhistas no campo, como forma de acelerar a vitória da grande produção e fomentar a luta de classes relevante: a luta entre a burguesia e o proletariado.

Por mais que se diga que o objetivo da reforma agrária é ampliar o mercado interno, elevar a produtividade do setor rural, conter o êxodo do campo, enfrentar os problemas decorrentes do exagero que a contradição básica do capital (a de necessitar da força de trabalho e, simultaneamente, torná-la supérflua) assume nos países subdesenvolvidos, melhorar as condições de vida dos trabalhadores urbanos, solucionar problemas urbanos, energéticos, ecológicos, indígenas, de falta de democracia, distributivos etc., o fato concreto, é que a reforma agrária é uma medida de defesa dos interesses da pequena burguesia e que não atende aos interesses do proletariado. A gama de benefícios que ela traria constitui, apenas, uma forma de apresentar os interesses da pequena burguesia como interesse de todos, como interesse geral.

A defesa da reforma agrária não é uma crítica à propriedade privada da terra e, sim, a um tipo de uso dessa propriedade, qual seja, o uso concentrado nas mãos de poucos. Não é uma crítica às relações de produção e sim à distribuição desigual que delas resulta. Não é uma oposição ao domínio da burguesia e sim a acentuação desse domínio. Não é um questionamento do modo de produção capitalista e sim à forma que assumiu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

As defesas da reforma agrária que reivindicam a herança marxista fazem lembrar as palavras de Lenin (30) aos populistas russos que reclamavam da privação de terra aos camponeses, da perda de independência destes, da instauração do capitalismo e das gritantes calamidades que isso acarretava:

"... por qué la protesta no va dirigida contra el hecho histórico esencial que ha puesto en manos de quienes 'poseen la tierra en propiedad privada' los medios de producción, sino tan sólo contra uno de los procedimientos de utilización de ese monopolio; por qué la raíz del mal no se ve en las relaciones de producción que someten por doquier el trabajo al poseedor de dinero, sino tan solo en la desigualdad de la distribución, que aparece con particular realce en la última forma de dichas relaciones? Precisamente esta circunstancia principal - la protesta contra el capitalismo sin abandonar el terreno de las propias relaciones capitalistas - es lo que hace de los populistas ideológicos de la pequeña burguesía, la cual nos teme el dominio de la burguesía, sino su acentuación, que es lo que lleva a cambios radicales". (p.234)

A defesa de reforma agrária como solução para os inúmeros problemas anteriormente listados, independentemente de ser feita com a utilização de expressões marxistas, de pontos assinalados pelo marxismo, e independentemente das intenções desses defensores, constitui uso inadequado do marxismo. Isso faz lembrar as palavras de Lenin (29) aos marxistas russos criticando-os pela forma como elas estavam entendendo e conduzindo a luta contra o absolutismo, contra os terratenentes (baluartes das instituições e tradições feudais):

"Al hablar de una comprensión estrecha del marxismo, tengo presente a los marxistas mismos. No se puede dejar de observar a este propósito que el marxismo es sometido al más escandaloso empequeñecimiento y tergiversación cuando nuestros liberales y radicales se toman la tarea de exponerlo en las páginas de la prensa legal. Qué exposición es esta! Pienses tan sólo de que manera hay que mutilar esta doctrina revolucionaria para hacerla caber en el lecho de Procusto de la censura rusa! Y nuestros publicistas hacen con toda tranquilidad semejante operación: en su exposición el marxismo se reduce a la doctrina sobre cómo bajo el régimen capitalista realiza su desarrollo dialéctica la propiedad individual, basada en el trabajo del propietario; cómo se convierte en su negación y después se socializa. Y con aire de seriedad ven en este 'esquema' todo el contenido del marxismo, dejando de lado todas las particularidades de su método sociológico, dejando de lado la doctrina de la lucha de clases, dejando de lado la finalidad directa de la investigación: poner al descubierto todas las formas del antagonismo y de la explotación para ayudar al proletariado a deshacerse de ellas. (...) Si no se puede exponer una teoría, cállense o hagan la reserva de no exponen ni mucho menos todo, que omiten lo más esencial (...)

Así solo se puede llegar a casos tan curiosos, posibles únicamente en Rusia, en que son consideradas como marxistas

personas que no tienen ni idea de la lucha de clases, del antagonismo necesario inherente a la sociedad y del desarrollo de ese antagonismo, personas que presentan abiertamente proyectos burgueses, con tal de que en ellos aparezcan las palabras 'economía monetaria', su 'necesidad' y otras expresiones por el estilo...". (pp.233 e 234)

Enfim, cabe aqui repetir Lenin (29), que reproduziu o epígrafe de Kautsky ao seu livro sobre a doutrina marxista:

"Quién dejará de alabar a Klopstok? Pero habrá muchos que lo lean? No. Nosotros preferimos que nos ensalcen menos, pero que nos lean mas!" (p. 9)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (01) ABRAMOVAY, R. - "Reforma Agrária, Desenvolvimento Capitalista e Democracia". In: Reforma Agrária da Nova República: Contradições e Alternativas, Org. Laurindo Leal, São Paulo, Cortez/EDUC, 1985.
- (02) ABRAMOVAY, R. - De Camponeses à Agricultores, mimeo., Tese de Doutorado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1990.
- (03) ALVES, M. - "Dois Caminhos da Reforma Agrária", in MARIGHELA ET AL.(45).
- (04) BARROS, J. R. M. de - "Política Agrícola e Desenvolvimento Agrícola no Brasil", in Ensaios Sobre a Política Agrícola Brasileira, ed. A. Veiga, São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1979
- (05) BARROS, J. R. M. de & GRAHAM, D. H. - "The Brazilian Economic Miracle Revisited: Private and Public Sector in a Market Economy", Latin American Research Review, verão de 1978
- (06) BRESSAN FILHO, A. - Tributação na Agricultura e Acumulação Capitalista no Brasil, mimeo., Dissertação de Mestrado, São Paulo, FEA/USP.
- (07) BUKHARIN, N. I. - A Economia Mundial E o Imperialismo: Esboço Econômico, in Coleção Os Economistas, 2a. ed., São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- (08) BULGÁKOV, S. - "Contribuição Ao Problema Da Evolução Capitalista Na Agricultura", Revista Nachalo, número 1-2, 2a. seção, pp. 1/21, conforme referência em Lenin (32)
- (09) CANO, W. - "Agricultura e Urbanização". Revista Reforma Agrária, abril/julho de 1986, Campinas/São Paulo, ABRA/JORUES.
- (10) CARVALHO FILHO, J. J. de - "Um Tema Para A Constituinte", Revista Exame, n.364, 12/11/86.
- (11) CASSEB, N. C. B. - As Condições De Reprodução Da Força De Trabalho Em São Paulo: A Questão Alimentar, mimeo., Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1983
- (12) Clemida Maria de Oliveira Souza, "Comentário à proposta de Reforma Agrária da Nova República: 1º PNRA ao decreto 91.766", Anais do 11º Encontro do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, Botucatu, Universidade Estadual Paulista, dezembro de 1985.
- (13) DELFIM NETTO, A. - "Reforma Agrária: O Novo Diagnóstico", in Problemas Econômicos da Agricultura Brasileira, Boletim 40 da Cadeira XXV, São Paulo, FEA/USP, s.d.
- (14) DELGADO, G. da C. - Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, Campinas, UNICAMP/ICONE, 1985
- (15) DIAS, G. L. da S. - Estrutura Agrária e Crescimento Extensivo, mimeo., Tese de Livre-Docência, São Paulo, FEA/USP, 1978

- (16) DIAS, G. L. da S. & BARROS, J. R. M. de & MELLO, M. C. B. de - "Perspectivas da Agricultura", mimeo., não publicado
- (17) EVANS, P. - A Tríplice Aliança, Rio de Janeiro, Zahar, 1980
- (18) FACÓ, R. - "Notas Sobre o Problema Agrário", in MARIGHELA ET AL.(45).
- (19) FAJNZYLBER, F. - Estratégia Industrial e Empresas Internacionais: Posição Relativa da América Latina e do Brasil, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971
- (20) FAJNZYLBER, F. - Sistema Industrial e Exportação de Manufaturados, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971
- (21) FURTADO, C. - Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965 (Síntese). Presidência da República, dezembro de 1962.
- (22) GORENDER, J. - " Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro", in Trabalhadores, Sindicato e Política, CEDEC/Global, s/d.
- (23) GUIMARÃES, A. P. - Quatro Séculos de Latifúndio, 4ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- (24) KADOTA, D. K. & SOARES, P. de T. P. L. - Financiamento Rural, mimeo., Relatório de Pesquisa, São Paulo, FIPE/IPEA/IPLAN, 1987
- (25) KAGEYAMA, A. & SILVA, J. G. da - Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais, mimeo., Relatório de Pesquisa, Campinas, IPEA/IE-UNICAMP, 1987
- (26) KAGEYAMA, A. - "Os Maiores Proprietários de Terra no Brasil", Revista Reforma Agrária, abr/jun de 1986, Campinas/São Paulo, ABRA/JORUES, 1986
- (27) KAUTSKY, K. - A Questão Agrária, São Paulo, Proposta Editorial, 1980
- (28) KOURY, M. G. P. - "Reforma Agrária, Já!". Revista Reforma Agrária, vol.15, n.1, Campinas/São Paulo, ABRA/JORUÊS, jan/abr. de 1985.
- (29) LENIN, W. I. - "Quienes Son Los 'Amigos Del Pueblo' Y Como Luchan Contra Los Socialdemócratas? Respuesta A Los Artículos de Russkoie Bogatstvo Contra Los Marxistas", Escritos Económicos (1892-1899), Vol. II, 2a.ed., Madrid/México, Siglo Veintiuno, 1979
- (30) LENIN, W. I. - "Contenido Económico Del Populismo Y Su Critica En El Libro Del Señor Struve: Reflejo Del Marxismo En La Literatura Burguesa" Escritos Económicos (1892-1899), Vol. I, Madrid/México, Siglo Veintiuno, 1974
- (31) LENIN, W. I. - O Desenvolvimento Do Capitalismo Na Rússia: O Processo De Formação Do Mercado Interno Para A Grande Indústria, São Paulo, Abril Cultural: Coleção "Os Economistas", 1982
- (32) LENIN, W. I. - "O Capitalismo Na Agricultura: O Livro De Kautsky E O Artigo Do Senhor Bulgákov", in A Questão Agrária, orgs. José Graziano da Silva e Verena Stolcke, São Paulo, Brasiliense, 1981
- (33) LENIN, W. I. - "Algo Más Sobre El Problema De La Teoría de La Realización", Escritos Económicos (1892-1899), Vol. III, Madrid/México, Siglo Veintiuno, 1974
- (34) LENIN, W. I. - Capitalismo E Agricultura Nos Estados Unidos Da América: Novos Dados Sobre As Leis De Desenvolvimento Do Capitalismo Na Agricultura, São Paulo, Brasil Debates: Coleção Alicerces, 1980

- (35) LENIN, W. I. - "Observación Sobre El Problema De La Teoría De Los Mercados: Con Motivo De La Polémica Entre Los Señores Tugán-Baranovski Y Bulgákov, Escritos Económicos (1892-1899), Vol. III, Madrid/México, Siglo Veintiuno, 1974
- (36) LENIN, W. I. - "A Propósito Del Llamado Problema De Los Mercados", Escritos Económicos (1893-1899), Vol. III, Madrid/México, Siglo Veintiuno, 1974
- (37) LENIN, W. I. - "Para Una Caracterización Del Romanticismo Económico", Escritos Económicos (1893-1899), Vol. III, Madrid/México, Siglo Veintiuno, 1974
- (38) LENIN, W. I. - "Respuesta Al Señor P. Nezhdánov", Escritos Económicos (1893-1899), Vol. III, Madrid/México, Siglo Veintiuno, 1974 Madrid/México, Siglo Veintiuno, 1974
- (39) LENIN, W. I. - "A Que Herança Renunciamos?", in Obras Escolhidas, vol. 1, São Paulo, Alfa-Omega, 1979
- (40) LENIN, W. I. - El Programa Agrario De La Socialdemocracia En La Primera Revolución Rusa De 1905-1907, Moscú, Editorial Progreso, 1980
- (41) LENIN, W. I. - "O Programa Agrário Da Social-Democracia Russa", Belo Horizonte, Aldeia Global Livraria e Editora, 1979
- (42) LENIN, V. I. - O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo (Ensaio Popular), in Obras Escolhidas de Lenine, Tomo 1, São Paulo, Alfa-Omega, 1979
- (43) LIPPMANN, W. - The Cold War: A Study In U.S. Foreign Policy, New York, Harper&Brothers, 1947
- (44) MALAN, P. S. & BONELLI, R. - "The Brazilian Economy in the Seventies: Old and New Developments", World Development, vol. 5, nos. 1/2, Grã Bretanha, Pergamon Press, 1977
- (45) MARIGHELA, C. ET AL. - A Questão Agrária: Textos dos Anos Sessenta, 2a. ed., São Paulo, Brasil Debates, 1980
- (46) MARTINS, J. de S. - A Militarização Da Questão Agrária No Brasil, Petrópolis, Vozes, 1984
- (47) MARTINS, J. de S. - Expropriação E Violência: A Questão Política No Campo, 2a. ed., São Paulo, Hucitec, 1982
- (48) MELLO, J. M. C. de - O Capitalismo Tardio, São Paulo, Brasiliense, 1982
- (49) NEWFARMER, R. S. & MUELLER, W. F. - Multinational Corporations in Brazil and Mexico: Structural Sources of Economic and Noneconomic Power, Report to Subcommittee on Multinational Corporations of Committee on Foreign Relations United States Senate, Washington, U.S. Government Printing Office, 1975
- (50) O Programa de Ação e as Reformas de Base. Vol.II, Documentos EPEA, nº 3, 1965, p.124 e 125.
- (51) PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo: 1964-1966 (Síntese). Documentos EPEA, nº 1, novembro de 1964.
- (52) PASTORE, J. & DIAS, G. L. da S. & CASTRO, M. C. de - "Condicionantes da Produtividade da Pesquisa Agrícola no Brasil", Revista de Estudos Econômicos, vol. 6, no. 3, São Paulo, IPE/USP, 1976
- (53) PRADO JR., C. - A Revolução Brasileira, 6a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1978

- (54) RANGEL, I. M. - "A Dinâmica Da Dualidade Brasileira". Revista Brasileira de Ciências Sociais, julho de 1962
- (55) RANGEL, I. M. - A Inflação Brasileira. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.
- (56) RANGEL, I. M. - A Questão Agrária Brasileira, Recife, Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, 1962
- (57) RIBEIRO, I. de O. - "A Agricultura e o Capitalismo no Brasil", in Agricultura, Democracia e Socialismo, orgs. Carlos Nelson Coutinho e Maria Beatriz de Albuquerque David, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
- (58) RIBEIRO, I. de O. - "O Modelo de Modernização da Agricultura Brasileira " in Agricultura, in Democracia e Socialismo, op. cit.
- (59) RIBEIRO, I. de O. - Agricultura, Democracia e Socialismo, orgs. Carlos Nelson Coutinho, e Maria Beatriz de Albuquerque David, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988
- (60) SCHILING, P. - "Do 'Caminho Brasileiro' da Reforma Agrária", in MARIGHELA ET AL.(45).
- (61) SILVA, A. M. da - "Distribuição de Renda e Senso Comum", in Ensaios Econômicos, org. André Franco Montoro Filho, Série IPE, monografia, v. 10, São Paulo, USP/IOR,1978
- (62) SILVA, A. M. da & SCHOR, S. - "A Internacionalização da Economia Brasileira", in Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento, org. Henrique Rattner, São Paulo, Brasiliense, 1979
- (63) SILVA, J. G. da - "Aumentar o Número de Consumidores". Revista Exame, nº 364, São Paulo, Editora Abril, 12 de novembro de 1986.
- (64) SILVA, J. G. da - "Mas Qual Reforma Agrária?", Revista Reforma Agrária, Campinas/São Paulo, ABRA/JORUÊS, vol. 17, n. 1, abr/jul de 1987.
- (65) SILVA, J. G. da - O Que É Questão Agrária, 8ª ed., São Paulo, Brasiliense: Coleção Primeiros Passos, 1984.
- (66) SOARES, P. de T. P. L. - Política Agrícola nos Últimos Vinte Anos, mimeo., Relatório de Pesquisa, São Paulo, FIPE/IPEA/IPLAN, 1985
- (67) STRUVE, P. - "Sobre O Problema Dos Mercados Na Produção Capitalista: À Propósito Do Livro De Bulgákov E Do Artigo De Ilin, publicado na Revista Naúchnoie Obozrienie, no ano de 1899
- (68) TAVARES, M. da C. - "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", in Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro, Rio de Janeiro, Zahar, 1972
- (69) VEIGA, J. E. da - "O Sentido Econômico da Reforma Agrária", mimeo., Texto de Discussão Interna 08/90, São Paulo, FEA/USP
- (70) VIEIRA, C. A. - Urbanização e o Custo de Reprodução da Força de Trabalho, mimeo. Tese de Doutorado, São Paulo, FEA/USP, 1983